

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RENATO AUGUSTO CARNEIRO JUNIOR

AMOR EM TEMPOS DE RESSENTIMENTO:

Alceu Amoroso Lima, política e resistência à
ditadura militar de 1964.

Curitiba
2011

RENATO AUGUSTO CARNEIRO JUNIOR

AMOR EM TEMPOS DE RESSENTIMENTO:

Alceu Amoroso Lima, política e resistência à
ditadura militar de 1964.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração: Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Professora Doutora Marion Dias Brepohl de Magalhães

Curitiba
2011




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de Renato Augusto Carneiro Jr, intitulada: **Amor em tempos de ressentimentos; Alceu Amoroso Lima e a resistência à Ditadura Militar**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovacao*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

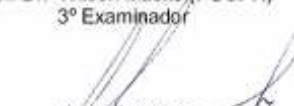
Curitiba, quinze de abril de dois mil e onze.


Profª Drª Maronilde Brepohl Magalhães (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora


Profª Drª Maria Helena Rolim Capelato (USP)
1º Examinador


Profª Drª Christina da Silva Roquette Lopreato (UFU)
2º Examinador


Prof. Dr. Wilson Maske (PUCPR)
3º Examinador


Prof. Dr. Euclides Marchi (UFPR)
4º Examinador

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Carneiro Jr., Renato Augusto
Amor em tempos de ressentimento: Alceu Amoroso Lima,
política e resistência a ditadura militar de 1964 / Renato Augusto
Carneiro Junior. – Curitiba, 2011.
224 f.

Orientadora: Profª Drª Marion Dias Brepohl de Magalhães
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – História – 1964-1979. 2. Ciência Política - Igreja
católica. 3. Lima, Alceu Amoroso, 1893-1983. 4. Arendt, Hannah,
1906-1975. I. Título.

CDD 981.063

A Alceu Amoroso Lima, cujos textos e exemplo estão presentes como inspiração em minha vida desde a adolescência.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é um esforço físico, intelectual e emocional de grande monta, principalmente depois que atingimos certa idade madura. Nossas obrigações do dia a dia trazem distrações que se interpõem à nossa vontade de mergulhar num tema, esmiuçá-lo e escrever. Escrever é uma atividade próxima a um parto, com suas dores e recompensas. Acrescente-se a isto uma natural autocensura, o medo do ridículo e a pretensão de agradar e temos os ingredientes que compõem um doutorado.

Para chegar a este termo, muitas pessoas estiveram atentas, muito mais do que eu mereceria, para minimizar meu trabalho e *stress*. Seu carinho, sua preocupação, seus cuidados e estímulos foram fundamentais para que esta tese fosse concluída. Tenho muito a agradecer. Deus sempre foi muito bondoso comigo, dando-me mais do que fiz por merecer, principalmente os amigos e seu amor.

Tentar nominar a todos acabaria sendo injusto, pois sempre deixamos alguém importante de fora, mas alguns agradecimentos pontuais são fundamentais.

À CAPES que concedeu recursos para uma fase importante da pesquisa e elaboração do texto.

Ao Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, em Petrópolis, pelo atendimento sempre carinhoso que tiveram seus funcionários e pela atenção de sua diretora, Maria Helena Arrochellas.

Ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFPR e a seus professores, pelo estímulo e torcida. À Maria Cristina, por seus constantes cuidados com minha matrícula.

Aos amigos, que, antigos ou recentes, perto ou longe, sempre foram fonte de inspiração, alegria e amor. E a uma amiga em especial, Maria de Fátima Gouvêa, pela saudade que deixou e pelas conversas de que tanto sinto falta.

À minha orientadora e amiga Marion, pela paciência e confiança, e por não ter desistido, mesmo quando vacilei.

À minha família e, em especial, a meus filhos, Pedro, Marina e André, com orgulho do que se transformaram desde meu mestrado e pelos caminhos que escolheram trilhar. Que eles possam sempre encontrar e reconhecer o amor em suas vidas.

À minha companheira de longa jornada, Cíntia. O amor, meu tema, estaria incompleto sem ela.

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como o metal que soa ou como o címbalo que retine.

E ainda que tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria.

E ainda que distribuísse todos os meus bens para sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso me aproveitaria.

O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não se vangloria, não se ensoberbece, não se porta inconvenientemente, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal; não se regozija com a injustiça, mas se regozija com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

O amor jamais acaba; mas havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, desaparecerá; porque, em parte conhecemos, e em parte profetizamos; mas, quando vier o que é perfeito, então o que é em parte será aniquilado.

Quando eu era menino, pensava como menino; mas, logo que cheguei a ser homem, acabei com as coisas de menino. Porque agora vemos como por espelho, em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei plenamente, como também sou plenamente conhecido. Agora, pois, permanecem a fé, a esperança, o amor, estes três; mas o maior destes é o amor.

1ª Epístola de São Paulo aos Coríntios, capítulo 13.

RESUMO

AMOR EM TEMPOS DE RESSENTIMENTO:

Alceu Amoroso Lima, política e resistência à ditadura militar de 1964.

Esta tese se insere no universo de estudos sobre os sentimentos na política, usando como referencial teórico principal textos de Hannah Arendt, buscando entender como o amor, categoria tipicamente pertencente à esfera privada, pode ser usado na análise de fatos da história política do Brasil recente, como a resistência da sociedade civil à ditadura militar brasileira, no período entre 1964-1979. Para tanto, tomou-se por fontes artigos na imprensa de Alceu Amoroso Lima, cujo pseudônimo era Tristão de Athayde, intelectual respeitado como uma das maiores vozes a serviço da Igreja Católica no Brasil, além de cartas diárias que escreveu à filha religiosa enclausurada em mosteiro de São Paulo. Por meio deste conjunto de documentos é feita análise do ressentimento que, na leitura de Alceu, motivava militares e civis para o golpe que afastou o governo de João Goulart, instalando uma ditadura que progressivamente suprimiu as liberdades democráticas da vida nacional por 21 anos. Alceu insistiu, até sua morte, em 1983, na conciliação, no diálogo, no perdão e participou ativamente na campanha pela anistia e pela liberdade, como forma de restaurar o convívio dos brasileiros.

Palavras-chave: Amor . Política . Ditadura militar brasileira . 1964 . Alceu Amoroso Lima . Hannah Arendt.

ABSTRACT

LOVE IN TIMES OF RESENTMENT:

Alceu Amoroso Lima, politics and resistance
to the military dictatorship of 1964.

This thesis falls within the universe of studies on the feelings in politics, using as primary reference, texts of Hannah Arendt, seeking to understand how love, as a typical category belonging to the private sphere can be used in the analysis of the facts of recent political history of Brazil such as civil society's resistance to military dictatorship in Brazil during the period of 1964-1979. To do so, sources were used to obtain articles from the press of Alceu Amoroso Lima, called too Tristão de Athayde. He is a respected intellectual, and one of the greatest voices in the service of the Catholic Church in Brazil, as well as for the letters he wrote daily to his religious daughter cloistered in the monastery at São Paulo. By this set of documents, an analysis is done to show the resentment that motivated, in the Alceu's perception, military and civilians for the coup that removed the government of João Goulart, installing a dictatorship that has progressively eliminated democratic freedoms of national life for 21 years. Alceu insisted until his death in 1983, for reconciliation, dialogue, forgiveness and participated actively in the campaign for amnesty and freedom as a way to restore the social living of Brazilians.

Keywords: Love . Politics . Brazil's military dictatorship . 1964 . Alceu Amoroso Lima . Hannah Arendt.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O TEMA: A POLÍTICA, A RAZÃO E OS SENTIMENTOS.....	10
2.1. A razão, a paixão e os sentimentos na política	16
2.2. O amor e o amor na política	24
3. O BRASIL NOS ANOS DE AUTORITARISMO	39
3.1. Breve cronologia da interferência militar na República	40
3.2. Anticomunismo	49
3.2.1. O catolicismo.....	53
3.2.2. O liberalismo	56
3.2.3. O nacionalismo	58
3.3. A Igreja Católica no Brasil: antecedentes e os anos 1950/60.....	61
3.3.1. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB	66
3.4. Alceu Amoroso Lima, figura singular na história do Brasil	69
4. ALCEU, UM TESTEMUNHO DO SÉCULO XX.....	78
4.1. Os tempos pré-golpe	80
4.2. Alceu e a crise política pré-golpe.....	90
4.3. Os escritos pós-golpe	117
4.4. Perdão e anistia	128
5. ALCEU AMOROSO LIMA E AS CARTAS DO PAI	148
5.1. O livro e as cartas.....	149
5.2. As cartas e a política: o clima que antecedeu ao golpe.....	159
5.3. As cartas e as reações ao golpe.....	174
5.4. Os sentimentos de Alceu frente à “revolução”	183
6. CONCLUSÃO	209
REFERÊNCIAS	214
DOCUMENTOS CONSULTADOS	220
Artigos de jornais.....	220
Cartas do Pai.....	222

1. INTRODUÇÃO

Sentimentos e política são normalmente apartados em diferentes universos de análise pela historiografia tradicional. Isto se deu mais especificamente após a difusão do Iluminismo e a consequente supremacia da razão sobre outras instâncias da existência humana. Enquanto a política, até por sua clássica definição, de ligada às coisas da *polis* grega, era o domínio do público, os sentimentos ficaram relegados a um segundo plano, como de menor importância, ligados ao espaço privado. A história tradicional, dita científica, e mesmo a de cunho estruturalista, ligada à concepção marxista da sociedade, ignoraram os sentimentos como merecedores de integrar o instrumental de análise sobre as relações dos homens entre si e destes com a sociedade.

Este trabalho se dispõe a analisar como os sentimentos – em especial, o amor e suas variantes – podem funcionar como elementos importantes para compreensão do envolvimento de pessoas e instituições em conjunturas políticas da história do Brasil recente. Aqui se irá analisar o papel dos sentimentos na definição de simpatias e de campos adversários na política brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Por amor, entendemos os sentimentos que incluem o afeto, a simpatia, a caridade, a autoestima, a inclusão, o respeito e a compaixão. Acrescentamos nesta categoria também ações como a predisposição ao diálogo, à tentativa de compreensão do outro e de seus sentimentos, entre outras igualmente positivas.

Para sustentar esta análise, será tomado o exemplo de um membro da Igreja Católica, Alceu Amoroso Lima, como um dos atores da cena política na referida conjuntura. Dentre os diversos elementos considerados, será dado especial enfoque aos textos deste intelectual e destacado líder leigo dentro da estrutura eclesiástica brasileira – em que o autor trava uma luta de décadas contra o autoritarismo, a intolerância e tudo o que separa o homem de seu papel de ser que ama e que tem uma missão a cumprir com seu próximo e com a sociedade em que vive.

Esta tese não se dispõe a ser um estudo da história intelectual do Brasil no século XX, tampouco uma biografia de Alceu Amoroso Lima. Sua intenção é se situar na análise da trajetória de um formador de opinião engajado, tanto junto à Igreja Católica, quanto a um humanismo político, que o faria defender posições

públicas para a preservação da estabilidade política e da legalidade constitucional, ao mesmo tempo em que clamava por reformas, capazes de minorar as desigualdades sociais que percebia contaminar o ambiente sociopolítico brasileiro dos anos 1960. Vera Lúcia do Reis chama a atenção na introdução de seu livro *O perfeito escriba*, para a dificuldade de se apreender Alceu:

*Alceu Amoroso Lima, objeto deste estudo, é uma personalidade intelectual, cuja vida apresenta-se quase que perigosamente como um mito, mas cujo perfil nem sempre é apreciado segundo as articulações que sua produção oferece. (...) Elogia-se o trabalho do crítico, reconhece-se a marca do humanista, a vasta cultura e a inteligência a cada momento comprovadas, mas não se leem os textos que justificam a fama e o mito com o distanciamento que recupera a situação do intelectual no processo da cultura.*¹

Acreditamos haver, ainda, uma outra dificuldade no que diz respeito a trabalhar Alceu Amoroso Lima como objeto de estudo: a paixão pelo tema. Seus textos são tão sedutores, tão cheios de vida e ternura, que o pesquisador não passa ileso por eles e pela trajetória de Alceu. Fazer uma tese em que o amor é o foco, coloca-nos expostos a este sentimento cativante e confortável, ainda mais em se tratando de um período vivido, que é o risco de quem trabalha com história recente. Sabemos ser desejável o distanciamento entre o sujeito pesquisador e o objeto pesquisado, pretensão difícil nas ciências sociais e humanas, mas confessamos termos sido envolvidos pela figura de Alceu, o que não nos impediu de buscar isenção nas análises, para evitar um texto meramente laudatório.

Retomando, pois, e indo mais longe, o que nos interessa é o amor demonstrado por Alceu, ou como seus textos refletiam o profundo amor que sentia pela humanidade, por seu país e por sua religião. E as consequências que este amar trouxe para sua produção e engajamento político numa situação de enfrentamento com a ditadura militar brasileira. Daí a opção metodológica de “dar a palavra” a Alceu, ou seja, usar generosamente, como ele mesmo fez em vida, sua palavra como elemento-chave para permitir ao leitor apreender a riqueza de seu pensamento.

Por isso a quantidade de citações e o tamanho que elas tomaram no texto final, mas podemos garantir que tudo fizemos para ter um material legível, descartando o que fugisse do foco de interesse mais imediato, buscando não

¹ REIS, Vera Lúcia dos. **O perfeito escriba**. Política e letras em Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Anna Blume, 1998. p. 17.

desperdiçar a riqueza que os escritos de Alceu encerram. Assim, a metodologia desta tese se baseou na análise de textos públicos e privados de Alceu. Dada a sua vasta produção, foram selecionados textos da época que nos interessava, ou seja, que coincidiam com o período do nosso marco temporal, entre 1964 e 1979. Este período corresponde a cerca de dois terços da ditadura militar brasileira, que durou de 1964 a 1985, terminando na eleição de Tancredo Neves e posse de José Sarney na presidência da República. O marco inicial é óbvio, pois se trata do início do golpe, em 31 de março, e o final desta tese prendeu-se ao término da campanha pela anistia política, em 28 de agosto de 1979, pela aprovação da Lei 6.683, campanha esta que teve em Alceu um de seus primeiros e mais constantes defensores.

A escolha dos artigos e das cartas que compõem nossas fontes primárias prendeu-se, em um primeiro momento, à sequência dos acontecimentos antes, durante e depois do golpe de 31 de março. Nossa intenção era levantar a percepção de Alceu sobre a conjuntura pela qual passava a sociedade brasileira e sobre os principais personagens que a moldavam. A este critério foram acrescentados outros, como a escolha dos artigos que enfocassem especificamente um tema, como o da defesa que fez por 15 anos em prol da anistia política. Assim, dos quase 800 textos selecionados, copiados ou digitalizados nos arquivos do *Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade*, que funciona na antiga casa de Petrópolis da família, hoje instituição ligada à Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, foram utilizados efetivamente 78 artigos.

A seleção das cartas de um universo de dez anos da correspondência de Alceu com sua filha, editados no livro *Cartas do Pai*, pelo Instituto Moreira Salles, obedeceu a critérios semelhantes quanto à cronologia que antecedeu ou se seguiu ao golpe. Outra vertente de escolha foi feita para se definir Alceu e a maneira como ele próprio via a si e sua produção literária e, por fim, para perceber os sentimentos que ele experimentava no período, como sua solidão, suas angústias e alegrias, seu senso de missão e a maneira como encarava o fato de ser um dos poucos a permanecer livre e sem censura durante o regime militar. Ao todo, foram trechos de 64 diferentes cartas que nos serviram de fonte à análise que fizemos no quinto capítulo.

Para se entender as causas que originaram o golpe e que nos ajudariam a compreender o homem público que foi Alceu tivemos, portanto, que lançar mão de textos anteriores ao marco aqui definido, mas procurou-se sempre manter o foco do período. Alguns poucos artigos referem-se a período posterior, praticamente só utilizados para questões de apreensão do homem Alceu e sua crença no amor, na verdade e na liberdade.

Esta tese trata, então, da história política recente do Brasil, sob o viés da observação que Alceu Amoroso Lima fez deste período rico em sentimentos, polarizações e disputas, em que ele procurou sempre manter sua posição ponderada e distante das paixões. Sua originalidade tanto do ponto de vista do período, estudado em profundidade por vários historiadores, cientistas políticos e intelectuais brasileiros, quanto do estudo do próprio personagem Alceu Amoroso Lima, reveste-se da oportunidade de utilização do conjunto de documentos que lançamos mão para compreendê-los, bem como ao enfoque do estudo dos sentimentos na política.

Sobre a conjuntura do golpe e da ditadura militar brasileira, várias pesquisas, como as de Moniz Bandeira, Elio Gaspari, Ronaldo Costa Couto, Thomas Skidmore, Carlos Fico, Kenneth Serbin, Maria José Rezende, Maria Celina D'Araújo, entre outras, utilizaram documentos, depoimentos, artigos de jornal variados, além das memórias que ainda estão por aí, pois se trata de época relativamente recente em nossa história. Apesar de aqui se levar em consideração muitos destes autores, principalmente na elaboração do terceiro capítulo, *O Brasil nos Anos de Autoritarismo*, cremos que a opção de usar os textos originais de Alceu com suas impressões, depois de trabalhar a visão da historiografia, trouxe a possibilidade de enriquecer a compreensão da conjuntura analisada.

Alceu Amoroso Lima e sua obra já haviam sido objeto de estudos diversos, mas nenhum deles enfocando o aspecto político e entrelaçando materiais públicos, como os artigos nos jornais, com as cartas privadas, dirigidas à sua filha, Maria Tereza, religiosa em São Paulo.

Antonio Carlos Villaça, Candido Mendes, Vera Lúcia dos Reis, Marcelo Timotheo da Costa, Tarcísio Padilha, Luiz Alberto Gómez de Sousa, todos estes autores, além de outros, muitos dos quais tiveram a oportunidade de desfrutar da

companhia de Alceu, analisaram outros aspectos deste intelectual tão multifacetado que deixou uma extensa bibliografia, milhares de artigos e cartas, além do exemplo em todas as áreas em que atuou. Existem, pois, estudos sobre o Alceu crítico literário; sobre o religioso e seu itinerário de conversão; sobre seu relacionamento com a Igreja católica; sobre sua atuação junto à Academia Brasileira de Letras, além de coletâneas de depoimentos, entrevistas e artigos sobre o “dr. Alceu”. Todos estes trabalhos, que nos permitiram traçar um perfil do escritor, careciam, no entanto, a nosso ver, de ressaltar o amor como o fio condutor de sua vida, pública e privada. O amor de Alceu à vida, à verdade, à liberdade, a Deus, à Igreja e a seus semelhantes.

Este sentimento conduziu-o a aceitar o fim de sua disponibilidade, em 1928, quando retornou ao cristianismo e encarou o desafio de substituir Jackson Figueiredo, recém-falecido, na direção do Centro Dom Vital, aceitando também a liderança paternal de Dom Sebastião Leme. Sua ética religiosa e o amor à liberdade o levou a ser crítico em relação a Getúlio Vargas e a seu governo, apesar da proximidade do governante com a Igreja e os convites para que Alceu assumisse importantes cargos na administração federal. O amor à justiça e ao próximo levou-o a desafiar a ditadura militar de 1964, denunciando torturas e perseguições, clamando pelo entendimento, pelo fim do ódio, pela anistia política e pela redemocratização do país.

* * *

Ao concluir a dissertação de mestrado em História na Universidade Federal do Paraná, no ano de 2000², ficou a certeza de que havia mais questões a serem respondidas do que as que me havia proposto para aquela pesquisa.

Tendo trabalhado com as relações entre Igreja e Estado entre as décadas de 1930 e 1950, pudemos perceber que a influência que a Igreja Católica desempenhou nas eleições de 1954, em Curitiba, ia além de uma ocasional intromissão em assuntos da política. Fazia parte da missão da Igreja pela re-cristianização da sociedade brasileira a difusão de uma ideia da responsabilidade

² CARNEIRO JR., Renato A. **Religião e Política**: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições (1932-1954). Curitiba: UFPR, 2000. Dissertação de Mestrado.

que todo o povo de Deus (a hierarquia da Igreja e todos os seus fiéis) tinha na condução dos destinos do país.

Já se indicavam claramente, naqueles anos, os compromissos contra as políticas sociais consideradas contrárias à moral e aos interesses da Igreja, que incluíam desde a adoção do divórcio à possibilidade de crescimento social ou eleitoral de movimentos ou partidos considerados anticatólicos. Dentre estas práticas estaria contemplada uma grande preocupação com a ascensão do comunismo na sociedade brasileira.

Não houve, porém, um posicionamento monolítico da instituição, quanto à forma como se deveria deter este avanço de ideologias contrárias ao catolicismo presente na grande maioria da população brasileira. Uma considerável parcela de bispos, padres, religiosos e leigos, que se ligaria mais tarde ao Concílio Vaticano II, adotou uma política de inclusão, de manutenção de espaços abertos ao diálogo e de empatia aos movimentos sociais, mesmo quando estes afrontavam o discurso dominante na hierarquia.

Este estudo se justifica, pois, por restarem ainda muitos espaços obscuros quanto à radicalização à direita no Brasil, quando do golpe militar de 1964, mas também quanto à resistência oferecida por alguns setores ligados à Igreja e à intelectualidade brasileiras.

Leve-se em conta, ainda, que os militares não legitimaram apenas pelas armas sua ascensão ao poder político no país. Foi necessário criar toda uma trama social para dar sustentação ao novo regime. Aí repousa a importância do estudo das religiões, dos movimentos sociais anticomunistas, das instituições acadêmicas e da mídia impressa e eletrônica, da indústria cultural, enfim, de todo o aparato ideológico, para melhor entender os mecanismos da direita brasileira frente aos desafios da Guerra Fria e da supremacia norte-americana no continente.

No entanto, algumas vozes mantiveram-se presentes durante todo o período, chamando a atenção da opinião pública contra as injustiças e a opressão. Uma delas, a de Alceu Amoroso Lima, merecia ainda um trabalho que registrasse, para as gerações que não o conheceram, sua luta pelo tanto que amou a seus semelhantes.

Para dar conta destes desafios, esta tese está, então, organizada da seguinte forma: no segundo capítulo tratar-se-á do tema em si, da política, da razão, das paixões e dos sentimentos. Para tal, o referencial teórico será buscado em Hannah Arendt, em Pierre Ansart e em autores que compõem esta linha de pesquisa na historiografia. Fazemos um pequeno histórico do grupo que atua nesta corrente dos sentimentos na história, detendo nossa análise em diversos textos da autora alemã.

A escolha deste referencial prende-se à grande afinidade que pudemos perceber entre Alceu e Hannah, principalmente no que diz respeito à defesa que fazem do amor ao próximo. Ela, em alguns textos, expostos ao longo do quarto capítulo, se refere ao tipo de intelectual que definiria muito bem Alceu Amoroso Lima. Por outro lado, Alceu comentaria em um artigo específico a assertividade das palavras de Hannah Arendt quanto ao perdão, ao falar sobre a anistia que ele considerava fundamental para o restabelecimento da normalidade democrática no Brasil, no ano de 1965.

No terceiro capítulo faremos uma análise da conjuntura do Brasil nos anos de 1960, dos tempos que antecederam o golpe militar de 1964 à sociedade que gerou esta ruptura institucional. Serão revistos os papéis desempenhados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, enquanto instituição e por diversos de seus membros, internamente divididos em correntes mais próximas ou mais afastadas das lições resultantes do Concílio Vaticano II. O capítulo se completa com uma rápida biografia de Alceu Amoroso Lima e sua trajetória de crítico literário nos anos de 1920, uma das mais importantes vozes da intelectualidade brasileira de boa parte do século XX, católico praticante por opção, a se colocar firmemente contra o autoritarismo militar implantado no país entre 1964 e 1985, data da eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Congresso Nacional para a Presidência da República. Esta parte nos dá, também, a oportunidade de analisar o anticomunismo de diversos setores da sociedade brasileira como um dos elementos que tornaram difíceis aqueles anos.

O quarto capítulo tratará dos artigos publicados no *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo* para os quais Alceu escrevia desde 1958 até sua morte, que ocorreu em 14 de agosto de 1983, poucos meses antes de completar 90 anos de idade. A

ideia nesta parte é mostrar o testemunho público de Alceu sobre o momento em que vivíamos e a defesa que faria de seus princípios cristãos levados ao ponto de se transformar, em tão avançada idade, em uma espécie de profeta moderno ao acolher e levar ao público, por meio de sua tribuna na imprensa, em programas nos meios de comunicação e em palestras e conferências, as denúncias de desrespeito aos direitos humanos e autoritarismo por parte dos que dominavam a realidade brasileira depois do golpe. Inclui-se neste segmento uma discussão de por que razão Alceu seguia livre e publicando sem censura seus libelos contra a ditadura, para sua própria perplexidade. Há também um subcapítulo específico com artigos sobre a questão da anistia, do perdão e do entendimento, durante o período que vai do Natal de 1964 a agosto de 1979, quando o Congresso aprova a Lei de Anistia.

Para encerrar, o quinto capítulo buscará entender por outro viés a realidade já exaustivamente exposta sobre a conjuntura dos anos da década de 1960. Nele serão apresentados os acontecimentos que levaram ao golpe militar e o posterior fechamento do regime em 1968, novamente por meio das palavras do próprio Alceu Amoroso Lima, mas dessa vez por cartas particulares do autor. Ele manteve correspondência diária com sua filha, religiosa beneditina, desde sua entrada no convento, em 1951, até a morte de Alceu, em 1983.

Nessas cartas, reunidas em um volume que cobre os anos de 1958 a 1968, único publicado até então, Alceu falaria à filha das coisas deste mundo fora dos muros enclausurados do convento, da realidade política, de suas memórias e da vida de sua família. Escrevia como se fala a uma pessoa próxima, talvez a si mesmo, em linguagem muitas vezes coloquial, cheia de referências a um passado e a personagens conhecidos por ambos. Nesse jeito típico do ambiente privado, familiar, Alceu relatava a situação delicada por que passava o país, tanto em termos políticos quanto econômicos, demonstrando sua visão do caldeirão em que borbulhavam as disputas e contradições deste período conturbado da vida nacional. Nestes escritos, ele se permitia expor-se por inteiro, inclusive seus sentimentos mais íntimos, sua desesperança por vezes, mas também sua fé na Providência Divina, mesmo que não alcançando os desígnios de Deus para a situação aflitiva que enfrentava o Brasil.

Antes que se passe aos argumentos até este momento apenas indicados, será útil explicitarmos a problemática que baliza esta tese, pois além da necessidade de se estabelecer um panorama dos anos de 1960, seus personagens e contradições, algumas questões norteiam esta pesquisa. Quem, de fato, teria sido Alceu Amoroso Lima e qual sua importância na história do Brasil do século XX? Como ele se inseria na própria história da Igreja Católica no Brasil? O que o teria levado a sair de sua “zona de conforto”, de uma merecida aposentadoria aos 70 anos, para assumir um papel importante na liderança à resistência civil ao golpe militar de 1964? Por que Alceu pôde seguir publicando seus textos e dando suas palestras, mesmo que afrontando o regime militar que se instalou no país, enquanto tantos outros tiveram que enfrentar a censura, perseguições, a prisão ou o exílio?

Essas e outras indagações devem permear as reflexões do presente trabalho, que trata de um homem singular na história do Brasil.

2. O TEMA: A POLÍTICA, A RAZÃO E OS SENTIMENTOS

A política é a atividade, por excelência, do espaço público. Entender sua relação com a razão e os sentimentos pode nos ajudar a repensar a sociedade ocidental do século XX. A modernidade inaugurou um afastamento entre os campos público e privado, relegando os sentimentos, as paixões e a religião a este último.

A razão passou a ser o único meio considerado para se alcançar a verdade e o progresso decorrente da ciência, enquanto no âmbito do privado ficavam as estruturas pré-modernas e agrárias. Acreditava-se, a partir de então, que a estabilidade das sociedades só seria possível pelo distanciamento de tudo o que fosse irracional, pois só a razão garantiria a paz e o desenvolvimento econômico e social. Longe se estava, no início da era moderna, dos horrores que se seguiriam no século XX, quando a maturidade do ocidente e a frieza da razão seriam postas à prova.

Nesta tese se propôs trabalhar com estas questões ao analisar como os sentimentos podem, sim, ser considerados na análise de eventos e conjunturas aparentemente expressos no âmbito da política dita racional. Mais ainda, como para além dos ódios e ressentimentos – estes mais aceitos por uma historiografia recente – existe espaço para se considerar uma estratégia política baseada no amor, na inclusão do outro, no perdão. Para tanto, faz-se necessário definir alguns conceitos para que o tema em questão possa ser melhor compreendido, tendo em vista as reflexões e a ação de Alceu Amoroso Lima durante a ditadura militar brasileira, nosso objeto de análise. Assim, recorreremos a Pierre Ansart, Hannah Arendt, entre outros, para discorrer sobre política, poder e sentimentos, além do próprio Alceu na definição de amor que norteou sua vida.

Hannah Arendt disserta longamente acerca do poder e da política em suas obras. Em *A condição humana*, ela analisa a gênese da política, separando o uso do poder nas esferas pública e privada. Poder político só pode ser exercido na esfera pública, aquela na qual se dão as relações entre pares, entre homens livres, entre cidadãos. Na esfera privada prevalecem os valores familiares, onde o relacionamento se dá mais por força da tradição e da autoridade paterna. Nesta esfera, segundo Arendt, se localizam os elementos mais próprios de uma fase pré ou antipolítica, como as atividades destinadas à sobrevivência da espécie, da

manutenção da vida, ou, ainda, à violência necessária para garantir que ambas se realizem num determinado grupo social.

É evidente que o surgimento da *polis* se deu pela superação das necessidades mais prementes dos grupos familiares que a compunham. Só a certeza de que os meios necessários ao cotidiano do grupo fossem garantidos, seja pela ação familiar das mulheres e filhos, seja pela incorporação de agregados, como escravos, servos ou trabalhadores de qualquer espécie, é que permitia que o patriarca participasse dos negócios públicos. Nesse ambiente diferente, em que os chefes de família ombreavam-se com seus iguais, suas habilidades deveriam estar além daquelas necessárias às coisas do dia a dia.

*De todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituintes do que Aristóteles chamava de bios politikos: a ação (praxis) e o discurso (lexis), dos quais surge a esfera dos negócios humanos (...), que exclui estritamente tudo o que seja apenas necessários ou útil.*³

Essas habilidades se concretizavam na esfera pública, a da liberdade, na qual as necessidades mais imediatas da sobrevivência já estavam satisfeitas, podendo o cidadão se dedicar às coisas da *polis*. Esta atividade eximia o uso da força e da violência e apenas a palavra era o meio de agir neste meio.

*Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização doméstica.*⁴

Fica claro, então, que o meio político era considerado o mais elevado nesta sociedade, aquele em que os valores mais nobres podiam ser exercidos. Tudo o que valia a pena estava fora do ambiente familiar, da esfera privada.

(...) em primeiro lugar, tudo o que vem a público [e que] pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e é visto pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas,

³ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 34.

⁴ Idem, p. 36.

*desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública.*⁵

Essa valorização do público em detrimento do privado terminaria por encerrar os sentimentos e as paixões no círculo restrito das coisas íntimas, insignificantes para delas se ocuparem os cidadãos e as pessoas importantes da *polis*. Para estes, a importância do poder – como consegui-lo e mantê-lo – tomaria o lugar central de suas preocupações, onde se concentrariam seus esforços. Mas que definições de poder nos servem a este trabalho?

Sobre o poder, Aristóteles e os antigos classificavam-no em três formas possíveis: o poder paterno, o poder despótico e o poder político. O primeiro se dá por interesse dos filhos e legitima-se na própria natureza (*ex natura*); o segundo dá-se por interesse do senhor e está ancorado no temor à punição por alguma falta cometida contra este (*ex delicto*) e o terceiro diz respeito aos interesses de governados e governantes, ou apenas destes, no caso de sistemas viciados, e sua base de legitimação é o consenso (*ex contractu*).

Para Weber, poder é a “possibilidade de impor a própria vontade ao comportamento alheio”. Hannah Arendt, por sua vez, vê o poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum, no contexto da comunicação livre da *violência*, o que a filósofa denomina o ato de indução do comportamento de outrem, sua coerção, ou ainda sua manipulação. Para ela, o poder resulta do entendimento voluntário dos participantes entre si. “O poder resulta da capacidade humana não somente de agir ou de fazer algo, como de unir-se a outros e atuar em concordância com eles”.⁶

Poder é a capacidade geral de um sistema de “fazer com que se realize o necessário, no interesse de objetivos comuns.” Weber englobava aí poder e violência, deixando de levar em consideração a contradição dos termos para Arendt. Para ela, “um acordo genuíno constitui um fim em si mesmo, não podendo ser instrumentalizado para outros fins”.

A opinião publicamente explicitada significa o poder, que repousa sobre a persuasão não impositiva. Isso faz com que exista mais poder na intenção

⁵ Idem, p. 59.

⁶ HABERMAS, Jürgen. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: **Habermas**. Ática: São Paulo, 1993. Coleção Grandes Cientistas Sociais. p. 101.

manifestada pela tentativa do consenso do que efetividade de seu êxito. Mesmo que a convicção possa ser manipulada, para que este processo tenha condição de existir deve estar assestado sobre a base da racionalidade.

“... O poder (comunicativamente produzido) das convicções comuns origina-se do fato de que os participantes orientam-se para o entendimento recíproco e não para o seu próprio sucesso”.⁷ O poder não é gerado, pois, por uma linguagem perlocutória, que vise suscitar comportamentos em outros indivíduos, mas interlocutória, no estabelecimento não-coercitivo de relações intersubjetivas.

Se o poder não serve mais com fins teleológicos, para que serviria e como se manifestaria? Arendt considera o poder um fim em si mesmo, servindo para preservar a *praxis* da qual se originou, consolidando-se em instituições que assegurem a troca baseada nas palavras. Manifesta-se nos ordenamentos que garantam a liberdade política; na resistência contra as forças que a ameacem e nos atos que fundam novas instituições de liberdade, quase sempre revolucionárias.

“A ação comunicativa é o meio em que se forma um mundo virtual intersubjetivamente partilhado. Esse é o espaço de manifestação, onde atores aparecem, se encontram, são vistos e ouvidos.”⁸ A cada interação renovam-se as possibilidades de renovação, em virtude da pluralidade de um novo começo: agir significa poder tomar uma iniciativa e fazer algo imprevisto. É na ação comunicativa que os seres humanos reafirmam sua unicidade, revelando o seu subjetivo. Ao mesmo tempo, reconhecem-se como capazes de entendimento intersubjetivo, numa “teia de relações humanas”. Nessa troca é que as instituições políticas se alimentam de poder, sendo essa a razão pela qual nenhuma liderança pode substituir o poder pela violência, prescindindo de obtê-lo através do espaço público não deformado.

Segundo Habermas, Arendt não tentou verificar sua hipótese no fim dos grandes impérios, dando maior atenção aos regimes totalitários e à fundamentação revolucionária da liberdade política. Em seus trabalhos *Elementos e origens da dominação totalitária* (1955) e *Sobre a Revolução* (1960), ela usou o conceito comunicativo de poder, permitindo analisar dois extremos dentro da sociedade de massa ocidental.

⁷ Idem, p. 103.

⁸ Idem.

Toda a ordem estatal degenera em dominação (violência) quando se isolam por desconfiança os cidadãos entre si, proibindo o intercâmbio público de opiniões, destruindo as estruturas comunicativas. O medo radicalizado em terror faz com que todos se fechem, anulando a distância entre os indivíduos, tirando-lhes a iniciativa e transformando-os em uma massa disforme. Arendt recorda que o mais duro movimento totalitário – o nazismo – surgiu no meio de uma democracia de massas. Sua crítica dirige-se, assim, ao privatismo inerente às sociedades modernas, pois seus teóricos valorizam o governo e os partidos representativos, que regulam a participação de uma população despolitizada. Arendt vê nisso um problema, mais do que isto, um perigo. É como se completa e se consolidam as formas de vida privatistas (isoladas) que fornecem a possibilidade de mobilização apolítica, que poderá gerar o caldo de cultura da dominação totalitária. Ela chama a atenção que Jefferson já havia alertado contra o perigo para a República em se outorgar poder aos cidadãos, privando-os da oportunidade de serem e agirem como cidadãos.

Habermas percorreu as investigações de Arendt sobre a insurreição húngara de 1956, a desobediência civil e os movimentos de protesto dos estudantes nos anos 60. O que lhe importava era analisar a desobediência com relação às instituições que perderam sua força legitimadora; indivíduos livremente agregados contra o aparelho estatal, violento, mas impotente, levando a uma nova ordem institucional. “... Em todos esses momentos parece confirmar-se a tese de que ‘ninguém possui verdadeiramente o poder’; ele surge entre os homens que atuam em conjunto e desaparece quando eles novamente se dispersam.”⁹

“Arendt insiste com razão”, segundo Habermas, “em que a superação técnico-econômica da pobreza não significa de forma alguma que a liberdade pública esteja assegurada em termos prático-políticos.”¹⁰ Ela remonta, então, ao conceito de *praxis* que deve ser desvinculado da teoria da ação de Aristóteles. Arendt, para a construção de seu conceito de poder comunicacional, acabou deixando de lado alguns importantes campos de análise, tendo que excluir da esfera política todos os elementos estratégicos, definindo-os como violência. Acabou também tendo que isolar a política dos contextos econômicos e sociais em que está

⁹ ARENDT, 2004, p. 212.

¹⁰ Idem, p. 109.

inserida através do sistema administrativo, ao mesmo tempo em que não foi capaz de compreender as manifestações da violência estrutural.¹¹

Habermas acredita, no entanto, que o poder político pode se fundar sobre um tipo de violência, a estrutural, que não se manifesta exatamente como '*violência*'. Ela bloqueia, imperceptivelmente, aqueles processos de comunicação nos quais se legitimam o poder. Isso explicaria a formação de *ideologias*, que segundo Marx e Engels, em *A ideologia alemã, de 1845/46*, assumem a conotação de falsidade, de oposição à ciência e às causas reais, forçando a dominação das ideias da classe dominante sobre as demais.

Para Arendt, a geração de poder (pela ação comunicativa) traz vantagens para todos. Quando uma parte ganha poder político, a outra não precisa perdê-lo, pois segundo a autora o sistema político não pode dispor arbitrariamente sobre o poder. Esta é a impotência dos poderosos: eles precisam derivar seu poder dos produtores de poder, ou seja, os homens em seus processos de comunicação. É o que chamava de "gestação comunicativa do poder". Por fim, sua concepção de poder baseia-se numa espécie de "contrato", figura antiga que remonta ao direito natural de Rousseau.

Toda esta teoria, ecoada por Habermas dos estudos de Arendt, ainda que estabelecida particularmente para fenômenos ligados ao totalitarismo, pode ser um interessante fio condutor no estudo da conjuntura brasileira da década de 1960. Os governos que se sucederam entre 1964 e 1985 fecharam as possibilidades de diálogo extramuros da corporação, fazendo valer a hierarquia militar e o uso da violência como tentativa de prevalecer sua posição frente ao restante da sociedade brasileira.

Não se trata de afirmar que os governos de então estabeleceram uma nova forma de totalitarismo, tomando literalmente as reflexões de Arendt: seu estudo é datado e localizado na Alemanha nazista e no período stalinista da União Soviética. Mas de aproveitar sua análise sobre a produção de poder no próprio ato do diálogo, de chamar à mesa de discussões atores de diferentes origens e instâncias de decisão para o estabelecimento de pontos de comum interesse na condução de políticas públicas.

¹¹ Idem, p. 110/111.

Será, pois, nessa concepção de poder comunicacional que podemos entender a ação de Alceu Amoroso Lima durante o período em que os militares estiveram à frente do governo brasileiro, como veremos mais adiante. Antes disso, porém, é preciso que se investigue o advento da razão na política e a retomada da consideração dos sentimentos na vida pública.

2.1. A razão, a paixão e os sentimentos na política ¹²

O Iluminismo, especialmente no século XVIII, lançou uma nova maneira de se entender a sociedade de então, afastando elementos que seus expoentes consideravam como dificultadores do avanço da humanidade para uma era mais duradoura de paz, prosperidade e desenvolvimento das artes e do gênero humano como um todo. Um destes elementos era a tendência de se incluir diversas manifestações do sobrenatural como explicações decisivas em todo acontecimento. Não apenas o sobrenatural e todas as formas de religião, mas também os sentimentos deveriam ser afastados para que a razão, atributo por excelência da superioridade humana, pudesse, enfim, tornar os homens e as nações iguais entre si.

É esta, pois, a preocupação que se generalizaria a partir do final do século XVI e que iria caracterizar a investigação filosófica do século XVII: tudo podia ser objeto de especulação e só a razão servia de parâmetro ao homem. Duas grandes orientações metodológicas surgiram, então, sedimentando as vertentes do pensamento moderno: de um lado, a perspectiva empirista proposta por Francis Bacon (1561-1626), que preconizava uma ciência sustentada pela observação e pela experimentação, e que formularia as suas leis partindo da análise de casos ou eventos particulares para chegar a generalizações; de outro lado, inaugurando o

¹² É necessário aqui fazer uma breve diferenciação entre paixão e sentimento. Segundo o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, paixão é “sentimento ou emoção levados a um alto grau de intensidade sobrepondo-se à lucidez e à razão”. “Afeto dominador e cego; obsessão”. “Arrebatamento, cólera. Disposição contrária ou favorável a alguma coisa e que ultrapassa os limites da lógica; parcialidade marcante; fanatismo, cegueira.” Para além de um simples caso de intensidade exacerbada de alguns sentimentos, sobretudo amor e ódio, a paixão bloquearia a capacidade de análise racional e levaria o indivíduo a atitudes de arrebatamento. A ciência já detectou diversos componentes químicos, neurotransmissores, que atuam no cérebro humano nos casos de paixão que toldariam a capacidade intelectual. No caso de paixões sociais, em época de comoções ou acontecimentos de grande vulto, a massa seria levada quase inconscientemente a assumir comportamentos irracionais em busca da satisfação sensual coletiva.

racionalismo moderno, Descartes buscava na razão, principalmente a partir do estudo das matemáticas, os recursos para a recuperação da certeza científica.

Esta valorização da razão sobre tudo aquilo que ela não podia abarcar ficou ainda mais marcado na obra *Tratado das Paixões*, de 1649. Nele, em 212 artigos, Descartes analisa as paixões, entretendo-se em cada uma delas, do amor ao ódio, do ciúme à admiração, da alegria à tristeza, reafirmando a superioridade da razão frente às paixões da alma.¹³ Tomemos dois artigos da primeira parte do tratado.

*Art. 48. Em que se conhece a força ou a fraqueza das almas e qual é o mal das mais fracas. É pelo resultado dessas lutas que cada um pode conhecer a força ou a fraqueza de sua alma; porque aqueles em que a vontade pode, mais facilmente, sobrepujar as paixões e suspender os movimentos do corpo que as acompanham possuem, sem dúvida, as almas mais fortes; (...) e as almas mais fracas de todas são aquelas cuja vontade não se decide a acompanhar certos juízos, mas se deixa arrastar pelas paixões presentes, as quais sendo muitas vezes contrárias umas às outras (...) colocam a alma no estado mais deplorável possível.*¹⁴

*Art. 50. Não há alma tão fraca que não possa, sendo bem orientada, adquirir poder absoluto sobre suas paixões. (...) Então, essas coisas são úteis de saber para estimular cada um de nós a aprender a observar suas paixões; pois, visto que se pode, com um pouco de habilidade, modificar os movimentos do cérebro nos animais desprovidos de razão, é evidente que se pode fazê-lo melhor nos homens, e que mesmo aqueles que possuem as almas mais fracas poderiam adquirir um domínio absoluto sobre todas as suas paixões, se utilizassem suficiente destreza para domá-las e dirigi-las.*¹⁵

Isso não significaria, no entanto, uma menor importância às questões acerca dos sentimentos e das paixões. Apenas que a política não seria o lugar de seu entendimento.

*É claro que isto não significa que as questões privadas sejam geralmente irrelevantes; pelo contrário, veremos que existem assuntos muito relevantes que só podem sobreviver na esfera privada. O amor, por exemplo, em contraposição à amizade, morre ou, antes, se extingue assim que é trazido a público. (...) Dada sua inerente natureza extraterrena, o amor só pode falsificar-se ou perverter-se quando utilizado para fins políticos, como a transformação ou salvação do mundo.*¹⁶

Tão apartados, portanto, das questões de poder, os sentimentos e as paixões deixaram por séculos de serem considerados como elementos importantes na análise das sociedades ocidentais e de sua história. Seria preciso, pois, conceber uma ligação entre os espaços privado e público, onde os sentimentos novamente

¹³ DESCARTES, René. As paixões da alma. In: **Descartes**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.101 a 232.

¹⁴ Idem, p. 135/136.

¹⁵ Idem, p. 138.

¹⁶ ARENDT, 2004, p. 61.

pudessem ser levados em consideração pelas ciências sociais. O cristianismo, segundo Arendt, é que daria as pistas para esta renovada concepção.

Historicamente, conhecemos somente um princípio concebido para manter unida uma comunidade de pessoas destituídas de interesse comum e que já não se sentiam relacionadas e separadas por ele. Encontrar um vínculo entre os homens, suficientemente forte para substituir o mundo, foi a principal tarefa política da antiga filosofia cristã; e foi Agostinho quem propôs edificar sobre a caridade não apenas a “irmandade” cristã, mas todas as relações humanas. Esta caridade, porém, muito embora a sua qualidade não-mundana corresponda claramente à experiência humana geral do amor, é ao mesmo tempo nitidamente diferente deste último por ser algo que, como o mundo, se interpõe entre os homens. “Até mesmo os ladrões têm entre si (inter se) aquilo que chamam de caridade”. Este surpreendente exemplo do princípio político cristão é, de fato, muito bem escolhido; porque o vínculo da caridade entre as pessoas, embora incapaz de criar uma esfera pública própria, é bem adequado ao princípio fundamental cristão de extraterrenidade e admiravelmente capaz de guiar por este mundo um grupo de pessoas essencialmente situado fora dele – um grupo de santos ou um grupo de criminosos – bastando apenas que se conceba que o próprio mundo está condenado e que toda atividade será nele exercida com a ressalva quamdiu mundus durat (enquanto dura o mundo).¹⁷

Esta reafirmação do valor dos sentimentos só seria possível avançado o século XX. Após o estabelecimento do capitalismo como o principal sistema econômico e a aceitação da ciência e do racionalismo como base das crenças de uma sociedade moderna, a partir do final do século XIX, a humanidade viu horrorizada o crescimento da violência e da radicalização de posições após a I Guerra Mundial. Do clima de perplexidade, após a grande mortandade gerada pelo mais sangrento conflito até então conhecido pelo gênero humano, advieram os problemas de uma crise também sem precedentes no capitalismo, geradora da quebra da Bolsa de Nova Iorque, que arrastou a economia mundial – com exceção da Rússia, com seu sistema socialista de Estado – para seu total desarranjo na década de 1930.

Os crescentes índices de desemprego, a situação imposta à Alemanha, o florescimento de ideologias fascistas, vistas como possível barreira ao comunismo soviético na Europa, o Imperialismo e sua necessidade de obtenção de mais mercados acabou por detonar uma guerra ainda mais devastadora que a antecedente. A ciência, que era vista como a esperança de salvação da civilização, agora estava a serviço da morte e da destruição. A racionalização servia para planejar e executar novas e mais eficientes formas de levar a morte a um número cada vez maior de pessoas, civis ou militares.

¹⁷ Idem, p. 62/63.

O crescimento da União Soviética no cenário internacional pós-guerra ajudou a firmar uma vertente de análise social que abstraía os indivíduos como atores da história: cabendo a um sistema político-econômico, um modo de produção, a forma como os países, suas empresas e instituições se organizavam.

Este instrumental marxista, desenvolvido como uma visão estruturada da sociedade, em sua visão mais pura, deixava de considerar os homens e mulheres como elementos importantes na interpretação dos eventos sociais, atribuindo à economia a primazia da condução dos negócios modernos, enquanto que a política seria um componente menor, ligado à superestrutura ideológica, de todo acessória. Neste caso, como considerar os sentimentos, se além de pertencentes aos desconsiderados indivíduos e à esfera privada, não eram suscetíveis de controle por parte da economia e do Estado?

Por outro lado, a derrocada da política “quente” do nazifascismo e seu constante apelo aos sentimentos, de amor ao líder, de orgulho à pátria, de ódio e desprezo aos “inferiores” e inimigos, de temor às forças de segurança do Estado, quando da derrota da Alemanha e Itália, em 1945, reforçou, mais uma vez, a aversão da ciência em relação às emoções como conceitual a ser observado na análise da sociedade moderna.

Foi preciso que o esgotamento das soluções do próprio capitalismo às questões sociais e da superação do mais estrito estruturalismo nas ciências humanas e sociais permitisse que se pesquisassem outras linhas capazes de explicar os fatos sócio-históricos. A partir do crescimento da História Social e de novas abordagens da Política e da micro-história, e, ainda, da preocupação cultural, que buscavam os fundamentos da sociedade nas teias de relacionamentos entre os indivíduos, é que se abriram as comportas que ainda deixavam à margem os sentimentos, emoções e as paixões.

A dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas constituem um domínio de difícil conhecimento, um desafio, portanto. Como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas consequências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos? A recusa em enfrentar essas dificuldades tem sido a solução mais comum. A ciência positivista optou por eliminar de seu campo de observação essas experiências cotidianas para somente reter da “realidade” política aquilo que pode ser traduzido racionalmente. Mas essa escolha custa o preço de um fracasso: é impossível dar conta da experiência concreta dos agentes da história tais como eles a vivenciam ou a sofrem. A redescoberta permanente das paixões políticas e de sua intensidade alimenta, por outro lado, uma tradição intelectual que amplia ao extremo essa dimensão afetiva, de modo a torná-la a

*explicação última das relações políticas. Assim procede a tradição da “psicologia das multidões”, para a qual seria na psicologia das massas que se encontrariam as razões fundamentais das grandes mutações da história. Contudo, trata-se de uma simplificação das determinações históricas e uma extrema redução das múltiplas figuras da afetividade coletiva.*¹⁸

Com estes três parágrafos de Pierre Ansart, Maria Stella Bresciani inicia a apresentação do livro que registra a coletânea de artigos gerados a partir do Colóquio “*Sentimentos e Identidades: os paradoxos do político*”, realizado na Universidade Estadual de Campinas, em maio de 1994, por um grupo de pesquisadores da própria UNICAMP e de outras universidades, como as Federais do Paraná e Uberlândia, de Brasília e da Metodista de Piracicaba, além de colaboradores da Universidade de Paris VII e CNRS.¹⁹ Ao todo, os quinze artigos da coletânea, além da *Apresentação* do livro, foram distribuídos em três partes: *Razão e Sentimentos na Política*; *Figurações da Identidade Nacional* e *Identidades e Alteridade*.

Este grupo trazia ao Brasil uma linha de pesquisa iniciada na Europa, da qual o próprio Pierre Ansart é um dos maiores expoentes, revisando o lugar dos sentimentos no pensamento político. O pesquisador francês seria um dos responsáveis pela aceitação que, a partir de então, se daria aos estudos da afetividade na área da política, “iluminando mesmo uma leitura menos economicista e determinista dos escritos de Marx”.²⁰

A intenção deste grupo era romper também no país a barreira criada pela historiografia e por algumas outras áreas das ciências humanas que antepunham razão aos sentimentos e à paixão, negando a esta última seu lugar na análise das relações humanas através do tempo. A racionalidade não seria mais a única fiadora da pureza científica que os cientistas sociais invocavam a si, desde a Modernidade, mas apenas um componente do instrumental das ciências, tampouco o mais importante. Como seria possível, por exemplo, tratar de assuntos como identidade

¹⁸ Apud SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: EdUNB, 2002. p. 7. Segundo BRESCIANI, o trecho é retirado do livro ANSART, Pierre. **La gestion des passions politiques**, Lausanne: L'Age d'Homme, 1983.

¹⁹ Participaram desta publicação, por ordem de seus artigos: Jacy Alves de Seixas e Pierre Ansart; Michèle Ansart-Dourlen; Maria Stella Bresciani; Michael Löwy; Jacy Alves de Seixas; Claudine Harouche; Yves Déloye; Iara Lis Carvalho Souza; Márcia Regina Capelari Naxara; Márcia Mansor d'Alessio; Vera Regina Beltrão Marques; Pierre Ansart; Marion Dias Brepohl de Magalhães; Liane Maria Bertucci; Elizabeth Cancelli e Ítalo Tronca.

²⁰ BRESCIANI, 2002, p. 8.

nacional – um tema de estudo caro ao Ocidente desde a formação dos Estados Nacionais – sem aprofundar o correspondente sentimento de pertencimento a um grupo social? Simplesmente a razão não dá conta desta equação. Fazer parte de um grupo pode favorecer a criação de vínculos de confiança junto aos seus, ao mesmo tempo em que possibilita expressar agressividade em relação aos outros, sentimentos estes com profundas implicações sobre a política em geral.

A ação do grupo de pesquisadores desdobrou-se em outros debates e publicações, aprofundando o tema entre nós. Em 2001, um novo colóquio, desta vez *Memória e (res)sentimentos: Indagações sobre uma questão sensível*, realizado novamente em Campinas. Desta feita, os ressentimentos seriam o foco, em seu papel de forjadores de memória e história.

*Questão sensível a das memórias acorrentadas a ressentimentos. Questão delicada, pois nos obriga a explorar regiões e temas a que somos resistentes, parte da história dos ódios, dos fantasmas da morte, das hostilidades, ou do não-lugar dos excluídos e das identidades recalçadas. Sem dúvida, lugar da humilhação, que, porém com frequência se apoia na linguagem da resistência passiva ou da aquiescência indecorosa, cúmplice da humilhação imposta por repor sempre uma mesma imagem degradada, tal como faz parcela significativa dos trabalhos acadêmicos, que, sediados na região na região privilegiada dos saberes competentes, insistem em afirmar a condição menor de determinados grupos, etnias, nações.*²¹

São vinte e quatro artigos, divididos em três partes. Na *Apresentação*, define-se o campo de estudo dos ressentimentos, em três artigos; as partes seguintes são: *I) Percursos de Memória e de História* – subdividida entre *Memória e Esquecimento: Linguagens e Narrativas* e *Usos (Direito e/ou Dever) de Memória*; *II) (Res)Sentimentos e Interioridade: Dimensões Implícitas na História* – subdividida em *Subjetividades e Sentimentos: o Mal-Estar na Cultura*; *Ressentimentos e Confirmação de Identidades e Ressentimentos e Identidades Minoritárias*.²²

Um terceiro Colóquio, multidisciplinar, aprofundaria mais uma vez o tema dos sentimentos na política, desta vez em Curitiba, em outubro de 2002, reunindo historiadores, filósofos, cientistas políticos e sociais e juristas.

²¹ BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, EdUNICAMP, 2001. p. 12/13.

²² Na coletânea, por ordem de publicação, estão: Maria Stella Bresciani e Márcia Naxara; Pierre Ansart; Jacy Alves Seixas; David Kostan; Jeanne Marie Gagnebin; Francisco Murari Pires; Ítalo Tronca; Edgard Salvadori de Decca; Izabel Marson; Cecília Helena de Salles Oliveira; Sandra Jatahy Pesavento; Maria Eunice Maciel; Paulão de Salles Oliveira; Vavy Pacheco Borges; Carlos Galvão; Claudine Haroche; Michele Ansart-Dourlen; Paul Zawadzki; Roberto Vecchi; Elizabeth Cancelli; Marion Brepohl de Magalhães; Yves Déloye e Geneviève Koubi.

Tratava-se de *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*, organizado na Universidade Federal do Paraná, que também teve suas exposições e debates transformados em livro.²³ Além de uma *Apresentação* dos organizadores, são vinte e três artigos que se detêm nos seguintes temas: *Política, Sentimentos Públicos e Violência; Crime, Terror e Direito; Entre(cruzando) o Pensar, o Agir; Revolução, Liberdade, Libertação; Ética e Resistência e Isolamento, Indiferença, Indistinção*, além de um *Posfácio*, de autoria de Celso Lafer, sobre os conceitos de Hannah Arendt.

Os textos desta publicação buscam na referida autora indicações sobre o problema da violência nas sociedades democráticas atuais, após a falência dos sistemas totalitários. Mais uma vez, Pierre Ansart trata dos sentimentos na política:

*Pierre Ansart, comprometido com o estudo dos sentimentos e das paixões no jogo político, aborda a gestão dos ódios coletivos e seu vigoroso papel, em especial no período que antecedeu ao regime nazista, para a legitimação afetiva do poder absoluto reivindicado pelos líderes do movimento até a conquista do poder, quando estes mesmos ódios acabam por perder seu significado político.*²⁴

Por certo que os ressentimentos e ódios são mais flagrantes quando se fala de sentimentos na política, sendo, desta forma, mais estudados. Mas os sentimentos positivos, como o amor, também influentes no dia a dia das pessoas, das instituições e da política, passam quase sempre ao largo das preocupações dos estudiosos, como se nada ou muito pouco se pudesse falar sobre eles. É como se o amor, a empatia, a compreensão, a esperança e tantos outros sentimentos afirmativos tivessem ainda sua limitação ao espaço privado.

De fato, Hannah Arendt já falava em seu livro *A condição humana*, que onde há o amor desaparece o espaço político, pois os amantes tendem a se fundir em apenas um ser, desaparecendo o diálogo, como se o embevecimento dos

²³ DUARTE, André; LOPREATO, Christina e BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion, (orgs.). **A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Os autores, por ordem de publicação de seus artigos, são: André Duarte, Christina Lopreato e Marion Brepohl de Magalhães; Pierre Ansart; André Duarte; Marion Brepohl de Magalhães; Wolfgang Heuer; Adriano Correia; Cláudia Perrone-Moisés; Helenice Rodrigues da Silva; Vinícius de Figueiredo; Thereza Calvet; Edgar Lyra; Bethânia Assy; César Augusto Ramos; Maria Stella Bresciani; Elizabeth Cancelli; Izabel Andrade Marson; Odílio Alves de Aguiar; Márcia Regina Capelari Naxara; Marcos Napolitano; Edgar de Decca; Claudine Haroche; Ítalo Arnaldo Tronca; Marcos Casanova e Celso Lafer.

²⁴ DUARTE, LOPREATO e BREPOHL DE MAGALHÃES, op. cit., p. 8/9.

enamorados levasse a uma ausência das palavras, matéria-prima por excelência da política.

Este é o tipo de amor dos amantes ou, ainda, o amor familiar. Entretanto, há mais do que um tipo de amor. Em nosso idioma, como em tantos outros, existe apenas uma palavra significando amor, mas no grego existem três palavras que significam amor, cada uma delas representando um tipo de amor diferente.

Eros significa amor sensual e físico. Era a palavra usada pelos gregos para falar sobre sexo. Daí vem o termo erótico, que hoje significa qualquer coisa que desperte o prazer físico.

Fileo significa ter afeição, gostar, prestar devoção. É o sentimento que um irmão tem pelo outro, ou que os amigos experimentam entre si. É o amor que leva uma pessoa a ajudar outra. Este é o amor traduzido por *filadelfos*, palavra que descreve o relacionamento entre os irmãos que se ajudam mutuamente.

Agape refere-se ao amor mais sublime. É a palavra usada para expressar o amor de Deus (cf. João, 3:16). Este é o amor descrito na 1ª Carta aos Coríntios, capítulo 13. Quando fala sobre o amor de Cristo usa-se a palavra *agape*, não *fileo*. Esta palavra descreve um amor desinteressado, de alguém que se dispõe a dar de si mesmo sem esperar receber nada em troca. É o amor que leva alguém a oferecer a sua própria vida para salvar a outros.

A partir desta tipologia, veremos, mais adiante, uma definição mais aprofundada do amor em Santo Agostinho, a partir de Hannah Arendt, e como este sentimento pode ser um instrumento político, para chegarmos a entender a ação de Alceu Amoroso Lima ao longo da ditadura militar brasileira.

2.2. O amor e o amor na política

Enganou-se o próprio Shakespeare, ao nos propor pela boca de Hamlet, que **ser ou não ser** é a grande questão. Ora, ser ou não ser, em si, é indiferente. O que há em tudo de supremo, o problema capital de nossa própria razão de ser no mundo e da existência do próprio mundo, é **amar ou não amar**. Esse é o problema.

(Alceu Amoroso Lima, *A supremacia do amor*, Jornal do Brasil, 3/9/1982)

Hannah Arendt sempre foi, ao longo de sua vida, uma estudiosa da existência humana. Política, liberdade, ódio, preconceito, amizade e amor foram alguns dos aspectos sobre os quais refletiu para entender nossa trajetória sobre a Terra. Não à toa, sua primeira obra de fôlego tratou do amor. Ainda muito jovem, aos vinte e dois anos, defendeu sua tese de doutoramento, em novembro de 1928, com o título *O conceito de amor em Santo Agostinho*.²⁵

Mas por que uma judia alemã estudaria Santo Agostinho em seu doutoramento? Nascida em 1906, em Hannover, Alemanha, numa família de judeus educados e “assimilados” pela cultura alemã do seu tempo, com alguma inclinação esquerdista no que diz respeito à política e um certo afastamento no plano religioso. Isso não impediu que a filha única de Martha e Paul Arendt recebesse a devida educação religiosa em uma sinagoga. Suas indagações que a levariam a escrever, na certa, seguiam a tendência de seus professores e orientadores, Martin Heidegger e Karl Jaspers, principalmente, de buscar nos filósofos cristãos, como Agostinho, Pascal, Kierkegaard e Bultmann, fontes para repensar o problema da existência. Havia, à época, todo um entusiasmo em investigar as obras do bispo de Hipona nos meios acadêmicos e filosóficos alemães, igualmente entre teólogos católicos e protestantes.²⁶

Arendt, no entanto, encarou este seu trabalho da forma como uma pensadora ainda pouco madura o faria. Nas palavras de sua principal biógrafa, Elizabeth Young-Bruehl: “A tese de doutorado de Hannah Arendt, “Der Liebesbegriff bei Augustin”, impressa em caracteres góticos, recheada de citações latinas e gregas não

²⁵ ARENDT, H. **O conceito de amor em Santo Agostinho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

²⁶ SOUSA, Jorge Pais de. A presença de Santo Agostinho na obra de Hannah Arendt. In **Estudos**. Lisboa: Centro Acadêmico de Democracia Cristã. nº. 2, 2004. p. 243-267.

traduzidas e escrita em prosa heideggeriana, não é uma obra fácil de entender.”²⁷ Depois da publicação, em 1929, pela editora Springer, de Berlim, esta obra permaneceu guardada, para quando Hannah tivesse tempo para providenciar sua revisão e, apenas nos anos 1960, mais de duas décadas após sua chegada aos Estados Unidos, é que foi retomada, numa tradução que não chegou a satisfazer a autora.

Em sua obra, Julia Kristeva divulga o relatório reservado do orientador Karl Jaspers, acerca do trabalho de sua orientanda. Segundo ele, à época, parecia-lhe que sua aluna

*“está apta a sublinhar o essencial, mas que ela, simplesmente, não reuniu tudo o que Agostinho disse sobre o amor. [...] Alguns erros surgem nas citações. [...] O método exerce alguma violência sobre o texto. [...] A autora quer, através de um trabalho filosófico de ideias, justificar sua liberdade com relação às possibilidades cristãs, que, no entanto, a atraem. [...] Não merece, infelizmente, a mais alta menção [cum laude].” Efetivamente, Arendt parece privilegiar, em Agostinho, o filósofo, em detrimento do teólogo.*²⁸

Para Hannah Arendt não importava o Agostinho religioso, importava-lhe o filósofo que discorreu sobre o amor, hierarquizando-o. Dele, Arendt se utilizará principalmente do conceito de “amor mundi”, o amor ao mundo, que por fim permearia o conjunto da obra da autora, até seu último livro, postumamente publicado, *A vida do espírito*. Tão forte seria isto na vida de Hannah, ela mesma profundamente influenciada pelo amor, como diria nesta última obra, referindo-se mais uma vez a Santo Agostinho: “O amor é o peso da alma, sua lei da gravidade, aquilo que leva o movimento da alma ao repouso.”²⁹ Young-Bruehl usaria o conceito de “amor mundi” no título de sua biografia sobre Hannah, reconhecendo, de certa forma, ser este o conceito mais central na obra de Arendt.

É preciso que se note também que na fase da vida em que Hannah Arendt o pesquisou, a política ainda não era uma preocupação da filósofa que ela buscava ser. Aos vinte e poucos anos, no período entre guerras, apaixonada por um de seus professores, ainda não se antevia a autora vigorosa na denúncia do totalitarismo, da violência e do ódio. Mas o amor que, então, analisava em Santo Agostinho, seria o

²⁷ YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Hannah Arendt**. Por amor ao mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p. 427.

²⁸ KRISTEVA, Julia. **O Gênio Feminino**. A vida, a loucura e as palavras. Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 41.

fio condutor de sua vida pessoal e intelectual, voltando a ele até seus últimos escritos.

Santo Agostinho é considerado um dos maiores filósofos da Igreja, tendo escrito mais de 400 sermões, 270 tratados doutrinários, sob a forma de cartas, e 150 livros. Nasceu em Tagaste, na Numídia, hoje Argélia, na época província romana, ao norte da África, em 13 de novembro de 354; era o primogênito do pagão Patrício e da cristã fervorosa Mônica, mais tarde reconhecida como santa pela Igreja. Entre todos os seus escritos, duas de suas obras são consideradas fundamentais para o desenvolvimento do cristianismo: *Confissões* e *A Cidade de Deus*. “Nenhum outro teólogo tem sido mais influente no Ocidente como Santo Agostinho. Ele assinalou o caminho espiritual-teológico para a Igreja até aos tempos modernos”.³⁰ A ele caberia a introdução do conceito do amor na Igreja, como fundamento para a religião cristã, mais ainda que o respeito às tradições: “Amai a Deus e fazei o que quiserdes”, segundo uma famosa frase de Agostinho, demonstra a dimensão que o amor teria em suas obras.³¹ Mas a que tipo de amor o filósofo se referia? Ou, ainda, existiria mais de um tipo de amor? “Numerosos termos declinam o conceito de amor em Agostinho: amor, desejo (com suas duas variantes, *appetitus* e *libido*), caridade, concupiscência, formando uma verdadeira “constelação do amor” (...).”³²

Hannah Arendt buscou compreender, pois, o significado da palavra amor, a partir do legado de Santo Agostinho. Ela partiu do princípio que o amor resulta da posição do cristão frente a Deus, ao próximo e a si mesmo. Mais que cristão, no entanto, amor foi um conceito desenvolvido por São Paulo, que aproximou a nascente religião dos gentios, isto é, aos demais povos e culturas do Oriente Médio, mas principalmente aos gregos, contrariando a posição inicial das comunidades cristãs de que a revelação da Boa Nova era destinada aos judeus que se convertessem à mensagem de Jesus, o novo Messias há tanto tempo esperado por eles.

²⁹ ARENDT, H. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 256. A frase de Agostinho era: “Meu peso é meu amor, é ele que me leva onde quer que eu vá.”

³⁰ LINDBERG, Carter. **História do Cristianismo**. Lisboa: Teorema, 2007. p. 53.

³¹ Idem, p. 62.

³² KRISTEVA, p. 42.

O que havia de mais forte na mensagem cristã, de verdadeiramente revolucionário, era a noção de libertação das antigas leis, do temor a um Deus poderoso e, por vezes, vingativo, do Antigo Testamento, centrando no amor a base da religião que se espalharia pelo mundo a partir dos ensinamentos de Cristo, mas que ao longo dos tempos seriam transformados pela Igreja num instrumento de poder da instituição sobre seus fiéis.

*Eles não compreenderam (...) que o “não faças aos outros o que não queres que te façam a ti” não era de forma alguma suscetível de interpretações diversas em função da sua pertença a tal ou a tal nação. Com efeito, se se aplica este princípio ao amor de Deus, então é o fim de toda a ação vergonhosa; sendo aplicado ao próximo, é o fim de todo o crime.*³³

Mas, analisando a obra em questão, *O conceito de amor em Santo Agostinho*, vê-se que ela se divide em três partes distintas: o amor como desejo (*appetitus*); o amor na relação entre o homem e o Deus criador (*creature et creator*) e o amor ao próximo, ou a vida em sociedade (*vita socialis*). Hannah identificaria que o amor como desejo e cupidez seriam concepções pré-teológicas, ou pré-conversão, enquanto que o amor como vizinhança ou como relação ao próximo estaria mais ligado aos tempos cristãos.

Na primeira parte de sua tese, a do amor como desejo, Hannah analisa a concepção agostiniana da existência humana e de seu fim último, que é a felicidade. Ele percebe que a vida não é desejada pelo indivíduo, à medida que ele a tem, mas que, como a possibilidade de perdê-la no futuro é real, o indivíduo passa a ver a vida como objeto de desejo, enquanto o medo da morte – ou o medo de perder a vida – torna-se uma forma de expressar o amor pela vida. Da mesma maneira, seu pensamento se desenvolve pelo mecanismo que faz os homens desejarem alguma coisa. Ao querer algo que está fora de si, o homem investe seus esforços para possuir o que seu apetite lhe indica. Conquistando-o para si, cessaria o desejo desta coisa, a não ser que a possibilidade de sua perda seja real. Assim, o amor-apetite transforma-se em medo e o medo, sendo o mal do amor, já não é o amor que motivou a conquista.

“Os bens temporais (presentes no tempo) nascem e morrem independentemente do homem, que a eles está ligado pelo desejo.”³⁴ Todo o

³³ ARENDT, 1997, p. 9.

³⁴ Idem, p. 18.

presente é determinado, não apenas pelo futuro (o não-ainda) como tal, mas também por acontecimentos precisos, temidos ou esperados no futuro. Dessa forma, o presente perde toda a quietude, toda a possibilidade de prazer e, na mesma medida, sua significação original.

Não se pode pôr a felicidade nos bens materiais deste mundo, pois todos são finitos em si e mesmo que tivessem permanência, a própria vida humana é também finita. Da mesma forma, colocar o bem supremo, a felicidade, na existência do outro, numa pessoa qualquer, por mais cara que seja, pela transitoriedade da vida é uma aposta sem sentido, pois se tem a certeza de sua não permanência no futuro. Não se possui nada, nem ninguém, nem a própria existência, que não esteja destinada à morte. Este pensamento afasta toda a paz de espírito, toda a possibilidade de felicidade. Segundo Agostinho, este amor, este apego ao terreno, ao material, é um falso amor, por se prender ao mundo. Ele o chamava cobiça (*cupiditas*). Ao amor puro, que aspira à eternidade e à felicidade eterna, ele chamava de caridade (*charitas*). Segundo Arendt,

*Caridade e cobiça diferenciam-se pelo objeto que visam e não pelo como do próprio visar. Descrevem desde logo a pertença a qualquer coisa e não à atitude, o habitus. O homem é aquilo que se esforça por atingir. O amor é a mediação entre o que ama e aquilo que ama; o que ama nunca está isolado daquilo que ama, isso pertence-lhe. O desejo daquilo que é a ordem do mundo é mundano, pertence ao mundo. O que cobiça decidiu ele próprio, através da sua cobiça, a sua corruptibilidade, enquanto a caridade, visto que tende para a eternidade, torna-se ela própria eterna. Se é verdade que todo o homem particular vive isolado, ele tenta no entanto ultrapassar sempre este isolamento através do amor; mas também não é menos verdade que a cobiça faça dele um habitante deste mundo ou que a caridade o obrigue a viver num futuro absoluto, mundo que ele habitará.*³⁵

A beatitude ou felicidade seria, pois, não apenas a posse do bem, mas também a possibilidade de sua não-perda. A vida constantemente ameaçada pela morte não é vida, uma vez que nunca deixa de correr o risco de perder o que é, aquilo que até sabe que tem que perder um dia. “A vida que é eterna e feliz é a Vida propriamente dita.”³⁶ A vida que não pode ser perdida, ou que não se importa de ser perdida, é a única vida feliz.

A vida terrestre é uma morte vivente ou uma vida morredoura, uma vida posta à determinação da morte. Mas, se se tem medo de ver pôr termo à saúde e à vida, isso já não é, nem nunca mais será a vida. Pois já não é mais viver sem cessar, mas

³⁵ Idem, p. 25.

temer sem cessar. Não há nada mais a amar do que a ausência de medo e esta só existe na perfeita quietude, de que nenhum acontecimento que o futuro reservasse conseguiria abalar. É a eternidade que harmoniza o coração humano.

Um engano comum, depois de Agostinho, era imaginar o mundo e a libido, ou o desejo do mundo, como maus em si. O que prejudica o homem não é o que está fora dele, mas sua dependência a estas coisas transitórias, que se transforma no medo de perdê-las, que o aprisiona ao futuro da não-posse. A cobiça no coração pode fazer do homem escravo de seus desejos, mas a caridade desprendida o liberta, justamente porque não tem medo do futuro, mas a ele aspira. “A realização é a beatitude, que não consiste em amar, mas em fruir daquilo que é amado e desejado. Todo o amor é tensão dirigida para esta fruição. No entanto, ninguém é feliz se não fruir do que ama. (...) Fruir é estar perto do objeto desejado, firme e sem inquietude.”³⁷ Ou seja, sem o medo da perda, sem medo do futuro e da morte.

Onde se pode, então, encontrar a quietude da não-cobiça do que está no mundo? Fora do mundo, ou dentro de si, na busca de Deus em si mesmo é que o homem pode ser feliz. Ao voltar-se para seu interior, o homem encontra a Deus. Encontrando Deus, o homem encontra o que lhe falta, o que o projeta ao futuro.

*Efetivamente, o que é que se quer dizer com falar de si mesmo através de Ti, senão aprender a conhecer-se a si mesmo? E eu procuro-Te fora de mim, e não encontro o Deus do meu coração. Pois Ele estava dentro e eu fora. Em seguida, exortado a regressar a mim mesmo, penetrei no meu próprio interior, sob Tua condução; e isso foi-me possível por que Tu vieste ajudar-me.*³⁸

Esse exercício de introspecção, da busca de Deus dentro de si mesmo, afastando-se das coisas terrenas, seria outra contribuição de Agostinho à fé cristã, influenciando muitas gerações e presente até nos tempos atuais.

Esta necessária ligação com o Criador será mais detalhada na sequência da tese sobre Santo Agostinho. Na segunda parte do trabalho, a autora analisa o amor na relação entre homem e seu Criador, reconhecendo a dependência da criatura pelo Criador. Ela explica, neste capítulo, como a fé é o conceito central da vida do indivíduo, segundo Agostinho, retomando em parte o que já analisara no anterior.

³⁶ Idem, p. 19.

³⁷ Idem, p. 36.

³⁸ AGOSTINHO, Confissões, APUD ARENDT, 1997, p. 29.

A busca pela felicidade remete ao Criador, ao momento da criação, portanto, ao passado (o não-mais). É possível ser feliz rememorando a fonte da existência, que está não apenas na própria história pessoal, mas na de toda humanidade, pois na criação de Adão, reconhecemo-nos como irmãos de um mesmo Pai. Em Adão, no entanto, ao aspirar às coisas materiais, terrenas, na cobiça do fruto da árvore proibida, partilha-se com ele o medo da morte, da perda do objeto do desejo.

A origem do homem, desta forma, mais serviria para levá-lo ao pecado, a partir do pecado original. O amor de Deus, fazendo-se carne, humano em seu Filho, redime a todos deste mal e a todos recupera por sua Graça. Não seria por mérito individual, mas pela Graça divina, que se poderia atingir o destino último na felicidade. O que pode impedir o homem neste trajeto à eternidade seria sua própria vontade, o livre-arbítrio. Rememorar a origem, principalmente a segunda origem, em Cristo, aceitando assim a Graça divina, seria a única possibilidade de alcançar a verdadeira felicidade.

*A vida feliz só pode ser alcançada a partir do regresso (redire) à sua própria origem. O regresso a si é idêntico ao regresso ao Criador. O homem ama-se a si próprio relacionando-se com Deus enquanto seu Criador. Tal como o desejo que aspira à vida feliz só adquire o seu sentido na memória que remonta para além da vida terrestre e mundana, também a criatura, no seu estado de criatura, só adquire o seu sentido através do Criador, que existia antes de ter sido criada, enquanto a sua origem. Pois, na medida em que o Criador é anterior ao criado, a origem já está sempre lá; e como a criatura nada seria sem esta origem, a relação com o anterior é aquilo que em primeiro lugar a constitui como ente. (...) Ser criado significa que a criatura não tira o seu ser dela própria, mas de Deus, entendido puro e simplesmente como o ser, o ser supremo.*³⁹

A Graça divina dá a possibilidade de escolher onde buscar a felicidade. Cabe aos homens elegerem o objeto de seu amor, aquilo que pensam que os fará felizes. Como já se viu, o mal não está no mundo ou nos objetos do mundo, mas onde colocam seus corações. “Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam. Porque onde está teu tesouro, aí também estará o teu coração.” (Mateus, 6; 19; 21).

O amor às coisas presentes, de dentro do mundo, que Santo Agostinho chamava de falso-amor ou cobiça, opõe-se ao amor justo que aspira à eternidade e ao futuro absoluto, chamado de caridade. A vida sem morte, portanto, só é possível no eterno, em Deus. No Deus da caridade.

³⁹ Idem, p. 70.

A caridade, portanto, faz a ligação entre o homem e Deus, enquanto a cobiça liga o homem ao mundo. O que é a caridade? É a opção pela morte deste mundo, na imitação de Cristo, para a doação da vida aos demais. “Quem achar a sua vida perdê-la-á; e quem perder a sua vida, por amor de mim, achá-la-á.” (Mateus, 10; 39).

*A morte, que só ela, excetuando Deus, tem o poder de subtrair o homem ao mundo, reenvia à eleição no seio do mundo. Teme-se a morte porque se ama o mundo (amor mundi); a morte aniquila não só qualquer posse do mundo, mas também todo o desejo de amar qualquer coisa por vir que se espera do mundo. A morte destrói a relação natural no mundo da qual o amor mundi é a expressão. Por isso a morte é, de modo puramente negativo, de tal maneira poderosa, separando-nos do mundo, como o amor de que se apodera em Deus o próprio ser. 'Esse amor constitui precisamente a nossa morte no século e a nossa vida em Deus. Com efeito, se se trata de uma morte logo quando a alma deixa o corpo, como é que não se trataria de uma morte na qual nós renunciemos à nossa afeição ao mundo? O amor tem, pois, a força da morte.'*⁴⁰

Só no amor tem-se a possibilidade de se fazer abdicar da vontade própria, desfazendo-se do orgulho de si e é justamente esta renúncia que permite alcançar a Graça divina. Na renúncia a si é que a criatura abandona-se no Criador, deixando de lado o livre-arbítrio que lhe permitiria praticar ou permitir o mal. Assim, quando ama, é o amor do e ao Criador que nos faz amar e não apenas nossa vontade para com o próximo.

*Esta renúncia a si exprime-se no comportamento face ao mundo. O mundo é amado enquanto criado; amando no mundo, a criatura ama o mundo como Deus. Esta aí a realização da renúncia a si que volta a dar a cada um no mundo, e também a si próprio, o seu sentido verdadeiro proveniente de Deus. Esta realização é o amor ao próximo.*⁴¹

O amor ao próximo é o que liga o homem de fato ao mundo do Criador, pois nele é que se exprime o amor a Deus. Será, pois, no amor verdadeiro, na caridade, que se pode refazer a ligação com o mundo de acordo com a vontade do Criador, amando a todos os homens sem distinção, pois a renúncia ao mundo faz percebê-lo como um deserto, onde não há como diferenciar entre este e aquele, onde não prevalece a cobiça, a inveja e o desejo de posse. O amor ao próximo não se dá pelo fato de ele estar no mundo, mas pelo fato de ter sido criado, como todos, pelo mesmo Criador, tendo no amor de Deus a mesma origem.

A morte deixa de ter significado, pois como o amor ao próximo não se dá pelo que ele é, mas como se percebe nele o que é eterno. “Para o amor, a morte não tem

⁴⁰ ARENDT, 1997, p. 95. A citação de Arendt, dentro desta citação, remete às epístolas de São João.

⁴¹ Idem, p. 112.

importância, porque todo o ser só é uma razão para amar a Deus. (...) Neste amor ao próximo, não é exatamente o próximo que é amado, mas o próprio amor.”⁴²

A terceira parte da tese de Arendt é a que trata, com mais detalhes, da vida em sociedade, do amor em relação aos outros. Se o homem se isola do mundo na relação criatura-Criador, é no relacionamento criatura-criatura, mediado pelo exemplo de Cristo, criador que se fez criatura, que o homem rompe seu isolamento e torna possível a vida em sociedade. O capítulo *Vita Socialis* trata, portanto, que é na direção do outro, do próximo, que o homem pode superar o pecado e a morte, como vimos, uma vez que esta graça só pode ser alcançada na imitação de Cristo.

*‘Eles viram, nós não, e, no entanto, pertencemos a uma mesma comunidade, pois temos uma fé comum.’ A verdadeira sociedade está fundada sobre o fato da fé comum. (...) fundada sobre qualquer coisa que por princípio não é o mundo, é deste modo comunidade com o outro não porque ele esteja aí realmente no mundo, mas devido a uma possibilidade específica; depois, como esta possibilidade é a mais radical do ser do homem, esta comunidade da fé comum que se realiza no amor mútuo, exige o homem por inteiro (...) tal como Deus o exige.*⁴³

Ao nascer, o homem se liga, em primeiro momento, à comunidade humana mais ampla, aquela fundada em Adão, apartada de Deus pelo pecado original, na desobediência do Criador. Depende, assim, dos outros homens, através das diversas gerações, numa sucessão de sociedades alicerçadas sobre os mortos e com os mortos. Isto coloca a sociedade como histórica. O resgate desta natureza pecadora, pela graça do Criador, que concedeu seu Filho para a remissão deste pecado de afastamento de Deus, traz o homem a uma outra realidade. Todos são chamados ao amor pelo Filho que nasceu entre os homens, livre do pecado original, por sua dupla origem, indissociavelmente humana e divina.

Todo o nascimento traz, desta forma, a possibilidade do novo. Hannah voltaria a este tema em vários momentos do conjunto de sua obra, em especial no livro *A condição humana*. Para ela, esta foi realmente a boa nova trazida pelos evangelhos: “Nasceu uma criança entre nós!”⁴⁴ No nascimento de novos homens dá-se o milagre da esperança de salvação deste mundo da ruína a que se destina, da morte, pois podem trazer em si a ação de que são capazes pelo fato de terem nascido. A

⁴² ARENDT, 1997, p. 117.

⁴³ Idem, p. 152. A citação da autora refere-se às epístolas de São João.

⁴⁴ ARENDT, 2004, p. 259.

esperança não é, pois, a última ilusão entre os males da caixa de Pandora, como acreditavam os gregos, mas a possibilidade real de mudança.

*Para Arendt, a temporalidade, longe de precisar ser superada para que o homem seja, é a fonte de sua possibilidade de ação, na qual o seu ser é intensificado. É como se citasse para Agostinho (e Heidegger) um dos trechos que mais apreciava em Píndaro: 'Torna-te o que és' – isto é, reconhece com gratidão o que o fato de ter nascido te proporciona.*⁴⁵

O mundo pode ser salvo, sem que o mérito possa recair sobre este ou aquele grupo humano. A salvação só é possível por Cristo e esta graça é dada por igual, sem distinção de raça, gênero e crença. Cristo é, pois, o fundador da Cidade Celeste, como Adão foi da Cidade Terrena. Resta seguir seu amor, na renúncia de nós mesmos e na aceitação do outro, não pelo outro, mas pelo amor de Deus que nele se manifesta. A vida nova fundada em Cristo é determinada pelo amor mútuo, quando o próximo passa a ser um irmão. A caridade, dever do cristão, fundamenta-se na fraternidade.

A passividade pode levar a aceitar a morte, como descendência de Adão. A possibilidade de salvação, da vida eterna, está colocada, pois, na Graça, no amor que nunca cessa, na caridade. Ao se afastar dela, pelo livre-arbítrio, o homem coloca-se em risco não apenas da morte, mas da morte eterna, por se afastar igualmente da origem primeira, que está no Criador. Isso quer dizer que a caridade exige ação, a opção de um ato volitivo de atuar em favor de Deus e de suas criaturas.

Abandonar-se à fé – nos homens e/ou em Deus – é lidar com coisas da *polis* de uma posição em que o outro não é considerado um inimigo, mas, quando muito, um adversário, ou ainda mais apropriadamente, um irmão, pois todos temos uma mesma origem sobrenatural, de um passado em Deus e na entrega de seu Filho por nossos pecados.

Não desejar as coisas terrenas (cobiça), mas lidar na política com a caridade, torna-nos abertos ao diálogo, à conciliação e à conversão de nossos oponentes e não à tentativa de sua destruição. É a política da não-violência ativa, na linha proposta por Gandhi, Luther King, Dom Helder Camara, entre outros, e defendida por Alceu Amoroso Lima até sua morte.

⁴⁵ YOUNG-BRUEHL, p. 431.

Hannah Arendt, mesmo na fase em que denunciava o totalitarismo e as barbaridades perpetradas pelo nazismo, no absurdo do ódio que vitimou tantos judeus e não-judeus, não perdeu a dimensão adquirida na juventude quanto ao valor do amor no mundo. Seus escritos apontam para a necessidade de agir, de pensar, em direção ao entendimento destes fenômenos, para que eles não voltassem a se repetir e que a humanidade pudesse chegar a perceber sua origem e seu destino no Deus de amor, conforme ensinava Santo Agostinho.

Este amor social, dirigido ao outro, tem, então, sua concretude no espaço público, na política. Como aponta a 1ª Carta de São Paulo aos Coríntios, o amor é paciente, não se exaspera. É cordial, humilde e procura ouvir o outro, sabendo que o respeito à alteridade é condição para fazer com que o outro possa assumir a sua posição, ao fazer com que este também possa ouvi-lo. O amor é prestativo, busca com que os demais tenham suas necessidades satisfeitas, para que o diálogo possa se estabelecer. Nessas condições, o espaço do poder passa a ser garantido, pois se ele se concretiza na palavra e o amor é a própria essência da palavra.

No começo, a palavra se fez carne, ou seja, a vontade de Deus, que é amor, concretizou-se, tornou-se real na palavra, no diálogo da divindade com a natureza, do Criador com as criaturas. Na troca entre as pessoas, o espaço da palavra é o mesmo do encontro, onde a própria relação “empoderiza” as partes que se relacionam.

Após estas breves considerações sobre os aspectos da obra de Arendt dedicadas à interferência do amor no mundo, passemos às conexões passíveis de serem estabelecidas com Alceu Amoroso Lima que, como que por predestinação de seu nome, passou seus quase 90 anos refletindo e lutando a “boa luta” pelo amor no mundo. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 3 de setembro de 1982, cerca de um ano da morte de sua esposa, Maria Thereza, com quem se casara em 1918, e, também, a um ano de sua própria morte, Alceu ponderaria sobre *A supremacia do amor*, onde podemos encontrar pontos de contato entre ele e Hannah Arendt, pois ambos refletem, a nosso ver, os pensamentos de Santo Agostinho. Escrevia Alceu:

(...) Quando definimos a civilização como sendo a passagem da coexistência à convivência, estamos aplicando à vida comunitária aquilo que ocorre em nossa vida pessoal e unitária. Mostramos, com isso, a afinidade intrínseca que existe entre o ser humano em si e o ser humano com ou para o outro (...) reflete-se e é refletida nas virtudes e pecados sociais, congêntos às nacionalidades e civilizações, ao longo da História. Assim sendo, o amor não

é apenas a lei suprema da vida, mas também da história, e o grau de decadência de todas as civilizações como de todos os indivíduos é precisamente essa ruptura entre um código de vida individual medido pelo amor e um código de vida social medido pelo interesse. (...) Nesse jogo sutil entre o nosso destino pessoal, no amor doméstico ou na doação total a Deus e aos outros, é que a virtude suprema do Amor se revela em plenitude da graça e da beleza. Como da Soberba, sumo pecado, todos os demais resultam, também do Amor, suma virtude, todas as demais derivam. (...) Sem ele não há pessoa, como unidade individual de nossa multiplicidade íntima. E muito menos projeção criadora, no plano da verdade, da bondade e da beleza.⁴⁶

O amor humano, eivado do amor do e ao Criador, leva-nos em direção ao outro e é a própria base da história, pois, segundo Alceu, como os indivíduos, as sociedades também se consubstanciam no amor, estando sua decadência diretamente ligada ao descompasso entre o amor e o interesse, entre o espírito e o material, entre a cobiça e a caridade. A origem do amor está no mistério divino, gerador da vida e todas as virtudes dele derivam.

O amor, portanto, nasce originariamente da colisão de dois mistérios. O da Graça, ao colidir com o mistério da Natureza, pois tudo é mistério. E dessa colisão é que nasce a centelha suprema de nossa existência íntima ou projetada para fora, do amor como existência da vida. E com isso, de todas as nossas virtualidades, isto é, de todas as nossas virtudes na possibilidade infinita de suas variantes. São Paulo nos fornece uma dessas sequências mais completas quando nos diz: "Eis os frutos do Espírito: o amor; a alegria; a paz; a paciência; a doçura; a bondade; a fidelidade; a mansidão e a temperança." (Gl 5,16) Os gregos inverteram essa pirâmide. E colocam a temperança como fonte e meta de todas as virtudes. Pessoalmente, prefiro a ordem evangélica e paulina, ao colocar o amor como início e fim de todas as virtudes humanas. Isto é, das nossas virtualidades, das virtudes em potência, o da nossa natureza, em marcha espontânea para Deus. Se Deus é amor, nossa natureza também o é, por si mesma, nas criaturas entre si ou em marcha, de volta ao Criador. A começar pelo nosso amor-próprio. Quem não ama a si mesmo, não sabe amar o companheiro ou a companheira, no casal, que constitui a forma mais bela e mais perfeita de realizarmos o porquê da Criação. E quem não ama o outro ou a outra pelo instinto sacramentado pela palavra divina, não sabe o que é o amor, ou o desfigura. Pois o sabor e o saber do amor não se alcançam senão amando. Não se ensina nem se aprende a amar. O amor se vive ou não se vive. E quando se vive verdadeiramente ultrapassa o tempo e persiste na eternidade. Pois é mais forte do que a morte.

Aqui, Alceu reflete sobre a morte da esposa, sua companheira de tanto tempo, pois o amor é mais forte que a morte. Para ele, todas as virtudes políticas e sociais derivam também do amor, da compaixão pelos desvalidos à justiça social, do patriotismo à estética, da bondade à paz, pois tudo só se dá pelo amor: sem ele somos vazios e vazias são nossas intenções.

(...) Não há vida plena sem pleno amor. Não há felicidade sem atração recíproca. Não há missão cumprida que não seja o amor a cumpri-la. Não há possibilidade de ciência sem o

⁴⁶ LIMA, Alceu Amoroso. *A supremacia do amor*, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03/9/1982. Deste artigo saíram todas as citações a seguir, nesta seção.

amor da verdade. Não há recusa ao mal sem amor do bem. Não há comiseração da miséria sem o amor pelas vítimas. Não há instituições políticas justas, senão por amor dos homens. Não há repartição equânime dos bens sem o amor dos seus beneficiários. Não há patriotismo sem amor pelos nossos patrícios. Nem humanismo sem amor pela humanidade. Como não há beleza estética sem amor pelas formas ou pelas palavras. Não há poesia sem amor pelos versos. Não há bondade sem amor pelo bem. Não há paz sem amor pela concórdia. Em suma, não há nada que dure que não parta do amor pelo próprio amor. Sem ele não há ser que sobreviva à sua própria morte ou à morte de nosso amado. Pois o amor é a própria imortalidade. E o próprio tempo. Pois sem ele não há História nem civilizações. Não há projetos de futuro nem permanência das criações do passado. Sem ele a vida perde todo o sentido. Sem ele nossas ações se tornam vãs. Sem ele não haveria o próprio pecado. Pois a essência do pecado é o desamor. Não haveria vício nem virtude. Nem escravidão nem liberdade.

Estas considerações, de um homem de quase 90 anos que dedicou sua vida à Igreja, ao entendimento entre os brasileiros e ao amor ao próximo, trazem uma outra perspectiva de análise sobre o conturbado período dos anos 1960, quando as paixões contaminavam o ambiente político e social do país e não se anteviam soluções que pudessem trazer alento aos que deploravam o enfrentamento e a radicalização.

Estas reflexões sobre os sentimentos e as paixões mostram as possibilidades de se voltar um novo olhar que não se limite à razão e às forças políticas e sociais, mas que inclua também os sentimentos na política, e o amor em especial, como instrumental de análise dos anos anteriores ao golpe e os que a ele se seguiram. Como não pensar em amor ou afeto na política, quando analisamos o período que vai de 1945 até o ano de 1964, iniciando-se com o golpe que derrubou Vargas e o Estado Novo, e encerrando-se com o golpe militar que cortou a trajetória política de João Goulart e suas reformas de base?

Na vida política brasileira, os exemplos são vários, para que se fique apenas no que diz respeito à Presidência da República. Basta pensar no próprio Getúlio Vargas, ou nos demais presidentes do período ou, mais recentemente, o que se passou com Tancredo Neves, em sua eleição e quase posse, ou mesmo no início do governo de Collor de Mello. Até mesmo o Partido dos Trabalhadores, que renunciou à sua tradicional postura de não fazer alianças, tratando de apaziguar vários setores da sociedade brasileira, com a *Carta ao Povo Brasileiro*, de junho de 2002, e que adotou a estratégia de apresentar o candidato a presidente Luís Inácio Lula da Silva como o “Lula, Paz e Amor”, para torná-lo mais palatável às camadas mais conservadoras.

Analiseemos o que se passou com Getúlio Vargas, inicialmente. Ascendendo ao poder em 1930, a bordo de uma “revolução” contra a “República Velha”, Vargas buscava a modernização da sociedade brasileira atrelada a uma política nacionalista e autoritária, em consonância com as ideologias de sua época. Não se furtou, no entanto, a desenvolver no período do Estado Novo, um culto à personalidade, aproximando o governante das massas trabalhadoras, sem a intervenção de partidos políticos ou outras instituições políticas, fora o próprio executivo ou os sindicatos a ele atrelados. Este conjunto de ações, bem como o período e os políticos envolvidos com este modo de operar, ficaram conhecidos como populismo.

Aproveitando de seu carisma, Getúlio soube se fazer amar ou odiar pelos brasileiros, permanecendo até hoje, mais de 50 anos de seu suicídio, como motivo de estudos, debates e polêmicas. Sua morte e o desfile do féretro entre o Palácio do Catete e o aeroporto Santos Dumont foi uma das maiores comoções e concentrações populares já vistas no Rio de Janeiro. O amor, inspirado pelo “Velho” – que já havia sido tema de “modinhas”⁴⁷ – revelou-se também em epítetos como o “Pai dos Pobres” e motivou reações até violentas da população carioca, como o empastelamento do jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, identificado, junto com seu partido, a União Democrática Nacional, UDN, como os grandes responsáveis pela situação que levou o presidente a tirar sua vida. Lacerda, também conhecido como “O Corvo”, teve que se ausentar do Brasil por meses, com medo de atentados contra sua vida. A UDN conheceu uma grande derrota e esvaziamento nas eleições de outubro de 1954 – as primeiras após o suicídio – e a seguinte, em 1955, que levou Juscelino Kubitschek de Oliveira, do Partido Social Democrata, PSD, correligionário de Vargas, à Presidência, após o breve governo do vice-presidente Café Filho.

Um possível populismo de Vargas e, em maior ou menor grau, o de seus sucessores, soube aproveitar os sentimentos favoráveis da população aos seus governos. A figura presidencial era identificada como paternal e o apelo direto às

⁴⁷ “Bota o retrato do velho” (1951)

(Autores: Haroldo Lobo e Marino Pinto; cantor: Francisco Alves; gravadora: Odeon)

Bota o retrato do velho outra vez, / Bota no mesmo lugar.

Bota o retrato do velho outra vez, / Bota no mesmo lugar.

O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar (Bis)

massas, a personalização da política e de um governo, traziam resposta ao mal-estar apontado por Pierre Ansart quanto às sociedades modernas:

Comparadas às fases revolucionárias e às situações carismáticas, a vida política das nações ocidentais aparece, desde a ruína do nazismo, como pouco apaixonada. Procuramos em vão, no desenrolar das assembleias parlamentares ou nos debates públicos, as intensidades e as mobilizações afetivas próprias aos períodos de revolução. Marx e Freud empregaram ambos o termo “mal-estar” (Unbehagen) para caracterizar os clima afetivo que seria próprio às democracias pluralistas.⁴⁸

O problema de se lidar com paixões na política é que, se por um lado podem acender manifestações positivas entre os simpatizantes de uma determinada corrente, por outro, o acirramento do jogo político leva à radicalização de sentimentos com sinais trocados. Ou seja, a oposição manipula o ódio ao governante na mesma intensidade com que ele estimula o amor por si.

Pode-se dizer que os governos eleitos democraticamente, ainda que com um pluralismo limitado, entre 1945 e 1964, foram representativos de um período “quente” da vida política brasileira. Aliás, apaixonado seria o termo mais apropriado. Já o período ulterior, como veremos a seguir, assumiu outros contornos, não menos motivadores de sentimentos e paixões.

⁴⁸ ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos. In: **História & Perspectiva**. Uberlândia, (25 e 26): (55-80), Jul/Dez 2001 / Jan/Jun 2002.

3. O BRASIL NOS ANOS DE AUTORITARISMO

Desde o final dos anos 1990 muito tem se publicado sobre a chamada “Revolução de 31 de março de 1964”. Autores como Elio Gaspari, Ronaldo Costa Couto, Carlos Fico, Maria Celina D’Araújo, Celso Castro, Maria José de Rezende, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Joel Silveira, entre outros, traçaram um vasto painel no qual buscaram mostrar motivações e envolvimento de vários personagens dos eventos que trouxeram uma longa pausa no Estado de Direito em nosso país, de 1964 a 1985, durante o período da ditadura militar.

É possível também, a partir desta bibliografia, identificar muitas das causas que teriam levado os militares a assumir o enfrentamento e a ruptura com o governo de João Goulart, que vão desde a situação econômica caótica ao crescimento da agitação política no campo e nas cidades, à quebra da hierarquia militar, à impressão de uma corrupção generalizada, ao risco de uma solução “à esquerda”, como no caso cubano, passando, é claro, por uma “insuflação” de determinadas instituições, como a Central de Inteligência e o Departamento de Estado norte-americanos, ou mesmo a Igreja Católica, contra o comunismo que se percebia contaminando o país, muito ao entendimento dos tempos da Guerra Fria.

Esse espírito anticomunista, no entanto, não era propriamente novo no imaginário da sociedade brasileira. Rodrigo Sá Motta, em seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, logo em sua introdução, nos fala que desde a Revolução Russa, em 1917, agitava-se por aqui muito mais que um simples espectro sugeriria:

A ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia causou um impacto muito forte: o que era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta. O entusiasmo e a esperança dos revolucionários, somados à crise da sociedade liberal no contexto do pós-Primeira Guerra, provocaram considerável crescimento da influência dos ideais comunistas.

O que para algumas pessoas era a concretização de um sonho dourado, para outras era um pesadelo tomando formas reais. O comunismo despertou paixões intensas e opostas: de um lado, o dos defensores, encaravam-no como revolução libertadora e humanitária, que abriria o acesso ao progresso econômico e social; de outro, o dos detratores, que o encaravam como uma desgraça total, se acreditava que ele traria destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e do terror político.⁴⁹

Neste capítulo, será feita uma breve cronologia da interferência de setores da hierarquia militar nos governos da República, que teria seu ápice no golpe que

transformou o governo brasileiro numa administração de exceção, autoritária e não democrática. Na sequência, serão observadas algumas razões que teriam levado as Forças Armadas à tutela da sociedade brasileira e o anticomunismo como pano de fundo da ideologia que movia os setores mais conservadores no país, dentro do contexto da Guerra Fria e de sua influência no continente.

Mais adiante, a Igreja Católica terá sua trajetória revista na República e também será objeto de análise para que se demonstre a evolução de sua influência junto à sociedade brasileira, principalmente após a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, e os caminhos que a instituição tomou nos anos que se aproximam do golpe de 1964.

A escolha de se trabalhar com ambas as instituições prende-se ao fato que suas trajetórias são de certa forma semelhantes, como bem observa Kenneth Serbin, em seu livro *Diálogos na sombra*.⁵⁰

3.1. Breve cronologia da interferência militar na República

É fato conhecido que desde o início da República, os militares, em todos os níveis hierárquicos, não se limitavam às suas funções constitucionais, de defesa do território nacional contra possíveis invasores. A própria Proclamação da República, pondo fim ao Império constitucionalmente organizado, se deu por pressão dos militares que acabaram tendo o Marechal Deodoro da Fonseca, monarquista e amigo do imperador, como elemento mais destacado.

Os exemplos mais diretamente ligados ao século XX se iniciaram no episódio dos *18 do Forte Copacabana*, em julho de 1922, em oposição ao governo de Arthur Bernardes, que governaria até 1926, enfrentando ainda o chamado movimento tenentista, na Coluna Miguel Costa-Prestes, em 1924-25. Mais adiante, os tenentes seriam fundamentais no golpe de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, mantendo-o lá até 1945, quando, novamente, os militares teriam papel destacado no afastamento do presidente-ditador.

⁴⁹ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. xx.

⁵⁰ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Em seu primeiro capítulo, o autor trata das semelhanças e diferenças entre Igreja e Exército em sua trajetória histórica no Brasil, desde o fim do Império.

Os quartéis brasileiros seriam agitados, antes disso, pela tentativa de golpe contra Getúlio, conhecida como Intentona Comunista, de 1935, quando grupos de soldados e oficiais de baixa patente de estabelecimentos militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro insubordinaram-se e tentaram deflagrar um golpe para depor o governo, acreditando que o país estava pronto para uma revolução de cunho comunista.

As articulações da Aliança Nacional Libertadora e da direção do Partido Comunista Brasileiro custariam décadas de temor ao comunismo à sociedade brasileira, pelo tanto que foi explorado pela imprensa e pelo próprio governo, como movimento vil, de alta traição, que havia custado vidas inocentes – alguns oficiais teriam sido mortos nos quartéis enquanto dormiam, dizia a versão oficial – em obediência a ordens do *Komintern* stalinista, contrárias à índole de cordialidade e pacifismo de nossa civilização cristã-ocidental, além da quebra da disciplina e do desrespeito à hierarquia, pecados capitais à vida na caserna. Estes eventos serviriam de combustível ao anticomunismo nacional até o fim do século XX e depurariam por anos as Forças Armadas de uma possível influência esquerdista.

Getúlio Vargas voltaria ao poder, em janeiro de 1951, com votação popular expressiva, iniciando um governo de fortes tintas nacionalistas, quase na contramão do clima de bipolarização da Guerra Fria. Suas políticas de fortalecimento da infraestrutura e da economia em geral para suportar o desenvolvimento do Brasil – como a campanha do “Petróleo É Nosso!” e outras iniciativas quanto à ampliação da capacidade energética e do parque industrial – aliadas a uma crescente urbanização, tornariam o país uma sociedade mais complexa, ao mesmo tempo em que atrairiam a atenção dos EUA pelos riscos que impunham à influência norte-americana absoluta no continente. Propostas de uma política externa mais independente, como o Pacto ABC, com a Argentina de Juan Domingos Perón e o Chile, confrontavam o espírito do pan-americanismo pró-EUA e acendiam um sinal de alerta de um perigo que não podia ser ignorado.

A forte oposição que Vargas enfrentaria neste seu governo seria reforçada por setores militares alinhados com partidos como a UDN, cujo discurso liberal e anticomunista encontrava eco na caserna. Seu suicídio, em 24 de agosto de 1954, aconteceu, como se sabe, na esteira dos acontecimentos do atentado da Rua

Toneleros, contra Carlos Lacerda e da pressão exercida pela cúpula das Forças Armadas depois da morte do major aviador Rubens Vaz, atingido pelas balas dirigidas ao ferino deputado da UDN, para que se afastasse durante as investigações.

Novamente, os militares exerceram forte influência na vida republicana, quando da posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Seguidor e aprofundador da política desenvolvimentista iniciada por Vargas, Juscelino sofreria, antes mesmo de sua posse, ameaça de golpe, pelo veto de setores militares ao fato de seu vice, João Goulart, ser identificado com o sindicalismo esquerdista e, como afirmava a imprensa na época, ter garantido o apoio dos comunistas à sua candidatura. Um contragolpe, do marechal Henrique Teixeira Lott, depôs Café Filho da Presidência da República, dando o cargo ao Presidente do Senado, Nereu Ramos, que garantiu a posse de Juscelino. A sociedade brasileira há tão pouco tempo abalada pelo suicídio de Getúlio não suportaria novos traumas. JK, apesar da pequena margem de votos com que se elegeu, era um político popular, bem apessoado e partidário do diálogo, tendo feito uma boa administração no governo de Minas Gerais, por estas razões era visto, então, como uma pessoa talhada para o desafio de normalizar as relações sociais e políticas no país.

Tendo sido eleito por uma coligação entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), seu governo é considerado um dos que mais buscou o desenvolvimento econômico do país, com seu Plano de Metas e a construção de Brasília. Todavia, uma forte inflação, denúncias de corrupção e agitação crescente nos meios sociais também marcariam sua passagem pela Presidência e abririam caminho para a chegada de Jânio Quadros ao poder federal, a bordo de coligação entre o Partido Democrata Cristão (PDC) e a UDN.

Finalmente no poder, com Jânio, a UDN amargava com desconfiança, no entanto, a eleição de João Goulart para vice-presidente, pelo PTB. Isso logo viraria desespero pela política do presidente Quadros, ora ansioso em promover mudanças conservadoras, ora com ideias de afirmação de independência em relação aos EUA, além de desenvolver um estilo de populismo histriônico e moralista. Seu governo, de pouco mais de sete meses, encerrou-se num suspeito pedido de renúncia, que se acreditou ser um golpe mal calculado, pois se seguiu ao envio de Goulart à China

em missão comercial e diplomática, que reforçava a imagem do vice como homem de esquerda, temido pelos setores conservadores brasileiros.

Novamente, as lideranças militares se oporiam à posse de um presidente constitucionalmente eleito. Elas se justificavam ao afirmar que o período de Jânio na Presidência teria sido tão curto que caberia uma nova eleição para seu cargo. Ignoravam, com premeditação, o texto constitucional e o fato de Goulart ter sido eleito vice-presidente com votação superior ao próprio Jânio Quadros: o que importava era evitar a chegada ao poder de um presidente do PTB, tão identificado com teses caras à esquerda e ao sindicalismo, num momento em que a Guerra Fria era tão agudamente sentida no continente americano, logo após a vitória da Revolução Cubana.

Foram detidas em sua pressão contra a posse, desta vez, por uma reação de setores políticos e populares, principalmente liderados por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de João Goulart. Respalhado pela Cadeia da Legalidade – a partir de uma ampla campanha radiofônica que organizou a resistência civil e permitiu a Goulart retornar ao Brasil pelo Rio Grande do Sul – Brizola forçava negociações em torno da volta de seu cunhado ao poder. Políticos de diversos matizes acabaram por encontrar uma solução para o impasse, que foi a adoção do Parlamentarismo, onde o Congresso passaria a indicar um Primeiro Ministro que governaria de fato o país, mantendo o Presidente como Chefe de Estado, sem poder executivo.

No ano seguinte, setores políticos ligados a Goulart conseguiram passar uma proposta de antecipação do plebiscito marcado a princípio para 1965, onde a população se manifestaria pela volta do regime presidencialista ou a manutenção do Parlamentarismo. Com isso, no início de 1963, João Goulart voltaria à condição de Presidente da República sem as amarras que a oposição lhe havia imposto com o Parlamentarismo. O restante do seu governo seria marcado pela violência política de lado a lado e pela instabilidade social, até sua destituição em abril de 1964.

Mais uma vez e, então, de forma direta, sem defecções, os oficiais superiores das três armas militares imporiam seu poder de interferência sobre a sociedade brasileira. A partir de um levante militar, iniciado de forma intempestiva pelo general Olympio Mourão Filho em Juiz de Fora, em resposta ao discurso de

João Goulart na Assembleia dos Sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, a alta oficialidade assumiria o controle do país por mais de 20 anos.

A “Revolução de 31 de março de 1964”, como foi chamada, nada tinha de revolução. Tratava-se de um golpe de Estado que, sob a justificativa de restaurar a democracia e as instituições ameaçadas pelo comunismo, ignoraria a Constituição, promovendo um período de mudanças políticas, econômicas e sociais, de acordo com o plano dos quartéis de como o Brasil deveria ser governado e gerido para alcançar o desenvolvimento e seu lugar de potência regional, ligada à influência norte-americana, na continuidade da Guerra Fria, coerentemente à Ideologia da Segurança Nacional.

Para tanto, não titubeariam em promover perseguições aos grupos considerados de esquerda, como membros de sindicatos, da imprensa, de editoras, de diretórios acadêmicos, organizações camponesas, partidos políticos e associações mais diversas, mas também a qualquer cidadão que se expressasse contrário às “conquistas revolucionárias”, inclusive dentro das Forças Armadas. Suspenderam as garantias e liberdades individuais, o direito ao *habeas-corpus* e mesmo os ritos de processos jurídicos reconhecidos na Constituição, passando a valer as leis de exceção, redigidas para garantir a Segurança Nacional e o próprio esquema político montado pelo que viria a ser conhecido como o “Sistema”.

A pergunta que fica é: o que teria motivado setores importantes da hierarquia militar a ignorar a Constituição brasileira, em tantas ocasiões, interferindo no processo político e social à revelia de suas funções corporativas?

Joel Silveira tem uma opinião interessante, que se coaduna com os termos desta tese. Ele foi correspondente de guerra, embarcado junto à Força Expedicionária Brasileira, durante a Campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial e acreditava que o retorno do Exército brasileiro da Europa e a forma como foram tratados os expedicionários pela ditadura de Vargas e pelos governos civis que se seguiram acabou por gerar um forte ressentimento neles. Ele explica assim, em seu livro de reportagens, de 1967:

No dia 18 de julho de 1945 desembarcava no Rio de Janeiro o primeiro escalão expedicionário, ovacionado pela cidade inteira. Mas, então, a FEB não existia mais, pelo menos como corpo regular de Exército. Deixara de existir a partir de 16 de julho, exatamente no dia em que o primeiro escalão embarcava na Itália de volta ao Brasil. (...) É

que o Estado Novo, ainda vigente, que temera a ida da FEB, temia ainda mais, agora, a sua volta.

(...) No Governo do general Dutra, que sucedia a longa ditadura de Vargas, a oficialidade expedicionária logo compreendeu que a “FEB não teria vez”, como de fato não teve. (...) Iria continuar a ESG, no Brasil, a simbiose cidadão-soldado, com a união na mesma tribuna de conferências, do general e do engenheiro, do coronel e do economista, do major e do político. Criada no Governo Dutra por um grupo de oficiais da FEB, tendo à frente o general Cordeiro de Farias, a ESG seria o próprio prolongamento da FEB (...).⁵¹

Desmobilizados e inicialmente lotados, os militares profissionais, em várias áreas do território nacional, por temor de sua unidade operacional, conseguiram, ainda assim, junto a Dutra, a criação da Escola Superior de Guerra, a ESG, que seria o centro de formação mais importante da alta oficialidade brasileira. A atuação deste novo organismo militar logo se fez sentir nas doutrinas que animavam os comandos castrenses e na identificação dos problemas brasileiros.

Nos debates da ESG, duas obsessões logo se fizeram. Uma delas, a crença, por parte da maioria dos oficiais expedicionários, já agora agrupados na “Sorbonne”, na infalibilidade da democracia americana. A outra, a certeza da falência das elites civis do Brasil, incapazes de dirigir a Nação.

Em 1945, em conversa com um dos líderes da ESG (...) eu trouxe daquele encontro (...) os cinco pontos básicos em que a ESG assentava seus pontos de vista e com os quais justificava a sua ação, ostensiva ou conspirativa. São eles: “a) Faliram as elites civis do Brasil; b) Tem havido um completo descaso pelos problemas fundamentais do país; c) Os quadros dirigentes vêm sendo mal-escolhidos, e quase sempre se põem à testa de uma tarefa relevante o menos indicado para isto; d) Tem prevalecido, no trato das coisas públicas, o interesse pessoal acima do interesse nacional; e) A corrupção se alastra.”⁵²

Ora, em meio a este grande ressentimento em direção aos governos que insistiam em não compreender a relevância dos que arriscaram suas vidas pela defesa da democracia e dos valores ocidentais na luta contra o nazifascismo e não podendo confiar nos civis em geral e nos políticos em particular, caberia à ESG providenciar quadros para depurar a sociedade brasileira e dar conta dos grandes desafios de desenvolvimento do Brasil, ao mesmo tempo em que se alinhavam aos Estados Unidos, na luta contra o avanço do comunismo internacional.

Frustrações e ressentimentos foram-se acumulando no após-guerra da FEB. Mas a culpa maior dessa marginalização a que foram submetidos, os oficiais da FEB não a punham nos seus camaradas de profissão, mas nos políticos civis que haviam permitido a sobrevivência, na democracia restaurada, da maioria dos elementos que durante anos haviam servido à ditadura e ao ditador. Fundada ainda no governo Dutra, a Escola Superior de Guerra – a chamada “Sorbonne” – fez-se depositária de tais sentimentos. Foi a ESG quem impôs, como ponto pacífico, a tese de que “as elites civis fracassaram”, e que, por isso, impunha-se uma completa reformulação dos quadros políticos do país. Como substituto para a elite civil

⁵¹ SILVEIRA, Joel. **Meninos, eu vi**. Rio de Janeiro: Ed. Tribuna da Imprensa: 1967. p. 22 e 24.

⁵² Idem, p. 24/25.

*“fracassada”, a ESG oferecia uma elite militar estudiosa, aplicada, em dia com os problemas do país, impaciente por participar não só da solução desses problemas, mas da direção de toda a vida nacional.*⁵³

Joel Silveira terminaria seu raciocínio, creditando ao ressentimento a situação que seguiu após o golpe.

*No dia 1º de Abril, com o desmoronamento puro e simples do governo João Goulart, a FEB chegava finalmente ao poder. Um poder total. Do norte ao sul, de leste a oeste, a FEB dominou os cargos e postos mais importantes do País, civis e militares. Mas, como já se disse, a FEB chegava ao poder depois de dezenove anos de frustrações e ressentimentos. E como ressentidos e frustrados é que seus elementos, ou pelo menos a maioria deles, conduziram-se nos diversos comandos que assumiu – ou seja, com rancor e espírito de vingança. Essa necessidade de desforra manifestou-se principalmente contra elementos civis. Professores, intelectuais, políticos, estudantes, em todos os recantos do país, podem ser apontados como as principais vítimas dessa revanche. Quando a Escola Superior de Guerra, fruto da FEB, deu às forças armadas uma inteligência privada, exclusivamente sua, a inteligência civil passou a ser olhada com desconfiança e, em alguns casos, como inimiga. (...) Da mesma maneira como foi marginalizada, durante dezenove anos, a FEB marginalizou agora a inteligência civil. E num Estado de fato sob o seu comando, permitiu que universidades fossem invadidas e presos professores, intelectuais, estudantes, substituindo a Polícia Política nas suas quase sempre torpes tarefas repressivas.*⁵⁴

Pode-se considerar que o fato de serem detentores de uma formação intelectual mais apurada até os anos de 1960, no sentido em que poucas eram as instituições de ensino superior no Brasil capazes de receber jovens de diversas origens sociais, dando-lhes o preparo não apenas acadêmico, mas também cívico, fazia com que se sentissem mais bem preparados para assumir os desafios de conduzir o país aos destinos que acreditavam ser o nosso. Principalmente numa segunda fase do Regime, que seria conhecido como os “Anos de Chumbo” (que se iniciaram após o impedimento, por motivo de doença, à presidência do general Arthur da Costa e Silva), aqueles que haviam tido a oportunidade de frequentar os cursos de formação destinados a detentores de altas patentes e, a partir de 1949, a Escola Superior de Guerra, inspirada no *National War College*, dos EUA, constituíam a “nata” da oficialidade. Esta elite acreditava-se mais apta que a maioria dos civis, com pretensões mais justas e patrióticas para o conjunto da sociedade brasileira da época.

Os militares desconfiavam dos motivos das lideranças civis, principalmente dos políticos, que lhes pareciam pouco patriotas e muito ciosos de atender a seus

⁵³ Idem, p. 28.

⁵⁴ Idem, p. 29.

próprios interesses. Não compreendiam a aparente desordem parlamentar, acreditando que as instituições democráticas gastavam tempo precioso para atingir o desenvolvimento que o Brasil precisava para se colocar ao mesmo nível das demais nações que realmente importavam, em discursos sem fim e debates inúteis.

Além disso, consideravam que determinados setores não percebiam o quanto o país se inclinava para um golpe de esquerda, fazendo com que ficasse sujeito, por inércia ou conivência, à mercê de ideologias estranhas à tradição cristã ocidental do Brasil. Ressentiam-se contra os que consideravam “vendilhões da pátria” – para usar uma expressão da época.

Após três anos de tentativas de reconciliação e negociação por parte de homens que cercavam Castello Branco, com Costa e Silva a ideia de “revolução” chegava a seu paroxismo: os radicais que cercavam o novo presidente se propunham a reconstruir o país a partir de novas bases. Essa utopia autoritária estava claramente fundada na ideia que os militares eram superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.

Se é verdade que este raciocínio não pode nem deve ser generalizado para toda a corporação, e (...) deve ser aplicado apenas a um pequeno grupo, o poder foi exercido em nome dos militares.⁵⁵

Por outro lado, consideravam João Goulart um presidente fraco, incapaz de deter o avanço eminente do comunismo sobre a sociedade brasileira e as influências maléficas de seu cunhado, Leonel Brizola. Desta forma, para dar resposta a uma situação que se afigurava cada dia mais tensa, alguns setores, em especial ligados ao Exército, mas também às demais armas, iniciaram um processo de conspiração que levaria à queda do governo Goulart, que envolveria ainda políticos como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, entre outros. Não se pode dizer, porém, que o governo ignorava o que passava junto à oficialidade.

De qualquer modo, o Governo não ignorava, totalmente, o que ocorria. Sua tolerância, entretanto, permitiu que a conspirata se alastrasse no seio das Forças Armadas, tendo como um dos eixos principais a Escola Superior de Guerra, apelidada de Sorbonne, cujos ideólogos, amigos do Coronel Vernon Walters e engajados no anticomunismo da guerra fria, passaram da concepção da inevitabilidade do confronto atômico entre os Estados Unidos e a União Soviética para a doutrina da guerra contrarrevolucionária, sempre ao compasso do Pentágono. E, em princípios de outubro [de 1963], Lacerda antecipou ao Los Angeles Times que o Governo de Goulart poderia cair antes do fim do ano, estando os militares a discutir

⁵⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do Golpe**. Rio de Janeiro, 2004. p. 9.

se seria “melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo”.⁵⁶

Para acalmar o espírito inflamado de seus ministros militares, indignados com a entrevista de Carlos Lacerda, Goulart tentaria a decretação do estado de sítio para punir adequadamente o governador da Guanabara, mas o Congresso o desautorizou e mesmo os sindicatos e demais apoios populares do governo desconfiavam que o estado de exceção pudesse trazer riscos a eles próprios. Goulart titubeou, então, em seguir a solução que Leonel Brizola lhe indicava, de um golpe de Estado que lhe desse poderes para combater a conspiração que se fortalecia, preferindo manter-se dentro dos limites constitucionais.⁵⁷ A partir daí, o presidente perderia definitivamente o controle da situação política do país, bem como o das Forças Armadas.

Paralelamente a esta situação altamente inflamável nas Forças Armadas, o Governo de Goulart sofreria um desgaste imenso pela ação norte-americana, fracamente em consonância com as correntes mais reacionárias às reformas pretendidas pelo presidente e apoiadas pelos setores mais populares da sociedade civil. Se Kennedy padecia de dúvidas quanto à necessidade de desestabilização do governo brasileiro, Lyndon Johnson, na presidência após o assassinato de Dallas, liberaria as ações da Central de Inteligência Americana e do Departamento de Estado no sentido de minar a autoridade de João Goulart, em apoio aos apelos de empresários e dirigentes políticos de direita.

Apesar de todos os esforços do Council of the Americas, sob a liderança de David Rockefeller, visando a desestabilização do Governo de Goulart, com conhecimento e participação da CIA, Kennedy talvez não se dispusesse ainda a assumir a responsabilidade pela sua queda, embora a desejasse. (...) Sua morte, efetivamente, abriu caminho para uma definição. Com a ascensão de Lyndon Johnson à Presidência da República, a política externa dos Estados Unidos endureceu e seus efeitos o Brasil logo sofreria.⁵⁸

Esta nova política deliberava, por exemplo, que verbas do programa *Aliança para o Progresso* fossem destinadas apenas a governadores opositores a Goulart, como Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, para que não significasse

⁵⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 130.

⁵⁷ Idem, p. 131.

⁵⁸ MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 140 e 144/145.

qualquer tipo de ajuda ao governo central, à sua balança de pagamentos ou orçamento da República, prática esta anteriormente proibida por Goulart.

*Assim, enquanto o Departamento de Estado se empenhava na secessão do Brasil e na desestabilização do Governo de Goulart, a conspiração estimulada pelo aguçamento das contradições internas, evoluiu da defensiva, como alguns dos seus líderes a apresentavam, para a ofensiva, isto é para o desencadeamento não de um simples golpe de Estado, um putsch clássico, mas, de uma guerra civil, que se arrastaria por quatro, cinco, seis meses ou mais.*⁵⁹

Sem qualquer esperança de fazer realizar as reformas de base que pretendia sem conflitos e dentro da normalidade constitucional, Goulart, no entanto, não buscou o caminho do golpe, nem o confronto entre as forças que julgava representar e as elites que se lhe opunham cada dia mais agressivamente. Todavia, sem alternativa, pode-se dizer que seu governo derivou mais e mais à esquerda, não apenas dentro de seu Partido Trabalhista Brasileiro, mas aceitando uma convivência cada vez mais próxima dos comunistas, dos movimentos sindicais e populares em geral, para horror das classes médias urbanas, que viam confirmado o discurso udenista de que se preparava um golpe de esquerda no Brasil, de iniciativa cubano-soviética, em linguagem tão apropriada aos tempos da Guerra Fria que se seguiam.

Mesmo antes de 1963, a sociedade brasileira já contaria com forte pressão contra João Goulart. A criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), em novembro de 1961, e a fundação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ainda mais antiga, no ano de 1959, foram pontos de ebulição de várias campanhas anticomunistas e contra Goulart. Ambas difundiam notícias na imprensa, financiavam estudos e palestras em ataque às posições consideradas extremistas por parte do governo. Para melhor se entender o clima social desta época, é importante discutir aqui o anticomunismo e suas raízes na sociedade brasileira.

3.2. Anticomunismo

Pode-se dizer que o anticomunismo é praticamente contemporâneo à própria Revolução Russa de 1917. Anteriormente a esta data, o mal-estar causado pelas reivindicações das classes trabalhadoras por melhores salários e por condições de vida e de trabalho mais condizentes com um nível mínimo de

⁵⁹ Idem, p. 145/146.

dignidade humana era mais difuso e visto como práticas de agitadores, pessoas que queriam apenas destruir a progressiva sociedade moderna que se construíra desde o século XIX e da Revolução Industrial. Quanto aos anarquistas, por exemplo, apesar de conquistar respeito e apoio de vários setores das camadas populares, eram vistos pelos marxistas como incapazes de formular uma proposta factível de substituição do Estado para chegar à nova sociedade que propunham.

Sindicatos e partidos de esquerda de diferentes matizes, mas quase todos inspirados no Socialismo, conquanto conquistassem alguns direitos e respostas às suas reivindicações trabalhistas, eram duramente reprimidos quando propunham mudanças na política institucional. A partir de 1917, com a Revolução Russa, um novo modelo se apresentava em todo o mundo, como uma utopia concretizada.

As transformações trazidas pela Revolução Francesa, no fim do século XVIII, à sociedade europeia e a todo o mundo encontravam, enfim, um movimento sucedâneo. Se aquele teria retirado a aristocracia do poder, os acontecimentos da Rússia bolchevique ameaçavam a burguesia, grande condutora dos destinos da porção ocidental da humanidade.

*Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois, complementando a ação estatal, grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais e religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística.*⁶⁰

No Brasil, que muito recentemente havia abandonado a escravidão e ainda padecia de um modelo de sociedade ruralizada, com pouca industrialização e consequente classe operária urbana em pequeno número ao total da população, as ideias anticomunistas seriam trazidas mais por influência europeia, do que gerada por problemas nacionais próprios, por mais que estes existissem e fossem reais.

*Não causa surpresa nenhuma que as elites brasileiras, habituadas a importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a ideias, teriam sido caudatárias também em relação ao anticomunismo. Em grande parte, as visões sobre o que seria o comunismo e a ameaça que ele significava à ordem social foram decalcadas de modelos estrangeiros. As representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil a partir de 1917 refletem uma influência externa marcante.*⁶¹

⁶⁰ SÁ MOTTA, p. 1.

⁶¹ Idem, ibidem.

Ao mesmo tempo, o início da industrialização do país vinha sendo apoiado por levas de trabalhadores europeus, italianos, sobretudo, que aportavam ao Brasil, fugidos de problemas sociais graves em suas terras e da própria guerra. Esta migração posicionada entre o operariado nacional chamava a atenção das autoridades quando se tratava de reprimir a agitação social. Não eram os problemas de relacionamento entre os patrões brasileiros e os trabalhadores que causavam as greves e demais motins operários, mas a influência dos “estrangeiros”, que se infiltravam na boa índole dos elementos nacionais. “Qualquer reclamação que os operários formulassem era vista como obra de “agitador estrangeiro”, mas não se dizia que, na verdade, eram estrangeiros a maioria dos patrões que exploravam o braço produtor no país, fosse ele nacional ou não.”⁶² Para combater este “perigo” é que se instauraria a Lei Adolfo Gordo, em 1907, que permitia expulsar qualquer estrangeiro considerado agitador, ou que ao menos estivesse envolvido em greves.

A questão trabalhista ser tratada como caso de polícia não era, portanto, novidade em solo brasileiro. Ajuntou-se a ela o perigo mais concreto da influência de uma potência estrangeira que se interessava em difundir a luta de classe mundo afora. Para combater este perigo crescente, até a Segunda Guerra Mundial, os métodos do anticomunismo brasileiro seguiam os modelos trazidos da Europa, justamente dos países mais preocupados com esta questão. Getúlio, principalmente durante o Estado Novo, daria ampla liberdade de ação aos que defendiam o anticomunismo, inclusive com ações diretas. Tome-se como exemplo a perseguição aos militantes depois do fracassado Levante de 1935, a prisão de Prestes e a deportação de Olga Benário à Alemanha nazista.

Após o grande conflito mundial, tornando-se os Estados Unidos da América não apenas a maior potência internacional, mas também o maior centro difusor de ideias anticomunistas, foi natural que os setores assim comprometidos contra o espectro soviético no Brasil buscassem acolhida naquele país.⁶³

A Revolução Cubana, pode-se imaginar, trouxe ainda mais combustível para atmosfera volátil dos anos da Guerra Fria. Se os guerrilheiros da *Sierra Maestra* tinham por objetivo inicial um movimento nacionalista para deposição de um ditador,

⁶² GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 89.

⁶³ SÁ MOTTA, p. 2.

tido como sanguinário e apoiado pelos EUA, e recuperar a autoestima de um dos países caribenhos mais espoliados pela ação de empresas e particulares norte-americanos, a escalada de retaliações entre o governo norte-americano e o cubano acabaria levando a uma ruptura total entre ambos e a passagem para a órbita soviética de Cuba, como única alternativa possível frente ao poder ianque na região.⁶⁴

A partir do início dos anos 1960, o perigo soviético, segundo a Ideologia da Segurança Nacional, vinha acompanhado pelos supostos planos de expansão do comunismo por parte de Fidel Castro e seus companheiros. De fato, Ernesto “Che” Guevara acreditava que a Revolução Cubana só triunfaria se acompanhada por outras revoluções pela América afora. Tratava-se da ideia de Trotsky da expansão permanente do processo revolucionário. Para tanto, comprovando esta busca de difusão da luta anti-imperialista, Fidel anunciaria a saída de Che da ilha em 1965. Ele acabaria por ser capturado e morto nas selvas bolivianas, em outubro de 1967.

Todavia, a Revolução Cubana ser identificada com a exportação de um modelo perverso de subversão da ordem estabelecida, ao financiar ou adestrar militantes para a luta armada e tomada do poder, transcendia a figura do próprio Guevara. Antes e depois do golpe militar de 1964, volta e meia apareciam manchetes nos jornais noticiando a existência de campos de treinamento para guerrilha em Cuba para brasileiros, bem como a célebre história dos dólares que Fidel haveria entregado a Leonel Brizola para a compra de armas e organização da resistência a uma possível tomada do poder pelos militares.

Verdadeiras ou não, estas histórias preenchiam o imaginário das classes médias brasileiras, substituindo o papel de vilão principal até então desempenhado pela URSS, vista ainda como quem mexia os cordões por trás de Castro. Mas qual a origem social desta espécie de paranoia?

Rodrigo Patto Sá Motta indica três matrizes do anticomunismo no capítulo segundo de seu livro.⁶⁵ Sá Motta identifica a heterogeneidade do anticomunismo, que nem de longe tenta ser um movimento unificado, ou de respostas únicas ao

⁶⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Marti a Fidel**, a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Os capítulos VII e X detalham esta escalada, com retaliações mútuas e a consequente ruptura que geraria a Crise dos Mísseis, em outubro de 1962.

⁶⁵ SÁ MOTTA, p. 15/46.

“problema” do comunismo. Ele chama a atenção, porém, para o fato de que em momentos de crise, grupos de diversas origens sociais buscariam a criação de frentes únicas visando o combate ao inimigo comum, ou seja, os comunistas. Não se poderia sequer falar que todos os anticomunistas encontrar-se-iam à direita dos comunistas, pois até mesmo algumas tendências consideradas de esquerda – como os anarquistas – em alguns momentos históricos colocaram-se contra os bolcheviques, criticando, principalmente, aspectos relacionados à repressão dos governos soviéticos autoritários e à falta de liberdade de expressão.

As três matrizes a partir das quais o anticomunismo estaria mais presente entre nós seriam: o catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo. Cada uma destas matrizes utilizaria linhas de crítica e ação próprias contra a difusão de ideias comunistas no país, com atores sociais definidos em separado, por mais que em momentos de crise, seus discursos e prática tendessem à convergência.

3.2.1. O catolicismo

A Igreja Católica, desde a segunda metade do século XIX, combatia o que considerava uma tendência tão danosa quanto havia sido a da Revolução Francesa. A prática revolucionária estimulada nos escritos socialistas trazia à memória da Igreja os anos que se sucederam à queda do Antigo Regime, com todas as perseguições, adesões forçadas de bispos, padres e freiras à Constituição do Clero, confisco de bens, assassinatos e impedimentos à prática da fé. Leão XIII seria o primeiro papa a escrever uma bula – *Quod Apostolici Muneris*, de 1878 – condenando os erros das propostas revolucionárias difusas de socialistas e comunistas, recomendando aos trabalhadores que suportassem suas dificuldades com paciência e resignação.

O papa voltaria ao tema, em 1891, com a *Rerum novarum*, considerada o marco inicial de uma nova doutrina social da Igreja, a qual, conquanto continuasse condenando os comunistas, reconhecia as agruras sofridas pelos trabalhadores e as situações de injustiça e miséria a que eram submetidos, conclamando os empresários à prática da equidade e da caridade para minimizar os sofrimentos. Mas, indo mais longe, Leão XIII via, então, o Estado com um papel fundamental na mediação dos conflitos.

*A ação do Estado tornava-se necessária: protegendo a propriedade; impedindo as greves; protegendo o trabalho dos operários, mulheres e crianças; limitando as horas de trabalho; assegurando o pagamento do justo salário (o suficiente para “assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado”); e garantindo proteção para os velhos, os acidentados e os doentes.*⁶⁶

Este documento mostra uma mudança considerável na postura da Igreja em poucos anos e a preocupação na perda de influência e prestígio junto às classes trabalhadoras, cada vez mais seduzidas pelas propostas de um paraíso operário na Terra, ao invés de ter que esperá-lo na vida eterna. Mas não se tratava apenas de um temor passageiro: a Igreja percebia que as novas doutrinas revolucionárias iam muito mais fundo do que foram as da Revolução Francesa, chegando a questionar a existência de Deus, partindo de pressupostos como o materialismo histórico, a luta de classes, o fim da família tradicional e do direito à propriedade privada, além da contestação de toda hierarquia social. No extremo, haveria uma incompatibilidade total entre a Igreja e um regime instituído sobre tais diretrizes.

Os temores vieram a se concretizar na Revolução Soviética de 1917. O regime que foi implantado na Rússia dilacerada pela Primeira Guerra, recém-saída de um império falido que se mantinha com dificuldade em meio à baixa produtividade agrícola e uma industrialização incipiente, tornou real tudo aquilo que a Igreja receava: confisco de bens, assassinatos e perseguições, veto às atividades de culto e educação religiosa. O trauma da Revolução Francesa estava de volta, ainda mais intenso numa época de transição para a própria Igreja, privada de seus territórios, com o papa e a Cúria reféns do novo Estado Italiano unificado desde 1871.

Bispos e padres de todo o mundo condenavam repetidamente nas missas, na imprensa e nos pronunciamentos, o descalabro da situação do comunismo e da ruptura que representava às tradições mais caras à Igreja e ao mundo ocidental. Este apego antiprogressista acabaria por trazer ainda mais prejuízos à Igreja Católica, que identificada com a manutenção de uma ordem injusta e ultrapassada, seria alvo de novas perseguições em outras latitudes.

Para contrabalançar, de certa maneira, esta perda de influência principalmente junto às classes trabalhadoras, a partir do entendimento da *Rerum novarum* e de uma nova Doutrina Social da Igreja, alguns bispos europeus lançariam

⁶⁶ SÁ MOTTA, p. 20.

a Ação Católica, que entre suas práticas incluiria o trabalho mais diretamente com o proletariado, conhecido como Círculos Operários. No Brasil, estes Círculos seriam iniciados em 1932, por iniciativa de Dom Sebastião Leme.

Mas essa ação era muito limitada em termos do conjunto da Igreja. O que mais se podia encontrar era a sua identificação com uma situação de apoio às estruturas opressoras e condenação a tudo o que se pudesse revestir de mudança social. Assim se passou, por exemplo, na Guerra Civil da Espanha, de 1935. A reação à República acabaria por envolver os católicos ao lado das forças conservadoras, na condenação dos republicanos largamente apoiados por batalhões de voluntários internacionais, muitos deles ligados aos Partidos Comunistas mundo afora. Novamente fuzilamentos, destruição de templos, perseguições às instituições religiosas seriam comuns nos lugares dominados pelas forças republicanas progressistas. Apontados todos como comunistas, estes seriam responsabilizados pelos atos praticados contra a religião, mesmo se efetuados por anarquistas ou pessoas de outras orientações políticas.

O papa Pio XI reagiria muito fortemente a tais atos, numa encíclica – *Divini Redemptoris* – em 1937, reforçando e atualizando o anticomunismo católico, pela primeira vez identificado como uma obrigação dos fiéis, impedidos de qualquer apoio ou simpatia pelas propostas esquerdistas. Sendo mais radical, conclamava os católicos a combater o comunismo com todas as suas forças, pois os comunistas eram o inimigo mais perigoso e insidioso que a Igreja enfrentava desde muito tempo.

*Velais, Veneráveis Irmãos, para que não se deixem iludir os fiéis. Intrinsecamente mau é o comunismo e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E se alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitória do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio erro.*⁶⁷

Pio XI via importante este alerta, pois sentindo a proximidade da Segunda Guerra, o *Komintern* soviético havia mudado sua estratégia de isolamento que acabou por permitir a ascensão do nazismo na Alemanha e desde 1935 os comunistas priorizavam a constituição de frentes populares para conter o avanço do nacional-socialismo alemão e do fascismo italiano, ação que estava sendo

⁶⁷ PIO XI, Carta Encíclica *Divini Redemptoris*, apud SÁ MOTTA, p. 22.

considerada pelos católicos franceses, numa política que ficou conhecida como a da “mão estendida”, prontamente rechaçada pela hierarquia vaticana.⁶⁸

A chegada dos revolucionários cubanos ao poder, depois da derrota das forças de Fulgêncio Batista e o desenrolar dos acontecimentos na ilha, teve o dom de acrescentar e inflamar ainda mais o anticomunismo, principalmente no continente americano. No Brasil, as elites fortemente alinhadas aos Estados Unidos viam na escalada à esquerda da revolução a aproximação do perigo vermelho de nosso país. A hierarquia agiria para mantê-lo o mais afastado possível, ciente que as mesmas perseguições e atitudes violentas que estavam sendo noticiadas contra membros da Igreja cubana cedo ou tarde poderiam se abater sobre o país.

Carla Rodeghero descreve a situação do Rio Grande do Sul – que decerto pode ser extrapolada para boa parte do país – quando analisa o imaginário anticomunista entre 1945 e 1964:

*A vitória da Revolução Cubana, em 1959, alarmou os anticomunistas que viram a possibilidade de seus temores se concretizarem mais cedo do que esperavam, tendo sido muitas as notícias e artigos que tematizavam a situação em Cuba. Em muitas ocasiões, d. Vicente [Scherer, arcebispo de Porto Alegre] referiu-se a ela, sobretudo aos católicos e à Igreja cubana, comentando o tema em diversas alocações na Voz do Pastor, em missas na catedral e em outros eventos dos quais participava; da mesma forma, o Correio Riograndense e o Jornal do Dia, que acompanhavam e divulgavam as notícias referentes a Cuba.*⁶⁹

Se a Igreja foi a instituição mais atuante em termos de anticomunismo no Brasil, não foi, no entanto, a única a estabelecer estratégias de combate à presença no país desta ideologia considerada exótica.

3.2.2. O liberalismo

Sá Motta entende que esta vertente do anticomunismo envolve tanto aspectos políticos quanto econômicos. Os maiores difusores desta categoria poderiam ser encontrados entre os empresários liberais e democratas, para os quais o comunismo representaria o fim das liberdades burguesas ao adotar o autoritarismo político e uma ameaça ao desenvolvimento econômico, ao negar o direito à

⁶⁸ SÁ MOTTA, p. 23.

⁶⁹ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**. Imaginário anticomunista no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo, RS: EdUPF, 1998. p. 107.

propriedade privada, pregando desapropriações e estatização de toda a economia, como aconteceu na Rússia e em outros países onde a revolução triunfou.⁷⁰

Talvez, das três categorias, era a que mais difusamente defendia seus ideais de sociedade, de forma mais esparsa, mas nem por isso era a menos ativa. Escudando-se em um verniz de superioridade, a classe empresarial, sobretudo paulista e mineira, clamava por liberdade para desenvolver o país, contra o tipo de intervencionismo que se via na União Soviética. Ao mesmo tempo, porém, exigia restrições quanto à competição contra produtos estrangeiros e a atenção do Estado na concessão de créditos e vantagens, numa clara demonstração de sua vontade de constantemente privatizar o lucro e socializar os prejuízos. Acostumado a um Estado que lhe atendia quase paternalmente, o empresariado não hesitou em apoiar iniciativas que viessem manter a situação vigente, nem que para isso tivesse que usar de seus próprios recursos para financiar instituições e os meios de comunicação para divulgar mensagens que apoiassem sua causa anticomunista.

Sua tática consistia, principalmente, em associar seus interesses com a causa democrática, opondo democracia ao comunismo, aliás, uma prática comum nos Estados Unidos, onde os interesses dos grandes grupos econômicos confundem-se com os interesses da nação e da própria democracia, da qual se arvoram defensores perpétuos. Ora, muito deste discurso ficava, porém, apenas na retórica, pois não se defendia nem de longe o incremento da participação popular nas questões nacionais, mas a manutenção da ordem, pois dentro dela é que se poderia almejar o desenvolvimento, objetivo para se alcançar a grandeza que o país buscava.

Ou seja, por trás da cruzada pela democracia, o que se defendia era o velho autoritarismo paternalista de sempre, que encontrou em Getúlio Vargas, dos tempos da ditadura estado-novista, uma figura exemplar. O “pai dos pobres” tinha sido ao mesmo tempo a “mãe dos ricos”, criando condições de crescimento para os capitais nacionais, quando de outro lado concedia benefícios trabalhistas às classe menos favorecidas, acomodando as consciências contra a luta de classes. Anticomunista, soube flertar com os sindicatos e até com membros do partido quando isso lhe interessava.

⁷⁰ SÁ MOTTA, p. 38.

Quanto à questão da propriedade privada, os liberais defendem o direito individual à propriedade, como inalienável, um direito natural, com conotações de sagrado. Seu principal argumento situa-se no fato de que assim os atores econômicos seriam mais eficientes na geração de riquezas que se espraariam por toda a sociedade, dando empregos e trazendo o progresso. Contrapunham, à época, a situação da Rússia, de economia estatizada apontando a ineficiência que ali grassava, mesmo que só em nível de propaganda. Alguns autores, como Alceu Amoroso Lima, chegariam a apontar que tais argumentos eram contraproducentes, dado o inequívoco surto de industrialização que a União Soviética experimentava na década de 1960.⁷¹

3.2.3. O nacionalismo

A outra matriz do anticomunismo estava colocada na identificação do movimento comunista, desde suas origens, com o internacionalismo. Ao apontar que as divisões nacionais interessariam apenas aos burgueses, o Manifesto do Partido Comunista de 1848 colocaria que a pátria dos proletários era o próprio mundo e que, para conseguir ter acesso a esta utopia, os trabalhadores de todas as nações deveriam se unir contra a exploração dos proprietários.

Com a Revolução Russa, os trabalhadores teriam enfim uma pátria onde se inspirar, um modelo a ser seguido e, sem dúvida, os primeiros anos da experiência soviética buscaram esta revolução permanente, a exportação destas boas novas aos países mais industrializados na Europa, bem como aos territórios mais próximos da Rússia. Sendo acossada pelas potências que haviam ganhado a Primeira Grande Guerra, a Rússia passou por sérios apuros para manter-se independente e una, tendo que viver uma experiência de guerra interna e externa que exigiu enormes sacrifícios de sua população engajada.

Tendo que voltar-se para dentro de si, a Rússia buscou estruturar o socialismo internamente, de acordo com as diretrizes de Joseph Stalin, antes de promover novas revoluções, contendo os ímpetus revolucionários de Trotski. Com isso, conseguiram trégua dos países capitalistas e, com a paz, puderam organizar sua vida e voltar a colocar sua economia nos trilhos, para dar empregos,

⁷¹ SÁ MOTTA, p. 42.

industrializar-se e atingir respeitabilidade no cenário internacional. Assim, para que o sonho do socialismo pudesse permanecer vivo era importante o sucesso russo e apelos foram feitos para que tudo o pudesse estar ao alcance das massas trabalhadoras em todo o mundo fosse feito em prol da Rússia. Crescia paralelamente o dirigismo russo sobre os comunistas de todo o mundo, pelo controle da Terceira Internacional.

Esta característica de obediência a uma autoridade estrangeira – o Komintern – era deplorável para os liberais nacionalistas, que percebiam a traição ao princípio da inviolabilidade sagrada da nação frente ao elemento estrangeiro. Por outro lado, o conceito de nação não abrangia apenas o território, mas a própria população, que era imaginada como um *corpus*, um organismo uno e indivisível. Ao estimular a luta de classes e a divisão entre proprietários e despossuídos, os comunistas lançariam cisões a esta unidade, desrespeitando as sagradas tradições culturais brasileiras e semeando a discórdia, permitindo que o Brasil fosse submetido aos interesses russos. Esta traição seria reforçada pelos acontecimentos de 1935, quando militares teriam sido assassinados enquanto dormiam por seus colegas de farda, ligados a movimentos de esquerda que haviam se revoltado, o que nunca ficou suficientemente provado que tenha, de fato, acontecido, mas que foi explorado à exaustão pela imprensa e pelo governo de Getúlio, dando reforço às imagens negativas dos comunistas junto à sociedade brasileira a partir de então, sendo anualmente comemorado em cerimônias militares como um atentado covarde que tantas vidas havia custado.

Não se pode esquecer, da mesma forma, que as décadas de 1930 e 40 eram anos de um nacionalismo exacerbado, principalmente pelas experiências nazifascistas europeias, mas também pelo surto de populismo que a América Latina passava (e passaria, em anos seguintes) com propostas autoritárias de governos no continente em movimento pendular entre simpatias antiliberais à esquerda filocomunista e à direita fascista. Apesar da pouca clareza do conceito de populismo⁷², até hoje, que funciona mais como um epíteto contra inimigos do que

⁷² GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17/57.

como uma categoria de análise, é inegável que o viés nacionalista sempre foi um componente forte dos governantes que se diziam ou eram chamados de populistas.

Se a matriz nacionalista encontrava-se disseminada por amplos setores da sociedade brasileira nos anos da Guerra Fria, bem como as demais matrizes, tinha nas Forças Armadas o maior repositório de adeptos. Pela própria característica do papel dos militares de serem os mantenedores da segurança e integridade do território nacional, o nacionalismo sempre foi um forte componente de sua formação. Mesmo que contando com vários seguidores entre os militares, sobretudo entre os de baixa patente, o Partido Comunista era visto como uma “planta exótica”, cujas raízes vinham conspurcar o sagrado território nacional. Assombrava-lhes, além da obediência a dirigentes externos ao Brasil, o fato do desrespeito à hierarquia, o estímulo a motins e sedições – como os do Levante de 1935 –, a fidelidade à classe social e não aos princípios que regem um estabelecimento militar.

Outro setor de destaque do nacionalismo no Brasil pode ser encontrado na Ação Integralista Brasileira - AIB, depois transformada no Partido da Representação Popular - PRP, com boa parte dos mesmos dirigentes, inclusive a liderança de Plínio Salgado, candidato perrepista à eleição presidencial de 1954/55.

Dada a condição dos integralistas, de um nacionalismo exaltado, a exemplo de seus congêneres fascistas europeus, as propostas de valorização das coisas pátrias que vinha dos anos 1920 – encontrando eco dentre as linhas da Semana de Arte Moderna, de 1922, e nas teses do antropofagismo cultural e da valorização de uma estética genuinamente brasileira – também era muito seguida nos meios militares. Não se pode esquecer que o homem a quem se atribui o Plano Cohen que facilitou o golpe do Estado Novo, de 1937 – Olympio Mourão Filho – fosse o mesmo que antecipou o golpe de 1964.

Como se pode perceber, estas três matrizes do anticomunismo envolviam os setores médios e abastados da sociedade brasileira aos tempos de antes da Segunda Grande Guerra ou durante a Guerra Fria. O que os moviam a esta oposição pouco racional a um espectro propositalmente confuso do avanço do comunismo era, certamente, o medo de perder certas prerrogativas e privilégios de classe em uma realidade de tanta desigualdade. Este temor acabaria por gerar um ressentimento cego dirigido contra aqueles que, supostamente ou não, buscavam

mudanças tão radicais no direito de propriedade. Este patriotismo nacionalista tampouco enxergava que o alinhamento automático aos interesses norte-americanos punha em risco a própria soberania do país. As elites nacionais não percebiam, ainda, que o apego a uma fé ou espiritualidade ultrapassada, em desencontro com os novos tempos que exigiam posições mais abertas à pluralidade e ao confronto de ideias e não a manutenção de estruturas sociais viciadas e barreiras ao livre-arbítrio popular, manifestado através de eleições livres e a alternância democrática, só tornava a situação política e social nacional mais conturbada e explosiva.

Nenhuma destas matrizes, como se viu, era desenvolvida por apenas um segmento de classe, mas seguiam difusas em vários setores sociais. Se algumas instituições poderiam ser identificadas como mais presentes na luta anticomunista, como as Forças Armadas ou a Igreja Católica, isso se devia ao fato de serem as mais bem estruturadas, as de maior penetração popular e serem as que mais teriam a perder com o avanço do que se imagina ser o comunismo.

A Igreja Católica, porém, passava por transformações internas, na esteira das mudanças promovidas pelo pontificado de João XXIII (1958-1963), que culminariam no Concílio Vaticano II e numa maior abertura, nos anos 1960, ao diálogo entre a Cúria Romana e os cristãos com o mundo comunista. Não se poderia mais falar após este época de uma Igreja monoliticamente apoiando posições mais radicais de defesa do estilo de vida ocidental em oposição declarada às experiências socialistas, principalmente se estas prometessem a diminuição dos sofrimentos populares e uma maior justiça social. Assim, cumpre verificar, em poucas linhas, um pouco da trajetória da Igreja Católica no Brasil, do início de sua presença no território colonial português ao período republicano, chegando à criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e aos desdobramentos de sua ação aos tempos do golpe de 1964.

3.3. A Igreja Católica no Brasil: antecedentes e os anos 1950/60

Se algumas alas da Igreja Católica durante os anos da ditadura seguiram caminhos mais à direita ou à esquerda, souberam se manter relativamente unidas na defesa de seus interesses enquanto instituição, ao mesmo tempo em que seguiam suas visões de mundo mais conservadoras ou progressistas. Esta é uma das razões

pelas quais a Igreja manteve-se por quase 2000 anos como uma das instituições mais influentes no mundo ocidental. Este é, claramente, o caminho trilhado pelos que se orientam pelo diálogo como forma de geração e manutenção de seu poder de influência junto à sociedade.

A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no início da década de 1950, foi um marco em termos da unificação do discurso e do relacionamento da Igreja em relação ao Estado, mas, até então, a condução dos trabalhos da Igreja Católica no Brasil se deu de forma muito menos organizada.

Nos tempos de colônia, havia a instituição do Real Padroado, que dava ao rei de Portugal direitos e deveres quanto à chamada “verdadeira religião”. Se, por um lado, a Igreja devia obediência ao trono, cabendo ao monarca validar as decisões vindas do Vaticano, ao mesmo tempo em que indicava bispos e párocos e recolhia o dízimo obrigatório dos cidadãos, por outro, cabia ao Estado a construção e manutenção de igrejas, conventos, seminários e demais edificações destinadas ao mister da salvação das almas, da mesma forma em que lhe cabia o pagamento dos vencimentos e da formação dos padres, bispos e religiosos em geral. Como religião oficial do reino, os cargos públicos eram vedados aos não-católicos, bem como a permanência nas terras da colônia e mesmo a manifestação pública de outra crença. A direção a ser tomada cabia ao rei, antes que a alguma autoridade eclesiástica.

Depois da Independência, Dom Pedro I – e depois seu filho, Pedro II – conservaram os poderes concedidos à Casa de Bragança, mantendo o Real Padroado, mesmo após uma breve indecisão da Cúria Romana quanto à validade daquela instituição na nova situação jurídica do Brasil. Mesmo conservando o catolicismo como religião de Estado, o imperador suavizaria os privilégios aos católicos, por pressão dos novos colonos que vinham ao país, vindo a tolerar novas crenças, desde que professadas em particular. Os cargos públicos continuavam, porém, exclusivos dos batizados na Igreja Católica. Aliás, como na colônia, cabia às paróquias registrar nascimentos, casamentos e mortes dos habitantes do Brasil, pois inexistiam outras instituições civis para tal fim.

Com o desgaste do longo reinado de D. Pedro II e a tentativa de retomada da condução dos destinos da Igreja no Brasil pelo Vaticano, aconteceria a chamada *Questão Religiosa*, entre 1872 e 1875, quando os bispos de Olinda e de Belém

foram condenados a trabalhos forçados pela interdição que lançaram aos membros da maçonaria de continuar participando das confrarias em suas dioceses. As condenações de Dom Vital e Dom Macedo Costa abalaram profundamente o relacionamento do Imperador com a Igreja Católica, apesar de Dom Pedro II haver finalmente perdoado aos bispos por intervenção do Duque de Caxias. Aproximava-se, com desgastes políticos em outras áreas importantes, como a militar e a econômica, o fim do Império no Brasil.

A Proclamação da República e a consequente deposição da família imperial, a 15 de novembro de 1889, trouxeram, unilateralmente, mudanças nas relações do Estado com a Igreja. O regime republicano instalado em 1889 separou quase imediatamente a Igreja do Estado pelo Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, em que se proibia a intervenção da autoridade federal e dos Estados em matéria religiosa, concedia ampla liberdade de culto e abolia a instituição do Real Padroado.

Seu texto estipulava, ainda, que os seminários e demais templos e instituições católicas, bem como as côngruas, salários e benefícios recebidos por bispos, cônegos e outros padres fossem mantidos por mais um ano, a contar daquela data. Seguiram-se a este, decretos do Governo Provisório instituindo o casamento civil e secularizando os cemitérios.⁷³

Mais adiante, a Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, garantia os seguintes dispositivos, quanto à situação Estado/Igreja: liberdade de crença e de culto; casamento civil; secularização dos cemitérios; ensino leigo nas escolas públicas; proibição de qualquer subsídio do Estado ou qualquer relação de dependência ou aliança entre o Estado e qualquer igreja, ou de qualquer interferência na prática de qualquer culto religioso; perda de direitos políticos de quem se isentasse de algum dever cívico por motivo de crença religiosa; proibição de votar e de ocupar cargos eletivos aos membros das ordens monásticas, associações, congregações ou comunidades sujeitas a votos de obediência, regra ou estatuto que implicasse na renúncia à liberdade individual.⁷⁴

Apesar da resistência do episcopado brasileiro, que perdia vantagens e benefícios pessoais, mas ganhava liberdade para a instituição que representava, a separação acabou por acontecer, até com o rompimento entre o governo brasileiro e o Vaticano. A normalização diplomática só voltaria a acontecer em 1926, no governo de Arthur Bernardes. No fundo, porém, o divórcio entre Estado e Igreja se deu mais

⁷³ CARNEIRO JR., p. 33.

⁷⁴ New Catholic Encyclopedia. Verbete *Igreja e Estado na América Latina*. New York: Mac Graw Hill, 1967. v. 3. apud AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978. p. 82/83.

por direito que de fato, pois fora das maiores capitais, a aliança das autoridades com membros do clero católico continuava trazendo vantagens para ambos os lados.

A “Revolução de 1930” encontraria como cardeal-arcebispo da capital federal Dom Sebastião Leme, quem, inclusive, intermediou a retirada de Washington Luiz do Palácio do Catete, quando os revoltosos ameaçavam explodi-lo, fato que lhe deu grande respeito junto ao Exército, sendo aclamado como “um soldado da pátria”.⁷⁵

Dom Sebastião soube, como poucos, manobrar politicamente o novo presidente para obter vantagens e reconhecimento à Igreja, ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas igualmente conseguiria da Igreja, por intermédio do cardeal, os apoios necessários a seu projeto de país. O fato de ser o único cardeal brasileiro em atividade na Igreja fazia com que Dom Leme exercesse sem contestação sua liderança como a maior autoridade eclesiástica do país.⁷⁶

Sua atuação foi extremamente importante quanto à recuperação do espaço de ação da Igreja na nova sociedade que emergiria da “Revolução de 1930”. A partir de 1937, com o advento do Estado Novo, Dom Leme assumiria uma posição mais discreta, mas ainda decisiva junto ao presidente, firmando-se como o principal interlocutor da Igreja junto ao governo brasileiro. “Para defender os interesses eternos, D. Leme manterá sempre relações de amizade com o poder estabelecido, mesmo quando este poder é um poder de facto”, diria Irmã Maria Regina do Santo Rosário, na biografia que elaborou sobre o cardeal Leme.⁷⁷

Seu falecimento, em 1942, deixou uma lacuna que não chegou a ser coberta pelo novo titular da arquidiocese do Rio de Janeiro, dado o caráter menos afeto à política de Dom Jaime Câmara, sagrado cardeal, juntamente com Dom Carlos Motta, de São Paulo, em 1946.

Eram outros, os tempos. A redemocratização do país após o afastamento de Vargas fazia com que a sociedade brasileira apresentasse a cada dia novos

⁷⁵ SERBIN, p. 83.

⁷⁶ O título, segundo o Código de Direito Canônico, distingue *homens notáveis pela sua doutrina, piedade e prudência na condução dos assuntos*. De fato, a nomeação de cardeais pelo papa é uma indicação política sobre o pontificado em curso e a futura eleição papal, já que são os cardeais que em conclave elegem o futuro papa. Este fato lhes dá tradicionalmente ascendência sobre arcebispos e bispos. Também são chamados de “Príncipes da Igreja”.

desafios e necessidades que muitas vezes exigiam um posicionamento da cúpula da Igreja e o cuidado para que todas as dioceses e paróquias do país espelhassem o mesmo discurso, pois na unidade, ou no tanto em que esta fosse possível, estaria a força da Igreja frente ao Estado brasileiro.

Por outro lado, desde 1922, com a criação do Centro Dom Vital, por iniciativa de Dom Sebastião Leme e de Jackson de Figueiredo, os leigos teriam um papel mais ativo a desempenhar nos assuntos da Igreja junto à hierarquia católica. Com a morte prematura de Jackson, em 1928, Alceu Amoroso Lima assumiria seu lugar na presidência do Centro Dom Vital. Alceu teria assim papel importante na implantação da Ação Católica no Brasil, a partir de 1933.

*O Centro Dom Vital, cujo nome era uma homenagem ao bispo que havia enfrentado com coragem o Padroado e o Império na Questão Religiosa, em 1872, ramificou-se em diversos outros organismos, todos frutos desta mesma cosmovisão que exigia a revitalização da Igreja frente à Sociedade civil e ao Estado. Dele nasceram diversos movimentos que buscavam uma maior integração do leigo católico em todos os níveis da sociedade nacional, mas principalmente junto às camadas médias urbanas, sob a estrita orientação do clero. O Centro foi o responsável direto pela criação da Ação Católica Brasileira, dos Círculos Operários Católicos, dos movimentos de juventude (JUC, JOC etc.), da Liga Eleitoral Católica e, mais tarde, da PUC do Rio de Janeiro, entre outras organizações católicas. Não eram órgãos de atendimento social, mas, sobretudo, de organização política dos católicos.*⁷⁸

A Ação Católica no Brasil inspirou-se no movimento iniciado na Europa, Itália, França, Bélgica, entre outros países. Era uma organização de leigos criada a partir do Papa Pio XI, para colaborar na obra missionária da hierarquia católica. O primeiro agrupamento foi a Ação Católica da Juventude Francesa, existente entre 1886 e 1956. A partir de 1920, o movimento se especializou em grupos de jovens, mulheres, operários e estudantes. Entre nós, a Ação Católica surge pelo estímulo do Cardeal Leme, em 1935, em seu esforço de ampliação da participação da Igreja Católica na vida sociopolítica do país. Sua extinção se deu em 1966, por orientação da própria CNBB, uma vez que sua atuação não se fazia mais necessária, nem possível, no modelo político adotado pelos militares no poder.

De tempos em tempos, alguns membros da AC insistiam sobre uma atitude mais ativa na luta anticomunista e voltava a ideia de um partido católico. Numa dessas ocasiões, de acordo com a biógrafa do Cardeal do Rio “é novamente um não categórico do Cardeal Leme que relembra que não se conquista as almas pela espada, mas pelo apostolado... Não se trata de dominar, esmagar, vencer no sentido material... Os comunistas, inimigos de

⁷⁷ O Cardeal Leme. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. Apud MOREIRA ALVES, Márcio. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 37.

⁷⁸ CARNEIRO JR., p. 51.

*Deus, inimigos da Igreja, são os que têm mais necessidade de contato com Nosso Senhor. Nossa missão é a de facilitar-lhes o encontro.*⁷⁹

3.3.1. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Em uma reunião no Palácio São Joaquim, sede do arcebispado do Rio de Janeiro, no dia 14 de outubro de 1952, fundava-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Estavam presentes os vinte arcebispos brasileiros, ou seus representantes, o núncio apostólico e um bispo recém-consagrado e ligado à Ação Católica no Rio de Janeiro, que iria secretariar a reunião. Ali se aprovou um regulamento e instalou-se a Comissão Permanente encarregada de gerir o novo órgão.

A Comissão era composta dos cardeais Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, de São Paulo, e Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, como membros natos, juntamente com três arcebispos eleitos na ocasião: Vicente Scherer (Porto Alegre, RS), Mário Villas Boas (Belém, PA) e Antônio de Almeida Júnior (Olinda e Recife, PE), ficando como suplentes os arcebispos Augusto Álvaro da Silva (Salvador, BA), Antônio dos Santos Cabral (Belo Horizonte, MG) e Antônio de Almeida Lustosa (Fortaleza, CE). A Comissão escolheu o cardeal Carlos Motta, cuja procedência eclesiástica impunha-se aos demais, como presidente, enquanto este indicava Helder Pessoa Camara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, para atuar como Secretário-Geral, gesto aclamado por todos os presentes.

*Em 1952, pelos esforços de Dom Helder Camara, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Seguidor das ideias de Dom Sebastião Leme, Dom Helder pôde contar com o apoio do Núncio Apostólico Dom Carlo Chiarlo e do Monsenhor Montini (eleito em 1963, como papa Paulo VI) para finalmente dotar a Igreja Católica no Brasil da liderança capaz de facilitar as ações apostólicas visando sua modernização. Inaugurou-se, então, uma nova fase nas estratégias de participação da Igreja no poder temporal no Brasil. Agora havia um organismo centralizador da hierarquia que, apesar de subordinado ao Vaticano, respondia mais prontamente aos anseios dos bispos brasileiros.*⁸⁰

Scott Mainwaring, em seu livro *Igreja Católica e Política no Brasil*,⁸¹ conta que a CNBB foi, e continua sendo, a grande articuladora das ações da igreja brasileira. Segundo ele, a instituição legitimou algumas práticas pastorais, fazendo

⁷⁹ GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 61.

⁸⁰ Idem, p. 53.

⁸¹ MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil** (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989.

abortar outras, conduzindo o episcopado e a Igreja Católica em geral no Brasil, ora a enfrentamentos com o governo, ora acomodando divergências em prol de um entendimento mais amplo entre sociedade e governo. Mais do que a expressão de uma unidade aparente, a instituição era palco de disputas internas entre pelo menos três grandes grupos:

(...) por volta de 1955, havia três grupos bem definidos na CNBB: os tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas. Os primeiros eram aqueles que continuavam a apoiar as estratégias utilizadas até então, de busca da hegemonia da Igreja e defesa de seus privilégios. Eram os que mais se opunham à modernização.

Os modernizadores conservadores eram aqueles que propugnavam uma maior abertura da Igreja ao mundo, visando deter os avanços do comunismo e do protestantismo pela adoção mais plena da doutrina social da igreja, onde não se podia ignorar os apelos de uma maior justiça social. Opunham-se, no entanto, a mudanças radicais e não definiam como se chegaria a este estado na sociedade brasileira.

Os reformistas compartilhavam os desejos de modernização com o grupo anterior, com uma maior participação pastoral da Igreja e sua maior inserção nas camadas mais populares. Indo mais além, sua preocupação não era pelo avanço do comunismo no Brasil, mas a permanência de estruturas sociais injustas, onde a pobreza, a ignorância e a falta de oportunidades eram comprometedoras de uma vida verdadeiramente cristã. Esse grupo, sob a liderança de Dom Helder, iria inspirar diversas experiências de aproximação popular que marcariam forte presença política no Brasil da década de 1960, como o Movimento de Educação de Base – MEB e outros oriundos da reestruturação da Ação Católica.⁸²

Ainda assim, nunca os bispos deixaram transparecer as divergências internas, passando sempre uma posição unitária em seu trato com o governo e a sociedade. Mesmo quando os setores mais progressistas apoiavam as comunidades eclesiais de base, fruto mais dinâmico da Teologia da Libertação na América Latina, ou acolhiam jovens estudantes perseguidos pela ditadura que recém se instalava no governo, a CNBB como instituição não hesitava em apoiar o novo regime.

Em abril de 1964, os militares tomaram o poder, a fim de “salvar a civilização ocidental cristã” do “comunismo ateuista”, isto é, para defender a oligarquia dominante, ameaçada pelo surgimento de movimentos sociais sob o presidente eleito, João Goulart. Em junho de 1964, depois de dois meses de reflexão, a Conferência dos Bispos (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB) publicou uma declaração apoiando o golpe:

“Em resposta às expectativas gerais e ansiosas do povo brasileiro, que viu a marcha acelerada do comunismo na direção do poder, as forças armadas intervieram a tempo, e impediram o estabelecimento de um regime bolchevique em nosso país... Ao mesmo tempo em que agradecemos a Deus, que respondeu às preces de milhões de brasileiros e nos libertou do perigo comunista, estamos gratos, também, aos militares que, com sério risco de vida, se ergueram em nome dos interesses supremos da nação.”⁸³

⁸² CARNEIRO JR., p. 45/46.

⁸³ LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 140.

Tampouco a CNBB deixou totalmente sem apoio os grupos perseguidos pela repressão militar. Mesmo que através de atitudes muito mais diplomáticas e de composição entre elites, do que se poderia supor de uma instituição a serviço dos pobres, a Igreja soube zelar pelos seus padres, religiosos e muitos dos leigos que se desencaminharam para organizações de esquerda. Kenneth Serbin, no livro *Diálogos na sombra*, aponta as negociações entre generais e membros da alta hierarquia eclesiástica que ajudaram a descomprimir as relações que se deterioravam entre Igreja e os condutores da “Revolução de 1964”, por conta de prisões e torturas de seus membros na fase mais dura da ditadura militar.

O avanço em direção às camadas mais carentes da população que a Igreja mundial experimentava depois do Concílio Vaticano II, em especial a da América Latina, havia trazido também uma maior abertura aos leigos desde o início dos anos 1960.

Tendo sido analisado o contexto político e militar do Brasil do início dos anos 1960, durante a conjuntura da Guerra Fria, e os esforços de setores da sociedade civil, como a Igreja Católica, pela manutenção de seu poder de influência junto ao governo que se instalava, cumpre agora conhecer a figura de Alceu Amoroso Lima e sua luta, enquanto formador de opinião e líder católico, pelo retorno à normalidade democrática e a adoção das reformas que acreditava serem indispensáveis a uma sociedade mais justa e ética, enfim, mais cristã.

3.4. Alceu Amoroso Lima, figura singular na história do Brasil

Alceu Amoroso Lima é, sem dúvida, figura singular na história do Brasil. Sua trajetória, em termos de presença constante no cenário intelectual, político e religioso em nosso país, fez dele um dos maiores representantes de uma geração que pensou o Brasil e seu povo ao longo do século XX.

Nascido em 11 de dezembro de 1893, na capital federal, formou-se em Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1913. Desde muito cedo se sentiu atraído para longe da advocacia e dos negócios da família, na fábrica Cometa, envolvendo-se com a literatura e, mais precisamente, com a crítica literária. Reconverteu-se ao catolicismo em 1928, pelas mãos de Jackson de Figueiredo,⁸⁴ tornando-se uma das figuras centrais da Igreja Católica entre as décadas de 1930 e 1970. Fez parte de uma geração de intelectuais, agregada no Centro Dom Vital, que participou do processo de “recatolicização” da sociedade brasileira, após a separação entre Igreja e Estado por ocasião da Proclamação da República, e da restauração dos poderes de influência da Igreja Católica junto às elites e ao governo brasileiro.

Este personagem – conhecido na década de 1920, até sua conversão, como crítico literário sob o pseudônimo de Tristão de Athayde⁸⁵ – foi presidente do Centro Dom Vital; da revista *A Ordem*, da mesma instituição, para a divulgação de artigos e ideias católicas; presidente da Ação Católica Brasileira e da Liga Eleitoral Católica; foi reitor da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, e participou da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Movimento Democrata Cristão da América Latina, que daria origem aos partidos da Democracia Cristã do Chile, Brasil e Argentina. Sua produção literária foi imensa e

⁸⁴ Jackson de Figueiredo foi um ativo intelectual conservador e reacionário dos anos 20, também convertido por Dom Sebastião Leme, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, o qual assumiria a arquidiocese e a púrpura cardinalícia, após a morte do cardeal Arcoverde. Jackson faleceu aos 32 anos, em 1928, tendo criado com Dom Leme o Centro Dom Vital, em 1922.

⁸⁵ O pseudônimo surgiu depois da publicação de seu primeiro artigo no jornal, quando Alceu foi advertido por seu pai que Amoroso Lima era ele e não Alceu. O autor então adotou o novo nome, baseado num personagem de histórias de piratas, espírito com que Alceu se lançava à aventura da literatura e da crítica literária.

diversificada,⁸⁶ tendo publicado obras em campos tão distintos como pedagogia, teologia, psicologia, filosofia, história, política, economia, sociologia e crítica literária.

Atuou, ainda, na Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, no período da ditadura militar, designado pelo papa Paulo VI. Alceu destacou-se como um dos principais, senão o principal, porta-voz leigo da Igreja Católica no Brasil, até sua morte em 1983, na cidade serrana de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

De 1928 à morte do cardeal Leme em 1942, sobre quem escreveria uma alentada biografia em 1943, Amoroso Lima desempenharia o papel do principal leigo à disposição da autoridade eclesiástica, quase como um braço civil do cardeal. Submeteu-se muitas vezes à vontade de Dom Leme, que via Alceu em missões que ele próprio não poderia ocupar, como a de Reitor da Universidade do Distrito Federal e a de membro no Conselho Federal de Educação. A ideia do cardeal, num grande esforço de “recatolicização” do Brasil, era a de preencher todos os espaços disponíveis na estrutura do país que se renovava, para ampliar a inserção da influência da Igreja Católica junto ao Estado e governo brasileiros.

(...) Dom Leme, sendo arcebispo de Olinda, havia publicado em 1916 uma Carta Pastoral em que exortava os católicos a assumirem a importância que deveriam ter frente às instituições políticas brasileiras, não se omitindo em face das decisões que afrontassem o espírito cristão. Não era possível que os interesses da maioria católica dos brasileiros fossem conduzidos por uma minoria não-católica. (...) Mais tarde, sendo conduzido a arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, em 1921, Dom Leme encontrou nesta cidade uma maior ressonância a suas ideias.⁸⁷

A missão de Alceu tratava-se, pois, deste esforço de retomar o lugar de destaque da Igreja na sociedade brasileira, abalada pela República e pela separação do Estado. Não só Alceu, mas diversos intelectuais, como o próprio Jackson de Figueiredo, Hamilton Nogueira, Sobral Pinto, Gustavo Corção, entre outros, que se dedicavam a protagonizar o papel de formadores de opinião e divulgadores não de uma mensagem, mas principalmente de um testemunho de sua fé e da importância do cristianismo para eles. Alceu a desempenhou magistralmente, sendo fiel ao seu cardeal (mesmo depois de sua morte) e à sua missão. Apenas afastou-se de seu apostolado oficial, da liderança que aceitou a contragosto, quando

⁸⁶ VILLAÇA, Antonio Carlos. **Alceu Amoroso Lima**. Rio de Janeiro: Agir, 1985. Ele indica 85 livros entre 1922 e 1977, além de milhares de artigos e cartas, p. 12.

⁸⁷ CARNEIRO JR., p. 47.

da posse de Dom Jaime de Barros Câmara como titular da Arquidiocese do Rio de Janeiro, com quem Alceu teve um grande desentendimento.⁸⁸

Do tempo de Dom Leme, manteve seu afastamento de questões políticas partidárias, recusando-se, por exemplo, à adesão das instituições ligadas à Igreja sob sua liderança com o integralismo nos anos 1930, como era o desejo de Plínio Salgado e da Ação Integralista Brasileira, interessados num comprometimento da Igreja ao fascismo de caráter local, prometendo dar-lhe, em contrapartida, uma posição de destaque na sociedade por eles governada e o apoio incondicional às teses sociais da Igreja. Tal proposta não era de todo descabida, na época, pelo envolvimento de diversos membros proeminentes do clero e dos leigos da igreja com o movimento, como inclusive o próprio Plínio Salgado, líder maior do movimento, católico e deputado de destaque nas primeiras décadas do século XX.

Sua aventura mais próxima da política partidária foi contada pelo próprio Alceu, na Introdução do livro de Eduardo Frei, *O destino da América Latina*, quando ele recorda os primeiros momentos da democracia cristã na região:

*Em 1947, acudindo ao apelo de Dardo Regules, reunimo-nos em Montevideu quatro amigos, que julgavam representar – no Uruguai, na Argentina, no Chile e no Brasil – a mesma concepção humanista e cristã da democracia, que todos haviam bebido em Jacques Maritain ou Dom Sturzo, e procurava realizar-se em movimentos políticos europeus, como reação simultânea contra a democracia liberal, capitalista norte-americana e o socialismo totalitário, tanto fascista como comunista, na Itália, na Alemanha e na Rússia. Durante uma semana – juntamente com um grupo numeroso de interessados nos problemas políticos da América Latina, que apresentavam cada vez mais um aspecto social até então mal esboçado discutimos tais problemas. Nascia ali, – como isoladamente surgia na Venezuela, com o movimento universitário Copei, e mais vagamente na Colômbia e no Peru – a Democracia Cristã latino-americana. (...) Desses quatro iniciadores, três se retiraram ou nem chegaram a ingressar no terreno da política militante. (...) O brasileiro, [ele próprio] sempre avesso à política militante, ficou apenas no plano doutrinário, com seus livros, seus estudantes e seus artigos na imprensa.*⁸⁹

Amoroso Lima era avesso, também, à participação em grupos, o que ampliava o valor de sua adesão ao projeto de Dom Leme. Como escrevia Villaça: “Nunca se prendeu a grupos, a capelinhas literárias, a escolas. Foi sempre, e crescentemente, um navegador solitário, como ele próprio gostava de dizer.”⁹⁰

⁸⁸ VILLAÇA, 1983, apud REIS, Vera Lúcia dos. **O perfeito escriba**. Política e letras em Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Anna Blume, 1998, p. 48.

⁸⁹ LIMA, Alceu Amoroso. Introdução. In: FREI, Eduardo. **O destino da América Latina**. Rio de Janeiro: Record, 1968, p. 7.

⁹⁰ VILLAÇA, 1985, p. 17.

Homenagens e altas posições também lhe significavam enfado. Vera Lúcia Reis indica que:

Um intelectual como Alceu, erudito, disposto a se entregar de corpo e alma ao projeto católico, não hesita em aceitar os sacrifícios para ocupar os espaços disponíveis. Em 1934, Dom Leme sugere a Alceu que se candidate à Academia Brasileira de Letras na vaga do poeta Luís Carlos. Depois de uma primeira negativa, Alceu atende ao pedido de Dom Leme e se candidata, em 1935, à cadeira que fora ocupada por Afonso Arinos e cujo patrono era Eduardo Prado. Assim também se pode interpretar a participação de Alceu nos concursos públicos de ingresso ao magistério superior. Tudo foi feito com sacrifício, pois, para Alceu, a vida pública, as honrarias e as “intimidades” sempre foram rejeitadas. Lemos nas Memórias Improvisadas: “A indumentária e os títulos não aumentam sem subtraem nem uma polegada de nossas medidas reais. Aliás, no mesmo ano de 1935, no qual a contragosto me tornaria acadêmico, o mesmo aconteceu com o título de conselheiro.”⁹¹

Provavelmente Alceu trouxesse de berço este posicionamento de modéstia e constrangimento. Seu pai era industrial bem sucedido no setor de têxteis e descendente do Visconde de Amaro Lima. A família tinha uma boa condição financeira, mesmo tendo sua origem aristocrática negada por Alceu (seu avô, industrial e comerciante ganhou o título em 1884, do rei português, Dom Luís), o que proporcionou a Alceu uma formação cultural orientada para a distinção intelectual.⁹² Teve professores particulares, inclusive de música, e era levado a assistir óperas, teatros, balés e exposições, no Brasil e no exterior. Apesar disso, Alceu fora matriculado no externato do Ginásio Nacional (hoje Colégio Pedro II), um dos mais prestigiosos educandários do país à época. O fato de ser público permitia o acesso aos variados segmentos sociais, a despeito de serem poucos os de classes mais pobres, pois dificilmente chegavam ao ensino secundário. Mas esse contato com diferentes realidades também faria parte da formação de Alceu.

Quanto às suas matrizes filosóficas, uma pequena notícia no *Correio da Manhã* dá uma medida de alguns dos autores que estiveram presentes na trajetória intelectual de Alceu Amaro Lima.⁹³

⁹¹ REIS, p. 207.

⁹² Idem, p. 32.

⁹³ Apud MENEZES, Eduardo Diatary B. de. **Alceu Amaro Lima e o homem brasileiro** – um projeto inconcluso. Universidade Federal do Ceará, disponível na internet, em 26/04/2010, às 16h30, no site www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/gt10/98gt1022.doc.

Dou a seguir uma nota curiosa e significativa quanto às preferências literárias de Alceu Amoroso Lima, que retirei do Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 20.Julho.1955:

NA ARCA DE NOÉ (4)

«Que vinte livros publicados na primeira metade do século mereceriam um lugar na arca de Noé, escolhida para sobreviver a um novo dilúvio?» Três escritores já responderam ao inquérito que esta coluna está fazendo: Octávio de Faria, Adalgisa Néry e Antônio Olinto. Publicamos hoje outro depoimento importante: o do crítico e ensaísta Alceu Amoroso Lima. Apresentaremos ainda respostas de 16 outros escritores representativos do atual movimento literário brasileiro.

Lista organizada por Alceu Amoroso Lima:

- | | |
|---|---|
| 1 – Machado de Assis: <i>Dom Casmurro</i> | 11 – James Joyce: <i>Ulisses</i> |
| 2 – H. Bergson: <i>A Evolução Moderna</i> | 12 – Franz Kafka: <i>O Processo</i> |
| 3 – Léon Bloy: <i>O Desesperado</i> | 13 – J. Maritain: <i>Humanismo Integral</i> |
| 4 – Chesterton: <i>O Homem Eterno</i> | 14 – François Mauriac: <i>O Nó de Víboras</i> |
| 5 – Paul Claudel: <i>Cinco Grandes Odes</i> | 15 – Pirandello: <i>Seis Personagens</i> |
| 6 – Bernanos: <i>Sob o Sol de Satã</i> | 16 – Charles Péguy: <i>Jeanne d'Arc</i> |
| 7 – T. S. Eliot: <i>Terra vazia</i> | 17 – E. M. Rilke: <i>Sonetos a Orfeu</i> |
| 8 – André Gide: <i>Diário</i> | 18 – M. Proust: <i>A Busca do Tempo Perdido</i> |
| 9 – E. Hemingway: <i>O Velho e o Mar</i> | 19 – Fulton Sheen: <i>Deus e a Inteligência</i> |
| 10 – Garcia Lorca: <i>Romancero Gitano</i> | 20 – Paul Valéry: <i>O Cemitério Marinho.</i> |

Esta lista, própria de curiosidade de suplemento literário do jornal citado, dá uma pista interessante dos autores que mais influenciaram Alceu Amoroso Lima. Dentre estes, alguns como Henri Bergson (1859-1914), G. K. Chesterton (1874-1936), Charles Péguy (1873-1914), Georges Bernanos (1888-1948), Jacques Maritain (1882-1973) e Fulton Sheen (1895-1979) eram muitas vezes referenciados nos artigos que Alceu escrevia na imprensa brasileira, enquanto crítico literário, mas também como o pensador católico que se transformou. Villaça também apontou vários deles quando escreveu seu livro *Alceu Amoroso Lima*: “Mas os seus maiores mestres seriam os da conversão religiosa, Maritain, Chesterton, Fulton Sheen (...). A essas influências filosóficas se junte a de um romancista e místico, Bernanos, cujo romance patético *Sous le soleil de Satan* muito o perturbou em 1926.”⁹⁴

A propósito de alguns destes nomes, Hannah Arendt escreveria, no artigo *Cristianismo e Revolução*:⁹⁵

⁹⁴ VILLAÇA, 1985, p. 15.

⁹⁵ ARENDT, Hannah. Cristianismo e Revolução. In **Compreensão política e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, p. 76/82.

Os 'católicos sem fé' [que mais tarde formariam a Action Française, organização de extrema-direita, aliada de Hitler na Segunda Guerra] amavam a Igreja – que continua a ser o mais destacado exemplo de organização autoritária e que, nessa qualidade, resistiu a dois mil anos de história; mas desprezavam abertamente o conteúdo da fé cristã devido precisamente aos seus aspectos democráticos implícitos. Eram católicos porque odiavam a democracia (...) e pela perspectiva de uma dominação hierárquica reforçada, como repelidos pela pregação da caridade e da igualdade entre os homens.

*Mas a par destes diletantes do fascismo surgiu um movimento de renascimento católico muito diferente, cujos maiores representantes foram Péguy e Bernanos em França, e Chesterton em Inglaterra. Também eles tentavam escapar ao mundo moderno e, por isso, celebraram por vezes alianças infelizes com os 'católicos sem fé', alianças nas quais desempenharam o papel de 'enganados'. (...) Porque o que detestavam no mundo moderno não era a democracia, mas a sua ausência. Não se deixavam iludir pelos regimes que se reclamavam da democracia em que viam sobretudo plutocratas nem pelos elementos decorativos de uma república que não passava de uma máquina política. O que procuravam era a liberdade para o povo e a razão para o espírito. O seu ponto de partida era o ódio profundo da sociedade burguesa, que sabiam ser essencialmente antidemocrática e fundamentalmente pervertida.*⁹⁶

Ora, Alceu Amoroso Lima se encaixaria com perfeição a esta descrição, apesar de não chegar a alcançar a repercussão mundial destes autores que lhe serviam de referência. Além de ser contemporâneo a eles, sua trajetória no catolicismo – aparte as peculiaridades de nascer e viver no Brasil e não na Europa *fin-de-siècle* – também o aproximou da Igreja, depois do movimento integralista, para depois o afastar rumo à democracia nas décadas de 1940 a 1960, passando à oposição ao regime militar brasileiro, entre 1964 e 1983, ano de sua morte. Essa trajetória parece estar em concordância com as reflexões de Arendt a esse respeito, para quem:

*Trata-se de um fenômeno notável, e talvez seja esse o ponto de partida do pensamento progressista, o fato de, por ocasião de cada polêmica que se abria, estes católicos convertidos ou neocatólicos saírem dela vencedores. (...) Por outro lado, devemos admitir que nenhum destes homens foi um grande filósofo e que o seu movimento não produziu um único grande artista. (...) Também nenhum dos neocatólicos se conta entre os grandes teólogos. (...) Com a virada do século, dir-se-ia que estes convertidos sentiram que o seu campo de ação próprio era a política e o seu dever tornarem-se verdadeiros revolucionários, quer dizer, mais radicais que os radicais.*⁹⁷

Também aqui o comentário da autora ajuda a definir, indiretamente, Amoroso Lima. Ele não poderia ser descrito como um grande especialista em nenhuma área importante – talvez apenas na crítica literária, área a que se dedicou menos depois de sua conversão – tornando-se, no entanto, uma referência nacional

⁹⁶ ARENDT, 2001, p. 77/78.

⁹⁷ Idem, p. 78/79.

como líder católico e escritor variado, pois nenhum assunto lhe era estranho. Escrevia sobre política, mas também sobre religião, moral, teologia, economia, sociologia e educação. Alceu, convertido pela insistência de Jackson de Figueiredo (1891-1928), tornar-se-ia numa espécie de paladino da Igreja Católica, um verdadeiro arauto da democracia, próximo ao que Arendt chamava aqui de *publicista*.

A grande vantagem dos autores neocatólicos estava no fato de, ao regressarem ao cristianismo, terem rompido com outros modelos e valores do seu meio mais radicalmente que qualquer outra seita ou partido. Foi o seu instinto de publicistas a impeli-los para a Igreja. Andavam à procura de armas, e estavam dispostos a apanhá-las onde as encontrassem; e descobriram-nas melhores no mais antigo dos arsenais que nas meias verdades repisadas da modernidade. (...) No cristianismo, descobriram armas das quais poderiam se apoderar sem demora: não havia dois mil anos como prova de sua utilidade? Os melhores entre os convertidos sabiam por experiência amarga que se podiam sentir melhor, mais livres e mais razoáveis, aceitando a grande exigência da fé cristã do que aceitando o tumulto do modernismo, que impõe de dia para dia, fanaticamente, uma nova doutrina absurda.

*Mas descobriram também no cristianismo mais que a denúncia útil da perversão dos ricos. A insistência da doutrina cristã na condição limitada do homem era uma filosofia suficiente para permitir aos seus adeptos uma instituição muito profunda da inumanidade essencial de todas as tentativas modernas – psicológicas, técnicas ou biológicas – de tornar o homem num super-homem monstruoso. Compreenderam que a busca da felicidade que consiste em pôr de lado todas as lágrimas rapidamente acabaria por terminar todo o riso. E foi o cristianismo que, uma vez mais, lhes ensinou que nada mais humano pode existir fora das lágrimas e do riso, exceto o silêncio do desespero.*⁹⁸

O catolicismo deu a Alceu, como aos autores que Hannah Arendt analisava, um esteio para sua inquietação interior, ao mesmo tempo em que o libertava para seguir o caminho de ser independente acima de tudo, principalmente depois da morte do Cardeal Leme. “Eu não me convertera para me recolher, para entrar num porto, mas para sair de um porto. A minha liberdade era a minha disponibilidade e eu decidira colocá-la à [sic] serviço de um causa.”⁹⁹

Alceu Amoroso Lima se definia como sendo alguém a quem não se poderia aplicar rótulos. Não se importava em participar de grupos ou tendências, prezando sua liberdade acima das vaidades e das conveniências.

Assim, não se importava – apesar de comentar várias vezes a carga que alguns desafetos políticos lhe faziam – pela aparente indefinição por um dos lados aos quais se acirravam as disputas políticas de várias épocas de sua vida.

⁹⁸ ARENDT, 2001, p. 80.

⁹⁹ Da correspondência de Alceu Amoroso Lima a Dantas Mota, 1983, p. 41, apud REIS, p. 45.

Quando os reacionários pretendem ferir-me, chamam-me de liberal. Quando os revolucionários ou liberais desejam lisonjear-me, também me chamam de... liberal. (...) Sou liberal como adjetivo, mas não sou liberal como substantivo. (...)

Ser adjetivamente liberal é amar a liberdade, lutar por ela, colocá-la hierarquicamente acima da autoridade embora abaixo da verdade, abrir a inteligência, pugnar pela justiça social, detestar o fanatismo, combater todas as formas de totalitarismo, ser sensível a muitas formas de beleza, respeitar aos adversários, compreender a coexistência dos contrários sem equipará-los – em suma, procurar ser um homem livre e afrontar os riscos da liberdade. Ser substantivamente liberal é não fazer distinção entre a verdade e o erro, entre religião verdadeira e falsa, entre sistemas filosóficos. É nivelar todos os valores, fora o da liberdade. É pregar o individualismo, sob todos os matizes. E, indiretamente, aluir todas as instituições fundamentais da humanidade – da família à Igreja – sob pretexto de defender os direitos do homem, confundindo a personalidade com o indivíduo e o bem comum com o bem próprio. Liberal no sentido adjetivo e por isso antirreacionário, isso o sou de todo o coração e com todas as forças do meu espírito.

Mas substantivamente liberal, no outro sentido, isso bem sei que não sou ou pelo menos faço todo o possível para que o amor intrínseco da liberdade não se transforme em sua negação pela idolatria.¹⁰⁰

Sua prática política, sua ação pelo diálogo, estabelecer-se-ia desde o início do século XX, mas, na medida em que as décadas se passavam, Alceu iria deslocando-se de uma posição mais conservadora – a da época em que assistia Dom Sebastião Leme – para posições mais antagônicas e independentes contra o que considerava inaceitável a seus princípios. Não hesitou em negar-se a participar de governos não democráticos, como o de Getúlio, nem poupou suas críticas ao Estado Novo, ou à ditadura que se estabeleceu, por mais que isso fosse contestado por aqueles que outrora haviam se alinhado a ele na Igreja.

Segundo o espírito da *Rerum novarum*, de Leão XIII, em 1891, Alceu não poupava críticas à burguesia que não percebia quão pouco cristã era a luta pela manutenção de lucros descabidos e pela defesa de seus interesses como os únicos a merecerem a atenção dos governos. Isso se acentuou ao longo de sua vida pública, sendo objeto de sua reflexão por muitas vezes em seus artigos, como mostra no texto *Crescimentos*, de abril de 1959:¹⁰¹

O que os homens do big business esqueceram é que há outras coisas muito mais graves, no mundo, que estão crescendo.

Cresce a decepção com o atual governo americano, que precisamente só pensa em gastar menos e fazer economias...

Cresce o domínio do big business na política, que tudo vê apenas em função dos seus próprios interesses.

¹⁰⁰ LIMA, Alceu Amoroso. *Liberal?* (setembro de 1958). In: **Revolução, Reação ou Reforma?** Petrópolis, Vozes/EDUCAM, 1999, p. 29/30. Os artigos seguintes serão retirados desta coletânea, salvo indicação contrária.

¹⁰¹ Idem, *Crescimentos*, abril de 1959, p. 45.

Cresce a perplexidade com uma política internacional sem iniciativas, que encurralou os Estados Unidos e o mundo livre tanto em Taiwan como em Berlim.

Cresce a desconfiança de que a opinião pública não avalia o perigo dessa transformação dos Estados Unidos, de uma nação criadora de uma nova era, como foi no século XVIII, a uma nação defensora de um mundo gasto. (...)

Crescem, em todo o mundo, os mais alucinantes perigos de uma Terceira Guerra Mundial, que será o holocausto de uma geração, se não de toda a humanidade e da liberdade e dignidade humanas, e enquanto isso os homens do Grande Negócio só pensam no se dilema: ou cresce o Governo ou crescemos nós...

Para melhor entender a trajetória de Alceu cabe analisar um pouco da produção de seus textos públicos nos periódicos nacionais. Para que se centre no foco deste trabalho, serão usados os artigos que publicou na década de 1960 e seguintes, destacando os que analisavam a evolução da situação política brasileira.

4. ALCEU, UM TESTEMUNHO DO SÉCULO XX

Nessa homenagem todos os velhos-moços poderiam ser representados por duas figuras já históricas: Alceu Amoroso Lima e Sobral Pinto. (...) Suas vidas não terão escapado à regra geral: sofrimentos, decepções e alguns erros poderiam tê-los abatido como à maioria dos homens da sua idade. Mas o amor ao próximo e à verdade é neles maior que no comum dos mortais. O amor faz a força física e intelectual de Amoroso Lima e Sobral Pinto. (...) Soubéssemos todos chegar à sua idade com a sua mocidade...

Thereza Cesário Alvim,
(Última Hora, 25/03/1965)

Como já se apontou anteriormente, Alceu sempre foi muito prolífico, pontuando em seus escritos reflexões sobre o dia a dia do país, da Igreja Católica e dos grandes acontecimentos internacionais. Manteve durante muitas décadas colunas semanais nos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, chegando a publicar, em algumas épocas, dois ou mesmo três artigos por semana. Na imprensa veiculava sua opinião sobre os mais diversos temas, podendo refletir sobre a última bula papal, ou sobre o significado da Páscoa e da penitência, mas também sobre a política nacional ou internacional, o avanço das forças norte-americanas no Vietnã, sobre o legado de Gandhi e Luther King, sobre o papel da França na Argélia, a respeito de um autor inglês ou francês, sobre os fatos mais candentes do momento.

Seus artigos, muitas vezes, foram organizados sob a forma de livros, para que tivessem maior alcance e perenidade do que as publicações em jornais diários.

Amoroso Lima indicou na introdução de um destes livros, *Em busca da liberdade*, de 1974, a organização de três desses materiais.

*As crônicas publicadas neste volume, embora inteiramente autônomas, constituem uma sequência em relação às que foram reunidas em três volumes anteriores: "Revolução, reação ou reforma" (1964); "Pelo humanismo ameaçado" (1965); e a "A experiência reacionária" (1968). Foram publicadas no "Jornal do Brasil", na "Folha de São Paulo", no periódico "Brasil em marcha" e editadas pela editora "Tempo Brasileiro". Este primeiro volume continha artigos de 1962 a 1964. O segundo, de 1958 a 1964. O terceiro, de 1964 a 1966. Aqueles que constituem o presente volume foram publicados no "Jornal do Brasil", de 1967 a 1973, e selecionados à razão de 9 a 11 de cada ano. (...)*¹⁰²

¹⁰² LIMA, Alceu Amoroso. **Em busca da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 17.

Além destes, seria trazido a público, ainda, *Revolução suicida*, em 1977, na mesma linha com artigos publicados entre 1973 e junho de 1977. Nele, Alceu reafirma sua oposição à chamada ‘Revolução de 31 de março’:

Fui, por isso mesmo, contrário às duas mais recentes mutações violentas em nossa história nacional, a de 1930 e a de 1964. Ambas representavam, entretanto, reações nacionais contra a deterioração dos regimes que as provocaram. Mas desde que é por seus frutos que as revoluções se justificam ou não, a pergunta que se impõe é se valeram a pena. Para mim, não valeram, ou pelo menos, melhor teria sido que a correção dos males que acaso pretendiam evitar, dos regimes que substituíram, tivesse partido deles próprios. Pois as revoluções, como as guerras, custam caro, ou em vidas, ou em riquezas ou em decepções. Se a de 1964 não foi, para mim, uma decepção, como tem sido para muitos é que nela nunca acreditei.¹⁰³

Além dos quatro volumes recém-citados, é possível encontrar textos selecionados de Alceu Amoroso Lima no livro *O golpe de 1964: a imprensa disse não*, organizado por Thereza Cesário Alvim, com 70 artigos de 19 autores, inclusive da própria jornalista, que fez num deles – *A força indestrutível*, citado na epígrafe deste capítulo – rasgado elogio a Sobral Pinto e a Alceu Amoroso Lima, à página 217. Sobre Alceu, afirmaria, ainda, na introdução *Quem é quem – e por que está aqui*:

O extraordinário pensador católico atravessou estes 15 anos de opressão e a casa dos 80 anos de idade pregando, com a cabeça e o coração sempre jovens, a humanização do processo brasileiro.

Assinando com o pseudônimo Tristão de Athayde, Dr. Alceu foi uma das cinco janelas liberais (no sentido político da palavra) que o Jornal do Brasil, embora perfeitamente adaptado ao novo regime, permitiu que permanecessem abertas, ou entreabertas, arejando o velho prédio da Avenida Rio Branco. Três dessas brechas apareciam no primeiro caderno (ele, Barbosa Lima Sobrinho e Mario Martins) e as outras (Rubem Braga e José Carlos de Oliveira) no Caderno B.¹⁰⁴

A vantagem de se trabalhar com estes livros e seus artigos selecionados prende-se ao fato de se tratar de uma vastíssima produção a do Dr. Alceu. No Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, que funciona na antiga casa da Mosela do escritor, rua em bairro do mesmo nome em Petrópolis, estão os arquivos

¹⁰³ LIMA, Alceu Amoroso. *Introdução*. In: **Revolução suicida**. Testemunhos do tempo presente. Rio de Janeiro: Brasília/Rio, 1977. p. 14.

¹⁰⁴ ALVIM, Thereza Cesário (org.). **O golpe de 1964: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 15. Nele há artigos assinados por Alceu Amoroso Lima, Antonio Callado, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, Hermano Alves, Gilberto Paim, Joel Silveira, José Carlos Oliveira, Marcio Moreira Alves, Mario Martins, Moacir Werneck de Castro, Newton Rodrigues, Otto Lara Resende, Otto Maria Carpeaux, Rubem Braga, Sérgio Porto e Thereza Cesário Alvim, publicados entre 1964 e 1965, com exceção de dois artigos de 1968, que também tratam, retrospectivamente, da mesma conjuntura.

com cópias dos milhares de artigos produzidos pelo autor. Para fins desta pesquisa, foram selecionados mais de 800 de suas colunas, considerados os mais relevantes para o tema que ora se apresenta, parte em reprografia, parte digitalizada em imagem. Apesar da disponibilidade do acervo para consulta, a quantidade de documentos assusta qualquer pesquisador. A direção do Centro, ligada à Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, faz um grande esforço para manter a memória de Alceu, publicando coletâneas e outros materiais, para que novas gerações tenham contato com o pensamento do mestre. Trabalhar com coletâneas, feitas pelo autor ou por pessoas ligadas a ele permite tornar o processo mais ágil, acreditando-se que não haja prejuízo para se apreender o pensamento de Alceu. Não é possível, no entanto, descurar de vários artigos apenas publicados na imprensa, cujo conteúdo é, a nosso ver, fundamental para os termos desta tese.

Assim, a partir deste ponto, serão analisados artigos de Alceu Amoroso Lima tornados públicos pela imprensa carioca ou paulista nas referidas coletâneas, ou no material diretamente levantado pela pesquisa junto ao arquivo citado.

4.1. Os tempos pré-golpe

O livro *Revolução, Reação ou Reforma?* é composto de 101 artigos, uma Nota do Autor, quando da primeira publicação em 1964 e dois prefácios: o da primeira edição de Otto Lara Resende e o da segunda de Luiz Alberto Gómez de Souza, de 1999, em 349 páginas.

Os artigos ali selecionados tratam de diversos e tão diferentes acontecimentos que chamavam a atenção do pensador católico carioca: a Guerra Fria; a ameaça de uma Terceira Guerra Mundial, desta vez atômica; a corrida ao espaço; a Revolução Cubana e as crises da Baía dos Porcos e dos mísseis soviéticos; o fim do governo Eisenhower e o início do governo Kennedy; seu assassinato em Dallas; a morte de João XXIII; o Concílio Vaticano II e o crescimento de Fidel Castro e das ditaduras militares na América Latina.

No plano interno: o fim do “desenvolvimentismo” de Juscelino Kubitschek; a campanha, vitória e renúncia de Jânio Quadros; o período conturbado de João Goulart e o crescimento dos extremismos e o clima que antecedeu ao golpe militar de 1964. Alceu atuou como uma “voz da consciência católica” sob o calor dos

acontecimentos tão cruciais destes sete anos, que marcariam a história mundial e brasileira.

Sua preocupação com a situação social e política representava quase que uma média das opiniões dos membros da CNBB. Se por um lado repudiava o autoritarismo de qualquer matiz, por outro reconhecia que a melhor propaganda do comunismo se fazia sobre a miséria em que viviam as populações latino-americanas. Em novembro de 1960, Alceu Amoroso Lima citaria diretamente Cuba no artigo *Renovação ou Morte (II)*:

Com a América Latina o que pode ocorrer é um desprendimento da tradição democrática ocidental, caso a democracia política não seja capaz de resolver satisfatoriamente o problema da ascensão das massas, pela sua autêntica transformação em democracia social. (...)

*O caso de Cuba veio a mostrar aos surdos e cegos que há, na América Latina, um espírito novo e uma força nova, que poderão tornar-se explosivos, como as novas forças e os novos espíritos que estão surgindo ou ressurgindo nas velhas civilizações asiáticas ou nas novíssimas aspirações dos povos africanos. (...) Pois os regimes livres ou se renovam, assegurando a ascensão pacífica das massas e dos povos subdesenvolvidos, ou serão submergidos pela maré totalitária.*¹⁰⁵

Aliás, em relação a Cuba e ao possível isolamento dos países do mundo comunista, Alceu Amoroso Lima insistiria, em vários artigos aqui analisados, numa posição que se pode classificar como de 'chamamento ao diálogo', que não pressupõe concordância com o adversário, mas respeito à sua pessoa e a abertura para que possa vir a mudar de opinião (talvez reconhecendo a Verdade, tão ao gosto dos cristãos).

Em junho de 1959, seu artigo *Rumo Certo* já chamava a atenção para o absurdo que seria isolar a União Soviética.

Pouco tempo antes havia um congresso das poderosas Daughters of the American Revolution, baluarte do reacionarismo norte-americano, aprovando uma moção convidando os Estados Unidos a se retirarem das Nações Unidas, enquanto lá figurasse a Rússia Soviética.

*Perguntado [o Cardeal Ottaviani, pró-secretário da Sagrada Congregação do Santo Ofício] sobre a vantagem de 'isolar a União Soviética do mundo livre', respondeu ao sr. Patrick J. Whelley, da La Crosse Times-Review: decididamente não. 'Absolutely not'. E acrescentou: 'Se as nações não-comunistas isolarem o regime soviético, ele se consideraria sitiado, com o que apenas se conseguiria reviver seu fervor comunista... O Ocidente deve prosseguir negociando, deixando a porta aberta para que a União Soviética participe da comunidade internacional'.*¹⁰⁶

¹⁰⁵ LIMA, 1999. *Renovação ou morte (II)*, novembro de 1960, p. 71/72.

¹⁰⁶ Idem, *Rumo certo*, junho de 1959, p. 49/50.

Alceu deixou registrado, também, o clima político do início da década de 1960. A grande preocupação nestes tempos da Guerra Fria e da polarização de posicionamentos pode ser observada no artigo *Lobo, Lobo* (outubro, 1961). Ao lembrar a história da criança que de tanto pregar sustos, gritando que havia um lobo, acabou desacreditada quando de fato um apareceu. Continua:

É esse o serviço que presta, à conspiração soviética universal de nossos dias, a histeria anticomunista que se apossou de nosso meio, de há tempos a esta parte.

Durante a recente crise política [da renúncia de Jânio Quadros e do veto dos ministros militares à posse do vice João Goulart] que por pouco nos leva à guerra civil, vozes femininas telefonaram agitadas para minha casa: “Boa tarde. Não entregue o Brasil para os comunistas.”

Os comunistas eram o Presidente João Goulart e seus companheiros, que hoje recebem em Brasília as mais altas autoridades da Igreja, solicitando sua colaboração nesta hora grave.

Os comunistas eram os que queriam a obediência à lei, no processo de sucessão presidencial. (...)

Bem sei que o mal não é apenas nosso. Há muito que sustento ser o perigo neofascista, em nossos tempos, tão mortal como o perigo comunista. Há muito que vemos países mais democráticos, como os Estados Unidos, desenvolver a praga macarthista e mais recentemente ainda a tenebrosa Sociedade John Birch,¹⁰⁷ em que o mais ferrenho reacionarismo é pregado, em nome da reação anticomunista. (...) ¹⁰⁸

Alceu deixou várias pistas para se entender a situação inflamável da época. A primeira é que havia, de fato, um clima de agitação severamente agravado pela renúncia de Jânio Quadros e pelas manifestações dos ministros militares, ao arrepio da lei, contra João Goulart, visto com desconfiança por setores conservadores desde os tempos de Getúlio Vargas.

A segunda pista é que, ao comentar da “histeria anticomunista”, Alceu não minimizava que houvesse uma “conspiração soviética universal”, mas tampouco concordava que tivessem mais poderes do que os que os fatos demonstravam. Não que o lobo não fosse perigoso, mas usar o seu nome em vão acabava por desmoralizar os que o evocavam e não afastava a ‘fera’, quando era necessário.

“Vozes femininas telefonaram agitadas”. Alceu deixava registradas algumas estratégias usadas pelo anticomunismo à época. Como a telefonia não estava

¹⁰⁷ A *John Birch Society* é um grupo norte-americano de pressão política de extrema-direita, que apoia o anticomunismo, governo limitado e liberdade pessoal. Foi fundada em 1958 em Indianápolis, Indiana, e recebeu este nome após John Birch, um oficial da inteligência militar dos Estados Unidos e missionário batista na II Guerra Mundial, ser assassinado em 1945 por militantes do Partido Comunista Chinês. Atualmente sediada em Wisconsin, a sociedade tem filiais locais em todos os 50 estados norte-americanos. Possui a *American Opinion Publishing*, que publica a revista *The New American*.

¹⁰⁸ LIMA, *Lobo, lobo*, outubro de 1961, p. 111/113.

popularizada nos anos 60, é lícito acreditar que dela tiravam proveito representantes da classe média e da elite urbana. Fazer uma campanha pelo telefone atingiria basicamente estes extratos sociais, onde se posicionavam, via de regra, os formadores de opinião: intelectuais, profissionais liberais, empresários, artistas etc. É significativo também que “vozes femininas” tenham sido citadas. Esta década não havia sido marcada ainda pela inserção da mão de obra feminina – pelo menos no tocante à classe média – no mercado de trabalho. Todavia, em minha dissertação sobre a Liga Eleitoral Católica, já havia levantado que estas senhoras eram bastante utilizadas para diversas atividades ligadas à Igreja, como o alistamento de eleitores e em ações assistenciais e de apoio ao clero, como as Filhas de Maria. Mais tarde, em 1964, as Marchas com a Família com Deus e a Pátria seriam basicamente compostas por estas mesmas senhoras, arregimentadas nos diversos movimentos religiosos de classe média.

Outro artigo nesta linha de apreensão do clima que se espalhava na sociedade brasileira é o *Polarizações*, de outubro de 1962, escrito por Alceu durante uma viagem que fez de navio à Europa, para participar da assembleia do Concílio Vaticano II.

É o que está ocorrendo entre nós com a alta sociedade. Essa mesma que a bordo vai ao night club, mas não vai à missa, nem ao domingo... O pânico do comunismo violentamente dela se apodera. O que era considerado uma flor exótica que jamais floresceria em nossas plagas surge de repente como um cardume de submarinos soviéticos que já transpuseram a barra do Rio ou como um esquadrão de Mig pronto para bombardear São Paulo. Dá-se então o salve-se quem puder e apegam-se com a Igreja... Abrem-se as comportas da alta pecúnia. Mobiliza-se a grande imprensa. Proclama-se a iminência de um golpe militar, na esperança de um contragolpe do tipo argentino ou peruano. Promovem-se atentados terroristas. [Alceu havia publicado outro artigo falando da prisão do jornalista Hélio Fernandes pela publicação de documentos considerados secretos pelo Exército, chamando de terrorismo cultural]. Organiza-se o MAC. As senhoras do café-society se alarmam e saem em campo. Uma delas diz a uma amiga “que não vote em JT [Juarez Távora], porque pertence ao PDC, que havia incluído um comunista entre seus candidatos (...). Jovens alunas do Colégio Sion ouvem de um sacerdote, que ali fora fazer uma conferência, a advertência de não lerem o Jornal do Brasil, “pois era um jornal comunista.” (...).¹⁰⁹

Como se vê, Alceu é bem explícito na constatação do clima de terror que paira sobre setores da classe média e da burguesia brasileiras. Continua ele, no mesmo artigo:

¹⁰⁹ Idem, *Polarizações*, de outubro de 1962, p.154/156.

Em São Paulo, um jovem aluno do Colégio São Bento procura um monge e indaga dele alarmado o que estava fazendo contra o comunismo, por que seu pai dissera em casa “que os comunistas iam tomar o Rio de Janeiro como refém, para daí tomarem conta do Brasil.” Tudo isso é rigorosamente exato. E é também profundamente triste. E mesmo inquietante. Pois essa radicalização das elites é a melhor preparação para a radicalização das massas. Como já está sucedendo com a massa dos estudantes superiores e até mesmo secundários [referência à Juventude Universitária Católica, JUC e à Juventude Estudantil Católica, JEC]. O pânico dos pais, mestres, patrões, intelectuais, provoca a polarização do ódio e favorece a fermentação revolucionária mais radical nos filhos, estudantes, operários, leitores. Os velhos empedernidos produzem os jovens enfurecidos (...). Ou sadiamente revoltados quando veem que o pânico gera a calúnia, o vale-tudo, o apego aos privilégios, o fanatismo conservador, tão intolerável como o fanatismo revolucionário.

Neste final, Alceu aparentemente reconhece a motivação dos jovens e estudantes que enveredavam por caminhos radicais mais à esquerda em organismos como a Ação Católica, sadiamente revoltados contra os privilégios e o fanatismo conservador. Mais uma vez, atesta assim as polarizações que o título do texto invoca, na divisão entre os setores que se beneficiam com a situação e os que querem modificá-la. Os primeiros, francamente apavorados, pediam que se isolassem os comunistas, para que pudessem seguir em paz com suas vidas. Para estes, a cortina de ferro, que os protegessem e afastassem de suas vistas os perigos que imaginavam, era tudo o que precisavam.

Amoroso Lima, pelo contrário, via no afastamento, como o de Cuba, um grande perigo por reforçar a opção do governo fidelista (expressão que ele muito apreciava) de um governo forte, para melhor resistir ao assédio norte-americano. A cada nova tentativa dos EUA em “resolver o problema cubano” unilateralmente, com emprego de força, Alceu insistiria na manutenção do diálogo e convivência de Cuba com os demais países latino-americanos. Em maio de 1961, descrevia assim sua posição contra a tentativa mal disfarçada de invasão da Baía dos Porcos:

*Assim como condenei, há anos, a intervenção dos Estados Unidos em Guatemala, naquele caso vitoriosa, condeno hoje formalmente a sua invasão em Cuba, neste caso malograda. (...) só uma intervenção se admite: a dos organismos internacionais coletivos. No caso presente, a OEA e a ONU. Fora daí estamos no terreno das decisões arbitrárias e unilaterais, que só podem levar ao suicídio coletivo. (...) Finalmente, o malogro da nova revolução contra a revolução traída por Fidel Castro será mais um apoio à consolidação do regime fidelista e sua aproximação, ou mesmo aliança formal e declarada, com o imperialismo soviético. (...) Qualquer intervenção estrangeira, mesmo vitoriosa, representa a sua consolidação. Quanto mais uma intervenção disfarçada e malograda. (...) todo unilateralismo é desastroso. E só serve à causa do imperialismo comunista, pronto a aproveitar todos os erros e precipitações das democracias, para afogar o que nos resta de liberdades humanas.*¹¹⁰

¹¹⁰ Idem, *O único caminho*, maio de 1961, p. 76/77.

Retornaria ao tema, no mês seguinte, no artigo *A liberdade em perigo*, de junho de 1961: “O apoio oficial à invasão de Cuba foi um erro trágico e um lamentável retrocesso que veio agravar de muito a impopularidade dos Estados Unidos na América Latina e reforçar a ditadura fidelista”.¹¹¹

Quando as pressões norte-americanas se avolumavam pela tentativa de expulsão de Cuba do âmbito da Organização dos Estados Americanos - OEA, acusada de manter um governo não democrático, sob a inspiração soviética, ao final de 1961, Alceu questionaria o súbito interesse democrático da OEA, denunciando as manobras para o afastamento do governo da ilha da organização.

(...) Não se conclua, entretanto, de tudo isso que as declarações do ditador cubano [declarando sua adesão ao socialismo] me levem a mudar de atitude em face dele. Continuo a condenar, hoje como ontem, a intervenção ou a ruptura das relações. Assim como a Organização das Nações Unidas contém em seu seio, nações democráticas, nações comunistas, nações fascistas e nações de regimes indecisos, o mesmo terá de suceder com a Organização dos Estados Americanos. Aliás, há quanto tempo já se sentam nesta, lado a lado, nações democráticas e nações ditatoriais? Acaso a Argentina peronista ou a República Dominicana trujilista, ou a Venezuela gimenista, ou a Cuba batistista, ou o Brasil estado-novista foram expulsos da OEA?

*(...) Por mais que consideremos repugnante o maquiavelismo político de Fidel Castro ou o totalitarismo cubano, não é de barreiras que precisamos e sim de pontes. E acima de tudo, de uma política nacional autenticamente democrática e ética, o que é a única barreira estável e forte contra a Força acima da Lei e da Moral.*¹¹²

Quando finalmente foi realizada a Assembleia da OEA, no Uruguai, no início do ano seguinte, a pedido do Peru e da Venezuela, com apoio decisivo dos EUA, Alceu voltaria ao tema de que o isolamento era tudo o que o governo de Fidel queria para se manter firme no poder:

(...) Se lamentamos a decisão de Punta del Este, embora pudesse ter sido ainda pior, é que estamos em condições de julgar com frieza, por estarmos longe do ambiente norte-americano, e no local é difícil julgar desapaixonadamente. No entanto, lá mesmo não falta quem o faça. E acima de todos a sua voz mais autorizada em matéria de política internacional (e mesmo em política nacional) Walter Lipmann. (...) Apoia a posição do México e do Brasil, que reuniu afinal sete votos, e propõe três medidas básicas: “contenção e isolamento do intervencionismo castrista no continente; detenção do processo de satelização cubana; e reintegração de Cuba no sistema interamericano, como membro bona fides”. (...) Infelizmente, não foram esses os conselhos que prevaleceram em Punta del Este. E, como ontem acreditamos ter deixado bem claro, só Fidel Castro saiu ganhando da malograda conferência. Recebeu o que queria. Reforçou sua posição junto ao bloco sino-moscovita. Recebeu um novo balão de oxigênio, quando o da invasão já estava se

¹¹¹ Idem, *A liberdade em perigo*, junho de 1961, p. 87/88.

¹¹² Idem, *Maquiavelismos*, dezembro de 1961, p. 117/118.

*esgotando, que lhe permitirá sobreviver por meses ou mesmo anos. E continuará vendendo à União Soviética o seu açúcar por preços elevados.*¹¹³

No mês seguinte, Alceu traria notícias sobre o governo italiano e a experiência do Partido Democrata-Cristão de lá, no apoio aos socialistas na formação de um governo de coalizão na Itália, aproveitando para mais uma vez chamar a atenção para a inutilidade à causa democrática do isolamento de Cuba:

O Partido Democrata-Cristão italiano está fazendo uma experiência que deve ser seguida, com maior atenção, por todos os que veem na democracia cristã a melhor das soluções para escaparmos à ameaça dos totalitarismos, que tanto da esquerda como da direita nos ameaçam à saída da encruzilhada em que nos encontramos.

A experiência empreendida (...) é a da colaboração, no mesmo governo, com socialistas democratas de Nenni.

Se a democracia-cristã nos parece a mais autêntica para a defesa contra os totalitarismos, não devemos esquecer os perigos que ameaçam, dentro de suas próprias fileiras, a democracia cristã. E o maior talvez seja o que podemos chamar – classocracia. É o de fazer do DC um partido exclusivamente da classe média. Ou um partido confessional. Ou um partido apenas anticomunista. É o perigo de se fechar politicamente. Ou de fazer do centro um extremismo antiextremista. E frequentemente apenas antiextremista de esquerda. Pois o pânico anticomunista que se apoderou do mundo democrático, especialmente em nosso continente, com o regime cubano satelitário da Rússia soviética, pode levar a democracia cristã a só ver “inimigos à esquerda”.

(...) O pior mal que Fidel Castro está causando à democracia no continente americano é o de atirar lenha ao espírito de status quo, ao medo de mudar, à defesa cada vez mais fanática de privilégios e abusos de toda a sorte, sob pretexto de não enfraquecer a frente anticomunista. Como se tudo o que fosse anticomunista merecesse o nosso apoio. Como se a reação anticomunista não esteja servindo para acobertar a defesa dos mais inconfessáveis interesses. (...) E criar o clima de ceticismo jurídico e político, que só serve aos mais implacáveis totalitarismos.

*(...) Que contraste [da experiência italiana] com o terror da nossa alta burguesia, pronta a todas as concessões ao ditatorialismo direitista ou ao status quo conservador, desde que se trate de defender os seus interesses ameaçados.*¹¹⁴

O que aparentemente poderia parecer um claro apoio ao PDC brasileiro era, na verdade, a sustentação de uma postura de diálogo que pouco se via por aqui, mesmo nas fileiras de nossa democracia-cristã. Alceu insistira em se manter longe de todo o tipo de agremiação partidária, para poder ser o crítico livre que pretendia ser, mesmo que com declarada visão católica, o que para ele e para a própria igreja não era contraditório, pois o termo católico quer justamente dizer universal.

Ele alertava, ainda, para o perigo de se fazer um partido de centro apartado dos interesses mais gerais do povo, enclausurando-se em torno a interesses mesquinhos, resistindo a mudanças e adotando um discurso anticomunista histórico,

¹¹³ Idem, *Ponta de Leste*, fevereiro de 1962, p. 127.

¹¹⁴ Idem, *Cartada*, março de 1962, p. 134/135.

capaz de legitimar as piores ditaduras de direita. A esse respeito, ainda, veria nos exemplos da Península Ibérica, como um regime neofascista não significava, de forma alguma, um avanço na situação em que o Brasil se encontrava, apesar do interesse de parte da elite brasileira para que tal governo por aqui se instalasse. “E o exemplo da Espanha e de Portugal é que o neofascismo pode conter a desordem, mas não sabe criar a Ordem”.¹¹⁵

Ao lado de defender a necessidade de manter sempre o diálogo, Alceu insistia que a solução de um golpe à esquerda ou à direita não servia para a sociedade brasileira, defendendo a legalidade e o respeito às instituições, a Constituição entre elas. Desses seus artigos, podemos retirar algumas pistas para entender o clima do início dos anos 60. Escreveu assim sobre a década que se iniciava: “Começamos esta nova fase da política nacional com o esquema sucessório logicamente fixado, mas com uma perigosa agitação no subsolo e uma tendência ainda mais perigosa, nas altas esferas, para romper a trama da legalidade. Seria um desastre”.¹¹⁶

Outro exemplo das preocupações de Alceu a respeito do processo sucessório que levaria Jânio Quadros ao poder aconteceu quando do anúncio das eleições de 1960. No calor de disputas que se avultavam entre o PSD, do presidente Juscelino Kubitschek, que deixava o poder e a UDN, com o apoio de Lacerda a minar as propostas de continuidade por denúncias de corrupção e do descalabro da alta inflação que grassava no país, Alceu recomendava calma aos contendores, lembrando que a democracia não é ganhar a qualquer custo as disputas eleitorais:

Esse calor de coração, porém, leva facilmente ao desenfreamento das paixões partidárias. Pelo fervor com que sustentamos nossos princípios, nossos partidos, nossos candidatos, somos facilmente levados a desconhecer as regras mais mezinhas do jogo democrático. E por isso é que se torna mais indispensável conservar a cabeça fria. Não se deixar arrastar pela paixão partidária e pela vontade de vencer a todo transe. A democracia não é a conquista do poder. É a defesa do direito de fiscalizar o poder ou o dever de o exercer sob a fiscalização das minorias. É por isso que devemos ser democratas e preferir esse regime a qualquer tentação totalitária. Os totalitarismos se aproveitam facilmente das nossas decepções para nos segredar ao ouvido o ceticismo e a renúncia. Quando perdemos uma, duas, três vezes as eleições, concluímos ligeiramente que as eleições representam um processo errado de escolha dos governos. E somos logo inclinados aos golpes militares ou às revoluções radicais. Contra essa tentação é que devemos conservar a cabeça fria. Sejam quais forem os nossos desapontamentos, tenhamos em mente que perder democraticamente é muito melhor do

¹¹⁵ Idem, *A vitória “gaullista”*, janeiro de 1959, p. 34.

¹¹⁶ Idem, *A nova década*, janeiro de 1960, p. 55.

*que ganhar totalitária ou ditatorialmente. Cabeça fria e coração quente, seja o nosso lema ao caminhar, uma vez mais, para as urnas, no próximo dia 3 de outubro.*¹¹⁷

No mês de outubro, logo depois das eleições, Alceu analisaria o tom dos debates, que tanto buscaram a polarização entre direita e esquerda, trazendo para a realidade nacional as disputas da Guerra Fria, em curso entre os EUA e a URSS. Chamava a atenção para o pouco significado que os termos “esquerda” e “direita” teriam na realidade de então, confrontando a noção de que o catolicismo – tão forte no Brasil – seria mais identificado com a direita, em aberta oposição à esquerda:

Durante a campanha eleitoral deste ano, voltou-se muito a falar em esquerda e direita. Para muitos, esquerda é sinônimo de comunismo, direita, sinônimo de democracia. E, em certos meios católicos, a esquerda é o Anticristo e a direita, a Igreja ou pelo menos a posição político-social em que se encontra a Igreja.

Nada mais falso. Mas também nada mais difícil de esclarecer, já que as palavras sofreram realmente uma alteração semântica no sentido que o povo lhes dá, esse povo anônimo, que faz e desfaz as linguagens. (...) A esquerda ia assim igualar-se a comunismo. A direita, a fascismo ou conservadorismo. E a opinião pública passou a ligar uma coisa e outra.

Com os católicos se deu coisa semelhante. O socialismo, à esquerda dos parlamentares, foi a princípio, todo ele, anticatólico e, mais do que isso, anticlerical. O conservadorismo, à direita, se manteve católico ou se fez católico, por sinceridade ou por política. De modo que o termo socialista ficou sendo sinônimo de esquerdista e anticatólico. E conservador, sinônimo de direitista e católico.

Mas tudo isso mudou radicalmente, ao longo do século XIX e, sobretudo, no século XX. (...) As expressões esquerda sinônimo de progresso e reforma social, e direita, sinônimo de ordem e tradição social, perderam com isso toda a sua exatidão. Mantiveram-se e continuam a ser empregadas por simples razão de inércia e de rotina.

*O mesmo aconteceu nos meios católicos. Com o interesse crescente da Igreja pela questão social, a partir do fim do século XIX e de Leão XIII, a equivalência entre catolicismo e conservadorismo, hostilidade ao progresso, defesa do status social, ordem e autoridade acima de tudo, sem distinção de como e por que, perdeu também toda significação autêntica. Passou a haver cada vez mais católicos não-conservadores em política. (...) Nesse terreno, também, a equiparação de esquerdismo com anticatolicismo e de direitismo com catolicismo se tornou anacrônica e semanticamente errada. (...) Deus não está à direita, nem à esquerda. Está acima. (...) A Igreja não está à direita. Como o comunismo ateu não está à esquerda. São incompatíveis. Mas estão por toda parte, face a face, lado a lado, lutando por bandeiras opostas, até que a Justiça e a Misericórdia de Deus tudo assuma.*¹¹⁸

Assim, ele assumia uma posição de defesa da fé e condenação do ateísmo, convidando a uma nova visão do que se indicava um conflito entre a direita e esquerda, pois em todas as instituições podiam ser encontradas posições mais condizentes com a manutenção do *status quo* ao lado de outras mais favoráveis às mudanças. Esta posição torna ainda mais significativo o título do livro sob o qual Alceu reuniu seus artigos ora analisados. O questionamento que se punha naquele

¹¹⁷ Idem, *Cabeça e coração*, setembro de 1960, p. 65/66.

momento era entre três possíveis posturas sociais: revolução, reação ou reforma. Alceu advogava a reforma, gradativa e madura, como a garantia de que nem o imobilismo da reação, nem a ruptura da revolução fizessem mais vítimas que beneficiados.

Mas Alceu não se ocupava apenas com os problemas mais imediatos da realidade brasileira. Seus artigos mais focados no Brasil eram entremeados com análises que fazia da situação mundial, como em *Sombras Luminosas*, de fevereiro de 1961:

Vejo, no panorama internacional, três fatos sombrios, que são paradoxalmente, três sinais animadores para a solução pacífica da crise contemporânea: o desemprego nos Estados Unidos, a crise da agricultura na União Soviética e a fome na China. Contra fatos não há argumentos, já advertiram os escolásticos. Esses três fatos nos ensinam que os sistemas econômicos são todos falíveis. E que acima deles o que há é a natureza das coisas. (...) Não há sistemas políticos ou econômicos infalíveis, ao contrário do que proclamam os fanáticos de cada lado da Cortina de Ferro, de que, aliás, já tão pouco se fala hoje em dia. Cá e lá, más fadas ou maus fados há... E a lição para todos, se por absurdo aproveitássemos as lições alheias, seria uma lição de humildade, de fraternidade, de coexistência, não maquiavélica, mas tendo em vista a conquista pacífica de uma autêntica vivência cristã. E não o esmagamento do adversário pelas costas.

(...) Ufanismo é sinônimo de fanatismo. E o fanatismo é a lepra de nosso tempo.

Os fatos, porém, não autorizam nenhum homem de bom senso a se vangloriar. Temos de nos salvar juntos. Ou juntos de perecer. Esse apelo à convivência humana, e não à dura resistência ou à simples e fria coexistência, é o que está não apenas nas linhas, mas nas entrelinhas dessa admirável proclamação. É com humildade, e não com arrogância, que a humanidade pode resolver, ao menos, a parte mais grave da crise que ele toda atravessa. Não há imunes. Não há milagreiros. Não há irresistíveis. Há uma imensa tarefa comum a empreender num imenso mutirão que deve abranger a humanidade inteira.¹¹⁹

Aqui ele mostrava que a humanidade teria que se salvar junta ou junta perecer, e que nenhum sistema dava conta, realmente, da totalidade das necessidades humanas. Então por que não se buscar, através do diálogo, o melhor de cada mundo? Novamente aqui ele insiste na ética da fraternidade, a mesma defendida por Santo Agostinho, como já se viu. O amor ao próximo torna possível a vida em sociedade e teria o poder de espantar o fantasma do antagonismo da esquerda e da direita que tanto ameaçava a sociedade humana como um todo e a brasileira em particular naquele momento da Guerra Fria.

¹¹⁸ Idem, *Direita e esquerda*, outubro de 1960, p. 67/68.

¹¹⁹ Idem, *Sombras luminosas*, fevereiro de 1961, p. 73/74.

4.2. Alceu e a crise política pré-golpe

Voltando à conjuntura política brasileira, Alceu analisava a permanência de Jânio no governo, pouco tempo antes de seu pedido de renúncia, que o pegou de surpresa, como de resto a toda a sociedade brasileira. Ainda em agosto de 1961, Alceu publicava no *Jornal do Brasil* o seguinte artigo, JQ, comentando o caráter do presidente e de seu governo e, de certa forma, apoiando os rumos da política externa que Jânio pretendia impor ao seu governo, com a ressalva de alguma tentativa de golpe, que ele mesmo, afinal de contas, proporia:

O que marca a política do novo governo é a sua independência. Não a sua infalibilidade. Ou a sua coerência. Ou a sua austeridade. Ou a sua flexibilidade. Tudo isso pode existir e existe. Mas, a meu ver, o traço característico, tanto do candidato como do presidente, é a sua independência.

(...) E vencendo maiores resistências foi à Cortina de Ferro. Atravessou-a. Sem temer o diálogo. Sem temer as pedradas e os apodos. Sempre dominado por seu instinto de caminho certo, no meio dos abrolhos mais agudos, sem dar ouvido às sereias ou aos latidos de um ou outro lado.

O perigo desse personalismo, sem dúvida, é a tentação do cesarismo. Do autoritarismo. Da centralização e do abuso de poder. Se JQ vai repor o Brasil nos eixos, depois das loucuras de JK, sem negar o impulso que este deu ao seu progresso material, não sei dizer. Sei apenas que está no bom caminho, a despeito de discordâncias naturais. E sobretudo a despeito dos três erros poderosos que, em grande maioria, o hostilizam: os ricos, os ratos e os reacionários.¹²⁰

O que Alceu chama de “loucuras de JK” diz respeito à crítica que o autor teria ao ex-presidente quanto ao descontrole das contas públicas e à espiral inflacionária que deixou de herança a seu sucessor, apesar de reconhecer o desenvolvimento material que o país experimentou durante o mandato do presidente Juscelino.

Mas Jânio não duraria muito mais à frente do governo brasileiro. No artigo *E agora?*, ainda naquele agosto tão atribulado e instável, Alceu reconhecia ter sido ultrapassado pelos fatos:

Ao escrever, no remanso silencioso da mais brasileira e acolhedora das fazendas, há mais de um mês, os meus dois últimos artigos sobre os destinos do governo JQ, mal sabia eu que iriam sair em plena crise política, que mais uma vez veio demonstrar a incompatibilidade dos homens temperamentais para os grandes cargos públicos.

Se é exato, como declarou em sua renúncia, que sempre contou com a fidelidade das Forças Armadas, não tinha o Sr. Jânio Quadros o direito de fazer o que fez. Ninguém tem o direito ao suicídio; nem físico, como Getúlio Vargas, nem mesmo ao suicídio político, como acaba de fazer o ex-presidente. Quem foi eleito por seis milhões de brasileiros e já hoje

¹²⁰ Idem, JQ, agosto de 1961, p.90/91.

*aceito respeitosamente ou acompanhado ansiosa ou carinhosamente por sessenta milhões, não tem o direito de interpretar, a seu bel-prazer, a “voz da consciência”. (...) Pelo que podemos saber, nada justifica o gesto temperamental do Sr. Jânio Quadros. Mas, já que foi feito, o que nos compete agora é perguntar como o poeta: “E agora, José?”*¹²¹

Perplexo, ele condenava a instabilidade de Jânio, ainda não lhe adivinhando as razões de tal gesto aparentemente insano. Mas parecia ter absoluta convicção do que deveria acontecer, daí para frente. Seguia, no mesmo artigo:

A meu ver, como, creio, ao ver da maioria do povo brasileiro, não há dúvida alguma: obedecer, antes e acima de tudo, ao mandato constitucional. Se, ao contrário da sábia medida das anteriores Constituições, que mandavam proceder a novas eleições se a vaga ocorresse antes do segundo ano do governo, o que a atual Constituição, literalmente interpretada, manda é que o vice-presidente assuma a Presidência pelo resto do mandato, é a ele que deve ser entregue a chefia do Poder Executivo.

Mas isso não basta. As condições particulares em que ocorreu a renúncia do Sr. Jânio Quadros e as inequívocas demonstrações de solidariedade por ele recebidas impõem, a meu ver, ao vice-presidente um dever: o de também renunciar.

Renunciar, para que então o país, dentro de sessenta dias, como manda a Constituição, possa de novo manifestar-se. Trata-se assim de um verdadeiro plebiscito, de um plebiscito constitucional dentro da mais restrita legalidade.

Qualquer movimento extralegal contra a posse do vice-presidente é claramente antidemocrático e portanto inaceitável.

Mas uma renúncia espontânea da parte do vice-presidente, de modo que ele e outros candidatos se apresentem livremente ao povo, para que esse livremente escolha, é o que impõe. O Sr. João Goulart, nesta oportunidade, poderá dar um grande exemplo cívico, concorrendo livremente a uma eleição. Ao passo que, aceitando a investidura a que tem direito, apenas por imposição legal, já começará enfraquecido.

Ao mesmo tempo, então, que defendia a mais estrita legalidade, conclamando a sociedade a respeitar incondicionalmente a Constituição de 1946, Alceu propunha o gesto de renúncia do vice-presidente João Goulart, para que se submetesse a novas eleições, capazes de auferir com mais acuidade a vontade popular. Jango teria, assim, caso vencesse um novo pleito, um mandato novo, acima de qualquer discussão de legalidade, com respaldo ainda maior pelo gesto desprendido de confiança no povo que o elegera. Essa linha de reflexão demonstra, no entanto, uma reserva de Alceu em relação a Goulart, pois se já tinha sido eleito, nos termos da Constituição que ele tanto defendia, para que uma nova eleição? De certa forma, o autor ecoava as críticas e incertezas que parte da sociedade brasileira votava a Goulart. Não se pode esquecer que Alceu foi um crítico decidido do governo de Vargas, de quem o vice-presidente era o mais fiel seguidor,

¹²¹ Idem, *E agora?* agosto de 1961, p. 95/96.

principalmente no que diz respeito a seu trânsito junto aos sindicatos de trabalhadores.

No entanto, no dia seguinte, voltaria à carga, defendendo sua posição no artigo *As novas perspectivas*, condenando o clima de golpe que se via no ar, no veto dos ministros militares à posse de João Goulart na presidência:

*(...) pretendem lançar o Brasil também no caminho de uma ditadura direitista, o que seria tão calamitoso quanto qualquer outra ditadura, mesmo temporária. No momento, só há um caminho certo a seguir: dar posse ao vice-presidente da República, segundo as normas constitucionais. Se este quiser ter o gesto, que ontem lembrávamos, de ouvir de novo o povo, por meio de eleições que seria uma espécie de plebiscito, tanto melhor. Senão, que governe o país dentro da lei e do bom senso, mas não tolhido por pressões latentes, a que não soube ou não pôde infelizmente resistir o Sr. Jânio Quadros.*¹²²

No artigo seguinte, Alceu teceria elogios, de forma realista, à solução que enfim se encontrou pra contornar o problema da posse de Jango, parecendo tentar aproveitar o que a realidade dos fatos impunha, pois uma vez acontecido, não caberia ficar lamentando o que não foi. Alceu chamaria a atenção de seus leitores para o fato de ter se achado uma solução que não significou a ruptura da paz social, apesar de não ser a que respeitasse os termos da Carta Magna. Havia que se preservar a paz, evitando-se conflitos de rua, que pusessem em risco a vida da população. Longe de significar covardia, ou frouxidão de caráter, Alceu dizia que era o próprio fundamento de nossa índole, um verdadeiro atributo: o humanismo brasileiro.¹²³

(...) Um dos ensinamentos de toda nossa história é precisamente o da solução incruenta das maiores crises de nossa evolução política. A começar pela maior delas, precisamente essa independência que hoje comemoramos. (...) Alguns consideram esse fato como prova daquilo que Mário de Andrade procurou satirizar através do seu Macunaíma, "o herói sem nenhum caráter". A mim parece exatamente o oposto. É a prova do nosso caráter. Do que há de mais profundo, de mais autêntico, de mais puro em nosso caráter nacional. A paz não é, para nós, uma simples palavra vã ou a simples negação de um estado de luta. É um estado de alma, é uma inclinação do temperamento coletivo, é uma lei profunda da nossa sociologia histórica.

¹²² Idem, *As novas perspectivas*, setembro de 1961, p. 99.

¹²³ Com esta perspectiva, ele se aproximava do pensamento de Sérgio Buarque do Holanda, um de seus grandes amigos e destinatário de uma das mais significativas cartas que Alceu escreveu, considerada um marco por ele mesmo e por seus biógrafos, *Adeus à Disponibilidade*, onde o autor dava conta ao amigo de sua reconversão ao catolicismo e a liberdade que sentia com isso, ao contrário do que poderia parecer sua posição de obediência à Igreja. Para compreender esta ligação, sugerimos ver a definição de homem cordial em BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**, 11^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 108.

*O humanismo brasileiro assenta, precisamente, nessa capacidade de varar as crises coletivas com o mínimo de violência. (...) A pátria, para nós, é a casa, a família, a paisagem, a amizade, a compreensão, o diálogo. O ódio, a blasfêmia, a vingança, a guerra civil ou estrangeira, as revoluções sangrentas são momentos de exceção, logo superados pelo nosso inveterado e invencível sentimento de civilidade, de civismo, de civilização. Podemos derramar o sangue, se forçados, em defesa do que temos de mais sagrado em nossa vida. Mas jamais faremos do sangue um símbolo de nossa nacionalidade. Nem em nossa bandeira. Muito menos em nossos costumes. Jamais em nossos corações.*¹²⁴

O título do artigo, *A encruzilhada*, sugere o momento delicado que o país passava na visão de Alceu, entre o caminho da revolução ou do golpe reacionário. Mas o autor exalta um suposto “caráter nacional” do pacifismo e da cordialidade, de um povo que não hesita em derramar seu sangue pelo que de fato acredita, mas que prefere o caminho da conciliação e da solução política negociada.

Esse tema vai além das discussões sobre nacionalismo. Alceu tendia mais a uma posição universalista, de cidadão do mundo, católico, que a de exaltação da nacionalidade brasileira. Quando ele reforça o caráter nacional, baseado na cordialidade, se expressa mais em termos de um *habitus* continuado que impregna o eu coletivo, do que de um sentimento que pudesse gerar xenofobia ou patriotismo, que é a exaltação do nacionalismo. Nas palavras de Norbert Elias:

*É quase certo que o significado de certas palavras-chaves e, em especial, as implicações emocionais embutidas nelas, que são transmitidas de geração em geração sem análise e frequentemente sem alteração, desempenham um papel na continuidade flexível do que, sob outros aspectos, é conceituado como “caráter nacional”.*¹²⁵

Voltando à questão, o tema do humanismo brasileiro seria retomado em setembro de 1962:¹²⁶

Não é que eu desconheça ou subestime o perigo comunista. Acredito mesmo que o subdesenvolvimento é o combustível mais inflamável para o totalitarismo socialista. (...) Ora, em toda a América Latina há condições, especialmente econômicas e políticas, que se parecem com as que dominavam a Rússia, os Bálcãs e a China. (...) Não creio, porém, que a situação entre nós seja igual. (...) [Temos] uma repulsa ao fanatismo, à crueldade, à intolerância, que está nas raízes da ideologia marxista integral, que é substancialmente contrária ao nosso temperamento nacional. Temo muito mais o exemplo argentino, equatoriano ou peruano do que o exemplo cubano. Cuba, para mim, é um abscesso de fixação. O fidelismo, protegido e estimulado pelo totalitarismo soviético, longe de ser uma infecção que se estenderá por todo o continente americano, é uma advertência sadia. Temos ali o exemplo do que pode suceder a qualquer povo que não saiba extirpar suas ditaduras, defender sua independência econômica, realizar o que há de justo nas críticas marxistas ao regime capitalista, tirar do cristianismo

¹²⁴ LIMA, *A encruzilhada*, setembro de 1961, p. 100/101.

¹²⁵ ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 122.

¹²⁶ LIMA, *O humanismo brasileiro*, setembro de 1962, p. 151/152.

suas consequências sociais e ser fiel a uma longa tradição nacional. (...) Mais premente, porém, é a ameaça neofascista. Mais na linha do caudilhismo latino-americano. Mais no exemplo do golpismo latente, mesmo em nossa história, muito mais civil e incruenta do que a dos nossos vizinhos hispano-americanos, três dos quais agora dominados por regimes ditatoriais militaristas e direitistas, para os quais infelizmente tantos dos nossos compatriotas apelam, confessada ou inconfessadamente, com medo da ameaça comunista. Esse é um fato. As condições de subdesenvolvimento do país, de leviandade dos governantes, de desperdícios nos gastos, de inflação catastrófica e acima de tudo de luxo criminoso das elites sociais, em face da miséria das populações mesmo nas grandes cidades, num contraste que só não choca os que vivem quotidianamente no meio deles e já se insensibilizam – tudo isso é sem dúvida um combustível inflamável. Mas também o é para uma revolução direitista, ditatorial, neofascista, muito mais adequada ao nosso temperamento e às nossas tradições.

Alceu temia mais uma tentativa de golpe à direita, no estilo ‘caudilhesco’ de tantos outros golpes perpetrados na América Latina, do que um golpe à maneira soviética, segundo ele muito mais afastada das tradições do país. Percebe-se, ainda no artigo, a forte crítica aos que apostavam no imobilismo social para realização de seus próprios interesses. Para esses, Alceu seria o “inocente útil”, o “comunista disfarçado”, aquele que faria o jogo da esquerda, mesmo que não de forma proposital, no clima de acirramento de posições da época. Este tipo de acusação era constante contra Alceu em Gustavo Corção, ex-companheiro de Centro Dom Vital, considerado nos anos de 1960 um grande expoente do movimento reacionário dentro da Igreja, e em Nelson Rodrigues, jornalista e dramaturgo, defensor da ditadura que se seguiria, bem como a outros ex-companheiros católicos.

Para compreender o difícil relacionamento entre Alceu e Gustavo Corção, há uma passagem muito ilustrativa citada por Roberto Pompeu de Toledo em *Veja*, quando comentava o lançamento do livro *Cartas do Pai*, que será analisado no quinto capítulo desta tese. Dizia Pompeu de Toledo:

Nos primeiros meses de 1967 um grave acidente de carro vitimou o quarto dos sete filhos de Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde (1893-1983) – um dos mais respeitados e influentes intelectuais de seu tempo, famoso pensador católico e crítico literário. Jorge Alceu, esse o nome do filho, ficou em estado de coma. Pode-se adivinhar a aflição da família, absorta entre as orações e a vigília no hospital. A alturas tantas Alceu tomou uma decisão tão surpreendente quanto desassombrada, mais talvez do que sua conversão da indiferença ao fervor religioso, nos idos de 1928, ou do que sua caminhada, nas posições políticas, da direita para a esquerda. Decidiu que tinha de visitar Gustavo Corção. (...) Alceu e Corção (1896-1978), ambos escritores, e ambos as mais destacadas expressões do pensamento católico do período, eram antigos companheiros que a política, o modo de encarar a religião e a visão do mundo em geral transformaram em antípodas. Note-se que, naquele ano de 1967, vivia-se sob o regime militar. Alceu era um dos maiores críticos da situação vigente, enquanto Corção era de seus mais radicais defensores. O momento agudizava a desavença entre ambos, mas ela já vinha de antes, ia muito além, e alcançava muito mais fundo. Alceu alinhava-se com uma Igreja renovada, aberta para as

questões sociais. Corção fechava-se no tradicionalismo. Em política, não era apenas anticomunista. Mesmo o liberalismo lhe parecia suspeito.

Ambos dispunham de tribunas importantes nos jornais. Alceu tinha seus artigos publicados no *Jornal do Brasil* e na *Folha de S. Paulo*. Corção, no *Globo* e no *Estado de S. Paulo*. Corção atacava Alceu. Alceu tinha por norma não responder. Mas o que pensava de Corção está amplamente expresso nas cartas à filha. "Seremos sempre uma ilha. Jamais um continente", escreve, a propósito do rival, numa carta de 1959. O tom a essa altura ainda é ameno. Na carta de 13 de maio de 1964, Corção já era "a jaguatirica das Laranjeiras", o "Torquemadinho". Alceu falava nos "Corções" ou nas atitudes "corçonianas", quando se referia a pessoas ou gestos intransigentes. (...)

Dirigiu-se uma primeira vez à residência de Corção, no bairro carioca das Laranjeiras, mas não o encontrou. Voltou mais tarde, viu luz acesa, bateu à porta. Era um tempo, talvez o finzinho do tempo, em que se faziam visitas sem avisar. O próprio Corção entreabriu o postigo para ver quem era, depois o convidou a entrar. "Como ele está velhinho!", comenta Alceu com a filha. Alceu começa por explicar o motivo da visita: "Você sabe que estou com um filho passando muito mal". Corção responde que sabia e que vinha rezando por ele. Alceu conta então o que acontecera com ele dias antes: "Durante a missa, pergunto a Nosso Senhor: 'Qual o maior sacrifício que posso fazer pela vida do Jorge?'. E ele, sem hesitar: 'Uma visita ao Corção'"(...)

(...) Alceu contou a Corção que, tomada a decisão, passou a receber boas notícias. O filho começava a se mover, chegou a abrir os olhos. Corção, nesse momento, levantou-se e beijou-o. Alceu lhe disse: "Nossas divergências são de ideias, mas no Coração de Jesus estamos unidos, agora e para sempre". Corção pôs-se a chorar convulsivamente. "Beijei-lhe a mão e saí", conclui Alceu.

Não se pode chamar o que aconteceu entre os dois de reconciliação. Em posteriores cartas à filha, Alceu volta a tratar Corção como o adversário de sempre.¹²⁷

Retornando à análise dos acontecimentos relativos ao que ele denominou de 'conjuntura inflamável' de agosto de 1961 e já mais informado dos fatos que levaram Jânio à renúncia, Alceu publicaria um artigo, chamado *O Letes e o Rubicon*, dividido em dois dias, analisando a postura do ex-presidente e as pressões que o afastaram do poder:

(...) A queda do presidencialismo, há dias, com os acontecimentos que o precederam, em ritmo acelerado, veio confirmar essas duas leis da nossa sociologia política. Mais uma vez resolvemos sem sangue uma crise política muito aguda. E mais uma vez as instituições políticas desabam e outras se levantam, como se fossem cenários de teatro.

(...) JQ teria tentado repetir o estratagema da renúncia, que tão bons resultados lhe dera no início da campanha. Já me tinham relatado, no momento, que a primeira palavra por ele dita ao Sr. Carvalho Pinto, ainda no avião em Cumbica, fora a pergunta ansiosa: "Aceitaram minha renúncia?" (...) [Quando Carvalho Pinto] lhe confirmou a aceitação da renúncia pelo Congresso, o ex-presidente caiu em profundo abatimento.

(...) Foi deposto, acima de tudo, por seu próprio temperamento neurótico, por sua audácia exagerada de jogador político e por suas inclinações personalísticas na ocasião exata em que podia começar a colher os frutos da política acertada que vinha mantendo, salvo os erros "do varejo", como entre outros, a desastrada condecoração a Che Guevara, provocação inútil e contraproducente.

¹²⁷ TOLEDO, Roberto Pompeu de. Momento de assombro nas Laranjeiras. In **Veja**, edição nº 1823, de 8 de outubro de 2003. Em tempo: Jorge Alceu sobreviveu ao acidente, embora com graves sequelas que o acompanharam até sua morte, em maio de 2002.

*Foi deposto, em seguida, não pelas Forças Armadas (apesar das delicadas advertências que estas lhe teriam feito...), mas pelas forças assustadas, que tanto se assombraram com a reforma agrária, ou com o cruzamento diplomático comercial da Cortina de Ferro.*¹²⁸

Interessante esta expressão, até jocosa, cunhada por Alceu, das “forças assustadas”, em oposição às Forças Armadas. Sabe-se bem que diversos setores civis clamavam pelo golpe preventivo – incentivado ou não pela Central de Inteligência Americana, como parte da recente historiografia já reconhece – mas, tímidos, punham os militares à frente das reações, confiantes que retornariam aos quartéis após a “normalização” da vida social e afastamento do “perigo comunista”. Seguiria, em sua análise, no artigo seguinte:

Das três soluções da crise a que nos arrastaram as forças assustadas, as Forças Armadas e, acima de tudo, o temperamento e o gesto imperdoável do Sr. Jânio Quadros, foi evitada a pior – a guerra civil. Mas não foi escolhida a melhor, que teria sido a da franca legalidade, a posse pura e simples do vice-presidente eleito.

O veto intempestivo dos três ministros militares nos colocou imediatamente fora da lei. Em regime de exceção. Se a lei, e mormente a lei fundamental de um regime político, não é cumprida nos momentos de crise nacional, então para que serve a lei? É precisamente e antes de tudo para que se saiba como proceder nos momentos difíceis e anormais, em que se desencadeiam as paixões mais irresponsáveis ou mesmo mais explicáveis. Se assim não for, passam os códigos e as constituições a ser apenas documentos decorativos e inúteis, que os governos e as Forças Militares manipulam a seu bel-prazer. É precisamente o que distingue os regimes ditatoriais dos regimes democráticos. Naqueles, as leis obedecem aos homens. Nestes, os homens obedecem às leis. Negando-se a cumprir a lei, no caso da sucessão do Sr. Jânio Quadros, os ministros militares, por melhores que fossem suas intenções, se colocaram fora dela e abalaram seriamente a nossa frágil democracia. E com isso abriram frestas nos diques que nos protegem contra os regimes de fora, mormente contra a conspiração comunista, que está constantemente alerta, para aproveitar qualquer ocasião de enfraquecer os regimes de liberdade e opinião pública.

E o resultado foi a introdução precária do regime parlamentarista, que veio como paliativo e um mal menor. Entrou de improviso, pela porta dos fundos, como única justificativa – aliás inteiramente certa, na situação criada – de evitar a guerra civil. Mas o dilema perante o qual nos encontramos não era “comunismo ou democracia”, como disseram os militares, nem “parlamentarismo ou guerra civil”, como disseram os políticos, e sim, legalidade ou guerra civil. Uma vez respeitada a legalidade, pela posse do vice-presidente, então se cuidasse de mudar o regime, se assim entendesse o povo devidamente consultado.

*(...) O primeiro ministério é do tipo precavido (...). Creio que as forças assustadas – uns por temerem as reformas sociais, especialmente a agrária; outros por temerem os inquêritos; outros por temerem a política exterior de JQ – podem no momento dormir tranquilas, a despeito de que não vão mudar nem a política externa nem a política financeira interna do governo anterior.*¹²⁹

Como se vê, Alceu critica os ministros militares, acusando-os de um gesto intempestivo, fora das regras legais do processo democrático, que, segundo ele, dariam conta perfeitamente da situação, pois se não fora para os momentos de

¹²⁸ LIMA, O Letes e o Rubicon (I), setembro de 1961, p. 103/104.

¹²⁹ Idem, O Letes e o Rubicon (II), setembro de 1961, p. 105/106.

crise, para que serviriam as leis e a Constituição? Os ministros militares, claramente, infligiram a lei ao vetar a posse do presidente Goulart e, se a solução encontrada pelos políticos, do parlamentarismo, servia ao momento, Alceu lamentava que houvesse sido instituído à revelia da vontade popular. Reconhecia que os conservadores podiam ficar tranquilos, pois o governo que se inaugurava com a posse do primeiro-ministro Tancredo Neves não pretendia implantar as reformas que tanto as assustaram.

Mas a alternativa do parlamentarismo não traria paz ao país, como Alceu previra. Em maio de 1962, ele escreveria sobre a publicação de manifestos, como o do governador Magalhães Pinto, postulante à presidência da República, e o de outras entidades da sociedade civil, atestando o clima de insegurança por que se passava.

Um dos sintomas evidentes da crise por que estamos passando, desde agosto do ano passado, é o aparecimento de manifestos. Ora de entidades coletivas, como o que reuniu associações profissionais, patronais ou operárias e até mesmo algumas de caráter cultural; ora de individualidades marcantes, como a do governador de Minas Gerais.

Ambos apontam para os perigos que estamos correndo, em virtude da cisão extremista que se processou no país desde a renúncia do senhor Jânio Quadros. Mas enquanto o manifesto das entidades coletivas só vê esse perigo à esquerda, denunciando a “demagogia” e o “estatismo” como sendo males que ameaçam nossa precária estrutura democrática, o do governador de Minas vê o problema muito mais do centro e de cima, como deve ser encarado do ponto de vista autenticamente democrático. E denuncia os dois extremos, não poupando à sua advertência salutar nem o esquerdismo crescente, nem o direitismo renascente.

(...) São duas manifestações, portanto, sadias e da maior importância. Uma, porém, recomendando ao doente que se resguarde e feche as janelas. A outra, que saia à rua e reconquiste a saúde pelo exercício físico e pelo ar puro dos novos horizontes.¹³⁰

A imagem de se combater sadiamente, evitando o isolacionismo, grande preocupação de quem aposta no diálogo político, seria muitas e muitas vezes retomada por Alceu. Aqui se referia à tendência de se fechar o país para o relacionamento com as sociedades da “Cortina de Ferro”. Preocupava, sobretudo, a Alceu algumas posições tomadas por cristãos na defesa não apenas do isolamento, mas da guerra preventiva ao comunismo ou à chance de sua implantação por aqui. Nesse artigo, de maio de 1962, *Guerras Santas*, mais uma vez Alceu reprovava este

¹³⁰ Idem, *Dois manifestos*, fevereiro de 1962, p. 129.

tipo de atitude, transcrevendo um trecho de Thomas Merton,¹³¹ para reforçar suas posições:

*(...) Acontece que o cristianismo vai resistindo a todos os atestados de óbito que lhe passam os filósofos ou os malandros. E a Igreja vai rezando (...) sobre o túmulo de todos os seus coveiros. Proclamando verdades que contradizem não só o espírito dos tempos, mas ainda, o que é mais significativo, as tendências de muitos de seus fiéis. Uma delas é o espírito de mansidão que ela exalta continuamente, contra o espírito realista, de que estão possuídos os tempos modernos, nos quais “muito se fala de paz, mas não há paz”, como dizem os Salmos. Falam de paz os que proclamam a “religião ópio do povo”, mas sem deixar de dizer também que “arrasarão com suas bombas” o mundo capitalista se ele ousar opor-se ao triunfo final do comunismo. E os anticomunistas também falam de paz, mas enchem os muros com inscrições belicosas e aniquiladoras ou então, nos meios menos rudimentares e ineptos, sustentam a guerra preventiva ou pelo menos o Thought Control [controle do pensamento, meio na linha do livro 1984, de George Orwell], o ostracismo político e o isolacionismo internacional, contra os fanáticos do lado de lá da cortina.*¹³²

Alceu se vale de Thomas Merton, com a metáfora da guerra santa, citada no artigo:

*“Se nos contentarmos com a prática meramente exterior de nossa religião, tendemos a fazer do cristianismo apenas um dos movimentos de massa que cobrem a face da terra. Nesses casos o cristão, em vez de ser um homem livre, humilhado pela consciência de sua responsabilidade, tende a converter-se em mais um fanático, que se atribui o direito de todos os excessos e os exculpa facilmente sob o pretexto de que está ‘defendendo a fé’ e ‘lutando pela Igreja’. Um exemplo dos nossos tempos: a facilidade com que alguns cristãos aceitam, em nossos dias, a ideia de um ataque atômico de surpresa contra a Rússia e sua aprovação de métodos mais drásticos e cruéis, com o fito de ‘eliminar o comunismo’. Essas coisas são justificadas, complacentemente, pelo argumento de que os comunistas são ateus, inimigos de Deus e, por conseguinte, fora da lei. Pode ser que o exemplo seja uma suposição gratuita. Esperemos que existam poucos cristãos desse tipo, no mundo, ou mesmo nenhum. Mas não podemos esquecer as tremendas barbaridades perpetradas pelos cruzados ocidentais em Constantinopla, violando igrejas gregas, saqueando mosteiros e cometendo toda espécie de crimes, confiantes de que tais atos correspondiam a uma guerra santa. Tal incompreensão da lei e o amor de Cristo parece quase inacreditável. E no entanto é o estudo da História que nos revela essas coisas e outras parecidas, constantemente repetidas. Tais atos não constroem, mas destroem o Reino de Deus, ou o destruiriam se as portas do inferno pudessem prevalecer contra ele.”*¹³³

¹³¹ Thomas Merton (1915-1968) foi monge católico trapista, nascido em Kentucky, EUA. Poeta, escritor, ativista social contra a guerra do Vietnã e estudioso de religiões comparadas, escreveu mais de 70 livros, a maioria sobre espiritualidade. Teve um relacionamento especial com o Brasil, pela amizade que cultivou com Alceu Amoroso Lima, Dom Helder Câmara, além de outros monges e monjas beneditinas. A Ordem Trapista a que ele fazia parte (oficialmente, Ordem dos Cistercienses Reformados de Estrita Observância) é uma congregação religiosa católica derivada da Ordem de Cister, em 1662. Esta última foi originada da reforma das regras de São Bento, em 1098. O seu nome é devido à sede de sua criação, no mosteiro cisterciense de *Nôtre-Dame de La Trappe*. Os trapistas são monges beneditinos que vivem em comunidade.

¹³² LIMA, *Guerras santas*, maio de 1962, p. 139/140.

¹³³ MERTON, Thomas. *Disputed questions*, 1961, p. 138, apud LIMA, *Guerras santas*, maio de 1962, p. 140/141.

Como justificar que os seguidores de uma religião que prega a mansidão e o amor, possam engajar-se no aniquilamento de seus adversários? Historicamente, nas palavras de Merton, assim acontecia, mas Alceu não se cansava de chamar a atenção de todos para as consequências da fé. Dentre elas, a caridade, que não pressupunha apenas, como já se viu anteriormente, uma atitude passiva frente ao outro, mas da busca de sua promoção. Exige do crente, então, uma ética de convicção, que vai além de um comportamento passivo frente à religião de batismo, tão típico do universo católico em geral. Mesmo que inicialmente a caridade esteja dirigida ao outro pela compaixão – o amor pelo desvalido – o próprio ato ativo da busca pela justiça social (pois não se trata de tentar resolver o problema da miséria pela esmola, mas pela promoção do outro) torna-se um ato político, que aproxima o cristão da busca por mudanças na estrutura social injusta.

Essa mudança de postura da Igreja seria referendada pelo Concílio Vaticano II e, mais tarde, daria origem à Teologia da Libertação, fortemente desenvolvida nos anos 1970 na América Latina, que levaria, por sua vez, a uma decidida – e por vezes condenada – politização de alguns setores católicos, que estabeleciam alianças com os movimentos sociais progressistas no continente, alguns de cunho marxista. Esta aproximação seria mais tarde condenada pelo papa João Paulo II, pois marxismo e cristianismo seriam inconciliáveis. No entanto, os limites tênues entre a fé cristã e a *praxis* marxista revolucionária não eram objeto de questionamento no início dos anos 1960.

Assim, àquela época, Alceu via que o nordeste brasileiro tinha um grande potencial explosivo, servindo de combustível aos que apostavam na revolução, ao mesmo tempo em que oferecia grandes oportunidades para o desempenho de uma fé autêntica e uma prática social e política mais adequada aos ensinamentos cristãos. Em alguns artigos, ele escreve acerca da situação desta região brasileira, enaltecendo a ação de um clero jovem e disposto às mudanças sociais. Alguns destes jovens padres viriam de congregações norte-americanas ou de países europeus, como a Bélgica, sendo franciscanos ou beneditinos, enquanto outros eram formados ali mesmo pela disposição dos bispos locais. Interessante notar que essa ação se desenvolve ainda antes do fim do Concílio Vaticano II, mas era uma

colheita prematura das diretrizes estabelecidas pelo papa João XXIII de *aggiornamento* da Igreja ao tempo presente.

(...) O dilema hoje é muito mais dramático: ou o Brasil acaba com a miséria do Nordeste ou este acaba com o Brasil. O clero nordestino compreendeu perfeitamente a situação. E pôs o que há de melhor no espírito combativo da Igreja. Travando o bom combate não apenas contra os sintomas daqueles erros fundamentais e daquelas desordens profundas, mas atacando o mal em suas raízes. E essas raízes se encontram nas profundas injustiças de uma ordem social que condena a maioria da população a uma vida subumana. Chame-se essa ordem social de “democracia liberal”, de “democracia popular”, de “ordem socialista” ou simplesmente de “ordem legal”. Sempre que os homens vivem em condições inumanas, não importa o rótulo legal sob o qual vegetam ou sofrem, o que é preciso é corrigir os males não só para evitar males maiores, mas ainda, e principalmente, porque o mal deve ser corrigido por ser mal e não apenas pelo perigo que ofereça. (...) Porque ou se faz uma reforma agrária efetiva e não apenas nominal, ou caminhamos em linha reta para o “fidelismo”. (...) O “espírito combativo” da Igreja se manifesta, antes e acima de tudo, pelo combate aos males sociais e não pela defesa dos privilégios, ou de situações adquiridas, ou da “ordem social existente”.¹³⁴

Muito provavelmente, Alceu se referia às Ligas Camponesas e à ação de Francisco Julião – deputado federal que apoiava e incentivava a organização – como um setor que apostava na tática de confronto que Alceu julgava perigosa.

(...) O Padre Crespo falava mansamente, familiarmente, pois é o oposto do demagogo, mas impressionava tanto mais quanto menos se perdia em verbiagens. Explicava o modo de agir dessas novas missões, tão diferentes do velho paternalismo das missões coloniais do Sul. Já não se trata de fixar e cristianizar o homem das selvas. Trata-se justamente de estimular o sentido de responsabilidade individual de homens moralmente civilizados, mas que a miséria degradou civilmente, para que, pelo espírito de comunidade, possam recuperar-se e fazer valer seus direitos, organizando sua participação efetiva na vida nacional. Uma vez organizados os sindicatos, essas células vivas as comunidades agrícolas de homens da terra, serão eles próprios que os administrarão e farão viver. Mas para isso é mister um árduo esforço, que o jovem clero nordestino está tomando a peito (...) é que a persuasão, o bom senso, o espírito evangélico e a tenacidade desse novos missionários da verdadeira revolução à brasileira vão conseguindo rapidamente um êxito tal, que as ligas camponesas do demagogo Julião vão-se esvaziando e tornando-se obsoletas.¹³⁵

Sobre Julião, aliás, Alceu já se referira a ele anteriormente, ainda em junho de 1961, ao transcrever trecho do artigo de Fernando Carneiro, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 21 de maio:

(...) “A vitória do comunismo no mundo resultará menos das atividades planetárias e interplanetárias dos dirigentes soviéticos que (de) certas falhas enormes do lado de cá, falhas que os responsáveis não parecem dispostos a corrigir. É estranho, mas muitas vezes a gente sente a União Soviética mais perto de Deus que as nações cujos governos dizem representar a civilização cristã... A vitória do comunismo no Brasil, a começar pelo Nordeste, resultará menos da presença de representantes soviéticos oficialmente

¹³⁴ LIMA, *Promoção do campo*, junho de 1962, p. 142/143.

¹³⁵ Idem, *A batalha do Nordeste*, junho de 1962, p. 145/146.

*reconhecidos que dos esforços conjugados dos plutocratas pernambucanos e do Deputado Francisco Julião.”*¹³⁶

Francisco Julião, tido por revolucionário, era advogado pernambucano, foi eleito deputado estadual, por duas legislaturas, e deputado federal em 1962. Defendia os interesses dos camponeses trabalhadores dos canaviais nordestinos, sendo considerado o líder maior das Ligas Camponesas entre 1955 e 1964. Preso pelos militares que assumiram o poder após o golpe, que o tinham como um de seus alvos preferenciais, foi libertado em 1965 e estimulado a se exilar no México, onde permaneceu, até a anistia em 1979. À sua figura revolucionária, Alceu contrapunha a de Miguel Arraes, recém-eleito governador do mesmo estado de Julião, no artigo *Novas Esperanças*:

O 3 de outubro de 1961, como agora o 6 de janeiro de 1963, foi uma demonstração eloquente de duas coisas: que o povo brasileiro quer uma mudança profunda nas instituições, ou pelo menos no modo de serem conduzidas; e, ainda, acredita, como sempre acreditou durante toda a sua história, no modo pacífico de realizar essa transmutação de valores. É certo que o processo violento da hiperinflação está levando esse mesmo povo às raias do desespero. E esse é habilmente explorado pelos radicais da extrema-direita e da extrema-esquerda (...).

Ora, um homem como o Sr. Miguel Arrais [sic], que não conheço pessoalmente e desejo julgar apenas por seus atos e não por suas palavras, é um valor novo em nossa política nacional. Apresenta-se sem aspecto demagógico, sem retórica, sem violências, sem promessas, sem ameaças, mas também sem contemplações e complacência com vícios de uma política de fachada e de interesses plutocráticos ou revolucionários e marcado apenas pelo sestro de um nacionalismo econômico, de que poderá se curar.

*(...) Fala uma linguagem social e a questão social, entre nós, não admite protelações. Condena os sectarismos e coloca a revolução necessária em termos brasileiros e não partidários. Ganhou as eleições sem compromissos políticos ou econômicos e tem portanto as mãos livres para exigir de todos os sacrifícios necessários a uma obra coletiva. Tem as mãos limpas e a consciência tranquila, a tenacidade do homem que se fez por seu próprio esforço e o caráter forte do sertanejo nordestino, de vida ascética e pontos de hora.*¹³⁷

O “3 de janeiro de 1963” a que Alceu se referia foi a data do plebiscito que encerrou a experiência parlamentarista e reintroduziu o regime presidencialista, com João Goulart à frente do governo. Mas esse elogio a Arraes acabaria gerando críticas a Alceu. Ele se refere a elas no artigo *Seráficos*, de abril de 1963:

Contam-me que um jornal de Recife me teria chamado de “seráfico”, por eu ter aplaudido o discurso de posse do Sr. Miguel Arrais [sic] e formulado esperança em seu governo.

Não mereço o qualificativo. Nem em sentido pejorativo como foi empregado. Nem muito menos a sério, como é óbvio. Tremeriam cinzas em Assis.

O que se quis dizer, evidentemente, é que “estou fazendo o jogo dos comunistas”. Se a acusação viesse apenas à minha pessoa, nem me referiria a ela, segundo meu invariável

¹³⁶ Idem, *A liberdade em perigo*, junho de 1961, p. 87/88.

¹³⁷ Idem, *Novas esperanças*, fevereiro de 1963, p. 166/167.

propósito de dizer o que penso, sem dar importância às interpretações, tendenciosas ou não, de minhas posições em face dos acontecimentos, das pessoas ou das ideias que se cruzam, violentamente, em nossos horizontes modernos.

(...) A pior ofensa que se pode fazer a um autêntico comunista é chamá-lo de reformista. É pela luta de classes, é pelo golpe militar, é pela guerra que pretendem dominar, dizem os “puros”, isto é, os reacionários de tipo chinês.

(...) De modo que quanto pior for a situação política do Brasil, quanto menor o entendimento entre as classes, quanto mais sofrerem as massas espoliadas, mais probabilidades terá um golpe tipo “fidelista”.

(...) neutralizar a ação de certos líderes incorporando-os a um esquema “reformista” do governo, está fazendo o oposto do que convém aos totalitários, sejam comunistas, sejam neofascistas. E o perigo neofascista no Brasil, como proclamo há muito tempo, é mais premente do que o perigo comunista.

(...) Quando vejo a Federação Nacional das Indústrias votar um crédito de 100 milhões de cruzeiros, como dizem os jornais, para “defender a propriedade privada”; quando vejo a Sociedade Rural Brasileira protestar contra a aprovação pelo Congresso democrata cristão da tese, a mais democrata e a mais cristã, da reforma constitucional para tornar possível uma autêntica reforma agrária do tipo distributista; quando vejo 160 deputados se empenharem, antes mesmo da discussão do projeto, no sentido de o torpedear (...) quando vejo tudo isso é que compreendo a volta do “golpismo” e sinto o clima do “serafismo” às avessas, do falso realismo, do “fazer o jogo dos comunistas”, pela incompreensão das reformas sociais a operar, pela lei, antes que sejam realizadas pelo sangue e pela armas, como em Cuba.¹³⁸

Ficava clara sua preocupação quanto ao apego da chamada burguesia a seus privilégios e pela busca de garantias para que as mudanças sociais que os novos tempos demandavam nunca viessem. Era o que chamava de *proprietismo*. Alceu insistiria nesse ponto em diversas ocasiões, como neste artigo *Suicídio e renascimento da burguesia*, de maio de 1963, lembrando que uma senhora da alta sociedade paulistana, nos anos 1930, lhe solicitou que “falasse bem da burguesia”, quando lhe disse que estava prestes a fazer uma conferência sobre os problemas da burguesia:

Mas quando a burguesia se encastela em seus privilégios e, em vez de votar verbas para distribuir melhor a propriedade, vota-as para defender o mais conservador proprietismo, ou quando em vez de promover a distribuição mais equitativa da propriedade rural considera o latifundiarismo como único regime “cristão e democrático”, temos o direito de julgar que o destino da burguesia não está em boas mãos. (...) Enquanto a burguesia ocidental continua a suicidar-se meticulosamente, recusando-se às mais justas reformas sociais em profundidade, que lhes evitariam talvez o aniquilamento, as classes proletárias vindas à tona revolucionariamente no próprio Ocidente ou no Oriente próximo se deixam inconscientemente aburguesar.¹³⁹

O *proprietismo* seria tema de outro artigo, mais adiante, em fevereiro de 1964, onde Alceu afirmava que a defesa exacerbada da propriedade se sobrepunha

¹³⁸ Idem, *Seráficos*, abril de 1963, p. 172/174.

¹³⁹ Idem, *Suicídio e renascimento da burguesia*, maio de 1963, p. 176/177.

sobre todos os valores mais caros da cristandade. Alceu seria bem incisivo em sua crítica:

(...) Só se ouve falar de “ameaça à propriedade”, de “defesa da propriedade”, de “cristianismo e propriedade”. Quando não se inverte mesmo a colocação dos termos. Ainda há dias líamos nos jornais uma liga de proprietários que desfraldava uma bandeira, a “defesa da propriedade e das instituições cristãs”, nessa ordem de colocação...
(...) Lemos, também, comunicados de um movimento, recentemente fundado, que tem como lema “Tradição, Família e Propriedade”, como outrora se falava em “Deus, Pátria e Família”.
(...) A propriedade só é inimiga da liberdade quando mal distribuída ou considerada em si. É, sem dúvida, uma inclinação das pessoas humanas, e os regimes socialistas, na prática desses últimos cinquenta anos, já verificaram que sua abolição seria um retrocesso social. O que é preciso é sua racionalização, sua redistribuição equitativa.
(...) O proprietismo, porém, é uma deformação dessa filosofia autêntica da propriedade. É o egoísmo, o particularismo, o gigantismo, que faz da propriedade um fim quando é um meio. Ela é um meio de realizar o bem comum e de garantir as liberdades individuais legítimas. Não pode ser um privilégio de poucos e um empecilho à harmonia social, base de toda a sociedade civil.¹⁴⁰

Mais ainda, Alceu não se cansava de criticar os que apostavam na deterioração da situação, para usar as Forças Armadas para a garantia de seus privilégios. Talvez até ingenuamente, ou mesmo para reforçar seus argumentos de que o setor militar deveria se manter isento das paixões que grassavam no país, Alceu teceu-lhes um elogio sobre sua atuação até o momento, apesar de ter-lhes censurado o veto à posse de Goulart. Era como acariciar uma fera, para que não mordesse.

(...) Nossas Forças Armadas, graças a Deus, se vêm mantendo, ultimamente, em uma atitude aparentemente modelar. O que filtrou da pressão militar, a ser exato como parece, não é molde a inquietar, mas não deixa de valer como uma advertência. (...) Para que não tenhamos, entre nós, nem Gorilas, nem Barbudos. Os extremos se tocam. Os pretextos sempre são os mesmos. E as razões também. O perigo comunista nos fecha os olhos para o perigo neofascista. O pânico de muitos facilita a tarefa dos integristas, dos reacionários, dos golpistas. Esquecidos de que o melhor caminho para um regime fidelista, no Brasil, como em qualquer país da América Latina, é a etapa militarista. (...) É o que sonham fazer, entre nós, os que descreem das instituições democráticas e dos processos eleitorais. E acima de tudo os que se acastelam em um conservadorismo irredentista e na defesa de uma situação social insustentável por muito tempo. (...) Não acreditam em eleições ou não lhes respeitam os resultados. Não toleram oposição. E com isso alimentam a conspiração. Não respeitam a liberdade de imprensa ou a corrompem pelo dinheiro. Negam tudo ao adversário. Aliam-se às minorias dos ricos, dos inescrupulosos, dos violentos e aventureiros, servindo-se do pânico dos tímidos ou do desespero dos sacrificados, para lançar os povos nas aventuras extremistas (...)¹⁴¹

No artigo *Grandes e pequenos partidos*, de maio de 1963, Alceu voltaria a saudar a postura das Forças Armadas, agora atribuindo seu afastamento dos

¹⁴⁰ Idem, *O proprietismo*, fevereiro de 1964, p. 279/281.

problemas políticos mais prementes, o fato de golpes militares nos países vizinhos – Argentina, Peru e Venezuela – e da pouca disposição dos militares brasileiros em querer imitar o *gorilismo* de seus pares latino-americanos. Entenda-se por gorilismo a instalação de um governo neofascista, ou autoritário-ditatorial, a exemplo do que haveria por aqui no período militar:

(...) Se, pelo contrário, o PSD ceder às mesmas pressões e mantiver o seu direitismo tradicional, então as consequências do voto de Curitiba¹⁴² serão ainda mais graves. Pois estaremos perante a evolução lógica daquele processo de polarização que se vem acentuando em nossa política, contra toda a nossa tradição histórica, desde a lamentável renúncia do Sr. Jânio Quadros. Direita e esquerda se radicalizarão, cada vez mais, refletindo nas ideologias partidárias uma separação crescente entre as massas populares e as minorias econômicas. O ceticismo democrático aumentará. A tensão golpista poderá ser irresistível. E as Forças Armadas – que se têm mantido à margem, com uma visão até agora modelar da “conjuntura” (...) talvez no fundo para não imitarem o gorilismo dos nossos vizinhos do Sul – as Forças Armadas poderão também ser colhidas na engrenagem e então... good by [sic] Democracy, farewell Liberty...¹⁴³

Essas pressões apontadas no início da citação eram de setores da direita que já haviam conseguido o repúdio oficial da UDN às reformas de base pretendidas por João Goulart e o PSD caminhava para a mesma direção, deixando o PTB do presidente isolado de partidos mais ao centro do espectro político brasileiro, afinando-se cada vez mais com os partidos de esquerda, nos quais não podia confiar plenamente, pois queriam implantar uma revolução e não as reformas que permitiriam mudanças paulatinas.

Neste contexto, Alceu apresenta dois problemas a serem solucionados: a distribuição desigual e a concentração das propriedades agrícolas. Esses problemas geravam o ganho fácil de alguns e a miséria de tantos. A inflação só fazia piorar a situação dos mais pobres, agravando-lhes as condições de vida. Contra isso, Alceu propunha não uma plataforma política, mas a união de todos para que o descontrole inflacionário fosse detido, assumindo-se uma verdadeira guerra, esta, sim, digna do apoio de todos os cristãos.

Estamos em estado de guerra. Não de guerra estrangeira, graças a Deus, nem de guerra civil. Mas de guerra contra um inimigo interno e invisível que ataca insidiosamente as

¹⁴¹ Idem, *Homeopatia política*, novembro de 1962, p. 160/161.

¹⁴² Provavelmente este ‘voto de Curitiba’ do PSD a que Alceu se referia foi a posição da convenção do partido para tratar do apoio ou rejeição às reformas de base de Goulart. Alceu via que a não concretização das reformas só contribuía para a deterioração da situação política do país, mantendo o fosso que separava as classes sociais.

¹⁴³ Idem, *Grandes e pequenos partidos*, maio de 1963, p. 179.

próprias raízes da nacionalidade, em sua base econômica. E afeta, por contaminação, suas raízes políticas, intelectuais e morais: a inflação. (...) Afeta não apenas o corpo da nacionalidade, mas a sua alma. Perturba os espíritos. Desenvolve o gosto da especulação e da riqueza fácil. Espalha o horror ao trabalho e ao esforço, à vida simples e às virtudes elementares. Acirra o ódio entre as classes pelo incentivo às injustiças sociais. Prepara o terreno para substituição inevitável do império da lei pelo surto da violência, como imperativo revolucionário.

(...) Se conseguirmos pôr ordem em nossas finanças, sem prejuízo da economia das reformas e da liberdade, teremos feito a revolução "à brasileira", que estará então na linha de nossa história e de nossas características como civilização.

(...) E o estado de guerra em que nos devemos colocar exige um estado de paz ao menos provisório e de emergência, nas lutas políticas e econômicas entre governos, poderes e classes sociais, que desgraçadamente é o oposto do que estamos vendo... com a volta ao golpismo provocador, à direita e à esquerda.¹⁴⁴

Mas a situação deteriorava-se ainda mais rapidamente, não apenas no campo econômico. Alceu via iminente perigo de golpe na prisão do jornalista Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, pois isso atentava contra a liberdade de imprensa. Se o governo de Goulart era, como se afirmava, defensor da democracia, não poderia condenar um jornalista à prisão por divulgar notícias, recusando-se a fornecer as fontes. O artigo *Golpismo à vista*, de agosto de 1963, tratava da seguinte maneira o assunto:

Assim ocorre com o caso da prisão do jornalista Hélio Fernandes. Lamentável e errada sob todos os pontos de vista. Antes e acima de tudo por não atentar contra o bem mais precioso da vida pública sadia: a liberdade. Se vivo me batendo contra os muros que separam os homens, os regimes políticos, as nações e considero que a divisão da humanidade em mundo socialista e mundo capitalista, em mundo comunista e mundo democrático, em Ocidente e Oriente é uma das maiores desgraças contemporâneas, como poderei tolerar qualquer ato que vise amordaçar a imprensa ou forçar um jornalista a denunciar a suas fontes de informação. Se alguém deve ser punido, no fornecimento de documentos secretos das Forças Armadas, tem de ser exclusivamente aquele que os forneceu ao jornalista. Este cumpre rigorosamente sua missão ao divulgá-las. E só merece ser punido quando falseia a verdade.

(...) A preservação da democracia, entre nós, só se fará se essas reformas forem feitas, o custo de vida não continua subindo vertiginosamente e o anticomunismo fanático não alimentar o messianismo golpista da direita. Mas também não será preservada a democracia se o governo cercear o direito de crítica, prender jornalistas profissionais no exterior dos seus direitos mais fundamentais e estimular o golpismo da esquerda, declarado ou sub-reptício.¹⁴⁵

Como resultado da tensão entre direita e esquerda, os ministros militares pressionariam Goulart a solicitar a decretação do estado de sítio, em nome do combate aos distúrbios que fatalmente levariam à guerra civil. Por distúrbios, entendiam a agitação das ruas, mas também a dos salões, a ação dos sindicatos de

¹⁴⁴ Idem, *Estado de guerra*, abril de 1963, p. 169/170.

¹⁴⁵ Idem, *Golpismo à vista*, agosto de 1963, p. 187.

trabalhadores e o clima generalizado de instabilidade que crescia. Havia um grande desejo de barrar a conspiração que o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, via sendo formada por Carlos Lacerda, governador da Guanabara. Lacerda era, como todos sabem, desde o tempo de Getúlio, o grande agitador da UDN. Seu governo era acusado de comprar armas e estocá-las em sítios na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, para armar as muitas milícias que se formavam à direita com o intuito de derrubar o governo Goulart. Moniz Bandeira chegou a afirmar que o governo da Guanabara teria mandado agentes para abater o presidente no Chile, em abril de 1963.¹⁴⁶

Segundo Alceu, o estado de sítio daria poderes ao presidente e seus ministros para deter a escalada golpista da direita, mas poderia dar ainda mais oportunidade para que o golpe à esquerda avançasse. Contra este que seria um grande risco, ele continuava a apoiar soluções pacíficas, estritamente dentro da normalidade constitucional. Por fim, a resistência do Congresso foi tão grande que o presidente Goulart achou por bem retirar a proposta, frustrando os que queriam dar um basta às conspirações de Lacerda.

(...) Sou radicalmente antirradical. (...) Não é fácil, nem sempre é possível, distinguir. Mas prefiro os defeitos das composições precárias aos perigos das opções injustas e precipitadas. Sempre sustentei que a pior das democracias ainda é melhor que a melhor das ditaduras. E uma fé vacilante superior ao mais brilhante dos fanatismos.

(...) Penso que o Congresso, por grande maioria, negará o sítio e com isso reconquistará uma popularidade que tem perdido.

Como ando sempre à procura dos terrenos comuns onde os homens se encontrem, no plano nacional e internacional; como tenho horror às trincheiras que separam e às portas que se fecham; como prefiro os equívocos que se aclaram às intolerâncias que cegam – acho um ótimo sinal que extremados e moderados se encontrem na resistência comum ao estado de sítio. (...) é no regime de liberdade que se ampliam as liberdades humanas. É no regime das garantias legais que se melhoram as leis.¹⁴⁷

A partir daí, os militares que ainda permaneciam fiéis a Goulart, como o general Amaury Kruel, viam o governo como totalmente destituído de autoridade, ficando neutros ou apoiando ostensivamente a oposição ao presidente. Como se sabe, este episódio seria um divisor de águas na escalada do golpe, como seriam o Comício da Central do Brasil e a Assembleia do Automóvel Clube, mais adiante, às vésperas de abril de 1964, mas isso não era, obviamente, previsível à época.

¹⁴⁶ MONIZ BANDEIRA, 1977, p. 134.

¹⁴⁷ LIMA, *Encontro inesperado*, outubro de 1963, p. 205/206.

Interessado em difundir os valores democráticos, em outubro de 1963, traria comentários sobre o que era a democracia e o que não era a democracia, ora apelando para um discurso ligado ao liberalismo clássico, ora aos fundamentos religiosos que lhe eram tão caros.

A Igreja, como se sabe, não prefere nem repele qualquer forma de governo, desde que seja justo e apto a promover o bem comum dos cidadãos. Foi Leão XIII, na encíclica Diuturnum, de 1882, que lançou esse princípio fundamental da posição da Igreja em face dos Estados. A primeira advertência negativa, portanto, é que a democracia não é apenas um regime e muito menos um partido.

Segundo ponto negativo: a democracia não é compatível com qualquer totalitarismo. É totalitário todo regime absolutista, no qual o poder se concentra numa pessoa, numa família, num partido, numa assembleia, numa classe e absorve em si o Estado.

Terceiro ponto: a democracia não se confunde com tecnocracia. O documento chega mesmo a formular a seguinte sentença: “A tecnocracia é o perigo que ameaça a sociedade de hoje e de amanhã.”

Não define o que entende por tecnocracia, mas podemos conceber que se trata de um regime político que tenha como medida de valor o êxito prático e portanto um critério puramente pragmático. Para a tecnocracia tudo o que é útil é bom. Uma política tecnocrática, portanto, radicalmente amoral. Não confundamos técnica com tecnocracia. Nem esta com a necessidade da competência especializada nos homens que ocupam o poder, num regime democrático. Muito pelo contrário, sendo a democracia um regime eminentemente popular, baseado no voto mais amplo possível, a incompetência facilmente se confunde com a popularidade. De modo que a exigência técnica para cargos técnicos é capital numa democracia. Mas não supre o critério moral. Pois o nazismo ou qualquer ditatorialismo, como esses que acabam de derrubar as precárias democracias de Santo Domingo ou Honduras, pode encobrir-se com a máscara tecnocrática.

O quarto elemento negativo desse documento, no sentido do que não deve ser confundido com democracia, é sua posição à direita, à esquerda ou ao centro. Qualquer regime político – direitista, esquerdista ou centrista – pode ou não ser democrático.¹⁴⁸

A tecnocracia, condenada por Leão XIII e também por Alceu, é vista como a perversão da técnica. Não é a técnica em si que é danosa aos regimes sociais da humanidade, mas quando o mérito técnico se sobrepõe ao moral e às necessidades humanas, advogadas pela política, aí é hora de se rever o funcionamento das sociedades. Trata-se da valorização dos fins em detrimento dos meios para alcançá-los. Era o que Alceu condenava explicitamente nos regimes totalitários, à esquerda e à direita, como aqui já se viu. Na linha deste debate, ele chamaria a atenção para as palavras de Paulo VI, no final de 1963. A verdadeira democracia se faria na base do diálogo, como o papa declararia na reabertura do Concílio Vaticano II.

Paulo VI declarou expressamente, na reabertura do Vaticano II, que o Concílio promoveria “o diálogo com o mundo moderno”. (...) a “sã democracia”, na base do “verdadeiro

¹⁴⁸ Idem, *O que não é democracia*, outubro de 1963, p. 208/209.

*humanismo”, é o regime social a que devemos aspirar e pelo qual temos de trabalhar incessantemente. Essa democracia, por sua vez, tem por instrumento principal o Diálogo.*¹⁴⁹

Num artigo contundente, em janeiro seguinte, ecoando o Concílio que revolucionou a Igreja, Alceu rebateria as críticas infundadas sobre o diálogo do Vaticano com os países da Cortina de Ferro, expressão em voga à época. Ele não acreditava que o que separava os homens na Terra fossem as opções políticas, nem seus credos religiosos. O motor de todas as cisões era a Miséria. Seu combate, no entanto, só pode ser feito, eficientemente, pelo Amor.

Enquanto nos dividimos em vãos bate-bocas, discutindo as excelências do mundo moderno em face do mundo antigo ou vice-versa, ou do mundo comunista em face do mundo anticomunista, como se o Mal estivesse do lado de lá e o Bem do lado de cá da “cortina de ferro”, numa simplificação primária – o sucessor de Pedro vem dizer-nos qual a verdadeira cortina que divide em dois o nosso mundo do século XX. Não é a cortina do Sistema, nem a cortina da Ideia, nem a cortina da Raça ou da Cultura. Nem mesmo a cortina da Fé. É a terrível cortina da Fome.

(...) A Fome é a arma mais terrível do que a Peste ou do que a Guerra. Se não nos unirmos todos contra ela, será ela a grande vitoriosa das guerras invisíveis do nosso tempo. Enquanto nos estraçalharmos pelo partidatismo, pelas denúncias, pelo radicalismo passional, pelas acusações recíprocas de comunismo e de reacionarismo, o espectro implacável da Miséria vai espalhando o Terror e alimentando o Fanatismo, em todos os países.

(...) O verdadeiro abismo que ameaça tragar-nos a todos é a Miséria. Esse o inimigo comum a combater, perante o qual todos devemos no unir. O cristianismo não é um rótulo ou uma fachada, é o Amor. Só há, no momento, um Progresso autêntico a buscar e uma Civilização a defender: o progresso na justiça social e uma civilização que elimine a Miséria, que é a pobreza do desespero, que tudo cega e tudo explica na avalanche do Terror e da Destruição. É a bomba invisível junto à qual todas as bombas nucleares são brinquedos de criança.

*Será possível que os surdos não ouçam, eu os cegos não vejam e que a cortina do Ódio seja ainda mais catastrófica e espessa que a da Fome?*¹⁵⁰

A prova desse amor podia ser encontrada na visita de Paulo VI à Terra Santa. Seu gesto ao orar no Muro das Lamentações, depois de João XXIII ter levantado as condenações sistemáticas aos judeus, na liturgia da Semana Santa, representando os últimos resquícios antissemitas oficiais do catolicismo. A aproximação com os irmãos mais velhos, antecipando o pedido oficial de desculpas de João Paulo II ao antissemitismo da Igreja, mostrava que os diferentes podiam conviver e se entender, não precisando renunciar às suas posições e crenças. No artigo “*Sapientia Cordis*”, de janeiro de 1964, Alceu explicava a atitude do papa,

¹⁴⁹ Idem, *Diálogo da Igreja com o mundo moderno*, dezembro de 1963, p. 241.

¹⁵⁰ Idem, *A cortina da fome*, janeiro de 1964, p. 261.

chamando a atenção para a semiologia da palavra *concordância* e para o que dividia os homens:

A palavra vem do gesto. Por isso não é de admirar que os gestos também sejam eloquentes, e de certo modo mais eloquentes do que as próprias palavras, que as completam mas não os substituem.

Eis por que a presença de Paulo VI na Terra Santa valeu mais para a missão da Igreja no mundo de hoje, nessa hora, do que todas as encíclicas, mensagens e discursos que, com a graça de Deus, irá lançar e pronunciar por largos anos.

(...) Mas sabemos também que a Mensagem de Cristo é uma palavra de concórdia, no sentido mais etimológico da expressão, isto é, de concordância de corações. De concórdia não apenas dos corações que veem no Cristo o Filho de Deus, mas de todos os homens entre si. E essa concórdia tem que ser uma conquista diária, sobre nós mesmos, sobre as circunstâncias, sobre os hábitos, sobre o peso da impaciência, do desânimo, da rotina, do desamor.

(...) A riqueza divide os homens. O poder divide as nações. A raça divide a humanidade. Só a sabedoria pode nos unir a todos na paz. E não qualquer sabedoria. Só a Sabedoria do Coração.¹⁵¹

E para os que achavam que a Igreja deveria entrincheirar-se, renovando os bastiões medievais para deter o avanço do comunismo, proferindo anátemas e condenações, Alceu era muito incisivo, defendendo o diálogo, as portas abertas, a construção de pontes para facilitar e intensificar cada vez mais o contato dos diferentes. No artigo *Convivência ou morte*, de janeiro de 1964, vai afirmar, mais uma vez, a incompatibilidade do comunismo com o catolicismo:

Um dos problemas capitais do mundo contemporâneo é, sem dúvida, a posição da Igreja Católica em face do comunismo.

Ninguém nega que há uma incompatibilidade radical entre a doutrina marxista-leninista, que constitui o fundamento ideológico do comunismo, baseada no materialismo dialético, e todo verdadeiro cristianismo, confessional ou não, baseado na existência de Deus e da Encarnação, isto é, na divindade de Jesus.

Ninguém nega, tampouco, que o regime comunista, tanto em teoria como na prática, tende a uma expansão universal e procura dominar todos os continentes. É o que proclamam explicitamente tanto os seus doutrinários como seus dirigentes políticos.

Baseadas nesses dois atos irrecusáveis, a quase totalidade dos católicos e a maioria dos cristãos em geral chegam a pregar a guerra preventiva ou defensiva, como único processo de conter a expansão do materialismo dialético e o imperialismo soviético-chinês. Ou, quando menos, insistem na necessidade de cortar relações de toda espécie com a área socialista (pois muitos ainda confundem socialismo com comunismo) e dividir o mundo por muros mais intransponíveis que o de Berlim.

Os integristas chegam mesmo a criticar, explícita ou implicitamente, a “política do Vaticano” e principalmente a “linha de João XXIII”, procurando a todo transe que Paulo VI prossiga na mesma orientação.

Por que, então, a Santa Sé não segue essa política da violência ou do isolamento? (...) A sabedoria dessa posição deriva, acima de tudo, a meu ver, da própria natureza da Igreja, que outra coisa não é que a Presença e a Mensagem sempre atual do próprio Cristo. E Este só disse que venceríamos o mundo pela Fé e nunca pela força ou pelo ódio.

¹⁵¹ Idem, “*Sapientia Cordis*”, janeiro de 1964, p. 271.

*A Igreja é, por natureza, missionária, e não legionária. (...) Nunca se liga a regimes ultrapassados e procura apenas cristianizar espiritualmente e racionalmente os regimes novos. (...) Outra razão é que o comunismo, como todo regime político, está-se fracionando. Não existe mais o comunismo. Existem os comunismos. (...) Finalmente, os progressos da tecnologia militar tornaram a violência e a guerra ainda mais absurdas hoje do que nunca. A paz não é só a essência do cristianismo. É uma imposição do próprio progresso tecnológico da humanidade.*¹⁵²

Também foi essa sua posição no artigo *Abertura ao Oriente*, de fevereiro:

Enquanto continuamos, neste nosso merovíngio Brasil, a calafetar cuidadosamente portas e janelas com medo dos miasmas do Oriente – e especialmente da “infiltração comunista” – abre a Igreja, de par em par, portas e janelas, para sua missão em todos os continentes, em todos os povos, em todos os regimes políticos, mesmo aqueles que protegem oficialmente o “ateísmo científico” e consideram a religião, ainda hoje, anacronicamente, como “ópio do povo”. (...)

Esse artigo do Ossevatore Romano, órgão oficioso da Santa Sé, aprovando a entrada da China continental comunista para a ONU é mais uma página de ouro desta política evangélica e ecumênica que marca decisivamente, a partir de João XXIII, os novos rumos da Igreja, cada vez mais fiel a si mesma, no limiar do século XXI.

*(...) É o Oriente que preocupa Paulo VI. A Igreja Católica não é ocidental. É universal. Não é farisaica, é publicana. Não é de alguns, é de todos. Não fecha as portas, abre os braços, como Alguém os abriu para sempre, crucificado pelo fanatismo.*¹⁵³

O reinício do Concílio Vaticano II e a conturbada situação política no Brasil, aliada à Guerra Fria, parecem ter incutido em Alceu um aprofundamento de sua voz profética, para se utilizar de um termo de fundamento religioso. O profeta é aquele que, como João Batista, antecessor de Jesus (aliás, Alceu Amoroso Lima era oblato beneditino, sob o nome de João Batista)¹⁵⁴, ou outros do Velho Testamento, denuncia as injustiças e iniquidades, mesmo ao risco de seu bem-estar, conclamando às mudanças de comportamento pessoal, social e religioso para receber os tempos que se avizinham. Os artigos de Alceu ficariam mais incisivos, mais denunciadores da realidade e daqueles que queriam se aproveitar dos tempos difíceis que o país passava. Aqui estão dois exemplos dessa loquacidade:

Nunca se viveu numa atmosfera de tanta verdade mascarada e de tanta mentira sem máscara, como neste janeiro inicial de uma dúzia de meses que serão decisivos para esta fase vacilante de nossa vida nacional.

(...) Os boatos mais insidiosos que no momento nos afligem são como essas ondas de cupins alados que em certas tardes de verão, entre 6 e 7 horas, nos obrigam a preferir o calor das janelas fechadas a esses inimigos molengos dos nossos livros, que ao perderem

¹⁵² Idem, *Convivência ou morte*, janeiro de 1964, p. 276/277.

¹⁵³ Idem, *Abertura ao Oriente*, fevereiro de 1964, p. 288/289.

¹⁵⁴ A Ordem de São Bento, congregação religiosa originada nos antigos mosteiros cistercienses medievais, tem uma categoria de irmãos e irmãs leigos chamados de oblatos, dedicados à Regra de São Bento, sem os rigores monacais. Ao assumirem a condição de oblato, escolhem um novo nome religioso, como um novo batismo.

as asas e se insinuarem, discretamente, entre as páginas não respeitam nem os gênios nem os santos...

Esses cupins de nova vida cívica murmuram baixinho, em nossos ouvidos, cada manhã, que é para já o golpe. Que o presidente esgotou a paciência. Que desta vez vem mesmo. Que não haverá eleições para 1965. Que o contragolpe também está preparado. Que a demissão de um grande ministro foi a gota d'água. E com elas se rejubilaram as forças da oposição, pois assim mais facilmente vai acabar a indecisão. E que mais vale uma situação mal definida que uma situação indefinida. E assim por diante.

(...) Todo ato, presidencial ou parlamentar, governista ou oposicionista, civil ou militar, direitista ou esquerdista, golpista ou antigolpista, por correção ou por prevenção. Contra o possível, é um golpe de morte em nossa vida nacional, em nossa frágil árvore das liberdades públicas. Será uma traição ao humanismo brasileiro e um desafio à nossa história.

Venha de onde vier o golpe, devemos repeli-lo. Mas saibamos também ter consciência de que, se a detestável política oposicionista do "quanto pior melhor" prosseguir, se as forças da direita ou do centro, reacionárias ou conservadoras, não compreenderem que é preciso fazer, por meios antecipados, racionais e pacíficos, a revolução, que por outros meios será um desastre para todos, então a vitória do boato será também a dos pescadores de águas turvas e a leucemia social fará do Brasil, ao menos por certo tempo, qualquer coisa de irreconhecível.¹⁵⁵

O golpe parecia, então, cada vez mais perto. Hannah Arendt tem um trecho do livro *Crises da República* que aponta como esta percepção pode estar presente.

Se a história ensina alguma coisa sobre as causas da revolução – e ela não ensina muito, mas ensina consideravelmente mais que as teorias das ciências sociais – será que a desintegração dos sistemas políticos precede às revoluções, que o sintoma claro de desintegração é uma progressiva erosão da autoridade governamental, e que esta erosão é causada pela incapacidade do governo em funcionar adequadamente, de onde brotam as dúvidas dos cidadãos sobre a sua legitimidade. É isso que os marxistas costumam chamar de "situação revolucionária" – a qual naturalmente quase nunca se transforma em revolução.¹⁵⁶

O frágil controle do governo Goulart sobre a situação econômica e política e mesmo a instigação por parte dos setores que queriam acelerar sua derrocada ameaçavam a convivência dos diversos setores sociais entre si e a estabilidade política do país.

A condenação de Alceu ao processo prosseguia em nome da preservação dos valores democráticos e constitucionais, condenando apenas os extremos do espectro político: viesse de onde viesse, o golpe deveria ser repellido. Mudanças eram necessárias, mas deveriam ser feitas no espírito das reformas e não na revolução. Isso porque, para o autor, a demora em se iniciá-las levaria à ruptura do tecido social a um custo insuportável para a sociedade e para as tradições brasileiras. Os boatos eram possivelmente orquestrados pelos que apostavam no

¹⁵⁵ Idem, *Os cupins*, janeiro de 1964, p. 267/268.

¹⁵⁶ ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 64.

pior – e não se descarta que difundidos com a ajuda financeira da CIA, pelo financiamento de órgãos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES – em suas ações anticomunistas, ao lado de setores da imprensa nacional, francamente interessados em deter o avanço das esquerdas, a qualquer custo. O outro artigo chama-se *Apelo ao bom senso*, de fevereiro de 1964.

(...) a aceleração do processo de radicalização, no qual vejo o inimigo público número um do Brasil de hoje, isto é, de um país em vias de irreversível transmutação social e, por isso mesmo, em pleno perigo de arritmia coletiva.

(...) E na fúria boateira que dominou o Rio – coração do Brasil – durante aquela semana quase trágica, o que se viu foi a euforia mal disfarçada com que, de lado a lado, os alarmistas se banquetearam na atmosfera do sensacionalismo. Chegou a ser feito apelo às armas por prevenção e sucederam-se as denúncias recíprocas de golpes e contragolpes.

Como se viu, mais uma vez tudo não passava de boataria, de nervosismo, de teatralidade, de paixões descontroladas. (...) Com essa expectativa, entre outras, é que nutro a minha convicção de que a nossa corda ainda dessa vez estica mas não rompe.

Para isso, porém, não basta confiar em nosso passado e na invariável linha de sabedoria política que tem sempre presidido a solução de nossas crises históricas. Sabemos que neste momento, em que estamos atravessando mais uma dessas crises de evolução da nacionalidade, há forças trabalhando no sentido das soluções racionais e não passionais, pacíficas e não violentas, moderadas e não radicais. (...) No momento, porém, a tempestade que estamos atravessando é precisamente causada pelos ventos impetuosos, descontrolados, passionais e contraditórios que se levantam, que denunciam, que injuriam, que falam a linguagem do desespero e vão capitalizando a insatisfação popular para transferir o debate político da área civil para a área militar.¹⁵⁷

Vendo o que se passou depois do golpe, fica evidente a capacidade de Alceu de leitura do momento que passavam. A capitalização das insatisfações, não populares, como ele afirma, mas de setores da classe média e da burguesia paulista, carioca e mineira, principalmente, levariam ao levante militar. Continuava no mesmo artigo:

Nisso está o maior perigo. Mais imediato. É preciso preservar a todo transe a legalidade, Mas sem que essa legalidade seja equiparada ao imobilismo. Pois há um perigo ainda maior do que a arritmia por precipitação revolucionária: é o descontrole por intolerância conservadora ou reacionária.

A resistência às reformas de base está na linha dessa intolerância catastrófica. As acusações de “comunismo” a toda e qualquer tentativa de mudar, pacificamente, a estrutura fundiária do país é o maior serviço que se possa prestar aos que realmente querem dividir para imperar. A dissidência violenta entre governos estaduais e governo federal, entre Legislativo e Executivo e entre a direita e a esquerda está trabalhando pela ditadura. Para que ela não venha, é preciso começar a não ver, sistematicamente, má-fé no adversário e ceder de lado a lado um pouco, em benefício do bem comum. Fora disso, os boatos é que têm razão e os fanáticos entrarão em cena para arrematar tranquilamente os destroços de nosso bom senso brasileiro.

¹⁵⁷ LIMA, *Apelo ao bom senso*, fevereiro de 1964, p.282/283.

Ele repete, mais uma vez, que os riscos da legalidade deveriam ser afastados com os esforços de todos, mas que sua preservação não deveria implicar no imobilismo, na manutenção das estruturas injustas, que essas, sim, levariam ao desespero dos miseráveis e a uma revolução muito mais violenta. Foi enfático em identificar a resistência a mudanças pacíficas e necessárias como a pedra de toque dos anticomunistas no clamor pelo golpe, que apenas se temia naquele momento, mas que viria em pouco mais de um mês. A dissidência violenta entre os governos estaduais e o federal, que ele também denuncia, era a orquestração dos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo, que armavam suas forças policiais, preparando-as para o enfrentamento ao governo central.

Em um terceiro artigo, ainda em fevereiro de 1964, *Motivos de escândalo*, Alceu comentava a estranheza como se encaravam algumas das posições sociais de alguns católicos, com certeza à luz do Concílio Vaticano II, como a proposta do voto de analfabetos, tida como absurda e comunista pelos mais conservadores. Isso não deveria ser motivo de escândalo, mas ele compreendia que os novos tempos não eram entendidos por todos com a mesma facilidade e que nenhum cristão poderia se furtar a explicar, quantas vezes precisassem, que a igualdade entre todos proclamada por Jesus deveria ser um princípio imutável desde sempre.

Os que se preocupam com o futuro sempre foram vistos com desconfiança pelos demais, que até se escandalizam com certas posições assumidas por eles. Aqui, entre nós, por exemplo, quanta gente põe as mãos à cabeça porque há católicos que ousam aprovar o voto dos analfabetos, a legalização do Partido Comunista, as relações normais com os países da “área socialista”, a colaboração com os não-cristãos ou com os “irmãos separados”, o reconhecimento da China continental e assim por diante. Compreendo perfeitamente a surpresa e até a indignação que provocam essas posições e por isso mesmo é que devemos explicá-las com toda paciência e sem paixão, mesmo com a certeza de não convencer senão os que querem ser convencidos.

*Nem a própria Graça Divina consegue vencer os que a ela resistem, tal o poder da liberdade que Deus comunicou à natureza humana. (...) Daí a vasta margem de posições livres, dentro da disciplina rigorosa do dogma e dos costumes, que coloca em polos opostos a unidade da Igreja e a uniformidade dos partidos totalitários, especialmente aquela “unidade granítica” dos comunistas, e a sua condenação implacável a todo “diversionismo”.*¹⁵⁸

Terminando o mês de fevereiro, logo após o Carnaval, viria o artigo *Quaresma 64*. Nele, Alceu analisaria como os males do mundo poderiam ser

¹⁵⁸ Idem, *Motivos de escândalo*, fevereiro de 1964, p. 294.

resolvidos, pelo bem ou pelo mal. O maior bem estaria justamente na antecipação das correções das injustiças sociais e das misérias humanas, antes que a violência se interpusesse. Para o marxista, adianta ele, a revolução é um bem em si e os fins justificam os meios para alcançá-la. O cristão acredita no processo evolutivo, não no resolutivo, que possa afastar a paz. Não se trata, porém, de fazer a revolução antes que o povo a faça, como sugeriria um político dos velhos tempos.

Ora, ninguém nega, e há sinais de mais de um século que os papas os denunciam, que há males profundos na sociedade contemporânea. Esses males serão corrigidos, ou por bem ou por mal. Os revolucionários de tipo marxista, para quem a revolução é um bem em si, quaisquer que sejam os meios empregados para levá-la avante, não recuam diante da violência. Embora também se sirvam de meios blandícios. Nós acreditamos que, corrigindo antecipadamente as misérias e injustiças sociais, que levam os povos à insurreição e à luta de classes e facções, podemos evitar a revolução violenta. Acreditamos que as revoluções se podem fazer de modo pacífico evolutivo, e não apenas de modo belicoso e “resolutivo”. Não é o caso de seguir o conselho do velho Andrada, “façam a revolução antes que o povo a faça”, pois não se trata de fazer a revolução sem o povo mas de fazê-la com o povo, embora de modo pacífico, racional, humano, evitando os processos violentos, passionais e inumanos. (...)

Há uma razão ainda mais forte para que não nos recusemos ao dinamismo histórico contemporâneo. É que ele se torna, quando bem compreendido, o melhor dos estímulos a uma vida espiritual mais intensa. Quanto mais nos expomos às intempéries, mais protegidos devemos estar contra elas. Quem fica em casa, num dia de chuva, não precisa usar capa de borracha. Só quem se molha é que se protege.

*Assim ocorre com a vida cristã. A nossa Fé se afervora na medida em que se expõe.*¹⁵⁹

Para encerrar esta parte, é necessário que sejam vistos, ainda, dois artigos de Alceu, publicados antes do desfecho deste drama político brasileiro. O primeiro, mais brando, se refere a uma acusação de que a Igreja não deveria se imiscuir em assuntos fora de sua alçada, como a política. Ele refuta esta afirmativa, pois se a oração é o fundamento mais precioso na vida do cristão, a oração no plano da ação pode exigir da consciência cristã uma ação social, que se realiza na política, pelo amor que transborda pelo próximo. A liberdade de ação é parte integrante da própria liberdade humana.

(...) Os anticlericais (...) pretendem obrigar a Igreja, quando não a perseguem ostensivamente, a não se ocupar com o domínio do temporal, isto é, com tudo o que toca a vida em sociedade. Querem isolar a Igreja, confiná-la ao plano da pura oração – que é sempre o mais elevado sem dúvida, mas que transborda, por imperativo de sua natureza própria, no plano da ação. É uma solução arbitrária e imperialista, que os cristãos ou os crentes de qualquer religião nunca poderão aceitar. O “verbo de Deus não está ligado” e só a força poderão silenciá-lo, por algum tempo... A liberdade religiosa é a mais preciosa de

¹⁵⁹ Idem, *Quaresma* 64, fevereiro de 1964, p. 296/297.

*todas as liberdades, pois atinge a dignidade humana naquilo que tem de mais puro e íntimo. Deve ser sempre livre de atuar socialmente.*¹⁶⁰

Por fim, O *fanatismo* expõe a preocupação de Alceu com este fenômeno, que mesmo não sendo novo, tomou proporções assustadoras à época da Guerra Fria, no continente, como ainda hoje, nos tempos atuais, tem sido uma preocupação das autoridades mundiais. Ele contrapunha o fanatismo de então ao indiferentismo do passado, retornando à questão do artigo anterior. Para o autor não se deveria nem isolar a Igreja na sacristia, nem forçá-la na defesa do interesse de parcela diminuta da sociedade, uma pequena facção, que mais pretende se servir da Igreja do que servir ao próximo.

Um dos perigos do ambiente de radicalização catastrófica que ameaça desfigurar o Brasil e os brasileiros de nossos dias, no plano misto religioso-social, é passarmos da indiferença ao facciosismo. (...) Voltem para as sacristias, diziam os anticlericais de então, pois o sagrado e o profano são dois domínios separados. É falso. São dois domínios distintos, mas não separados e muito menos hostis. E a participação social dos cristãos era uma consequência invencível de sua vocação espiritual.

*Agora, porém, precisamos nos precaver contra o excesso contrário. Já não é mais na indiferença religiosa que está o maior perigo. É no sectarismo. E nesse sectarismo expresso pela confusão entre sagrado e profano, entre temporal e espiritual. Leão XIII preveniu-nos contra os perigos de, sob a capa de “servir à Igreja”, querermos “nos servir da Igreja”.*¹⁶¹

Continuando este artigo, Alceu tocava na questão da diversidade de posições dentro do catolicismo. A Igreja deve se manter coesa no que é fundamental, mas no que toca a dúvida, há liberdade para se escolher o caminho, sem incorrer na quebra dos valores intrínsecos da própria dignidade humana. Em todos os casos, entretanto, os cristãos estão obrigados à caridade, ao amor ao próximo. Seguiu ele:

(...) Nunca, como em nossos dias, foi mais necessário não apenas considerar mas aplicar a famosa sentença de Santo Agostinho: “In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnia charitas”.

A unidade católica, estamos fartos de o saber, não é monolítica mas pluralista. “Há muitas moradas na casa de meu Pai” (...). Nenhum de nós tem o privilégio de ser o intérprete de Cristo. Só sua Igreja possui esse privilégio, Procuremos agir sempre agir como cristãos, mas não como porta-vozes autorizados do Único Mestre.

É tão perigoso para a paz social o indiferentismo dos cristãos como o seu proselitismo deslocado. No momento esse último é mais pernicioso, porque mais atual. (...) Respeitemos, em nosso próximo, embora errado, o que exigimos seja em nós respeitado. Ai de todos, se substituirmos o indiferentismo de ontem pelo fanatismo de hoje.

¹⁶⁰ Idem, *O indiferentismo*, março de 1964, p. 300.

¹⁶¹ Idem, *O fanatismo*, março de 1964, p. 302/303.

Com isso se encerrou março de 1964 nos artigos de Alceu Amoroso Lima, publicados em jornais. Ele não era um pessimista, mas possuía uma vívida preocupação com os rumos que o país e o mundo tomavam até então. Não se afastou de sua posição de profeta a clamar no deserto da insensatez e das paixões. Tampouco tomou outra atitude que manter a denúncia, permanecendo firme em sua convicção de cristão, sem compactuar com a injustiça, nem se calar pelas ameaças ou seduções que sofreria antes e depois do golpe. Elevaria o tom contra a ditadura que se levantava, sem temer uma punição que pudesse advir do papel que escolhera para si, ou que sua fé lhe impunha.

Cabe aqui, ainda, uma breve reflexão sobre o que leva um “homem bom” – e, ao que parece, Alceu o era – a tornar-se um “bom cidadão”. Hannah Arendt explora esta evolução em seu livro *Crises da República*. Um homem bom, em paz com sua consciência e crença, pode evoluir para uma figura que luta pelas coisas da República, liderando opiniões e exercendo a política, mesmo que afastado das instâncias partidárias. Dizia Arendt:

Este conflito possível entre o “homem bom” e o “bom cidadão”, entre o indivíduo em si com ou sem crença em outra vida, e o membro da comunidade (segundo Aristóteles o homem bom só poderia ser um bom cidadão num estado digno (...)), ou, como diríamos hoje, entre moralidade e política, é muito antigo – mais antigo mesmo que a palavra “consciência” que na sua conotação atual é relativamente recente. E quase tão velhas são as justificativas para a posição de ambos. Thoreau era suficientemente coerente para reconhecer e admitir que estava exposto aos assalto da irresponsabilidade, o mais velho assalto contra o “homem bom”. (...) ¹⁶²

Estar em paz consigo e com seu Deus pode ser o suficiente para a maior parte dos homens bons. Mas o que faz com que se abandone uma posição de conforto e irresponsabilidade para o risco de assumir outra postura mais proativa e perigosa, principalmente em tempos de crise? Seria a consciência, uma espécie de voz interior?

Apesar de sabermos que o ser humano é capaz de pensar – de manter comunicação consigo mesmo – não sabemos quantos se entregam a esta desvantajosa empresa; tudo o que podemos dizer é que o hábito de pensar, de refletir sobre o que se está fazendo, é independente do nível social, educacional ou intelectual do indivíduo. A este respeito, como em muitos outros, “o homem bom” e o “bom cidadão” não são de modo algum idênticos, e não somente no sentido aristotélico. Os homens bons se manifestam somente em emergências, quando de repente surgem como se vindos do nada, em qualquer camada social. O bom cidadão, ao contrário, precisa ser notado; ele pode ser estudado com o

¹⁶² ARENDT, Crises..., 2004, p. 59.

*resultado não muito confortador que mostra pertencer ele a uma pequena minoria: tende a ser instruído e pertencer às classes sociais mais altas.*¹⁶³

Alceu, mais uma vez, decerto se encaixava neste perfil, mesmo que esta conjuntura de crise dos anos 1960 não tivesse sido a primeira que enfrentou. Sua postura frente ao Estado Novo e a Getúlio foi muito crítica, apesar do relacionamento privilegiado de seu mentor, Dom Sebastião Leme, com o ditador ter sido extremamente proveitoso à Igreja Católica e à retomada da importância da instituição junto à República. Sua ética de convicção, a partir de sua imensa autoridade moral de líder incontestado que não buscava beneficiar-se pessoalmente com suas posições filosóficas e políticas, o fazia assumir esta posição de profeta e elevar o tom de suas críticas. Após o golpe, passado os primeiros momentos de indefinição e até de uma certa benevolência de Alceu para com o regime que se instalava, voltaria a exercer seu papel crítico, passando a exortar o perdão e a anistia como atos fundamentais para se retomar a convivência democrática da nação.

4.3. Os escritos pós-golpe

Se Alceu, antes do golpe de 31 de março, clamava pelo entendimento e pelo respeito à Constituição de 1946 e às regras democráticas, pouco tempo após o acontecido passaria a usar como mote o perdão, a anistia, a compreensão dos vencedores para com os vencidos, principalmente após 1965.

Inicialmente, porém, Alceu foi cauteloso. No artigo *30 de março* lamentava a quebra da legalidade, mas se sentia aliviado que a tradição de cordialidade houvesse se mantido. Não podia antever o que se seguiria, mas a falta de reação da esquerda e a aparente tranquilidade das ruas indicava-lhe que o retorno à normalidade era coisa de dias.

Perguntam-me: que pensa do movimento de 30 de março? (...) Temíamos então que ele viesse do próprio governo, com propósitos “continuístas”. Acabou vindo, por antecipação da margem oposta. De qualquer modo, quebrou-se mais uma vez a continuidade jurídica do regime e a legalidade, embora no propósito de restaurá-la, por ter sido previamente quebrada pelo governo, com seus últimos atos. (...) é sempre um precedente grave recorrer à força para restaurar situações políticas indesejáveis. Os vencidos de hoje já começam a pensar nos mesmos termos para os revides futuros. É a

¹⁶³ Idem, p. 61.

dialética marxista, a negação da democracia. E refaz-se o círculo vicioso que o regime democrático e jurídico procura precisamente corrigir, mantendo o diálogo e o respeito recíproco entre governo e oposição.

Dada, entretanto, a tensão a que tinham chegado às relações entre os dois elementos fundamentais da democracia, veio a ruptura e a revolução ficou rapidamente vitoriosa, em circunstâncias que a colocam na linha de nossa mais autêntica evolução histórica.

Ficou provada, uma vez mais, a lei fundamental de nossa historiografia política: a solução mais incruenta de nossas crises mais graves. (...) Essa cordialidade, que Alfonso Reyes atribuía a toda a América Latina e Sérgio Buarque de Holanda considera tipicamente brasileira, não me parece sinal de mau caráter. Ou falta de caráter. É a marca de um caráter eminentemente humano, lírico, compreensivo, racional, que faz da composição e não da oposição a lei da nossa psicologia nativa e da nossa consequente história política.¹⁶⁴

Seu temor, deixado claro no artigo, é que uma possível reação da esquerda houvesse por despertar uma política ainda mais dura por parte dos militares e assim sucessivamente, num círculo vicioso. Enquanto se pudesse manter o diálogo entre os diferentes posicionamentos, a democracia teria a lucrar e o povo com ela.

Em novo artigo na mesma linha, Alceu entendia que o governo de Goulart havia proporcionado uma guinada à esquerda, o que de certa maneira justificava o golpe, embora não o legitimasse. Não defendia o que chamava de direitismo, ao contrário, igualava-o ao esquerdismo: ambos eram antidemocráticos.

(...) Por algum tempo, durante a gestão do seu sucessor, o equilíbrio entre os extremos foi mantido. Pouco a pouco, porém, devido a causas que seria prematuro analisar, e só os futuros historiadores poderão objetivamente aquilatar sem paixão, houve incontestavelmente uma guinada à esquerda por parte do governo e à direita por parte da oposição. Essa inclinação contraditória se foi acentuando à medida que os ânimos se tornaram mais agressivos. O processo de alimentação recíproca da violência, que é tão velho quanto a natureza humana e a vida social, se agravou de modo catastrófico com as ameaças do “continuismo”, com a pregação aberta da revolução violenta em comícios públicos, na presença do chefe de Estado, e culminou com os episódios dos marinheiros e dos sargentos. A polarização esquerdista se configurou alarmante e quebrou nitidamente o equilíbrio político que, bem ou mal, se vinha mantendo, provocando a passagem do problema da área civil para a área militar. (...)

O perigo que nos ameaça, no momento, é precisamente essa gangorra política. Assim como o regime de JG caiu por se ter inclinado perigosamente para esquerda, estamos agora ameaçados de pender para o polo oposto, na base das tendências extremistas dominantes. Ora, a ação reacionária é tão perigosa e unilateral como a ação revolucionária. O direitismo é tão antidemocrático como o esquerdismo, embora a direita e a esquerda devam conviver pacificamente e estimular-se reciprocamente numa democracia autêntica.¹⁶⁵

O clima das ruas e a polarização política dias antes do golpe são vistos como os potenciais motivos que levaram ao desfecho militar de deposição do presidente. Demonstrava temer não só uma possível reação das esquerdas – cada dia mais distante – mas, também, a reação preventiva que levasse, como de fato

¹⁶⁴ LIMA, 30 de março, abril de 1964, p. 305/306.

levou, à perseguição contra elementos da esquerda. Em dois artigos, ainda em abril, levantava este problema, ao analisar os métodos de luta contra o comunismo, posto que esta batalha também era dele, por sua forte ligação com a Igreja. Apenas via que o método de luta deveria ser “inteligente” ou, ainda, levar o amor em consideração.

Há três métodos principais de combater o “dedo de Moscou”: o racional, o passional e o primário.

Esse último é o menos recomendável, embora seja o mais usual. Consiste em chamar de comunista a todo aquele que não participa de nossas ideias sociais. (...) Com a chegada das barbas de Fidel Castro às Antilhas, essas boas almas descuidadas acordaram de sua displicência e foram tomadas de súbito pavor. Passou, então, o totalitarismo esquerdista a ser considerado como um perigo iminente e até mesmo já instalado em cada esquina, infiltrado em cada partido, escondido nas entrelinhas de qualquer artigo, sob a máscara de reformas de base, ou de progressismo, ou de espírito aberto, ou de coexistência pacífica ou de relações comerciais e políticas com o mundo da “cortina de ferro”. Foram criados, então, os termos “inocente útil”, ou “linha auxiliar”, ou “melancia”. (...) Quando se barateia uma expressão, passa ela a perder toda a eficácia. Quando se trata todo mundo de “meu benzinho” é que não se quer bem a ninguém. (...) Julgar todo mundo “comunista”, simplesmente porque não é conservador ou liberal, é não julgar ninguém comunista. (...) O processo primário, portanto, de combater o leninismo, filho do pânico e da ignorância, volta o feitiço contra o feiticeiro e só aproveita, de fato, ao que pretende extinguir.¹⁶⁶

O método primário, segundo ele, era semelhante ao do menino que alertava sobre o lobo, como já havia escrito em outubro de 1961 (cf. página 82). Quando todos os não-conservadores são acusados de comunistas, ou de colaborarem com eles, esta repetição vazia tende a anestesiar a opinião pública, fazendo com que não perceba o avanço da revolução comunista. Daí ser tão útil, este primarismo, aos defensores do comunismo, segundo Alceu. No artigo seguinte, *A revolução branca*, analisaria os dois outros métodos de contenção ao comunismo leninismo.

(...) O método, que eu chamo passional ou arbitrário, é o da guerra declarada e sem quartel (...). É o processo militar ou fascista, do olho por olho, dente por dente. Desde que para Lênin os fins justificam os meios e a revolução deve utilizar todos os processos, dos mais brandicinhos aos mais implacáveis, devemos fazer o mesmo.

Quanto ao terceiro método, que chamamos de racional ou realista, pois ajuda o organismo a reagir por si mesmo, é o que considera o comunismo como sintoma de um mal mais remoto, como é a miséria e a injustiça social, e procura combatê-lo em profundidade, pelas raízes, de dentro para fora, e não superficialmente, pelo emprego de métodos violentos e policiais que apenas enganam o doente e provocam fistulas sociais, que amanhã explodirão em revoluções cada vez mais radicais e irreversíveis. Para esse método (...) os fins nunca justificam os meios. A guerra não leva a paz, mas a novas guerras. A violência gera violência, a intolerância, a intolerância.

¹⁶⁵ Idem, *Polarizações (II)*, abril de 1964, p. 308/309.

¹⁶⁶ Idem, *Métodos de luta*, abril de 1964, p. 311.

*O “método joanino” [de João XXIII] é por natureza o método cristão: embora seja pela força ou pela malícia que o comunismo pretende impor-se, nem por isso os cristãos podem usar, com eles, os mesmos métodos. É por amor, pela justiça social e pela antecipação às justas exigências do povo que se impedem as vinganças, as injustiças, os ódios das revoluções sangrentas. Só a revolução branca pode evitar a revolução vermelha.*¹⁶⁷

O método passional, típico do fascismo (que, nos termos desta pesquisa, seria mais adequado chamá-lo de método do ressentimento), justificava os meios pelos fins, ou seja, desde que, em sua visão, o comunismo lança mão, insidiosamente, de todas as possibilidades na luta contra o capitalismo, a família, a tradição e a propriedade, para se proteger contra esta escalada, a sociedade deveria usar o mesmo expediente. Olho por olho, dente por dente, como no Antigo Testamento. Mas, Jesus e sua Igreja vieram ao mundo para renová-lo e o terceiro método era o que deveria se impor entre os cristãos para as mudanças que o Reino de Deus na Terra exigia.

O método que Alceu chama de racional, em oposição ao passional fascista afinal de contas é o método do Novo Testamento, de dar a outra face, de perdoar e acolher no amor a todos, antecipando suas necessidades. Era o método do papa João XXIII, que mudou a estratégia vaticana de combate ao comunismo de seus antecessores, que o baniam do convívio dos cristãos, pela excomunhão, mas que até então pouca eficácia havia demonstrado. Abrir a Igreja ao mundo, acolhendo suas angústias e aflições, ao se estabelecer o diálogo com as diferenças, era mais útil à causa anticomunista do que a postura de defesa de um bastião inexpugnável tentada até o pontificado de Pio XII. Os cristãos não poderiam usar os mesmos métodos que seus opositores. Não se tratava de destruir os comunistas, mas desarmar-lhes os espíritos contra a Igreja e a caridade cristã. O método que acabaria por prevalecer no Brasil das ditaduras militares seria o do ressentimento, da Lei de Talião e do Velho Testamento.

Mas, antes que isto ficasse tão claro, Alceu seguia em seu papel de profeta moderno denunciando junto à imprensa a tentativa de setores da sociedade brasileira de fazer a Igreja como uma defensora de seus privilégios, manipulando seu papel na contenção dos avanços sociais. Buscavam a velha fortaleza eclesial de antes do Concílio Vaticano II, para a defesa de sua antiga visão de mundo.

¹⁶⁷ Idem, *A revolução branca*, abril de 1964, p. 311/312.

A concepção protecionista (...). A Igreja, nessa concepção, passa a ser apenas um elemento de ordem, de policiamento dos costumes e muito particularmente um baluarte contra o comunismo (sic). É a concepção burguesa da Igreja tão frequente entre católicos. A Igreja passa a ser uma bateria, um escudo, uma fortaleza, na qual se refugiam os bem-pensantes para se defenderem contra os golpes dos revolucionários e com isso manterem intatos os seus bens materiais e sua tranquilidade pessoal. Um dos grandes motivos da popularidade renovada das igrejas, em nosso tempo, é em grande parte a insegurança do nosso século.

As guerras e as revoluções são como as tempestades. Levam os homens a procurarem abrigo. As épocas felizes e calmas são como os dias de sol. Levam os homens a sair de casa... Ora, muita gente se abriga à sombra das igrejas, apenas para se proteger contra o mau tempo reinante nos dias de hoje... (...) Enquanto não se falou em “reformas de base” ou em uma distribuição mais equitativa da propriedade, os terços ficaram tranquilos entre os dedos das almas piedosas. Mas bastou que se acenasse para o fantasma do comunismo ou a ameaça aos bens materiais, para que se levantassem as pedras das calçadas...¹⁶⁸

“Enquanto não se falou em ‘reformas de base’ (...) os terços ficaram tranquilos entre os dedos das almas piedosas”. Esta frase dá a dimensão da indignação dos setores conservadores brasileiros contra Goulart e, aqui, Alceu dá uma referência bastante clara quanto às Marchas da Família com Deus pela Liberdade¹⁶⁹ e do seu papel na radicalização do clima político e social na deposição do presidente.

Em outro artigo, ainda no mês de maio, *Deus ao alto*, Alceu seria contundente na crítica ao direitismo dos católicos tradicionais, pouco tempo depois da publicação do Ato Institucional, em 9 de abril, sendo o primeiro de uma série, onde o regime começava a mostrar sua face. Nos dias seguintes de sua publicação, uma série de Atos Complementares listava nomes de cidadãos, parlamentares de expressão e militares que teriam seus direitos políticos suspensos por dez anos.

(...) Pois nada de mais perigoso do que uma mística que se converte em mito, como acontece sempre que se confunde o sagrado com o profano e se coloca o primeiro a serviço do segundo.

Disso estamos ameaçados, se confundirmos cristianismo com direitismo, como está acontecendo, e se macularem a solução incruenta de mais esta crise de nossa história, com a atmosfera de “caça às feiticeiras”, de “macarthismo”, de reacionarismo que se vem desenvolvendo nesta fase imediatamente pós-revolucionária. O sangue que não foi vertido, com a graça de Deus e na linha de nossa evolução histórica, no dia do movimento, está sendo simbolicamente chupado depois dele, em consequência do clima antibrasileiro de

¹⁶⁸ Idem, *O mel das pedras*, abril de 1964, p. 316/317.

¹⁶⁹ *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* foi o nome dado a várias manifestações de rua organizadas em todo o país por setores conservadores da sociedade brasileira em resposta ao Comício da Central, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, onde o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. A primeira dessas marchas ocorreu em São Paulo, articulada pelo deputado Cunha Bueno e o padre irlandês Patrick Peyton, fundador do Movimento da Cruzada do Rosário pela Família, com apoio do governador Adhemar de Barros e patrocinado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES. O movimento de São Paulo reuniu 500 mil pessoas em repúdio ao comunismo.

extremismo que há anos se vem infiltrando entre nós. E o sintoma mais perigoso, na linha religiosa, é que sempre a suprema e fundamental, é a disseminação do ódio e da vingança, a perda catastrófica do sentido da justiça e até da caridade.

Uma senhora muito piedosa me interpelava há dias: “Então, o nosso Dom Helder a fazer demagogia no Recife?” “Que demagogia, dona Fulana?” “Pois é, a pedir misericórdia e piedade com os vencidos.” “Então, dona Fulana, não foi Nosso Senhor quem nos mandou, como seu mandamento novo, amar os nosso inimigos?” “É, mas ele também empunhou o azorrague (sic) e disse que quem o inimigo poupa às mãos lhe morre” (textual).

Para essa boa senhora, caridade agora se chama demagogia e o Cristo mandou que chupássemos o sangue dos nossos inimigos... Aliás tenho notado a frequência com que se vem evocando a imagem de Nosso Senhor, “de chicote em punho” (acentue-se bem o chicote, como aquela boa senhora pronunciou, com volúpia, o termo “azorrague”...), como espíritas falam do “meigo Nazareno”. Estou vendo a hora em que se mandará imprimir um “santinho”, como nunca vi até hoje, com a cena da expulsão dos vendilhões do templo, para justificar a “caça” aos comunistas! (...)

Também já se tenta aplicar o atestado de ideologia, o famoso thought control, muito mais abominável ainda que o birth control. E já começa a censura, ao menos a aduaneira. Recebi, há dias, o último volume de Maritain, “aberto pela censura” na Alfândega. É a volta ao regime colonial, quando havia um dominicano (os dominicanos de hoje, graças a Deus, estão muito mais próximos de São Tomás que de Torquemada) nas Alfândegas encarregado de impedir a entrada de livros e revistas (como o Mercure, por exemplo) com “ideias francesas”, que aliás iriam favorecer a Inconfidência Mineira e a Independência.

Outros querem de novo isolar o Brasil, mudar a política internacional, acabar com as relações diplomáticas e comerciais com o “para lá da cortina de ferro”. Seria um novo retrocesso, uma perda de independência, uma adoção da política de redoma e de avestruz.

O Ato Institucional, o tripúdio sobre os vencidos, a cassação de mandatos, a perseguição ideológica, o restabelecimento disfarçado da censura, o fanatismo religioso, tudo isso não está a linha nem do nosso passado, nem da política construtiva e positiva autenticamente brasileira. Deus ao alto, não à direita ou à esquerda, dilacerado e confundido com nossas paixões efêmeras e pessoais.¹⁷⁰

Alceu listava as atitudes do novo regime que considerava encaminhar o país para uma ditadura. Antes, a transcrição de um diálogo com uma “senhora muito piedosa” é muito significativa do desejo de revanche das classes dominantes, ligadas à Igreja, em relação ao regime anterior e aos perigos de uma guinada à esquerda no país. O ressentimento das palavras da senhora, comentado por Alceu, remetia a uma retaliação contra perigos imaginários, por certo, estimulados por sermões de missa e literatura difundida pelos organismos anticomunistas que proliferavam no Brasil da época. A “volúpia” em pronunciar o termo azorrague mostra o prazer sádico em infligir pesados castigos aos que ousassem transformar as estruturas vigentes. “Estou vendo a hora em que se mandará imprimir um “santinho”, como nunca vi até hoje, com a cena da expulsão dos vendilhões do templo, para justificar a “caça” aos comunistas! (...)”

O autor compreendia que atitudes como a censura dos correios, a exigência dos atestados ideológicos (*thought control*), mais odiosos que os atestados de

pureza étnica, dos tempos do nazismo em relação aos judeus, afastavam o país de sua tradição de cordialidade, instaurando um ódio que além de não se coadunar com o passado brasileiro, impunha restrições à volta da normalidade democrática. Preocupava-lhe o tripúdio sobre os vencidos, a cassação de mandatos e a comprovação de linha ideológica que passava a ser exigida de militares, servidores públicos e professores. Estes, aliados a um crescente fanatismo religioso, eram os ingredientes do clima de ressentimento que se instalava entre nós.

A este clima, Alceu mostrava a necessidade de se restabelecer o diálogo entre os diversos setores da sociedade para que fossem empreendidas as reformas sociais que trariam, essas sim, a paz social. Não uma “paz de cemitérios”, como a que a ditadura acabaria por impor pelo toque de recolher e pelo medo, mas um clima de entendimento, dentro do espírito cristão. Para reforçar ainda mais suas propostas, Alceu destacaria as palavras de Paulo VI, no Colégio Pio Brasileiro de Roma, pouco tempo após o golpe.

*(...) Em suma, só as reformas sociais em profundidade poderão evitar as revoluções sociais sangrentas. Eis a palavra autorizada, desapixonada, reflexo da própria graça de estado, para superar as nossas desgraças e desinteligências. As revoluções não fazem senão provocar novas revoluções. Não fazem senão vir à tona a vaga tremenda das paixões, das vinditas pessoais, das ambições desenfreadas. Se não for feita justiça aos anseios do povo, à sua miséria, às suas legítimas aspirações político-sociais, toda a repressão policial não fará senão agravar os males sociais. E preparar novas revoluções, essas então mais sangrentas e implacáveis, na própria medida, ou em medida ainda mais violenta, das reações do interesse dos beneficiados pela ordem social vigente e de seu glacial desinteresse por essas “reformas” sociais, consideradas por tantos “subversivas” e filocomunistas...*¹⁷¹

Ele continuaria o assunto em outro artigo, em junho de 1964, dando conta que recebera, então, do embaixador brasileiro na Santa Sé, Henrique de Souza Gomes, seu amigo, a íntegra do discurso do papa Paulo VI, no Colégio Pio Brasileiro em Roma, tal como fora publicado pelo *Osservatore Romano*, mas que a imprensa brasileira pós-golpe ignorou, anunciando, porém, que o papa nesta reunião não havia condenado a revolução militar brasileira. Citando Paulo VI, Alceu escreveu:

(...) “Longe de julgar o que sucedeu – não competiria a nós fazê-lo” – mas quis trazer uma palavra de “afeição e de fidelidade para com o vosso país, neste momento de temores e paixões.” Essas palavras de concórdia e de reconciliação, contra as paixões, os temores, os ódios e as vinganças, desencadeadas, como sempre, por qualquer revolução – seja de

¹⁷⁰ Idem, *Deus ao alto*, maio de 1964, p. 324/325.

¹⁷¹ Idem, *A voz do alto*, maio de 1964, p. 328/329.

esquerda como da direita, seja em nome de um totalitarismo qualquer, como em nome da democracia, seja lançada pela aristocracia, como pela burguesia ou pelo proletariado.

(...) E depois de apelar para que o novo regime “nem mesmo se detenha na via das reformas sociais necessárias... e não faça morrer as esperanças das massas populares numa ordem econômico-social mais perfeita”, mostra como a “triste experiência do comunismo” só poderá ser evitada não pela imposição de um padrão uniforme de pensamento e de partidatismo político ao nosso povo, mas graças ao conagraamento e à reconciliação da pluralidade justa de tendências individuais e grupais. Ou, em suas palavras textuais:

“Um esforço generoso, bem ordenado e decidido, para o qual os cidadãos de todas as tendências (sic) se empenhem, por amor do bem público, em colaborar para corresponder às graves e urgentes necessidades e às justas aspirações da maior parte do povo, não poderá faltar, sem dúvida, neste momento orientador do vosso país”.

Que contraste entre esses conselhos de fraternidade e de cooperação dos brasileiros “de todas as tendências” para a obra comum do nosso progresso e o espetáculo de separação, de desunião, de hostilidade recíproca, imposto por um moralismo puritano de “Comité de Salut Public”, que pretende dividir o Brasil em dois campos irreconciliáveis: de um lado os bons, isto é, os que pensam conosco; de outro lado, os maus, isto é os que... não pensam como nós.

Todos os revolucionários se arvoram em moralistas. E o seu moralismo é sempre fanático e implacável, porque fruto de uma idolatria. A revolução é um dos mitos do nosso tempo. Quando se fala abertamente em “direitos da revolução”, como está acontecendo neste momento entre nós, estamos em pleno neopaganismo. Como quando se pretende dividir o Brasil em dois Brasis, o dos bons e dos maus, com critérios de “moralidade revolucionária”, estamos em pleno farisaísmo.¹⁷²

Neste parágrafo final, Alceu assume de forma total o discurso profético, que já foi comentado aqui. Como um profeta, chama a atenção para o farisaísmo de certos setores da sociedade brasileira, que se dizem bons católicos, mas que preferem se aferrar a seus privilégios de classe que ouvir as palavras do líder maior da Igreja, Paulo VI. O papa, se não condenou o golpe, insistiu na responsabilidade do novo governo em promover as reformas que atenderiam aos apelos quanto à melhoria das condições de vida da população mais pobre do país. Por “*Comité de Salut Public*” se referia à instituição da Revolução Francesa que tinha a seu encargo a aplicação do regime de terror.

Antes deste artigo, o autor comentaria em maio de 1964, as reações da sociedade brasileira quanto ao golpe. Enquanto as elites receberam os militares com “euforia transbordante e (...) indiscreta”, as classes médias viam o golpe com alívio e esperança. O povo, por sua vez, como na proclamação da República, assistiu ao movimento calado, bestificado, como observara o deputado federal e jornalista, Aristides Lobo, em 1889.

¹⁷² Idem, *Contrastes*, junho de 1964, p. 333/335.

É, sem dúvida, esquemático demais dividir a sociedade em três camadas superpostas – a inferior, a média e a superior. (...) ressalvadas numerosas exceções em cada caso: as classes altas da sociedade receberam o movimento com uma euforia transbordante e até, de certo modo, indiscreta.

As classes médias o consideraram com alegria inegável, mas discreta e sobretudo com desafio e esperança.

Quanto ao povo, o que se viu foi o mais absoluto silêncio.

Como interpretar essa tríplice repercussão tão diversa do mesmo acontecimento?

É que a camada mais do alto viu no movimento a garantia da permanência dos seus privilégios, de sua vida farta, senão de sua dolce vita cosmopolita. Viu nele o afastamento “definitivo” de todas as reformas sociais que pudessem alterar o gozo tranquilo do status quo político e sobretudo econômico. Deliciou-se com a supressão provável de toda a liberdade de pregar, por palavras ou atos, qualquer ideia que de perto ou de longe tivesse qualquer semelhança com socialismo ou com... “t’esconjuro”. Por isso já começa agora a duvidar da “Revolução”, porque os seus próceres recomeçam a falar em “reformas” e até o papa, até ele.

As classes médias receberam o movimento com alívio e esperança. Alívio, porque o governo passado não conseguia resolver os problemas fundamentais do custo de vida e a inflação corroía todas as forças econômicas dos remediados e desenvolvia o mais catastrófico espírito de especulação e luxo fácil. Viram no movimento a esperança de uma vida melhor e por isso sentiram renascer aquela pequenina flor que é sempre a última a murchar em botão!

O povo, porém, esse se conservou num mutismo terrível. As poucas e raras expansões que ousou a ter morreram à flor dos lábios ou por medo do terror policial. Ocorreu coisa semelhante em [18]89, quando a República foi proclamada perante um povo “bestificado”, segundo a expressão brutal de um político da época.¹⁷³

Agora, porém, esse silêncio é muito mais grave, impressionante e simbólico. O povo esperara muito da situação passada. Talvez demais. Está hoje muito mais maduro que em 89. Incomparavelmente mais. O mundo caminhou, desde então, como até então nunca o fizera. Embora visceralmente alérgico ao comunismo, tivera esse povo os olhos abertos para os abusos de uma economia do desenvolvimento, com que lhe haviam acenado e que nada corrigiria da miséria dos ricos e dos pobres. O povo viu apenas, nessa guinada à direita, a Revolução dos Ricos. Nada mais. E emudeceu. Emudeceu tragicamente. À espera de alguém ou de alguma coisa. Um ditador? Um demagogo? Um regime totalitário? A revolução sangrenta? A patética monotonia da liberdade ilusória e da miséria? Ou, quem sabe, se desta vez...

O povo espera mudo, amargo, ressentido, de cabeça baixa. Espera mesmo, contra toda a esperança.

De toda a revolução de abril o que mais me impressiona é esse trágico silêncio do povo.¹⁷⁴

A esta altura é de se perguntar como Alceu continuava a publicar seus artigos, cada vez mais contundentes, como este anterior, se os instrumentos de exceção da ditadura se expandiam e o regime ficava cada vez mais fechado, como ele mesmo observaria. Afinal, ele expunha as vísceras do novo regime, proclamando as motivações do golpe, por setores da sociedade civil que exigiam mudanças para barrar o processo de reformas de João Goulart e dos militares, que assumiriam a

¹⁷³ Aristides Lobo escreveu no artigo publicado no *Diário Popular* de 18/11/1889, a frase que ficaria famosa, a respeito da instituição do novo regime, depois da deposição da monarquia: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.”

¹⁷⁴ Idem, *O silêncio do povo*, maio de 1964, p. 330/332.

responsabilidade por desrespeitar a Constituição em vigor. Como se verá mais adiante, no quinto capítulo, nas Cartas do Pai, Alceu expressaria à sua filha sua perplexidade em continuar a ser publicado, mesmo percebendo que vez ou outra os jornais omitissem um ou outro artigo. Chegava a sentir um remorso em saber-se livre e escrevendo quando tantos haviam sido silenciados ou presos.

Isso se deve, possivelmente, ao fato de Alceu possuir uma enorme autoridade moral, pelo muito tempo de liderança católica, mesmo que em 1964, aos setenta anos de idade, estivesse de certa maneira à margem dos centros de poder mais imediatos da Igreja Católica no Brasil. Continuaria, entretanto, sendo respeitado por suas ligações com o Vaticano – era amigo do cardeal Montini, àquela ocasião coroado como papa Paulo VI – e por sua inserção na sociedade brasileira e internacional. Isso não queria dizer que não sofresse pressões para moderar seus comentários e, por vezes, ameaças quanto à sua integridade e de sua família. Porém, oficialmente, era garantida a Alceu sua liberdade de escrever e publicar seus artigos, mesmo depois do artigo *Terrorismo Cultural*, talvez um dos mais contundentes e comentados libelos contra a ditadura que se instalava no país. O texto indicava a indignação de Alceu com a perseguição de pessoas de reputação internacional, como Anísio Teixeira, Josué de Castro, Celso Furtado e pelas prisões de Ubaldo Puppi e Luís Alberto Gomez de Sousa, entre outras arbitrariedades, igualando o regime brasileiro, em seu terrorismo cultural, com a Rússia soviética, a Alemanha nazista, a Itália fascista e a Espanha franquista.

O terrorismo cultural, como se sabe e temos visto de perto, é um dos fenômenos típicos do nosso século, do Extremo Oriente ao Extremo Ocidente. É mesmo um dos argumentos mais convincentes contra a teoria do progresso contínuo da humanidade. (...) A guerra e as revoluções excitam, como é natural, a euforia infantil dos vencedores e o desespero radical dos vencidos. (...)

O terrorismo também é antibrasileiro e por isso mesmo a forma por que, ao menos até agora, se vem desenvolvendo entre nós ainda assume os aspectos mais suaves e indiretos, como é por exemplo o terrorismo cultural. Tivemos em pouco tempo exemplos opostos no mesmo sentido. No crepúsculo do governo deposto assistimos ao escândalo da não-recondução de Barreto Filho como membro do Conselho Federal de Educação, por motivos puramente ideológicos ou políticos. Agora, quando pretendemos ter feito uma “revolução democrática”, começam logo utilizando os processos mais antidemocráticos, de cassar mandatos, suprimir direitos políticos, demitir juízes e professores, prender estudantes, jornalistas e intelectuais em geral, segundo a tática primária de todas as revoluções que julgam domar pela força o poder das convicções e deter a marcha das ideias.

Quando são demitidos dos seus cargos homens de reputação mundial no plano da educação, como Anísio Teixeira, no plano da sociologia, como Josué de Castro, no plano da economia, como Celso Furtado, simplesmente por pensarem de modo diferente da nova ideologia dominante, estamos no plano do terrorismo cultural. Quando se prendem filósofos

puramente metafísicos como um Ubaldo Puppi, não se sabe por quê, ou jovens intelectuais como um Luís Alberto Gomez de Sousa e outros, simplesmente porque se considera que seus métodos de alfabetização são “subversivos” estamos no plano do terrorismo cultural. Quando a polícia de um estado da União baixa instruções para o “saneamento” do país e dita o seguinte: “Advertimos (sic) especialmente (sic) os órgãos da Ação Católica (sic)... para que se afastem e até se abstenham (sic) de atividades incompatíveis não somente com seu programa, como – e é o que interessa ao governo – com interesses permanentes da nação e gerais da população” – tal como Mussolini tentou fazer com a Ação Católica italiana, e a Igreja no Brasil já estivesse sob a tutela de um Estado totalitário, estamos no plano do terrorismo cultural.

O direitismo autoritário é tão implacável como o esquerdismo revolucionário. Ambos se servem dos instrumentos de força do Estado para tentar dobrar as consciências e destruir as ideias. É a ilusão pueril de todas as revoluções. Pasternak foi vítima desse terrorismo cultural na Rússia soviética, como Mateotti na Itália fascista, Jesus Galindez na ditadura de Trujillo, Edith Stein na Alemanha nazista e Garcia Lorca na Espanha franquista.

Os nossos estudantes, jornalistas, professores, sacerdotes, intelectuais, filósofos, ainda presos entre nós, estão sendo vítimas desse terrorismo cultural, tanto mais abominável quanto mais disfarçado. E tão profundamente antibrasileiro! Honra à universidade do Chile que convidou alguns para ali ensinarem.

*Até hoje nunca tive medo do comunismo no Brasil. Agora começo a ter.*¹⁷⁵

Cabe observar, também, a parte referente à polícia de um estado (o da Guanabara, sob o governo de Carlos Lacerda) baixou normas para “saneamento” do país e de restrições às atividades da Ação Católica. Alceu interpelava tal procedimento, quase indagando se a Igreja no Brasil já estaria sob a tutela direta do Estado totalitário, ao mesmo tempo em que ressaltava a posição honrada, segundo ele, da Universidade do Chile, que havia convidado professores brasileiros para lá lecionarem.

Esse artigo lhe renderia alguns dissabores e uma grande surpresa. Em carta à sua filha, transcrita no último capítulo, onde se retomará essa discussão sobre a censura ou não-censura a Alceu, ele diria dos telefonemas recebidos em sua casa, que tanto atormentaram a sua esposa, com críticas e ameaças por suas ideias, enquanto no *post-scriptum* o pai relatava à sua filha religiosa a surpresa com o telefonema que recebeu do próprio presidente Castello Branco.

¹⁷⁵ Idem, *Terrorismo cultural*, maio de 1964, p. 319/321.

4.4. Perdão e anistia

*A pessoa desprovida do poder de perdoar
é desprovida do poder de amar.*

Martin Luther King

Ativista norte-americano dos direitos civis (1929/1968)

De que poder dispõe o amor, exceto o do perdão.

William Carlos Williams

Poeta norte-americano (1883/1963)

Se Alceu, antes do golpe de 31 de março, advogava o entendimento e a necessidade do respeito às regras democráticas, com a manutenção das instituições e da Constituição em vigor, após a deposição de Jango passou a clamar pelo mais rápido retorno à ordem constitucional e o fim das perseguições políticas, subindo consistentemente o grau de denúncia em seus escritos.

Num artigo de julho de 1964, depois de uma análise dos movimentos que antecederam ao golpe, apontando-o como uma nítida ação das classes dominantes do país, utiliza para caracterizar as articulações que afastaram o governo anterior uma expressão bastante significativa, atribuída ao embaixador norte-americano, como sendo não o fruto da subversão temida no governo anterior, mas de uma “superversão”, ou seja, de um movimento de cima para baixo em desrespeito às normas democráticas.

(...) Naquele momento, a Revolução de 30 representava uma guinada à esquerda. Era a passagem de uma democracia de tipo conservador, para uma democracia liberal de tipo social.

Ora, o que hoje observamos na Revolução de 1964 é um movimento oposto, no sentido de passar de uma democracia, considerada excessivamente liberal e até libertária – e com tendência de passar do social ao socialismo – para uma democracia de tipo conservador e até reacionário. Foi a opinião pública mais conservadora que denunciou as “reformas” propostas ou iniciadas pelo governo deposto como ameaças iminentes ao “direito de propriedade”; foram os partidos conservadores, a UDN e a maioria absoluta do PSD, que levaram a oposição ao extremo; foram as Associações de Classe conservadoras que denunciaram os propósitos “socialistas” do governo JG; foi a luta contra a “infiltração comunista” que favoreceu o movimento das famosas “marchas da família”; foi a grande imprensa conservadora que fustigou impiedosamente o governo passado, opondo-se a qualquer composição política duradoura; foi, finalmente, a vertente conservadora das Forças Armadas, que deu o golpe final, num governo que demonstrou não ter capacidade para resolver os grandes problemas fundamentais do país, que não são nem da direita nem da esquerda, e acabou por uma espécie de suicídio político e da paralisia funcional.

Foram, em suma, as classes altas da sociedade que fizeram a Revolução de 64, ao passo que a de 30 vinha do meio para cima. Foi a crítica do “desmantelamento da autoridade”, do governo JG e a liberdade por ele permitida a todos os extremismos, especialmente ao esquerdista, que representaram a mola ideológica do golpe de 31 de março e da vitória

*fulminante do dia seguinte. Daí o nome de “superversão”, que dizem ter o Embaixador norte-americano empregado para caracterizar o movimento.*¹⁷⁶

Esta comparação que Alceu traça entre a “Revolução de 1964” e a de 1930, recorrente em outros artigos anteriores, é significativa, pois ele se opôs àquela que colocou Vargas no poder, apesar da aliança que seu mentor, Dom Sebastião Leme, firmou com o presidente na legitimação que a Igreja emprestou à revolução, em troca da valorização de seu papel de influenciadora do novo regime e de outras concessões. Alceu manteve sua oposição ao governante, inclusive negando-se a ocupar cargos federais, como já explicitado anteriormente. Isto reforçava, então, sua autoridade de crítico do regime militar, pois ele demonstrava com muita clareza sua tendência de ficar equidistante tanto da esquerda getulista, quanto da direita udenista, que pretendia sua ascensão política na esteira do golpe. Continuava, neste artigo, chamando a atenção para as tendências que se delineavam no novo regime de 1964:

(...) O próprio autoritarismo anárquico que vem caracterizando esta fase inicial da Revolução direitista, acredito que seja passageiro, e é notória a existência, desde já, de duas tendências no governo: a extremada e punitiva, que pensa fazer da revolução o braço vingador da Justiça Divina e a moderada e racional, que olha para o futuro e sabe que nenhuma violência é criadora.

É essa a tendência que devemos estimular, se não quisermos entrar realmente nas trevas de um autoritarismo direitista tão cruel, implacável e infecundo, como seria o totalitarismo de esquerdista. Para isso, o primeiro passo é esperar que o pêndulo volte a uma posição racional e que o primarismo intelectual e o fanatismo unilateral do momento deem lugar a uma democracia autêntica, baseada no diálogo e não no monólogo, na autoridade como instrumento de liberdade e não da “liberdade” como máscara do autoritarismo. E o direitismo é mestre nessas confusões...

Acreditava que a dinâmica política se fazia de forma pendular, oscilando da esquerda para a direita, para depois retornar à esquerda, ou pelo menos, a uma posição mais racional, mais compreensiva das necessidades da maioria da população. Note-se que, até aquele momento, o regime encabeçado por Castello Branco, apesar das primeiras ações já denotarem a dureza institucional que se avizinhava, ainda prometia a devolução breve do poder aos civis, após depurados os “desvios esquerdistas” que motivaram o golpe, inclusive com a manutenção do

¹⁷⁶ LIMA, Alceu Amoroso. *Da esquerda à direita*, junho de 1964. In: **A experiência reacionária**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p. 13/14. Os próximos artigos, salvo indicação contrária, serão retirados desta coletânea.

calendário eleitoral. Insistia, mais uma vez, na necessidade do diálogo entre os setores políticos para o retorno ao Estado de Direito.

Mas o clima político longe de melhorar só se degeneraria ainda mais ao correr do ano, apesar de que as indefinições ainda persistiriam até o ano seguinte. Havia uma luta surda entre os setores mais “linha-dura” da revolução e o grupo de Castello Branco, o que levava o presidente a não adotar medidas que talvez até gostasse de implantar para a descompressão do regime. Fato é que Alceu destacaria em um artigo de dezembro de 1964, *Os dois natais*, o clima de desesperança e melancolia que envolvia o Brasil.

É um Natal muito melancólico e, ao mesmo tempo, muito exuberante, este que estamos vivendo no ano da graça de 1964.

Melancólico, fronteiras adentro. Ano da revolução reacionária, sem grandeza e sem rumo, com os seus próceres se entredivorando, com os comerciantes engordando, com os salários emagrecendo, com os títulos caindo, com a especulação subindo, com as decepções se alastrando, com a inquisição perseguindo, com o ódio fermentando, com tudo o que separa aumentando e tudo o que une sumindo...

Como pode não ser melancólico, fronteiras adentro, um Natal onde milhares de lares ou falta o pão, ou falta o chefe, ou falta a paz de espírito, ou falta tudo isso ao mesmo tempo. Como pode não ser melancólico um Natal quando não se confia na lei, nem nas promessas dos governantes, nem na estabilidade do regime, nem na esperança de tempos melhores. Quando um clima de medo latente sucede a um clima de pânico patente. Há um ano era o pânico do comunismo que alimentava a onda de conspiração subversiva. Hoje é de novo o medo, que continua a manter o mesmo clima de conspiração, de delação, de desconfiança e ceticismo. É o sentimento de uma revolução inútil ou frustrada, que entretanto lançou o país, de novo, como em 1930, o mito mágico da palavra Revolução. (...) ¹⁷⁷

A este Natal, “melancólico fronteiras adentro”, o autor contrapunha, como “exuberante”, na continuação do artigo, o que o novo pontífice, Paulo VI, fazia para a aproximação dos povos e das religiões, a ponto de ser reconhecido como o Papa Peregrino, o primeiro a se deslocar pelo mundo de avião para lugares como Jerusalém, Filipinas – onde sofreu um atentado contra sua vida – e Nova Iorque, para a Assembleia Geral da ONU. Enquanto o papa pugnava pela união dos homens, obedecendo às verdades evangélicas, o que se via, no Brasil, era o avanço da desunião, da desconfiança e o medo. Alceu acreditava que o papel de Paulo VI, na continuidade do de João XXIII, era o de levar adiante uma verdadeira revolução, dos costumes e dos hábitos da Igreja Católica, enquanto que o golpe de 1964, ao adotar o nome de revolução, propunha, na verdade, um engodo.

¹⁷⁷ Idem, *Os dois natais*, dezembro de 1964, p.28/29.

A partir deste dezembro de 1964, Alceu Amoroso Lima iniciaria uma nova luta, na sequência de seu papel de denunciante da situação de opressão política, social e econômica trazida pela “Revolução”, que levaria mais de 15 anos, até 1979. No último artigo do primeiro ano do golpe, ele começaria seus apelos na imprensa para a adoção de uma anistia, que pudesse zerar o passado, passando uma esponja, como ele várias vezes afirmou, para que se pudesse construir finalmente um futuro melhor, com perdão, mas também com justiça social. Como costumava fazer nos finais de ano, tecia comentários sobre o ano que havia passado, buscando imaginar caminhos para o ano que se iniciava.

(...) O ano de 1964, de que esta noite nos despedimos, foi um ano pouco brasileiro, para o Brasil. Embora o movimento de abril se inscrevesse na linha tradicional de nossas transições incruentas de regime político, o período decorreu à luz de um fenômeno estranho à nossa índole e ao nosso passado, que desde o ano do Centenário [da Independência, 1922] perturbou a nossa vida política: a radicalização extremista, esquerda-direita, contra o nosso tradicional centrismo. Com todos os seus erros e defeitos, esse centrismo tinha ao menos a vantagem de ser uma colocação natural de nosso temperamento e tradicional de nossa história política. Desde 1922 o mimetismo do estrangeiro nos levou à polarização esquerda-direita. E se, 1930 foi um golpe à esquerda, (uma esquerda, sem dúvida, muito liberal, muito aguada, muito pouco... esquerdista, pois os tempos ainda não estavam maduros), 1964 foi um movimento pendular à direita, como reação, à distância, contra 1930 (que trouxe o getulismo, encerrado com o período JG) e como consequência imediata da desastrosa renúncia de Jânio Quadros.

Não sei o que será o ano de 1965, mas sei o que deveria ser. Deveria ser a volta do Brasil, e da política brasileira ao curso natural de suas tendências. Não sou saudosista. Acusam-me até do contrário e já declarei que só o futuro me interessa. Mas creio também que um país só pode entrar, com o pé direito (mesmo que seja o esquerdo...) no futuro, se não repudiar o sentido de seu passado e das “linhas de força” de sua nacionalidade e do seu temperamento. (...) A linha dura não é a linha brasileira. Pode ser um desvio momentâneo, pode ser uma imitação passageira, mas não corresponde às raízes profundas do nosso modo de ser, tanto individual quanto coletivo. O extremismo, as polarizações, os sectarismos violentos, a intolerância, tudo que representa o oposto do equilíbrio, da moderação e bom senso, é exótico e puramente cutâneo entre nós. Quanto mais perdure, em consequência de movimentos insurrecionais como o de abril de 1964, mais perturba a lógica natural de nossa evolução sadia e normal.¹⁷⁸

Como, em tantas outras vezes, Alceu insistia no caráter brasileiro, de pacificador, capaz de mudanças exangues e não violentas. Pelo menos em seu papel de formador de opinião, reafirmava o caráter transitório do regime militar, para que o mais rápido possível fosse restabelecido o Estado de Direito, com o fim das leis de exceção, das cassações e das perseguições políticas. Para que fosse inaugurado esse novo tempo, uma medida corajosa se fazia imprescindível: a adoção de uma anistia que pudesse conciliar os brasileiros. Continuava:

¹⁷⁸ Idem, 1965, janeiro de 1965, p. 31/33.

(...) Praticamente, portanto, há um ato inicial para reintegrar o Brasil em si mesmo: o fim real da fase punitiva da Revolução de abril. E para isso, a esponja no passado, a anistia política geral, a pacificação dos espíritos (quanto é possível depois de trinta e cinco anos de extremismo) para uma obra comum de recuperação.

Enquanto não houver um ato corajoso nesse sentido com a plena recuperação da liberdade de pensamento e de ação, sem presos políticos nem exilados, com o diálogo restabelecido e a distensão dos nervos, será impossível combater a inflação, reduzir o custo de vida, fazer reformas autênticas e restabelecer a vida democrática real. A essa tarefa de esponja no passado e esforço coletivo com vistas ao futuro é que eu quisera ver dedicado o ano hoje em início.

Se estiver vivo até dezembro, e livre de escrever como hoje graças a Deus ainda o faço, que direi desses anseios de uma nova aurora, no crepúsculo de uma velha vida?

Como se disse, Alceu retomaria o tema da anistia pelos 15 anos seguintes, até 1979, quando o governo João Figueiredo assinaria uma anistia canhestra, contra a qual o escritor se insurgiria, como a maior parte da sociedade civil. Durante este tempo, o autor muitas vezes ao final de ano, mas também sempre que uma oportunidade se apresentasse, escreveria pedindo uma anistia que pudesse iniciar um processo de conciliação dos brasileiros. Neste janeiro de 1965, Alceu dedicaria vários artigos ao tema.

Passaram-se as festas, o Natal e o Ano-Bom, o momento máximo das efusões, dos presentes, da distensão dos nervos, da boa vontade recíproca, momento que outrora se traduzia em indultos e perdões, e não houve da parte das autoridades públicas nem um gesto de reconciliação! Nem um gesto de boa vontade! Nem um gesto de realismo político.

Pois não considero a anistia como um gesto de idealismo ou de sentimentalismo. Muito menos como uma demonstração de fraqueza. Pelo contrário. Considero-a como um fenômeno do mais alto "empirismo organizador", para empregar a linguagem maurrasiana, tão grata ao direito dominante... E como a maior demonstração dessa força moral e social dos Governos, que é sempre o oposto da violência.

A política realista não deve ter preconceitos nem ressentimento. Não se guia por fantasias, nem por hipóteses utópicas. Parte dos fatos e sobre eles é que se deve levantar os seus planos de ação.

(...) ora, o dado mais fundamental do temperamento brasileiro é a primazia do coração sobre a razão. É a bondade. É o sentimento. Isso do lado das qualidades. Do lado dos defeitos é a falta de memória. É o esquecimento fácil do passado. É a esponja. Quando queremos compreender bem um povo, não devemos levar em conta apenas as suas qualidades, mas também seus defeitos. Não digo os seus erros graves, os seus pecados. E sim os seus defeitos, os seus cacoetes perdoáveis, embora não recomendáveis.

Logo, tanto as qualidades como os defeitos do nosso povo, tanto a supremacia do coração, como a intermitência da memória, devem ser levados em conta, muito seriamente, no planejamento da nossa política. Ora, o que o povo todo, em sua imensa maioria, está querendo neste momento é pensar no futuro e não no passado. É reduzir a inflação e não punir seus culpados. É baratear a vida e não indagar a pregressa de ninguém, como se continua a fazer. É planejar e não injuriar. É arrecadar os impostos com honestidade e não catar corruptos. É manter a ordem verdadeira e não "a desordem estabelecida", como dizia Emmanuel Mounier. É trabalhar e não exilar. É dar liberdade e não prender os intelectuais. É começar vida nova e não revolver feridas abertas.

Essa política punitiva, policial, farisaica, de comité de salud public ou de puritanismo totalitário (pois nada mais comunista, por exemplo, do que o moralismo implacável dos tribunais de exceção, em nome do bem público, e dos direitos da Revolução), essa mentalidade profundamente antibrasileira é fruto do mimetismo e da leitura apressada e

teórica de alguns livros sobre “guerra revolucionária”. É fruto de um desconhecimento total da realidade brasileira, da psicologia do povo brasileiro, do ritmo profundo da nossa História. É em nome do mais objetivo realismo político, portanto, que se impõe a anistia política, como uma condição preliminar para que realmente se possa falar em vida nova e nova era nacional.

*O silêncio do Governo sobre a anistia em dezembro foi tão melancólico e significativo como, em abril, o silêncio do povo perante a Revolução...*¹⁷⁹

Como se vê, Alceu justifica a anistia como um processo que só os governos fortes e estáveis, como o que se declarava conduzindo o país naquele momento, plenos do apoio popular, que diziam ter, seriam capazes de adotar, de perdoar os desvios e conciliar o povo. Reafirmava que este processo não estaria apenas em total consonância com os desejos deste mesmo povo, mas também de acordo com o seu caráter, onde predomina o coração e a pouca memória para as ofensas. Era, enfim, uma medida do “mais objetivo realismo político”. Num artigo seguinte, Alceu voltaria ainda mais incisivo à questão.

(...) Se o governo está realmente empenhado em restituir à nossa terra um clima de autêntica democracia não pode prosseguir no caminho da justiça de exceção e da mentalidade punitiva. A anistia e as eleições são duas condições fundamentais para a nossa recuperação financeira, econômica e política. E, antes de tudo, para comprovar a sinceridade da conspiração contra o Governo deposto. A anistia não representaria uma esponja no passado dos corruptos, como alegam os seus adversários. Representaria apenas o fim da justiça de exceção. Os processos regulares, pela justiça regular, contra crimes de corrupção ou de sedição devidamente comprovados prosseguirão. O que impede o surto do Brasil e o restabelecimento de um regime autenticamente democrático é o prosseguimento dessa atmosfera de ódio, de acusações falsas, de perseguição e inquisição, de que casos como o do Senhor Miguel Arrais [sic] representam a mais escandalosa expressão.

*Enquanto não cessar essa atmosfera em que continuamos a viver, com o estabelecimento da verdadeira Justiça e da verdadeira Honestidade, toda a pregação e todo o moralismo revolucionários serão apenas uma forma reacionária de demagogia.*¹⁸⁰

Na semana seguinte, houve novo artigo clamando por mudanças, depois das punições arbitrárias de políticos como Seixas Dória, Astrojildo Pereira e Mauro Borges, de cientistas, religiosos e mesmo da prisão de um grupo de chineses, ao chegarem ao país, sob a acusação de serem comunistas, sem um processo formal, sem culpa formada, sem direito à defesa. Alceu via que era hora de abandonar todas as políticas autoritárias do governo, para se restaurar o caminho do país ao desenvolvimento.

¹⁷⁹ Idem, *O silêncio oficial*, 21/01/1965, p. 36/37.

¹⁸⁰ Idem, *Demagogia reacionária*, 28/01/1965, p. 41.

(...) Tudo isso está exigindo uma mudança de rumo e uma medida preliminar, para que o Brasil realmente recomece a trabalhar. É mister que se acabe definitivamente, o mais cedo possível, com essa execrável fase punitiva, com essa mentalidade inquisitorial, que está envenenando o ambiente. Que se instaurem processos judiciais, na Justiça ordinária, para atos de malversação dos dinheiros públicos ou mesmo de insurreição comprovada, muito bem. Que tenha havido, no primeiro momento após o golpe, uma reação violenta contra os vencidos, compreende-se. É apenas o ímpeto natural de uma paixão infelizmente muito do homem, embora pouco humana – a vingança. Que houvesse o temor de um contragolpe violento, que procurasse voltar ao regime deposto ou viesse instaurar aquilo que os conspiradores julgavam, sinceramente, ter sido o objetivo dos então governantes: a instalação de um regime comunista ou filocomunista no Brasil, também se compreende.¹⁸¹

No artigo, ele revela uma posição mais moderada em relação à ditadura, talvez para manter aberto o diálogo com os militares e, assim, reconhece que excessos tenham sido cometidos de forma até justificada pela própria dinâmica de um processo revolucionário, mas que depois de um tempo, a manutenção da fase punitiva do movimento militar deixava de ter qualquer legitimidade, exigindo a sociedade brasileira, segundo ele, que um processo pela anistia fosse de fato empreendido. Ele deplorava que os ideais “revolucionários” precisassem se eternizar para manter a segurança que os militares viam necessária ao país. Continuando o artigo:

Mas o fato é que quase um ano já se passou e o que está claramente demonstrado é que, seja qual for o juízo que se tenha sobre a subversão ou a corrupção alegadas, a volta ao passado é um mito. O Governo atual, seja também qual for o juízo que tenhamos a seu respeito, está muito mais sólido, incomparavelmente mais consolidado, do que o castelo de cartas que ruiu quase por si só em 1º. de abril. Se a conspiração ainda há, e sempre haverá, mormente enquanto não tivermos um regime político definido, nem a mais vaga analogia, com a vasta rede conspiratória solidamente organizada entre nós, pelo menos desde a renúncia do Sr. Jânio Quadros, senão desde a sua posse. E um Governo bem apoiado na lei e na opinião tem sempre meios de segurança suficientes para impedir qualquer nova subversão.

De parte da população é evidente que só se pensa no futuro. Ou então só se queixa do presente, mas com os olhos em dias melhores, ou então com aquele ceticismo dos que estão à beira do desespero e realmente capazes de perder a cabeça. Mas contra esses só há um remédio: a esponja no passado e o começo real de uma vita nuova (...).

Em fevereiro de 1965, Alceu publicou um artigo muito interessante, enfocando novamente, então de forma mais indireta, no entanto, o tema da anistia, ao analisar o perdão sob a visão de Hannah Arendt. Trata-se do artigo intitulado *A sabedoria do perdão*.

São duas mulheres as autoridades talvez mais profundas na análise das condições sociais do mundo moderno: Hannah Arendt e Barbara Ward. Esta cristã, creio que católica. Aquela racionalista, creio que judia.

¹⁸¹ Idem, “Vita nuova”, 29/01/1965, p. 42/44.

Devemos àquela uma análise extremamente penetrante do perdão, não apenas como fenômeno religioso, mas ainda como um elemento de caráter rigorosamente político, introduzido pelo Cristianismo.

Que o perdão faz parte integrante da mensagem religiosa do Cristianismo ninguém pode contestar. (...)

A tese de Hannah Arendt é que o perdão não é apenas da lei divina, mas da própria lei natural, da lei do homem. Se o homem não a pratica, só então é que Deus não o perdoará. Mas passemos a palavra a essa grande doutrinadora social:

– “Foi Jesus de Nazaré quem descobriu o papel do perdão no domínio dos negócios humanos... O que Jesus sustenta contra os “escribas e os fariseus” e antes de tudo ser falso que só Deus tenha o poder de perdoar e em seguida que esse poder não vê de Deus – como se Deus perdoasse através dos homens –, mas ao contrário deve ocorrer entre os homens... O homem, no Evangelho, não deve perdoar porque Deus perdoa. Não tem de “fazer o mesmo”. Mas “se cada um de vós perdoar do fundo do coração, então é que Deus vos tratará do mesmo modo” (Mat. 18-35).

*É preciso perdoar, deixar seguir, para que a vida possa continuar... O perdão é exatamente o oposto da vingança, que atua reagindo contra uma falta original e por aí, longe de pôr fim às consequências de um primeiro erro, prende o homem à engrenagem (au processus) e permite o livre curso da reação em cadeia que toda a ação contém... O perdão é única reação que não se limita a reagir, mas que age de modo novo e imprevisto, não condicionado pelo ato que o provocou e que, por conseguinte, liberta das consequências do ato, tanto o que perdoa como o que é perdoado. A liberdade contida na doutrina do perdão ensinada por Jesus emancipa da vingança, que prende, ao mesmo tempo o agente e o paciente no automatismo implacável do processo de ação que, por si mesmo, pode prolongar-se indefinidamente.” (Hannah Arendt. *The Human Condition*, trad. fr. 1961, pág. 269/71).*

Depois de expor parte das ideias de Hannah Arendt sobre o perdão, passaria a analisar a situação brasileira, reafirmando sua posição pela anistia, como “forma jurídico-social do perdão”:

*Aplicando esses textos às nossas condições político-sociais do momento, o que se conclui é que a fase punitiva da Revolução se coloca sob o signo da vingança e do medo. Vingança contra o que os outros fizeram e medo do que possam voltar a fazer. E esses fatores são, por sua natureza, deflagradores de reações em cadeia. Ao passo que a anistia, que é a forma jurídico-social do perdão, não representa apenas um imperativo religioso do Cristianismo, que desejamos professar e incorporar à nossa civilização, mas uma lição que embora introduzida no processo social pelo Cristianismo (daí terem os romanos aplicado o perdão aos vencidos – *parcere subjectis* –, como lembra Hannah Arendt, desconhecido dos gregos) é um imperativo da lei natural, inteligentemente compreendida. Em suma, a anistia não é um ato de clemência paternal ou de fraqueza, mas de realismo político e de consciência da própria força.*

*Enquanto não aplicarmos essa sabedoria da reconciliação, ao nosso problema nacional, ficaremos presos à inércia rotativa do ressentimento e incapazes da verdadeira dinâmica ascendente do desenvolvimento e do progresso.*¹⁸²

Hannah Arendt iria ainda mais longe em seu texto *A condição humana*, ao qual Alceu se referia, em sua tradução francesa. Ela colocava o perdão como a única maneira possível para o problema da irreversibilidade, ou seja, a impossibilidade de desfazer algo feito, bem como a promessa, como a única forma

¹⁸² Idem, *A sabedoria do perdão*, 26/02/65, p. 53/54.

de garantir a possibilidade futura do caos, ou seja, a imprevisibilidade do porvir. Ambas as faculdades – o perdão e a promessa – são indispensáveis para o processo civilizatório, permitindo a coesão de uma sociedade.

*A única solução possível para o problema da irreversibilidade – a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. A solução para o problema da imprevisibilidade, da caótica incerteza do futuro, está contida na faculdade de prometer e cumprir promessas. As duas faculdades são aparentadas, pois a primeira delas – perdoar – serve para desfazer os atos do passado, cujos “pecados” pendem como espada de Dâmoques sobre cada nova geração; a segunda – obrigar-se através de promessas – serve para criar, no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens. (...) Se não fôssemos perdoados, eximidos das consequências daquilo que fizemos, nossa capacidade de agir ficaria, por assim dizer, limitada a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos; seríamos sempre vítimas de suas consequências, à semelhança do aprendiz de feiticeiro que não dispunha da fórmula mágica para desfazer o feitiço. Se não nos obrigássemos a cumprir nossas promessas, jamais seríamos capazes de conservar nossa identidade; seríamos condenados a errar, desamparados e desnorteados, nas trevas do coração de cada homem, enredados em nossas contradições e equívocos – trevas que só a luz derramada na esfera pública pela presença de outros, que confirmam a identidade entre o que promete e o que cumpre, poderia dissipar. Ambas as faculdades, portanto, dependem da pluralidade; na solidão e no isolamento, o perdão e a promessa não chegam a ter realidade: são, no máximo, um papel que a pessoa encena para si mesma.*¹⁸³

Pelo que se pode depreender dos textos de Alceu, esta posição de Hannah era assumida por ele, ou seja, era a posição que um cristão poderia e deveria defender. Não se tratava de ficar eternamente preso ao feito, mas, perdoadando-o, abria-se a possibilidade de que a promessa de novos tempos e novas práticas sociais pudesse restabelecer o equilíbrio da sociedade. Pois que o perdão não serve apenas ao perdoado, mas também ao que perdoa, como a anistia não serviria apenas ao punidos, mas também ao governo punidor, por permitir olhar para frente, reestruturando o porvir sem ressentimento. O perdão tem o poder de quebrar o ciclo de violência e desejo de vingança, esse sim até mesmo esperado por quem cometeu a ação passível de punição. O perdão é o inesperado que se intromete no relacionamento humano e que faz com que se desarmem os espíritos. É o “dar a outra face” do Novo Testamento em oposição à Lei de Talião, do “olho por olho, dente por dente”. Daí ter sido Jesus o introdutor do perdão na esfera pública para Arendt.

Sob este aspecto, o perdão é o exato oposto da vingança, que atua como re-ação a uma ofensa inicial, e assim, longe de porem fim às consequências da primeira transgressão,

¹⁸³ ARENDT, 2004, p. 248/249.

*todos os participantes permanecem enredados no processo, permitindo que a reação em cadeia contida em cada ação prossiga livremente. Ao contrário da vingança, que é a reação natural e automática à transgressão e que, dada a irreversibilidade do processo da ação, pode ser esperada e até calculada, o ato de perdoar jamais pode ser previsto; é a única reação que atua de modo inesperado e, embora seja reação, conserva algo do caráter original da ação.*¹⁸⁴

Hannah Arendt não reputava, porém, ao amor a capacidade de perdoar, pois considerava o amor extramundano e antipolítico, preferindo termo “respeito” mais afeto à esfera pública, neste seu texto *A condição humana*, afastando-se de sua leitura mais antiga de Santo Agostinho. Para Alceu, no entanto, seguia sendo o amor ao próximo, no espírito evangélico, a base do perdão/anistia, não apenas por uma questão religiosa, mas pelo sentido mais prático da política que pretenda buscar a superação de um passado de enfrentamento (o tempo do não-mais, para Arendt), por um porvir de promessa, de esperança. Tratava de buscar uma fórmula político-jurídica aceitável pelos militares no poder que fizesse interromper a repressão, algo que inegavelmente ele buscava.

Voltaria ele, ano após ano, até 1979, a clamar por anistia. Em janeiro de 1966, após um balanço, ao longo de quatro artigos sucessivos, dos ativos e passivos que se poderiam creditar ao governo militar, Alceu reconhece, no último deles, que não tinha um programa para oferecer, mas que qualquer iniciativa não poderia deixar de lado a reconciliação dos brasileiros, além de outras medidas para o restabelecimento da normalidade democrática.

Para terminarmos este esboço de balanço impressionista do biênio ditatorial do nosso Brasil moderno, faltaria ainda uma palavra sobre a renúncia às eleições diretas, depois da decepção que para muitos trouxe a experiência de outubro e outra sobre a política internacional.

O medo do povo parece ser um dos pontos capitais da nova filosofia política tecnocrática, com que pretendem construir “revolucionariamente” o Brasil. Esse medo leva, naturalmente, à marginalização do voto. (...) Essa marginalização do povo e sua substituição por especialistas iluminados, para reconstrução do Brasil do amanhã, dá-nos a impressão de um espetáculo suprarrealista ou de uma experiência de vivissecação...

(...) Não tenho programa nenhum a oferecer, na minha inveterada idiossincrasia político-partidária, senão o que venho pregando ao longo desse biênio revolucionário.

Só a reconciliação efetiva dos brasileiros pela Anistia; o restabelecimento da autonomia e interdependência dos Três Poderes; a confiança no povo; as eleições diretas e livres; a liberdade de pensamento e de debate; a reconstituição partidária de baixo para cima; o restabelecimento das garantias jurídicas a magistrados, parlamentares, professores e jornalistas; as reformas de estrutura, especialmente a agrária; a cessação do terrorismo cultural inconfessado, pela atmosfera de suspeição contra todo pensamento não-conformista; a liberdade sindical; o restabelecimento de uma atmosfera universitária cordial e não-draconiana; a supressão dos tribunais de exceção; a volta da magistratura militar às

¹⁸⁴ Idem, p. 252.

*suas funções específicas; e outros rumos semelhantes, é que, a meu ver, permitirão a reconstrução de nossa vida político-social em bases sólidas e autênticas. Só compreendo a normalidade democrática, em finanças, política e cultura, a que todos aspiramos, por meio de exercício efetivo da liberdade, do respeito ao próximo e de uma Ordem Política baseada na Justiça e não no Arbítrio. Será tudo isso apenas um sonho de uma noite de verão?*¹⁸⁵

A situação política havia ficado ainda mais crítica e desesperadora, depois da edição dos Atos Institucionais 2 e 3, em 1965, após a derrota dos partidos de sustentação do regime nas eleições para os governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Os AIs promoveram a reformulação partidária, instituindo o bipartidarismo, centenas de novas cassações, estabeleceram as eleições indiretas para a presidência da República e para o governo dos estados, afastando qualquer esperança de um breve retorno ao Estado de Direito. Alceu elevaria o tom mais uma vez de seus artigos, como este denominado *Tuberculose política*:

(...) Fiquemos, cada um de nós, com nosso diagnóstico. A maioria dos críticos de hoje, por exemplo, acha que a revolução degenerou ou traiu a si mesma. Outros acham, como eu próprio, que o erro vem das origens. Que a Revolução era evitável. Que o seu caráter reacionário e direitista, primário, improvisado e militarista, veio no seu bojo, desde o dia 31 de março de 1964 e não desde o 9 de abril ou o 29 de outubro. A Revolução de 64 não traiu a si mesma. Traiu ao povo brasileiro, prometendo-lhe o que não podia dar. Por mais que o governo Goulart se tenha realmente desintegrado por si mesmo, nos seus últimos momentos de vida, praticando um verdadeiro suicídio político, foram os conspiradores, de vários anos, desde a eleição de Jânio Quadros e particularmente desde a sua intempestiva renúncia, que levaram um governo medíocre e perplexo a se desarticular, antes mesmo que o fosse manu militari. (...) O divórcio entre a Revolução e o Povo, para o qual todos hoje apontam, foi um mal congênito e não adquirido.

(...) O remédio que eu próprio recomendaria fora uma Anistia Geral imediata, novas eleições diretas para Presidente da República e para uma Assembleia Constituinte e a supressão de toda justiça de exceção. Até lá, manutenção de todos os poderes atualmente outorgados ao Poder Executivo, de modo a permitir a restauração da liberdade e da confiança, sem recurso da violência, que os novos conspiradores estão preparando à sombra de todos os Atos Institucionais ou complementares, que pretendem evitá-la.

*Seria essa uma reconciliação positiva e não negativa entre a Revolução e o Povo, e mesmo possivelmente entre os grupos dirigentes da política atual, tão ciosos da sua qualidade de “revolucionários” de primeira hora! Ficariam de fora, sem dúvida, os que por princípio ou por desilusão, já descreessem totalmente do voto, e portanto da democracia, como método de ação política. Falei, por isso mesmo, numa reconciliação majoritária e não unânime, que seria impossível.*¹⁸⁶

Talvez aí Alceu começasse a se dar conta, muito duramente para aquele momento delicado da vida nacional, do que via representar a “Revolução” em suas promessas ao povo brasileiro. Ele voltaria a isso mais tarde, com se verá, no artigo, *Revolução das promessas descumpridas*, no qual analisa o desenrolar do tempo da

¹⁸⁵ LIMA, 1968, *Sonho ou antevisão*, 14/01/1966, p. 213/215.

¹⁸⁶ Idem, *Tuberculose política*, 24/03/1966, p. 235/237.

“Revolução” e das promessas que não iriam cumprir, tanto na esfera política, quanto na econômica e social, em argumentos aparentemente irrefutáveis:

Chegamos ao segundo aniversário da revolução de março de 1964 em situação ainda pior do que era então a nossa.

Prometeram acabar com a ameaça comunista. Os comunistas continuam a agir com então ao que se depreende das medidas de segurança cada vez mais rígidas, contra toda a liberdade sindical, estudantil ou operária.

Prometeram melhorar a situação da nossa moeda. O valor desta está hoje muito mais reduzido do que então, atingindo o dólar e as moedas fortes estrangeiras a níveis de 50 a 100 por cento maiores que então.

Prometeram a prosperidade econômica. No entanto, a produtividade, a despeito de todas as acrobacias de cálculos oficiais, não se sabe ao certo se subiu, se permaneceu ou mesmo baixou, pois não há mais confiança nesses cálculos oficiais, teoricamente otimistas e praticamente desmentidos pela realidade.

Prometeram ao povo vida mais barata. Os preços de todas as utilidades subiram e continuam a subir regularmente a alturas absolutamente em desproporção com a elevação de salários. Mas quando os pobres continuam cada vez mais pobres, os ricos continuam cada vez mais ricos.

Prometeram restaurar a democracia. O que vimos foi um assalto contínuo e crescente contra o regime constitucional e a instauração de uma ditadura inconfessada do Poder Executivo, sobre os demais poderes.

Prometeram reformular a ordem jurídica, pela elaboração ou reforma de uma série de códigos. Nunca existiu um caos jurídico tão grande como agora.

Prometeram unir as Classes Armadas. Nunca houve tanta desunião e tantas divergências entre seus membros.

Prometeram acabar com as conspirações. Nunca se conspirou tanto como agora.

Prometeram levar avante, com realismo as reformas sociais “demagogicamente” empreendidas pelo governo anterior. Nenhuma reforma social efetiva foi organizada até hoje.

Prometeram não levar o País ao fascismo, limitando-se a Revolução a combater o extremismo comunista. O que se vê, entretanto, apesar dos propósitos honestos e inequívocos do Presidente da República de evitar a marcha ao reacionarismo extremo-direitista, é a ameaça premente de um golpe de extrema-direita, já não apenas fascista, mas nazista.

Prometeram não dar um “golpe militar”, mas civil, com o apoio da opinião pública. O que vemos é o mais desbragado militarismo em ação e a opinião pública completamente desprezada ou apática, em consequência de um governo puramente autoritário, minoritário e secreto.

Prometeram acabar com a subversão. Nunca se falou tanto em subversão como hoje.

Prometeram acabar com os corruptos e com a corrupção. Não há mês em que não se fale, como dantes, em novos escândalos, contrabandos, chantagens e corrupção.

Prometeram instaurar a democracia, no Brasil, corrigindo a ameaça iminente de uma Ditadura Sindicalista. O que se vê hoje é o voto, base da democracia, escarnecido e surrupiado do povo.

Prometeram que a fase “punitiva” da Revolução seria efêmera. Ora, os IPMs continuam funcionando ininterruptamente e punindo, cegamente, a inocentes e culpados, os mandatos eleitorais sempre ameaçados de cassação. Prometeram...

Poderíamos continuar assim indefinidamente. No fim de dois anos de promessas descumpridas e conspirações cada vez mais cumpridas, só nos resta esperar que a emenda, com que nos acenam os conspiradores, ainda mais errados que os “conspirados”, seja ainda pior que o soneto...¹⁸⁷

¹⁸⁷ Idem, *Revolução das promessas descumpridas*, março 1966, p. 394/395.

A esta altura, na metade de 1966, passaria a expor denúncias de torturas, de prisões arbitrárias e injustificadas, a partir de cartas e telefonemas que receberia de muitas partes do país, ou seja a medida que o regime endurecia, Alceu se tornava destinatário de mensagens daqueles que o viam como um canal de divulgação ainda aberto para acolher denúncias e levá-las à exposição pública. Como exemplificavam-se os vários casos encontrados ao longo de seus artigos, cite-se para ilustrar *As novas Raquéis*, de junho de 1966.

Nada é mais revoltante do que o sofisma ou o sarcasmo com o sofrimento alheio. Enquanto lemos diariamente pelos jornais as denúncias, as prisões e os julgamentos draconianos de centenas de cidadãos por motivos políticos (...) o futuro Presidente da República, já nomeado, endossa a incrível afirmação do atual presidente de que “não há presos políticos no Brasil”! E a desculpa indesculpável é que... os que estão presos e serão julgados não estão presos, mas apenas sub judice. E os condenados por motivos políticos passam a ser presos de direito comum. Isso é, passam a ser presos... por motivos não políticos.

Esse jogo de palavras, essas desculpas esfarrapadas, esses sofismas primários, esses subterfúgios de maus pagadores, dão bem uma mostra da mistificação democrática que desceu sobre o Brasil desde abril de 1964. (...) chegam às nossas mãos cartas como a que passo a transcrever, ao menos em alguns dos seus tópicos. São essas cartas de mães, esposas, filhos, noivos desesperados que espelham o Brasil de hoje, no subsolo trágico de suas desventuras políticas e não as cortinas de fumaça das proclamações oficiais. Eis alguns tópicos de uma dessas cartas recebidas:

“Recife, 7 de maio de 1966. A pessoa que lhe dirige neste momento o seu brado de angústia e revolta é a mãe de um dos injustiçados jovens presos neste momento nos quartéis do Recife, sob a acusação de subversivo. Não sabemos mais para quem apelar, eu e as outras mães igualmente desesperadas. (...) No meu caso particular, já se vão 33 dias que o nosso rapaz, HRRP da S, de 19 anos, aplicadíssimo aluno do 2º ano de Engenharia, foi detido para averiguações, sendo levado, estupidamente, de dentro do próprio quarto de dormir, em nossa casa, onde se encontrava dormindo, depois do almoço, descansando após uma prova na Faculdade pela manhã. Assim como todos os outros, encontra-se incomunicável desde o momento de sua prisão sem que ninguém possa ter conhecimento do que se está passando, em interrogatório feito em absoluto segredo (...) Assim, na qualidade de mãe cristã, de pessoa de educação e que sempre viveu em ambiente de conforto e de posição social bem definida entre as melhores famílias do Estado, que nesse ambiente criou e educou seus filhos, que nunca presenciou na sua família coisa semelhante, quer fazer uma apelo” etc.¹⁸⁸

Essas denúncias já haviam, é verdade, iniciado muito antes, ainda em meados de 1965, mas nenhuma tão eloquente quanto a carta desta mãe pernambucana, um caso concreto de uma senhora, cristã, possivelmente de classe média alta, cujo filho universitário, bom aluno, havia sido preso, sendo retirado de sua própria casa, sem formação de culpa, sem sequer uma informação do seu estado e paradeiro. Era um choque para esta senhora, pois que “de posição social bem definida entre as melhores famílias do estado”, o que mostra, como dizia Joel

¹⁸⁸ Idem, *As novas Raquéis*, 02/06/1966, p. 277/279.

Silveira, que o ressentimento dos militares não mais era dirigido aos de sempre, à população socialmente menos protegida, mas que membros da *inteligência* civil, em especial os estudantes universitários, eram uma espécie de alvo preferencial. Alceu não poupou críticas mesmo ao novo presidente já indicado, Costa e Silva, pelo sofisma e sarcasmo, que tentava justificar o injustificável por meio de um jogo de palavras.

Este artigo suscitaria outro, dias depois, que também vale a pena expor aqui. Trata-se de outra carta, de uma senhora de São Paulo, muito tocante, comentando um terceiro escrito em que Alceu parecia ceder ao pessimismo e desesperança da situação. Antes de sua transcrição, o autor referiu-se a um caso que ficou famoso, de denúncias militares contra um jardim de infância de Curitiba, acusado de pregar o método marxista entre crianças, quase anedoticamente sugerindo a mudança do nome da escola para *O Pequeno Lênin*.

Divulguei, há dias, a carta de uma senhora pernambucana bradando contra as violências sofridas por seu filho, um estudante de 17 anos [sic] acusado de “subversão”. (...)

E no Paraná parece que a coisa foi ainda mais ridícula, pois um “jardim de infância”, poeticamente chamado de Pequeno Príncipe, e que recebe crianças até cinco ou seis anos (sic) foi acusado pelas autoridades policiais do Estado de ensinar às crianças o “marxismo-leninismo” (sic). A ponto do general comandante da Região Militar, ao que informa a professora, ter declarado solenemente que o Jardim Saint Exupéry devia passar a chamar-se Pequeno Lenine! Se non é vero...

Coisas como essas é que levam a escrever contra os meus hábitos de otimista inveterado, um artigo irônico e desencantado, que me valeu a bela e até tocante carta, que passo a transcrever.

“São Paulo, 21 de maio de 1966. Não o conheço pessoalmente... Esperei ansiosa o dia em que iria inaugurar as palestras da livraria e galeria Ponto de Encontro... Mas, quando esse dia chegou, eu tinha o coração tão pesado pela morte recente de meu filho, que não pude sair da minha casa. O que me levou a ousar lhe escrever foi seu artigo publicado ontem na “Folha de São Paulo” – “O Ovo de Colombo”. O senhor... pareceu-me tão tragicamente desanimado com o momento que vivemos, que me tocou profundamente o coração... Decidi então lhe escrever e, com a coragem que o sofrimento concede, tentar consolá-lo um pouco. Não pode estar tudo perdido. Não pode um país onde 75% da população é constituída por jovens de menos de 25 anos estar inteiramente entregue à corrupção, à inversão dos valores. Não é possível que com a omissão e o alheamento se trace agora o perfil dos brasileiros. Não é possível! Seria negar a própria dignidade. Ela existe. Nós a sentimos ameaçada nas convicções dos operários e estudantes. Mas a sentimos mais viva ainda. A chama está abafada, mas não morta! ... Por tudo isso é que lhe peço, senhor, não esmoreça”.

Não, minha senhora, pode estar tranquila. Enquanto tiver forças para viver e me deixem escrever e falar, não esmorecerei. (...) Alguns confiam na rebelião violenta. Outros atribuem a falta de reação aos golpes da cúpula (...) a uma invencível e irremediável estagnação da consciência cívica nacional. Não têm razão.

Não, minha senhora, pode estar certa de que não perdi, de modo algum, as esperanças. Nem acredito em “golpes” de qualquer espécie. Nem mesmo na repetição da memorável epopeia paulista de 32. Acredito é na perseverança, na paciência, na gota de água pingando dia a dia, na fonte pregando a confiança, a coragem, a dignidade, especialmente

*nos moços, pois é das pequenas gotas de água, nas nascentes, que se fazem os grandes rios. Fiquemos firmes. Há sempre um raio de luz no extremo dos caminhos noturnos.*¹⁸⁹

Mas, voltando ao tema deste subcapítulo, do perdão e da anistia, é importante para encerrá-lo observar mais algumas manifestações de Alceu Amoroso Lima, antes da lei de 1979. Veja-se, por exemplo, este artigo de 1970.

Há seis anos que clamo em vão pela anistia. Há seis anos que apelo para a reconciliação dos brasileiros. Há seis anos que ergo, no silêncio, minha voz, pelo esquecimento do passado e pela marcha para frente. Há seis anos que só vejo no perdão o caminho certo e eficaz para tomarmos o verdadeiro rumo de um desenvolvimento, pessoal e coletivo, no espírito de comunidade na tarefa a empreender, onde não haja vencedores, nem vencidos, revolucionários nem contra-revolucionários. E há seis anos que vejo agravar-se, de dia para dia, de experiência política em experiência política, de regime em regime, a separação entre governantes e governados, entre a euforia oficial, pelas proclamações de otimismo, e o sofrimento do povo, no mudo protesto da maioria cortado pela explosão de desespero dos mais impacientes ou afoitos, que provoca, em represália, novas perseguições e novos abismos. E se, ao menos, pudéssemos saber realmente o que se passa. Se pudéssemos falar e nos mover livremente. Se tivéssemos a certeza de que os direitos humanos fundamentais são respeitados.

(...) Se não soubéssemos que há centenas de lares onde se chora um ausente, um jovem, uma jovem, como o lar desse pai desesperado que há dias me telefonou em pranto, sem deixar o nome, mas deixando uma chaga de remorso em meu coração, por não poder fazer nada, para que as prisões não se abrissem apenas para os criminosos comuns e se iniciasse um processo de confiança aberta no povo e sobretudo na juventude, para retomarmos o caminho verdadeiro do progresso nacional.

Como as portas humanas estão fechadas e continuam surdas aos apelos da nossa angústia, elevemos, neste fim de Quaresma, as nossas súplicas à Misericórdia Divina!

Fazei, Senhor, que os responsáveis pelos nossos destinos políticos compreendam que a hora de punir, de torturar, de esvaziar os lares e de lançar o ódio no coração dos jovens e o desespero nos lares brasileiros já passou. E antes nunca tivesse soado! Fazei, meu Deus, com que cessem as promessas e venham os fatos. Fazei com que compreendam que o terrorismo dos subversivos é um efeito e não uma causa. E que pertence aos fortes dar o exemplo. E a retaliação é o melhor meio para a perpetuação da violência e o ódio que hoje em dia divide a nossa gente!

*Ouvi, Senhor, pela oração, na hora solene da Páscoa, as nossas preces pois só Vós podereis abrir as portas humanas a que em vão batemos, por tantos e tantos anos a fio. Para que inclusive, como Simão, possa eu também, antes de partir, pronunciar o meu Nunc dimittis...*¹⁹⁰

Sob forma de oração, por ocasião da Páscoa cristã, vale-se de um recurso de linguagem, um apelo a Deus, de maneira dramática e contundente, para que a reconciliação seja enfim o caminho da sociedade brasileira, pela ação de seus governantes. Como se via com idade avançada (contava à época com mais de 77

¹⁸⁹ Idem, *Os caminhos noturnos*, 1º/07/1966, p. 295/297.

¹⁹⁰ LIMA, Alceu Amoroso. *Hora de oração*, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 27/03/1970. A expressão latina final, trata-se de uma passagem do Evangelho de São Lucas (2:29-32) e se refere ao momento em que o rabino Simeão, que Alceu chama de Simão, recebe Jesus menino de 40 dias, para sua consagração nos termos da lei judaica. Algo como: *Agora, Senhor, tu podes despedir ao teu servo.*

anos), suplicava ao Pai, que lhe permitisse ver chegar esta anistia e a normalização da vida política do Brasil, antes da sua derradeira hora.

No mês de agosto, ainda em 1970, ele explicitaria a polarização que o tema inspirava em alguns setores da sociedade brasileira. Era o artigo *Novo apelo à anistia*:

Será uma utopia a reconciliação dos brasileiros? É o ideal que sustento, ao menos desde o Natal de 1964, quando através de uma estação de rádio dirigi ao Governo da Revolução o meu primeiro apelo em favor da anistia.

Contra essa reconciliação se veem continuamente manifestando duas forças antagônicas: de um lado os reacionários, neointegralistas, tradicionalistas e outros que não admitem qualquer espécie de diálogo com as forças de esquerda e ainda tratam o comunismo como uma “seita” e como uma intervenção “exótica” e estrangeira. Ou mesmo continuam a considerar sinônimos – socialismo e comunismo.

De outro lado os chamados “terroristas” ou revolucionários de verdade que, desiludidos de toda espécie de reforma das instituições, por meios pacíficos, se lançam de corpo e alma, na guerra civil por meios violentos. E com isso desperdiçam um espírito de sacrifício e de renúncia que poderia ser mais bem aproveitado em tarefas positivas e não negativas. Ou apenas aparentemente positivas, como a libertação de presos políticos, que ficam assim banidos do território nacional.

Essas duas forças antagônicas são minoritárias, sem dúvida, mas constituem elementos de valor incontestável para o diálogo democrático. E só existe vivência democrática com a convivência de forças pluralísticas, majoritárias e minoritárias. Acredito que as forças majoritárias, isto é, a maioria em geral silenciosa da nacionalidade, longe de rejeitarem a coexistência com estas extremas radicais, estão de acordo com seu convívio.

(...) A decretação da anistia poderia ser o primeiro passo para uma nova etapa política, essas então realmente nacional e democrática. A menos que a reconciliação seja definitivamente uma utopia. E tenhamos de nos acomodar ao regime de guerra civil perene e da contínua insegurança nacional.¹⁹¹

Neste artigo, revela que seus apelos pela anistia não se limitaram à imprensa, aos jornais e às coletâneas que fez publicar. Mas foi lançado por meio de uma estação de televisão como um apelo ao governo militar, em dezembro de 1964, para que o espírito natalino, que motiva à reconciliação, pudesse tocar os corações das autoridades e esvaziar seus ressentimentos. Até que ponto Alceu, no entanto, acreditaria que pudesse sensibilizar os detentores do poder militar para um processo de desarmamento dos espíritos, para conseguir a implantação da anistia? Como ele mesmo afirmou em um artigo anterior, “há seis anos que clamo em vão pela anistia” ele não reconheceria que clamava no deserto, numa paráfrase do profeta João Batista, por um tempo que dificilmente, dadas às condições objetivas da opressão do governo, viria? A chave da resposta a esta pergunta está naquela carta à senhora

Simeão era um homem justo e havia recebido a promessa de Deus que não morreria até ver o Messias.

¹⁹¹ LIMA, Alceu Amoroso. *Novo apelo à anistia*, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 14/08/1970.

de São Paulo, onde dizia que não esmoreceria, pois enquanto tivesse uma tribuna livre para se manifestar, insistiria no tema da reconciliação dos brasileiros. Era como, acreditamos, encarava seu papel de líder leigo religioso, de cristão que aceitou sua missão de divulgar a boa nova, de que o amor estava entre os homens de boa vontade e, com ele, a obrigação do perdão. Por outro lado, sabia que o medo amarrava os brasileiros e suas autoridades governamentais àquela situação de manutenção do clima de opressão, chegando a afirmar isto em outro artigo em janeiro de 1971, *Medo da liberdade*, onde também aproveita para denunciar a censura nos correios e na imprensa a alguns de seus artigos.

*(...) O que impede o Governo de decretar a anistia geral por que todo povo anseia, é o medo da liberdade. O que perpetua, ao cabo de sete anos de regime de exceção, a distância entre o Governo e o povo, é o medo da liberdade. O que permite haver, cada vez mais, um abismo entre o país real e o país oficial, é o medo da liberdade. O que desfigura, ao que pensam, (pois na verdade soa a mentira desfigura e o que o estrangeiro vê no Brasil é a verdade e não a propaganda a favor ou contra), o que desfigura o Brasil lá fora é o medo da liberdade. O que faz com que revistas das mais conceituadas em todo mundo, como as Informations Catholiques Internationales, não sejam entregues aos seus assinantes no Brasil (sic e portanto temos o direito de concluir, sejam apreendidas pelo Correio em nossas alfândegas), é o medo da liberdade. O que faz com que a autocensura dos jornais continue, e um artigo meu sobre o Advento não tenha saído no jornal paulista em que colabore há 20 anos, é o medo da liberdade. O que impede o Governo de cumprir suas “promessas” de “restauração democrática” e portanto de anistia política e de revogação do AI-5, é o medo da liberdade. O que impede, em suma, a reconciliação dos brasileiros para que a Revolução de 64 realize o que, então, proclamou ser seu ideal, é o medo da liberdade.*¹⁹²

Alceu retomaria, com certeza, os apelos à reconciliação em todos os natais subsequentes, até que, em 1979, o presidente João Figueiredo, indicado por Geisel para encerrar o ciclo de governos militares, acabou por aceitar que o Congresso debatesse e aprovasse uma Lei de Anistia, contra a qual grande parte da sociedade brasileira se opôs, inclusive Alceu Amoroso Lima.

Este mês de agosto está fadado a entrar para a nossa história pátria, ou como uma grande esperança ou como uma grande decepção. Durante ele ficará definida a lei de anistia. É dela que resultará, em grande parte, o destino de nossos próximos seis anos de vida política. Embora desaprovando o modo como foi feita a passagem, entre nós, do regime ditatorial a um regime de inspiração democrática, não se compara à farsa trágico-ridícula com que tentaram impor, ao povo nicaraguense, a transferência do poder de Somoza ao somozismo. Tão má seria a emenda como o soneto. Entre nós, a ordem correta dos problemas a resolver, no plano político, seria: primeiro, a anistia; depois, a Constituinte e finalmente o pluripartidarismo partidário. Infelizmente, ao que parece, teremos de passar por fora do segundo termo da equação, o que virá prejudicar fundamentalmente a normalidade e a segurança do Estado de Direito. Sem Constituinte, tudo será precário durante o próximo

¹⁹² LIMA, Alceu Amoroso. *Medo da liberdade*, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 29/01/1971.

*sexênio. A origem popular do regime, que se quer democrático, será transferida para o futuro. Tanto pior. Mas de todo modo, já está garantido o primado da anistia. E o problema inicial é que ela tenha a solidez de uma pedra fundamental e não a precariedade de um arranjo de males menores. Pelo que se pode deduzir do que tem vindo a lume, durante esse intervalo entre a divulgação do projeto inicial, a peregrinação benemérita do senador Teotônio Villela e os futuros debates no Parlamento, há cinco pontos essenciais a considerar.*¹⁹³

Resumidamente, os pontos críticos no projeto de lei enviado ao Congresso destacados pelo autor eram os seguintes:

1. Separação entre crimes políticos e crimes conexos, relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Na prática equiparava o torturador com o torturado. Mais ainda, por um parágrafo segundo,¹⁹⁴ poderia livrar o torturador e condenar o torturado.
2. Distinção entre condenados e não condenados. “A condenação ou não depende, no caso, apenas do tempo ou do acaso, para distinguir os puníveis ou anistiáveis. Clara aberração no juízo da punibilidade.”
3. Exigência de requerimento, dentro de prazo de 120 dias, para reintegração de servidores civis e militares atingidos pelos Atos Institucionais ou Complementares. Deveria, segundo Alceu, ser uma medida automática: “Logo, desaparecido o “crime”, deve desaparecer o seu efeito.”
4. Condicionamento da reintegração à existência de vaga ou interesse da administração pública, por análise de Comissão designada pelo Executivo, numa manutenção clara do espírito autoritário dominante na “Revolução”.
5. A existência de “cassações brancas”, ou seja, protelações e manobras burocráticas e secretas de algumas “autoridades”, que impossibilitaria, na prática, a concessão de anistia a alguns vários interessados, não atingidos por medidas concretas de perseguição por parte do governo revolucionário.

¹⁹³ LIMA, Alceu Amoroso. *Pontos críticos*, **Folha de São Paulo**, São Paulo: 17/08/1979.

¹⁹⁴ Artigo 1º, § 2º - Excetua-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm, em 11 de dezembro de 2010, às 12h.

Por fim, para encerrar esta parte, cumpre conhecer o artigo de Alceu, *Entre o Poder e a Piedade filial*, no qual ele apela à memória do pai do presidente João Figueiredo, o general Euclides Figueiredo, ele também várias vezes anistiado depois de participar da Revolta da Vacina, em 1904, de ter se oposto à “Revolução de 1930”, e, ainda, por ter participado do Levante Integralista, de 1938, contra Getúlio Vargas. Nessa ocasião foi afastado do Exército, sendo reincorporado apenas em 1945, na redemocratização, após ter sido eleito deputado federal, recuperando a patente de general e passando imediatamente à reserva.

(...) Passou-se o mês que as más línguas rimam com desgosto (mas não eu) e não nos trouxe nem uma grande esperança, nem uma total decepção. Tampouco se definiu, de modo definitivo, a anistia. Tudo bem à brasileira. Mais ou menos, porque, afinal, há mais de dois mil de nossos patrícios, pelo que dizem, que se vão beneficiar dessa lei mutilada e reconquistar uma liberdade ou uma situação de que haviam sido privados pela legislação draconiana de uma ditadura, que a opinião pública forçou a mudar de rumos. Pois, antes de tudo, devemos olhar pelo lado bom das coisas, já que as coisas humanas, como a lua, têm sempre seu lado noturno e seu lado solar. Este último é que devemos destacar de início, pelos benefícios que trouxe a muita gente. Assim como o reconhecimento de que foi o pequeno raio de liberdade, no cárcere político do regime autoritário, que permitiu a promulgação de uma lei, já muito tardia. Seus defeitos não nos devem levar, de modo algum, a destacar suas falhas e silenciar suas virtudes. Como o respeito à verdade nos leva ao dever de lembrar imediatamente que esta anistia foi alcançada pelos sofrimentos e pela pertinácia dos contestatários, como disse, no próprio dia da sua votação, o senador Paulo Brossard: “Foi uma vitória da Oposição.” Foi de fato uma confirmação de que a luta nunca é vã, quando a causa é boa (...).

Nada disso impede que insistamos nos pontos vulneráveis e mesmo explosivos de uma lei que só preencheria seus objetivos se fosse realmente ampla e irrestrita, como esperava imensa maioria do povo brasileiro. (...)

Agora, o que lhe resta de oportunidade e o que nos resta de esperança é que o Presidente recolha, na sagrada memória do seu pai, o que rejeita dos que hoje apontam para as falhas e injustiças dessa lei decepcionante. [Alceu reitera os pontos críticos descritos no artigo de 17/08/1979.]

(...) Mas acredito que a memória filial possa ainda conciliar-se com as responsabilidades do poder, drama shakespeariano que imagino está atormentando a consciência de um homem de bem, em cujas mãos reside o destino de tantas criaturas humanas. E o cumprimento de suas promessas políticas.¹⁹⁵

O grande pecado da Lei de Anistia que acabou sendo implantada é que não era ampla, geral e irrestrita, como se pretendia, e deixava de lado milhares de perseguidos políticos, desaparecidos, afastados do serviço público e das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que se anistiavam os torturadores e todos aqueles que tinham responsabilidade na guarda de cidadãos em sua custódia, à revelia de qualquer norma jurídica reconhecida internacionalmente. No entanto, isso foi visto

¹⁹⁵ LIMA, Alceu Amoroso. *Entre o Poder e a Piedade filial*, **Folha de São Paulo**, São Paulo: 27/09/1979.

pelo autor como uma conquista. Apoiou, pois, uma posição moderada, que não “perdoava”, mas “esquecia” dos aparelhos repressivos oficiais.

Mesmo assim, deu por encerrada sua luta pela anistia, aos 86 anos de idade, apesar de não ter se afastado de participar até o fim de sua vida, comentando, denunciando, sugerindo mudanças, enfim, como demonstrava a partir de seus textos, esperando que a nação se redemocratizasse, e que a justiça social finalmente pudesse ser implantada num Estado de Direito, em que o respeito ao cidadão seguisse as diretrizes do amor humano e cristão.

Alceu Amoroso Lima manteve suas colunas semanais em dois dos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, até sua morte, em 1983. Uma grande quantidade de artigos que havia deixado escrito continuaram sendo publicados com reflexões sobre a religião, a liberdade e o amor, mesmo após seu falecimento. Paralelamente a esta ação pública, Alceu manteria extensa correspondência, praticamente diária, com sua filha, cujo teor será analisado de agora em diante.

5. ALCEU AMOROSO LIMA E AS CARTAS DO PAI

Se publicamente Alceu Amoroso Lima defendia o amor, o perdão e a liberdade em seus artigos semanais na imprensa carioca e paulista, seria nas cartas diárias à filha, Lia, a religiosa Maria Tereza – familiarmente chamada de Tuca – que ele expressaria sua angústia e perplexidade com a situação que o país atravessava na década de 1960. Em linguagem bastante coloquial, própria de quem se comunica com alguém da família, o escritor acompanhava com preocupação e pesar a evolução dos radicalismos e conflitos que levaram ao golpe militar e ao posterior fechamento do regime, em 1968. Acompanhava também a política externa, dando notícias à sua filha, na clausura de um mosteiro beneditino, em São Paulo, do que se passava cá fora.

Nesses vários trechos selecionados dos escritos nesta década tão conturbada da vida do país, tem-se uma visão de como Alceu expressava suas tensões do ponto de vista subjetivo, à filha, que, ao mesmo tempo era um membro da Igreja Católica, sabendo que as correspondências que mandava ao convento encontrariam um lugar seguro para serem guardadas, enquanto percebia a inexorável marcha para a ditadura, não deixando, porém, de acordo com o que se lê nestes escritos, de acreditar na vontade de Deus e no bom senso que achava dever prevalecer entre os homens, principalmente naqueles que ocupavam o poder.

Nessas cartas, ele contava à filha seus pensamentos acerca do amor, da caridade, do perdão e do que se passava no interior da Igreja, bem como suas angústias. Não podemos esquecer a riqueza de acontecimentos da época: pontificado de João XXIII, convocação do Concílio Vaticano II, morte de João XXIII, início do pontificado de Paulo VI e das discussões sobre o andamento do Concílio, reorganizado pelo novo papa e dos avanços que prometia para a Igreja Católica de todo mundo.

O autor expressava também sua entrega à Providência Divina, confessando, mesmo veladamente, reconhecer que o fim da vida encontrava-se próximo e a pouca paciência com que enfrentava críticas de antigos amigos e agora adversários, como Hamilton Nogueira, Gustavo Corção e outros leigos católicos de expressão na época do cardeal Leme, mas que agora se encontravam nas trincheiras do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro. Como seu antecessor, o cardeal tinha uma grande proeminência sobre a Igreja Católica brasileira, apesar da constituição da CNBB, em

1952, assumindo naqueles anos próximos ao desfecho do golpe militar brasileiro uma posição fervorosamente anticomunista.

Contudo, antes de entrar nos temas mais específicos da política e do amor, é interessante refletir sobre o livro em si e no que estas cartas representavam para Alceu Amoroso Lima.

5.1. O livro e as cartas

Cartas do Pai, De Alceu Amoroso Lima para sua filha Madre Maria Tereza, OSB (ou seja, membro da Ordem de São Bento) é um livro publicado em 2003, pelo Instituto Moreira Salles, com a correspondência de Alceu para a filha, durante os anos de 1958 a 1968. Trata-se de um volume de cerca de 650 páginas, cujo conteúdo foi selecionado pela abadessa do Mosteiro de Santa Maria da Ordem de São Bento e editado pelos irmãos Alceu Filho e Sílvia, a partir das milhares de cartas manuscritas por seu pai colecionadas por ela. Nessa correspondência diária, que começou com a ida de Lia para o convento em 1951, aos 22 anos de idade, e só se encerrou quando do falecimento do autor, em 14 de agosto de 1983, no Hospital Santa Teresa, de Petrópolis.

Madre Maria Tereza levou mais de oito anos para decidir publicar as cartas sob sua guarda e só se decidiu quando resolveu que havia chegado o momento propício para isso. Este material é um dos únicos conjuntos de documentos escritos por Alceu que não se encontram disponíveis no *Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade*, que funciona na velha casa da família Amoroso Lima na Mosela, em Petrópolis.

Ao que se depreende da leitura das cartas e dos textos preliminares, houve uma triagem das cartas e de trechos das que foram publicadas, para retirada de algumas referências mais pessoais, mas nada que alterasse a intenção de tornar públicos os textos particulares de Alceu e sua própria alma ali exposta. Ele, que tanto publicou em sua vida, como um paladino da religião católica, como representante de várias gerações de intelectuais e do que ele chamava de humanismo brasileiro, além de crítico literário e formador de opinião pública, nas cartas para a filha amada colocava-se por inteiro, como um homem de profunda espiritualidade, mas sujeito a angústias, dores, alegrias, impaciências e esperanças. Seu filho, também Alceu, faz assim a apresentação do livro:

*A nossa alegria foi imensa ao tentar como que reconstruir a imagem do nosso pai, pois ele estava todo ali nas cartas, sincero, íntegro de caráter, de uma profunda fé religiosa e ao mesmo tempo homem simples, humilde, alegre, engraçado, enfim, o pai aparecia de novo ali na sala do convento, como que a nos acompanhar de perto na tarefa, pra evitar que o amor nos tornasse infiéis à verdade, que substituíssemos a sua extrema humildade pelo seu magnífico valor, mas também a zelar para que a sua admirada liberdade estivesse o tempo inteiro junto de nós.*¹⁹⁶

O pai comentava as coisas do dia a dia da família, dos amigos, do país e do mundo, além de muitas observações sobre a Igreja que ambos compartilhavam. Não havia, pelo menos de início, uma preocupação de um registro para a posteridade, mas procurava no diálogo com a filha deixar suas impressões sobre tudo o que via à sua volta, num vasto painel de seu tempo e de sua própria personalidade. O tom de intimidade e cumplicidade entre pai e filha acabaria por se revelar autobiográfico. Em dezembro de 1959, no entanto, Alceu reconheceu que Maria Tereza seria a guardiã de suas memórias cotidianas, daquilo que ele era em família e com os amigos na esfera privada. Ainda assim, não manifestava a intenção de escrever para posteridade, mas para sua filha querida, como ficou registrado nessa carta de 1959.

*(...) Espero (...) você possa escrever a História de meu pai, com a memória prodigiosa que tem, sem se preocupar em fazer literatura, mas contando o que foi a nossa casa, o que foi a Moselinha, que você viu no começo e adivinhou depois, em suas transmutações, o que foram as nossas cartas, as nossas manhãs em Santa Maria e tudo o mais que você, única entre os nossos filhos, poderá e saberá reviver, no seu estilo, para posteridade, para aqueles que puderem e quiserem utilizar-se de um documento humano, integralmente humano, dessas cartas em que se revive, dia a dia, momento a momento, a vida cotidiana. Será pelo menos um documento, em 10 ou 15 ou 20 anos, do dia a dia de um sujeito que amou a vida intensamente e procurou vivê-la, cada dia, na máxima sinceridade, consciente de sua mediocridade mas vivendo cada minuto na maior sinceridade de uma vida entregue, primeiramente, ao dia a dia do tempo e das paixões terrenas e pouco a pouco entregue a coisas eternas e imutáveis.[...].*¹⁹⁷

Apesar de essa carta falar em posteridade, outras anteriores dão conta de motivos muito mais mezinhos para escrever. Observe-se, por exemplo, nesta correspondência por ocasião do ano em que morou com o resto da família em Nova Iorque, convidado que foi para ministrar um curso de civilização brasileira na Universidade de lá, o tom confessional de sua linguagem:

Sem nenhum motivo especial para isso, mas numerosos motivos gerais, estou hoje em plena fase “mausoléu”, e estado de espírito bastante, digamos assim – outonal. Não se preocupe com isso, é a primeira coisa que preciso dizer logo a você. E vale por esta carta bem como por todas as outras que foram para aí, inspiradas no mesmo mood [humor]. Você

¹⁹⁶ LIMA, **Cartas do Pai**, Apresentação, Alceu Amoroso Lima Filho, p. 16.

¹⁹⁷ Idem, Petrópolis, 31/12/1959, p. 124/125.

*sabe perfeitamente que isso é inevitável, e que estas cartas, sendo um diário, representam um desabafo, uma espécie de tentativa de libertação dos fantasmas interiores. Dão, portanto, uma visão bem parcial de uma pessoa, não toda ela. Quando se tem um calcanhar doendo isto não significa que se tenha o corpo todo doendo! Assim, tenho o subconsciente e um pouco da consciência doendo, nesta longa fase-mausoléu de 1958, não significa que isso seja um estado constante e total. [...] É possível que tudo isso seja apenas uma impressão passageira, devido ao fato de ainda não ter começado a trabalhar.*¹⁹⁸

Alceu escrevia para desabafar, para se libertar de seus fantasmas interiores e manter o equilíbrio. Suas cartas pareciam ter o poder de acalmá-lo, não se tratando apenas de uma comunicação a algum familiar distante. Esta carta em particular, como outras na sequência, o mostram ansioso por começar as aulas para as quais havia sido convidado aos Estados Unidos, nervoso como um jovem professor por ser bem aceito pelos novos alunos. Sua ansiedade o deixava deprimido, outonal, segundo ele, mas fazia questão de dizer à filha que não se preocupasse, que seria um mau humor passageiro. Outra carta reforça a singeleza destes sentimentos numa pessoa tão importante a ponto de ser convidada, não sendo sequer a primeira vez, para lecionar no exterior.

*(...) Mas vamos deixar de lado estes bordados linguísticos para chegar aos fatos, já que quero ver se escrevo alguma coisa, pois vejo que é o único remédio (além destas cartas, que são como sempre meu grande reservatório de equilíbrio interior, de proporção...) contra o voo dos morcegos na caverna, provocado ou pelo menos aumentado por esta inação em que me encontro à espera de começar a batalha no escuro e com a conhecida situação psicológica dos soldados nas trincheiras antes de se lançarem a um ataque. Tantos o descreveram como sendo um momento tão terrível que em geral distribuíam álcool ou pelo menos bebidas bem fortes para lhes darem o ânimo de deixar o abrigo da trincheira e se lançarem ao campo livre, sabendo que iam ter ao menos uns cinquenta por cento de probabilidade de morte ou ferimentos. Meu caso, graças a Deus, é muito menos grave e seria até ridículo aproximar as duas coisas, se não fosse só para você e como prova de que estas cartas são mesmo um quase diário íntimo em que se pensa em voz alta ou de pena na mão, como um tape recorder registrando uma conversa. [...]*¹⁹⁹

Depois de comparar sua situação, esperando o início das aulas, com a de soldados no aguardo da batalha iminente, que sabiam ter pouco mais de 50% de chances de sobreviver nos primeiros choques ao deixar suas trincheiras, Alceu percebe o exagero e diz à filha que seria até ridícula a comparação se não fosse escrita apenas para ela, como num diário íntimo de seu pai.

A religiosidade do autor é claramente percebida em diversos momentos. Ainda nessa conjuntura de espera, Alceu escreveria sobre o seu processo de escrever.

¹⁹⁸ Idem, Nova Iorque, 14/09/1958, p. 43/44.

¹⁹⁹ Idem, Nova Iorque, 21/09/1958, p. 46.

Afirmava que não pensava para falar nem para escrever, pois as ideias brotavam de seu subconsciente ou da força do Espírito Santo.

(...) Para dormir é preciso começar por... não pensar. E é por isso que Deus me deu a graça de não saber o que é insônia. É que consigo mais facilmente não pensar do que pensar. E acho mesmo que comigo sucede uma coisa engraçada: os meus artigos e livros e etc. provieram mais de não pensar do que de pensar. Você dirá que é uma bobagem. E talvez o seja. Mas acho que é assim. Não penso como normalmente devemos pensar, isto é, articular logicamente raciocínios. Não. Sacudo as ideias de lá pra cá (e por isso é que penso melhor andando – andando eu ou andando a paisagem, no trem ou no automóvel), e dessa sacudidela é que, quando me sento para escrever, sai alguma coisa, sempre inesperada, pela cinzentinha abaixo ou da boca pra fora. É por isso que nunca sei no que vou escrever quando me sento para escrever e nunca sei o que vou dizer quando me preparo para falar. É exatamente o que me faz dizer que não penso para escrever ou falar. Deixo apenas que as ideias ou o subconsciente, ou, melhor do que tudo isso, o Espírito Santo, pensem por mim. E eis aí por que também nunca sei, quando começo estas cartas, onde elas vão parar e nunca imaginei, ao começar esta, que iria fazer considerações sobre meu pensar ou não pensar... That's the question.²⁰⁰

Pouco mais tarde ele refinaria este pensamento. Mas é interessante perceber como o ato de escrever era fácil a Alceu, apesar de sua angústia com a situação cotidiana. Era como se sua “cinzentinha” (como chamava sua caneta Parker 51 predileta) tivesse vida própria. Aliás, ele só escrevia à mão, preferencialmente a lápis, dizia-se que com uma letra muito difícil de decifrar, que ele próprio chamava de “garranchos”. Durante muitos anos, suas crônicas e artigos eram datilografados pela esposa, uma das poucas pessoas que conseguia ler seus manuscritos.

Por fim, há uma outra carta, de 18 de outubro, na qual Alceu fala de uma correspondência recebida da filha que o havia feito chorar a morte de seu papa querido, Pio XII. Nela, ele compara o processo de escrita dos artigos à imprensa²⁰¹ com as cartas à Maria Tereza.

(...) Mas o fato é que sua carta me deu vontade de escrever mais algumas linhas sobre o papa [Eugenio Pacelli, Pio XII, falecido em 9/10/1958]. Vou ver se o faço logo que acabar esta. E essas crônicas são escritas com um mood (lá vem...) inteiramente, ou quase, diverso daquele com que rabisco os catataus. A estes vou quando penso. Àquelas quando sinto. Deve ser (ou é, recolhendo um pouco da vaga e quase esquecida experiência poética...) a diferença entre escrever prosa e escrever verso... As crônicas são minha poesia em prosa, ou pelo menos nascem de um impulso poético. Ao passo que os artigos vêm de uma meditação, de uma necessidade de pensar e comunicar aos outros o meu próprio

²⁰⁰ Idem, Nova Iorque, 24/09/1958, p. 46/47.

²⁰¹ Alceu iniciava a série de artigos no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e na *Folha de São Paulo* em 1958, na mesma época em que fazia sua temporada acadêmica em Nova Iorque. Sua participação como colunista duraria até sua morte, com poucas interrupções. Ele tinha, então, já colaborado com colunas semanais no *Diário de Notícias*, do Rio, desde 1947.

pensamento. Saem pois diretamente da razão e da inteligência lógica. As crônicas sinto que vêm de um impulso existencial, do subconsciente. Ambos representam uma necessidade de expressão. Mas de fontes diversas! (...) ²⁰²

Os artigos, que por vezes se referia como “croniquetas” ou “catataus”, como jocosamente chamava, tinham origem no homem público que era, de formador de opinião e líder católico, cuja responsabilidade ultrapassava o próprio Alceu. As cartas à filha eram o fruto do desejo de escrever e não de fazer conhecer sua mensagem. Por isso, tinha nítida preferência por escrever à filha, enquanto muitas vezes, nas cartas, assumia a preguiça que lhe dava a preparação semanal de seus artigos para publicação. Ainda assim, disciplinadamente, fazia chegar às redações dois ou mais artigos por semana. Há cartas e artigos escritos a partir de suas férias na fazenda em São Lourenço, no Rio de Janeiro, em Petrópolis, ou de suas viagens mais ou menos longas, aos Estados Unidos, Roma ou Paris, ou ainda a bordo de algum navio, rumo à Europa.

Como Alceu aplacou sua ansiedade quanto ao início das aulas na Universidade de Nova Iorque?

Graças a Deus, tudo começou bem. É o que eu quero logo dizer, pois a carta de ontem era de “vigília”, e de propósito fechei-a e despachei, para você ficar cocando pela de hoje, que também mandarei hoje mesmo para que também a espera não seja demais. Vamos então começar pelo fim... [...]

Mas o fato é que terminou a aula... e com palmas dos assistentes, o que, no fim de duas horas e às 10 da noite, não é de desprezar.

Com a minha inclinação “maníaco-depressiva” (...) eu já estou pensando que nas próximas aulas evidentemente não haverá palmas, que estas foram uma simples homenagem etc. da primeira vez – ficarei pensando coisas etc. É ou não é uma verdadeira e estúpida autofagia... Já o Jackson [Figueiredo] dizia isso em respostas às minhas cartas de 1926/1928 e sobretudo às de 1928. ²⁰³

* * *

Como já foi salientado, uma questão que deve intrigar o leitor que conhece um pouco da situação política dos anos da ditadura militar é por que Alceu permaneceu publicando seus artigos, fazendo palestras e desenvolvendo livremente suas atividades, que na maior parte das vezes se fazia em oposição ao regime militar, enquanto que jornalistas e intelectuais em geral que assumissem tal postura eram censurados, cassados ou presos. Ao que parece, como anteriormente já se mencionou no capítulo 4.3, a autoridade moral de Alceu e os anos de liderança intelectual, tendo sempre se

²⁰² Idem, Nova Iorque, 18/10/1958, p. 54.

mantido equidistante das polarizações e das paixões políticas mantinha-o, aos mais de 70 anos de idade, numa posição acima de qualquer suspeita pelas altas autoridades militares. Havia também um firme posicionamento anticomunista, somado, é claro, de sua posição junto à Igreja. Assim, durante quase todo o período ditatorial, sua tribuna permaneceu aberta para acolher suas palavras contra as arbitrariedades do regime, por mais que no início, buscasse aguardar para ver onde levariam os caminhos da “Revolução”.

A temperança dessa ética da compaixão não o impediu, contudo de colocar-se firmemente contra os abusos do governo militar. Com exceção de um breve período após a decretação do Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968 – quando os dois artigos semanais que publicava no Jornal do Brasil foram suspensos, talvez por cautela do próprio diário, que era governista – o regime não ousou censurar Alceu Amoroso Lima, o que fez dele um dos raros intelectuais brasileiros de oposição com acesso à imprensa, naqueles anos de má memória para a liberdade no país.

A atitude, em relação a Alceu, dos dois presidentes militares do período espelhado na correspondência (1964-1968) – os marechais Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) e Arthur da Costa e Silva (1967-1969) – foi sempre dúbia, hesitando, cada um a seu modo, entre o respeito temeroso de sua liderança intelectual perante a igreja e a sociedade civil e a tentativa de mantê-lo por perto e, se possível, cooptá-lo. (...) ²⁰⁴

Apesar disso, como “se deve mais temer o sargento da esquina, do que o general”, como diz um ditado popular, Alceu e sua família não deixariam de passar por perigos reais, além das ameaças que recebiam por telefone. Segue Franceschi, no prefácio das *Cartas do Pai*, relatando uma ocasião lembrada pela madre Maria Tereza:

Na verdade, pelo menos uma vez ele esteve muito perto de ser preso.

O episódio aconteceu em São Paulo, dias depois da publicação de seu artigo “Terrorismo cultural”, na coluna de Tristão de Athayde (...) no Jornal do Brasil, em 7 de maio de 1964, que foi uma das primeiras manifestações de repúdio ao golpe militar perpetrado em 31 de março, denunciando, entre outras arbitrariedades, as primeiras cassações de mandatos eletivos e a supressão de direitos políticos. Alceu fazia uma das suas frequentes visitas à madre Maria Tereza, na abadia de Santa Maria (...), quando a monja foi chamada por dois senhores. Voltou e disse ao pai: “Vou atender a uma visita com quem você não gostaria de estar. Por isso, não saia daqui”. Percebendo logo tratar-se de agentes do Dops, a polícia política do regime, foi recebê-los em outro parlatório, onde se deu o seguinte diálogo:

“A senhora é filha do Tristão de Athayde?”

“Com muita honra.”

“Ele se encontra aqui?”

“Não.”

“A senhora poderia dizer onde podemos encontrá-lo?”

“Perfeitamente”, disse Maria Tereza, dando-lhe o endereço do pai em Petrópolis e, também, em São Paulo, onde morava sua irmã Sílvia, hospedeira habitual de Alceu em suas visitas às filhas residentes na cidade. Em seguida, despediu-se e acrescentou:

“Antes de encontrar meu pai, melhor vocês se comunicarem com o presidente Castello”.

²⁰³ Idem, Nova Iorque, 1º/10/1958, p. 48.

²⁰⁴ FRANCESCHI, Antonio Fernando De, Prefácio. In **Cartas do Pai**, p. 9/10.

Na sequência do Prefácio, Franceschi afirmava que Alceu nunca chegou a saber desta ameaça, pois a filha evitou contá-la para não assustar ainda mais sua mãe, apavorada que já estava com os telefonemas anônimos para sua casa. A carta do dia seguinte à publicação do artigo *Terrorismo cultural*, conta o fato ao qual o prefácio se refere, e é a que segue, resumidamente, pois se trata de uma carta muito longa:

[...] Ontem depois de te escrever, ainda houve alguns telefonemas sobre o "Terrorismo cultural", que tanto assustou Mamãe.

(...) Disse-me o Newton Carlos que não vira ontem meu artigo na Folha. Se assim for, ficará ou não poderá ficar acertado, pela falha daí. A não ser que não tenham querido publicar, pois ouço dizer que, nos estados (como se o nosso também agora não o fosse), a perseguição está violenta, e ontem mesmo vejo que um coronel (do Exército), a serviço dos "coronéis", latifundiários, prendeu um padre dentro da Cúria de Ribeirão Preto, por organizar sindicatos de lavradores. Tipo da ingerência totalitária...

(...) Dirá você que estou perdendo o meu otimismo natural. É possível. Mas as provas são tantas e a evidência tamanha, que o melhor é mesmo... pôr tudo nas mãos de Deus e perder toda a esperança... nos meios naturais, mesmo que esses meios sejam religiosos. (...)

Estarei talvez exagerando e você dirá que estou fazendo para me desembaraçar de ressentimentos e decepções sucessivas. Queira Deus que o seja. De qualquer modo não mudarei uma linha na minha atitude, embora cada vez mais afastado de tudo o que seja ação e apostolado. Apostolado... só o da pena, nada mais. (...)

Confesso que meu gosto atualmente... bom, basta seu Alceu, você está broyant du noir e isso é totalmente... não-Alceu... Reaja, homem. E pense que tudo isso é uma batalha perdida e não uma guerra perdida, como disse o De Gaulle dos grandes momentos das euforias mas também das agonias de outrora. Sabe como se ganha uma guerra? Perdendo todas as batalhas menos a última. Ciao.²⁰⁵

Esta carta deixava claro seu desânimo com a situação depois do movimento de 1964, bem como da disposição de continuar a luta contra a quebra da normalidade democrática. Seu desconsolo era ainda mais profundo, pois deplorava a posição que a Igreja Católica assumira nos primeiros tempos do golpe, de apoio aos generais, pelo seu anticomunismo majoritariamente atávico, apesar de figuras ímpares de oposição, com Dom Helder Camara à frente. O *post scriptum*, no entanto, dá uma pista do porquê Alceu continuava a escrever e publicar seus textos apesar da oposição clara ao regime.

P.S. – Há alguns momentos, quase cai para trás, quando, atendendo o telefone, ouço uma voz que me diz: "Fala aqui o general Castello Branco..." Fiquei mudo, imaginando uma brincadeira. Ele repetiu. Eu perguntei: "Mas... o presidente da República?" "Sim, senhor. Pode comprovar." Então reconheci a voz. E ele foi me dizendo, mais ou menos o seguinte: "Há muito tempo que acompanho o que o senhor escreve e tenho aprendido muito com o senhor. É a propósito do seu artigo de ontem 'Terrorismo cultural'. O senhor talvez não esteja bem informado da profundidade da infiltração comunista (...). O final do seu artigo é uma advertência".

Eu então entrei também com minhas explicações. "Pois é, presidente, o que eu temo é que, se nós perdermos a nossa linha de temperamento, de espírito de justiça, o comunismo se

²⁰⁵ Idem, Rio de Janeiro, 08/05/1964, p. 398/401.

torne entre nós realmente uma conspiração perigosa. Mas eu me congratulo por este seu telefonema. É a primeira vez, creio eu, que um presidente da República desce de seus cuidados para falar com um simples jornalista. Eu escrevi isso e outras coisas para me queixar do clima de perseguição e de abusos. Ainda há dias escrevi ao ministro Milton Campos, nesse sentido. (...). Aquele aviso a que me refiro no meu artigo é da Guanabara e representa uma intromissão indébita do estado nos domínios da Igreja. Mas, marechal, o senhor me dá, com este telefonema, uma grande honra e uma grande alegria e um grande conforto.”

E ele: “Há muito tempo que o admiro e leio tudo o que o senhor escreve. O seu livro Idade, sexo e tempo tem sido um breviário de toda a minha família. Li todos os seus ensaios, especialmente o ensaio sobre o Nordeste, que recomendei aos meus colegas, e o ensaio sobre o dever da riqueza paulista em relação ao Brasil. Aprecio os homens livres e não gosto de me cercar de aduladores. O senhor é um livre-atirador, sem compromissos. Desejo ter a oportunidade de conversar pessoalmente com o senhor. Na primeira oportunidade, pedirei que venha conversar comigo. Muito obrigado. Até breve”.

Eis aí. De um lado, realmente, o conforto de ver um presidente da República sair dos seus cuidados para falar com um simples... “livre-atirador”. De outro, a preocupação de vir a ter que colaborar com um regime a que não sou simpático de modo algum, embora reconheça que nele há duas correntes. A dos duros (integralistas, reacionários, direitistas, sargentões milionários, políticos, udenistas ou não) e de outro lado a dos justos, embora agaloados, que querem – como este Castello Branco – as coisas feitas com justiça e equidade, e estarão prontos a tentar corrigir todos os abusos.

Mas como preferiria que me deixassem no meu canto, como livre-atirador e nada mais. Hei de defender, com unhas e dentes, esta situação, que é a única que corresponde ao meu atual estado de espírito! Como preferiria que o presidente da República ignorasse minha existência e nunca tivesse lido nenhum dos meus livros, ensaios, ou artigos!! Em suma, uma chateação muito honrosa, se quiserem, mas... uma bela chateação!

Procurei registrar o diálogo tal como aí está, para não me esquecer, e para que você saiba que realmente o presidente é um homem de bem. Mas fico acorrentado, não há dúvida, embora alegremente, pois tenho a certeza de que a revolução não entrará pelo caminho do reacionarismo brutal e sargentônico. Só peço a Deus é que não peçam minha colaboração para nada. Não faltará quem diga: já aderiu. Quando, na verdade, só quero uma coisa na vida: viver aderido a Deus, ao Cristo e à Igreja. Nada mais. E tudo isso com a “liberdade gloriosa dos filhos de Deus”!

Não há qualquer indicação que a conversa pessoal com Castello tenha de fato acontecido, mas a referência da madre Maria Tereza para que os agentes do Dops procurassem o presidente, é um indicativo de que a tal promessa de mantê-lo livre para escrever tenha funcionado. Mas, tampouco, houve o convite temido por Alceu que tentasse aproximá-lo do governo. Por mais que Alceu externasse opiniões e críticas contrárias às ações do governo, sempre manifestou, até mesmo privadamente à filha, um respeito e admiração que não teve por Costa e Silva, a quem chamava de “sargentão”. Alceu teria um encontro “secreto” com ele, a pedido do militar, nas vésperas da posse na presidência, sobre o qual se comentará mais adiante, com base em carta específica da época em que o convite do futuro presidente ocorreu.

Alceu mencionou que se encantou com a polidez de Castello, em descer dos seus cuidados de presidente para falar com um simples jornalista, passando a identificá-lo com a ala dos “justos”, em oposição aos “duros”, onde figuravam todos os que

preferiam, civis ou não, interromper o avanço da justiça social e o retorno à democracia, tanto quanto o avanço do comunismo. Mudaria, porém, de posição quanto ao presidente, no decorrer de seu governo, por suas sucessivas ações contra a liberdade.

Como é sabido, a repressão e a concentração de renda se intensificaram nos anos posteriores e nas últimas cartas de Alceu contidas neste volume, único publicado até aqui, é mencionado o paroxismo que alcançou a situação política no país, a ponto de Alceu ter quase certeza de que seria preso. Seu medo maior não era com sua própria segurança, mas a de sua família. Ele manifesta sua perplexidade com o fato de ainda estar livre.

(...) Estou com vergonha de estar solto (ainda...), enquanto o Sobral foi preso (sic), ao fazer uma defesa qualquer no Supremo em Brasília, ou no foro de Goiânia, dizem outros, e protestou gritando que “só iria amarrado”, e foi amarrado!!!!

Eis o Brasil de 68, tal como o teríamos de o mostrar, se houvesse possibilidade de falar, pois embora fora (ainda) da prisão, estamos todos presos! (...)

Agora vem o Ato Complementar número 39 (...), parece que já assinado, onde estão os presos individualizados, cassações de direitos políticos etc. É aí que poderei figurar, se antes não me prenderem. Digo-lhe isso, para ficar um documento de menos, se acontecer. Não quero preocupar ainda mais Mamãe. (...)

Bem, o Nelson, muito nervoso, me preveniu que alguém lhe dissera que “eu estava numa lista da Marinha ou da Aeronáutica”. Estar na lista quer dizer “estar ameaçado de prisão”. Não duvido, pois a Marinha e a Aeronáutica são os piores focos de fascistas e ditatoriais, sem o menor escrúpulo. (...)

Esse é o clima de terror em que estamos vivendo, com os Corções e companhia tomando champagne e os homens de bem nas grades.

*Por isso é que te digo que tenho vergonha de estar solto, numa hora destas, pois são os melhores que estão presos de fato, embora todos nós estejamos presos cá fora, o que é mais confortável. (...)*²⁰⁶

Este artigo foi escrito na terça-feira seguinte à edição do Ato Institucional nº. 5, na sexta-feira 13 de dezembro, que encerrava definitivamente as esperanças de uma breve normalização da vida do país. Pelo tom das medidas muito severas do AI5, qualquer um poderia ser preso e cassado por prazo indeterminado, o que até contrariava os atos anteriores. O “Nelson”, a que se refere, era o marido de uma de suas netas e as tais listas eram relações de pessoas sobre as quais, em diversas profissões e níveis sociais, corriam rumores de prisão eminente.

A acusação à Marinha e à Aeronáutica devia-se ao posicionamento de militares destas armas, como o Brigadeiro Penido Burnier, de atitude muito dura para com os adversários do regime, que chegou a propor mais de uma vez a simples eliminação dos chamados “subversivos”, jogando-os ao mar dos aviões, como se suspeita tenha

acontecido com o deputado federal Rubens Paiva, um dos tantos desaparecidos da ditadura. A referência aos “Corções”, prende-se aos que de certa forma se regozijavam com o fechamento da democracia e adoção de um governo de aparência cada vez mais autoritária – quase chegando ao totalitarismo, como ele mesmo afirmava tantas vezes – como seu antigo amigo da Igreja dos tempos de Dom Sebastião Leme, Gustavo Corção.

Mesmo antes, mais de uma vez, depois dos Atos Institucionais 2 e 3, em 1966, Alceu alertaria Maria Tereza para a possibilidade de ser cassado, preso ou banido para alguma região distante do país.

(...) De qualquer modo, preciso pensar na hipótese (de ser preso ou indiciado em IPM, pela nossa benemérita revolução), já que o cerco ao pensamento livre está crescendo e se tornando cada vez mais duro, especialmente com este criminoso atentado do Recife, cuja consequência foi apenas a de aumentar ainda mais o arrocho ditatorial. Fico pensando na hipótese possível e até provável, desde que só caminhamos de mal a pior, em matéria de liberdade – de ter meus direitos políticos cassados por dez anos, ficando portanto incapacitado de falar em política, sob pena de ser condenado, no mínimo, a ir morar em Goiânia, ou no Acre, ou no Amazonas, pois a pena de confinamento consta de um desses Atos Institucionais. Por ora e para respeitar as aparências ainda fazem diferença entre palavras e atos. Mas não tardarão (...) a adotar a teoria, que infelizmente era a do Jackson, de que ideias são atos (...).

*Já não sei onde estava. Nem vou procurar saber. O que quero dizer é que quero que você esteja preparada para isso! Eu já estou, há muito, desde que não me conformei com o regime de impostura em que vivemos. Sempre preguei a não-violência e sempre considerei a violência como contraproducente, como boomerang, isto é, uma arma que se volta contra quem a emprega. Mas sei que estou cada vez mais ameaçado, pois o espírito de violência é o que está dominando aqui (...).*²⁰⁷

Para encerrar este tema, a derradeira carta de 1968 também toca na questão da censura, referindo-se à elegância do *Jornal do Brasil*, que manteria a remuneração de seus articulistas enquanto durasse a suspensão da publicação de seus artigos, não ficando claro se era uma ação direta da censura ou uma autocensura do editor ou da direção do jornal, até, talvez, para preservar a segurança de seus colaboradores e evitar conflitos com o governo arbitrário e seus comandados.

Encerra-se este ano catastrófico para o Brasil, mas tão luminoso no fundo da nossa consciência para a nossa vida íntima e doméstica – na medida em que é possível separar uma da outra –, com o início das medidas draconianas que os generais do golpe e os civis seus cúmplices vão lançar contra todos os que se opuseram politicamente aos seus desígnios. Por ora são apenas os que se opuseram politicamente. Amanhã virão, possivelmente, os que, de outra forma qualquer tentaram “parar o raio com a mão”, como dizia Mário de Andrade. (...)

²⁰⁶ Idem, Rio de Janeiro, 17/12/1968, p. 623/625.

²⁰⁷ Idem, Petrópolis, 28/06/1966, p. 544/545.

O Dines me acrescentou que o JB continuará remunerando os seus colaboradores “como se os artigos fossem publicados”! O que mostra, ainda mais, a elegância do gesto! Continuarei a mandar-lhe os meus dois artiguets semanais, para mostrar que, ao menos se não for cassado..., continuo a escrever, para o dia em que voltar a liberdade, se ainda voltar em vida do autor. (...)
Até 1969, colocando tudo nas mãos de Deus! ²⁰⁸

Alceu, no entanto, afirmava a intenção de continuar a escrever, mesmo que não publicado, se acaso não fosse cassado, como temia, para manter a dignidade do escritor, à espera que a liberdade fosse novamente visível no Brasil, esperando, ainda, que pudesse ver este dia no alto dos seus 75 anos de idade. À Providência de Deus, como sempre costumava escrever, entregava o ano de 1969.

5.2. As cartas e a política: o clima que antecedeu ao golpe

Para os fins desta tese, as cartas com comentários de Alceu sobre a situação política dos anos entre 1964 e 1968, último ano disponível no único volume até então publicado, serão analisadas a partir de agora. É evidente que muito da riqueza do pensamento do autor e de sua sensibilidade poderia ser encontrado com mais facilidade até em outras cartas, em que ele trata de assuntos gerais, ou da evolução de sua Igreja, na época do Concílio Vaticano II, ou da ascensão de João XXIII, sua morte e eleição de Paulo VI. Mas, como o foco é o Alceu político e o amor na realização de sua prática política, serão deixados de lado outros materiais diversos deste recorte.

Não se pode ignorar algumas cartas que deixam claro o posicionamento político de Alceu, para além da conjuntura que levou ao golpe de 1964. É o caso desta correspondência de 29 de novembro de 1960, em que seu credo político fica exposto, ao lado de seu natural desânimo com a evolução (ou estagnação) política do país, estado de espírito que só manifestava para sua filha.

[...] Será que morrerei vendo a morte dos meus ideais políticos, de uma democracia avançada socialmente ao extremo, com a real ascensão das massas trabalhadoras ao poder, com justiça social real e não apenas nominal, mas também com a preservação da liberdade individual e das liberdades públicas? Será apenas um sonho irrealizável, ao menos em nosso século, e ao qual – como realidade – só se chegará depois das revoluções sangrentas? Será que a Igreja não conseguirá, indiretamente, convencer os seus fiéis de que sua doutrina social é a da justiça sem sangue? Começo a duvidar, e no fundo de mim mesmo, cada vez mais, vai penetrando a ideia de que há na História uma irreversível marcha ao sangue e à violência, especialmente quando a mensagem cristã deixou de ser pública para ser particular (e antes, quando era pública não era a mesma coisa?). Não foi o

²⁰⁸ Idem, Rio de Janeiro, 31/12/1964, p. 625.

nome de “cristã” utilizado sempre para justificar o emprego da força, ora para libertar o túmulo de Cristo, ora para defender a Europa dos mouros, ora para defender o antigo regime contra a democracia, ora para defender a “democracia” (já agora com aspas...) contra o totalitarismo? Ou para os pseudo-regimes de ordem (Espanha e Portugal), baseados nominalmente na Igreja, contra o “comunismo” (também entre aspas), pois a palavra, nesse caso, passa a englobar tudo o que for contrário ao “generalíssimo” Franco ou ao “doutor” Salazar...

Amargas reflexões de quem vê os seus ideais político-sociais cada vez mais ameaçados até o “dia-de-são-nunca” e os próprios meios católicos cada vez mais convencidos de que contra o comunismo vale tudo. Ao passo que os que se servem do comunismo, como Fidel Castro, para levar avante a sua pseudo-revolução nacional, se jogam já agora abertamente contra a Igreja, como falou fanaticamente o Fidel Barbudo enquanto o arcebispo auxiliar de Cuba também fazia ler – ou dificilmente ou sem conseguir – nas igrejas, uma nova pastoral contra o regime de Fidel.²⁰⁹

Alceu imaginava os tempos difíceis que se avizinhavam, pela polarização da Guerra Fria refletida na política nacional naqueles anos da década de 1960. E chegava a duvidar se voltaria a ver tempos de paz, como de fato não alcançou em vida, apesar de viver mais de 20 anos após esta carta. Seu tom mostra a desesperança de que outra lei houvesse que não a da marcha violenta da história, ao contrário do que sua fé pregava, o amor aos semelhantes. A Igreja não conseguia, segundo ele, fazer valer sua doutrina social, de justiça sem sangue e, na maior parte das vezes, a despeito da mensagem do fundador, em seu nome foram cometidas enormes violências, enumeradas por ele.

Ao lado de seus ideais de justiça social e paz, Alceu pregava o valor supremo da liberdade tanto individual quanto pública, chegando a apontar ser a defesa da liberdade a causa do afastamento entre Alceu e Gustavo Corção e Augusto Schmidt, seus grandes amigos no passado. Não acreditava na supressão da liberdade, como seus antigos pares, para defender a própria liberdade, ou seja, para afastar o risco de uma revolução comunista.

[...] A paixão pela liberdade, esta sim, é a minha grande paixão interior que só tem crescido com os anos. E acredito que seja o clima da minha velhice. Todas as minhas alergias de hoje, em face de pessoas, de ideias, estão na proporção indireta de sua negação de liberdade. Se hoje tenho mais reservas do que há dez anos em relação aos Estados Unidos é que vejo neles a intolerância crescendo e a liberdade sendo apenas um nome ou um artigo de cartaz e reclame. A minha idiossincrasia atual pelo Corção ou pelo Carlos Lacerda ou pelo Schmidt etc. etc., está toda contida nessa paixão da liberdade que vejo em todos eles ceder ao medo da liberdade e ao culto da autoridade, desde que esta autoridade seja para... combater o comunismo, por exemplo. Que eles o rejeitem, com razão, por ser contra a liberdade, mas que entendam que para combatê-lo vale tudo, inclusive acabar com a liberdade, isto não! Ah, os velhos tempos em que o Corção era partidário, como todos nós, da liberdade do Partido Comunista, por motivos democráticos! Democracia que dá liberdade

²⁰⁹ Idem, Rio de Janeiro, 29/11/1960, p. 187/188.

*para a organização, como na França ou na Itália, de todo partido político, menos os antidemocráticos.*²¹⁰

Esta carta observa-se suas críticas aos que advogavam que os fins justificavam os meios, deplorando este artifício tão caro aos antidemocratas, pois mal nenhum pode ser perpetrado para se alcançar um bem qualquer. Isso também fazia com que os Estados Unidos passassem a desencantá-lo, pois o crescimento da intolerância e as guerras promovidas por eles faziam com que Alceu tivesse uma visão do país bem diferente daquela dos anos 1950, em que morou nos EUA, por duas ocasiões.

No início de janeiro de 1964, outra carta de Alceu mostraria mais uma de suas facetas políticas. Contava à filha a respeito de uma disputa política na Faculdade Nacional de Filosofia, de onde Alceu se aposentara compulsoriamente havia pouco tempo, em dezembro de 1963, que acabaria opondo católicos e não-católicos, gerando um manifesto com o qual ele não concordava.

É um manifesto do direitismo católico, pelo menos até agora, mais do que de “professores universitários” e por isso mesmo é que, embora eu não estivesse aposentado, não assinaria. Com certeza vão me pedir para fazê-lo. E por isso mesmo é que já estou preparando o meu não. Não – porque a provocação partiu dos 12 e não dos outros. Não – porque no fundo é um caso puramente político. Não – porque houve culpa de parte a parte e portanto não devem ser apenas incriminadas as “autoridades”, como pretende o referido manifesto.

Além dessas razões centrais, há o motivo accidental (a aposentadoria) e há aquilo que não se define: não me sinto à vontade figurando ao lado de um grupo nitidamente direitista e reacionário, de cujos membros individualmente posso ser amigo, mas com cujas ideias estou em franco desacordo.

Haveria ainda uma quarta razão. É que um manifesto como este é mais um passo na luta da radicalização que está se processando no Brasil, e cada vez mais todo o meu empenho é no sentido de aproximar os opostos e não o de exacerbar as divisões. Talvez seja mesmo esta última a principal razão para que não assine o tal manifesto.

Não faltará, naturalmente, quem me inclua entre os amorfos, que não querem tomar posição, ou entre os oportunistas ou “inocentes úteis” ou “demagogos”, que querem conquistar as boas graças dos estudantes.

Mas a isso já estou habituado e a minha regra é sempre aquela, que aliás não tive ocasião de proclamar agora, nessa festa dos 70, como esperava: digo o que penso sem me importar com o que pensem do que digo.[...]

*Chamam-me de pacifista, sincretista, desertista, até covarde. Mas não posso é ser infiel à minha consciência, que vê no Cristo um sinal de união e não de... contradição. Pois a contradição que há n'Ele – signum cui contradicetur – não deve vir de nós, seus filhos, e sim de fora, dos outros, dos que O contradizem. Se nós julgarmos ou praticarmos a luta, a divisão, a hostilidade, as barreiras, os muros, as trincheiras, a intolerância, somos nós os contraditores do Cristo que sempre pregou a paz, a fraternidade, o amor, a união, e por isso somos traidores e infiéis, muito mais dignos de reprovação do que os que não são filhos.*²¹¹

²¹⁰ Idem, Petrópolis, 25/03/1963, p. 266.

²¹¹ Idem, Rio de Janeiro, 05/01/1964, p. 306/308.

Alceu afastava-se de seus amigos, para não ir contra sua própria consciência. Percebia ser seu papel o de fomentar a união e não o dissenso, recusando-se por isso a aderir a um documento que mais radicalizava a situação de disputa interna, ampliando para dentro do ambiente acadêmico os conflitos entre direita e esquerda, tornados cada vez mais agudos durante o governo Goulart. Ele não se importava de ser tachado de inocente útil, ou mesmo de covarde: desde sempre fazia questão de dizer o que pensava, dizendo pouco se importar com o que pensassem dele. Esse gosto pela liberdade, por sua autonomia, era a marca mais duradoura da personalidade de Alceu.

Deixaria um painel bastante longo de suas impressões pessoais à sua filha acerca da situação política e econômica daqueles anos iniciais da década de 1960, já analisados nesta tese a partir dos artigos de jornais e da bibliografia sobre o período. Esta fase tão conturbada seria vista com perplexidade, apesar de tantos anos de vida e de tantos golpes e contragolpes políticos vividos por ele.

*Que situação! Impossível fazer uma síntese. O fato é que estamos em regime de exceção. O ministro da Guerra declarando que não dá posse a João Goulart. Ora, segundo a Constituição, não há dúvida alguma de que a ele cabe a sucessão do Jânio, que parte hoje para a Europa, deixando o Brasil pegando fogo. Estamos apenas com uma máscara constitucional. Se realmente continuássemos na legalidade, o presidente interino, o tal Ranieri Mazzilli, já teria prendido o ministro da Guerra. Quem foi preso foi o Lott. E perfeitamente dentro dos regulamentos do Exército, por ter assinado um manifesto legalista. Ele que, por duas vezes, destruiu a legalidade, derrubando dois presidentes legais, – o Carlos Luz e o Café Filho. Não tem autoridade moral alguma para se apresentar agora como defensor da legalidade. Mas os fatos dolorosos são esses: a lei manda que o João Goulart assuma a Presidência. Se este fosse patriota, renunciaria, para permitir novas eleições, mas duvido que o faça espontaneamente, pois toda sua ambição é retornar, ou antes tomar o governo e restaurar o getulismo. De modo que estamos neste dilema: ou se instaura uma ditadura militar ou se volta ao getulismo e ao juscelinismo com Lott como ministro da Guerra, como já se anunciou ser o propósito do Jango.*²¹²

Alceu, que sempre se pautou pela defesa da legalidade constitucional, insistia que a solução correta à renúncia de Jânio seria a posse do vice-presidente João Goulart, contrariamente às manifestações dos ministros militares, que faziam eco à insatisfação da UDN por perder de forma tão absurda o controle da presidência, no gesto intempestivo de Jânio Quadros. Contestava, ainda, a posição de defensores da legalidade a personagens que anteriormente haviam passado por cima da Constituição, como o marechal Lott. Continuava Alceu:

²¹² Idem, Rio de Janeiro, 28/08/1961, p. 211/212.

Eu não hesito: pela legalidade, mesmo com todas essas péssimas consequências. Continuo fiel à minha velha máxima: antes uma má legalidade do que uma boa ditadura.

De modo que minha posição está clara: apoio à solução legal, com a posse de João Goulart, mas com um apelo a que renuncie, para permitir, também legalmente, que o povo se pronuncie por meio de novas eleições. Caso ele seja eleito, terá a força para dizer: “Foi o povo que me elegeu”. Ao passo que agora só poderá dizer que eleito por bambúrrio, pois teve apenas 400.000 votos a mais que Milton Campos, e este teve 1 milhão e tantos votos em branco, o que foi evidentemente consequência da má composição gráfica das cédulas, que fez com que muita gente, inclusive eu, se esquecesse de votar no vice-presidente. (...)

A imprensa e o rádio estão censurados, mas a censura não é explícita. Também mascarada. Um trágico carnaval.

Tudo isso, por culpa de dois temperamentos: o do Lacerda, antes de tudo, e em seguida o próprio Jânio, que não teve a virtude máxima – ou uma delas – de um chefe de estado: a paciência. E joga o Brasil no caos, sem que ninguém o suspeitasse uma hora antes.

Via, por outro lado, que Jango assumiria numa posição débil, principalmente pela forma como a eleição se deu, com falhas na impressão das cédulas, que teriam levado muitos eleitores a não anotarem seus votos para o cargo de vice-presidente, o que havia gerado expressivo número de votos em branco. Achava que seu governo não seria nem de longe o que o país precisava no momento (as tais “péssimas consequências”), mas o defendia por ser esta a única opção legal. Não hesitava, porém, em atribuir a culpa da situação, mais que ao instável presidente que saía, ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda, cujo histórico de desestabilização de governos por sua crítica afiada já vinha de décadas.

A aceitação da solução proposta pelo Congresso, de mudança no sistema de governo abandonando-se o presidencialismo pelo parlamentarismo, como uma forma de acalmar a pressão das Forças Armadas e da oposição a Goulart, que acabou se estabelecendo como um compromisso para a difícil situação, trouxe um alívio à tensão, afastando o perigo de uma guerra civil fratricida, temida por Alceu.

Hoje as perspectivas são menos sombrias do que as de ontem, quanto ao desencadeamento da guerra civil, mas não quanto ao modo como vamos sair deste enrascada: uma emenda pior que o soneto (sendo o soneto não a guerra civil, eu seria sempre a solução mais catastrófica, mas o regime passado). O Jango declarou que aceita o parlamentarismo votado pelo Congresso. Para ele, pessoalmente, é a desmoralização completa perante a opinião pública. E antes e acima de tudo perante os gaúchos, que anteontem o receberam com a maior recepção triunfal que alguém já teve no Rio Grande. Hoje, ao que dizem os telegramas – e não duvido que seja verdade, apesar da mentirada geral que anda por aí – foi vaiado no mesmo balcão do palácio Piratini (Porto Alegre) onde fora anteontem ovacionado.

[...] Triste situação. Que nem ao menos servirá para nos livrar do Lacerda, embora desmoralize um João Goulart, infelizmente presidente desta infeliz República.

Tudo isto por culpa dos partidários do Jânio que o abandonaram e dele próprio, Jânio, que se mostrou pelo menos um “imaturo”, como disse o prefeito de São Paulo, ou um

*“temperamental” ou um “neurótico” ou um “doido varrido”, como todos nós dissemos no início da sua campanha, que tanto varreu que acabou varrendo a si próprio.*²¹³

Desmoralizava-se João Goulart, “infelizmente presidente da infeliz República”, ao não resistir como queriam seus aliados em seu retorno ao Brasil da China, pelo Rio Grande do Sul, sob os auspícios de Brizola, governador do estado. Afastava-se, porém, pelo menos temporariamente, o risco de um golpe e a ascensão de Lacerda ao poder, apesar de não desmoralizá-lo também. À sua filha, Alceu não hesita em classificar Jânio com vários adjetivos que não talvez não ousasse publicar, dada à sua sobriedade, concordando com a opinião pública e com outros personagens políticos quanto da instabilidade mental do ex-presidente.

Em meados do ano seguinte, nova carta selecionada mostra que a situação política não melhorara apesar do afastamento do presidente do dia a dia do governo. Já se haviam formado três gabinetes parlamentares com praticamente nenhum resultado para afastar a crise política, pois não conseguiam fazer melhorar o ambiente econômico e social do país, uma vez que a polarização e o enfrentamento dos extremos, causadores da mudança do sistema de governo, se faziam cada vez mais presentes. Para piorar, um novo componente estava em cena, com a demanda pela restauração do presidencialismo, apoiado, naturalmente, por Jango e seus seguidores.

*[...] No momento estamos ameaçados de um golpe militar, com ou contra o próprio Jango, e naturalmente contra o Parlamento. Houve ontem, da tribuna da Câmara, um deputado boca- quente, que denunciou um documento que os militares apresentaram ao Jango, como resultado de suas conversas, em que exigem o plebiscito já. Isso mostra como as pressões ocultas estão se fazendo. Pressão de sindicatos, pressão de militares, pressão do cardeal (anticomunista), pressão das classes conservadoras (produtores etc.). Tudo isso mostra a realidade. Não é só o Parlamento que legisla. São todos os pressure groups.*²¹⁴

O fato era que o Parlamento estava apartado da sociedade brasileira, não dando conta de encaminhar solução para os grandes problemas nacionais. Às pressões internas dos diversos segmentos somavam-se os compromissos da Guerra Fria, do anticomunismo apoiado em vários setores sociais, como a própria Igreja, na figura do cardeal Jaime Câmara, entre outros. A exigência de que o plebiscito fosse antecipado, por sugestão dos ministros militares, mostra uma faceta interessante, segundo Alceu, uma vez que os militares eram contra Goulart. Será que acreditavam que o presidente

²¹³ Idem, Rio de Janeiro, 04/09/1961, p. 215.

²¹⁴ Idem, Rio de Janeiro, 14/07/1962, p. 239.

seria derrotado definitivamente em suas pretensões de voltar ao governo efetivo do país? Ou tratar-se-ia de uma manobra para acelerar o repúdio ao seu governo e viabilizar um golpe à direita, na base da política do “quanto pior melhor”, tantas vezes denunciada por Alceu? Ele não afastava, porém, que o golpe pudesse vir da esquerda, da direita, ou ser desferido pelo próprio presidente.

Meio ano depois, quando a experiência parlamentarista já havia sido ultrapassada, a situação econômico-social só se deteriorava, agravando o jogo político no país. Como não podia deixar de ser, uma situação tão grave encontraria eco nas cartas de Alceu a sua filha. Algumas vezes ele até chegava a comentar os aumentos nos preços da gasolina e dos produtos em geral, em conversas sobre a economia familiar, inclusive relatando a necessidade das receitas que auferia de suas aulas, ou de sua aposentadoria, no final de 1963, ou, ainda, dos *jetons* recebidos por sua atuação no Conselho Federal de Educação. Nesta carta, de janeiro de 1963, Alceu associa o encarecimento do custo de vida ao aumento da insatisfação geral contra o governo Goulart, o que beneficiaria aos que defendiam uma revolução contra o governo, ou, ainda, aos que, ao lado das forças populares gostariam de submeter a classe dominante e proprietária às necessidades das classes trabalhadoras.

*[...] A conversa do dia de hoje é o aumento de preços. Até que ponto subirá essa espiral? Até que ponto a estabilidade do governo resistirá a essa crescente insatisfação de todo mundo, que só favorece aos proclamadores de métodos violentos de transformação social, como ainda ontem fez o Fidel Castro? Em compensação, Krushev continua a pregar a coexistência pacífica e os métodos pacíficos de contato com as “nações capitalistas” etc. A ideia de “guerra e paz” domina o mundo, tanto no plano nacional como internacional. E, no nosso caso, o plano nacional prevalece, dada a presença do clamor geral contra os preços, sem que no entanto os dois planos possam dissociar-se!*²¹⁵

Não se pode esquecer que havia à época conflitos generalizados acerca dos preços em geral, em plena espiral inflacionária, com sonegação de produtos nas prateleiras dos mercados, deterioração das contas públicas, problemas no câmbio, quanto ao pagamento da dívida externa, com restrição de empréstimos em moeda forte e pressão dos Estados Unidos, além de campanhas orquestradas nos meios de comunicação. Tudo isso concorria para criar o clima, que dia a dia ficava mais irrespirável. Em tudo isso, as atitudes de Carlos Lacerda pareciam aos olhos do escritor como provocadoras de uma situação tão crítica que pudesse ser politicamente

²¹⁵ Idem, Petrópolis, 17/01/1963, p. 259.

aproveitada pelo governador, que buscava ser retirado do cargo, para mais livremente poder conspirar pela presidência da República, seu objetivo.

[...] No Rio, o dia de ontem foi violento. O clima do Lacerda vai levando o Brasil à guerra civil latente. Ele proibiu o tal congresso pró-Cuba que se está realizando em Niterói. Contava que o governo federal reagisse e ele então marcaria mais um ponto à direita nas suas pretensões nacionais e internacionais. Mas o governo até gostou que fosse ele a proibir o congresso, dando assim uma satisfação aos americanos. Acontece porém que isso decepcionou o Lacerda, ou abriu-lhe a vontade de ultrapassar os limites, e fechou a UNE, e ocupou prédios federais, e impediu que pessoas com passaportes visados para o congresso pró-Cuba desembarcassem no Rio.

Ora, isso permitiu ao governo federal ocupar com tropas do Exército prédios federais e pontos de desembarque aéreo e marítimo, como fez ontem, esboçando uma possível intervenção que não creio que ocorra, mas que, de qualquer modo, mostra como esse Lacerda está fazendo tudo para ser deposto ou provocar uma intervenção, de modo a poder voltar ao seu clima de agitador profissional, preparando então sua candidatura presidencial sem os encargos de governador de estado. Ele, Lacerda, tem sempre saído violentamente de todos os cargos, por renúncia ou revolução. Já está cansado de ser governador e está fazendo o possível para ser vítima.

*E já se sabe que o Adauto [Lúcio Cardoso, líder UDN na Câmara], cada vez mais reacionário, lhe deu ontem plena cobertura na Câmara, enfrentando o Brizola, que no caso é quem está com a razão, por pior que seja. [...]*²¹⁶

O embate entre Lacerda e o governo de João Goulart, como Alceu dava conta nas sucessivas cartas, chegava às raias da insubordinação, piorando sensivelmente a cada dia, como que para provocar uma intervenção federal na Guanabara, para que ele, Lacerda, chamado de “Corvo”, desde a época do *Clube da Lanterna* – eficiente recurso para o afastamento de Getúlio Vargas do poder na década anterior – pudesse manobrar sua retórica anticomunista contra as reformas de base que Goulart pretendia aprovar, para a consolidação de uma política social mais próxima aos ideais da esquerda.

*[...] Há na Guanabara um clima irrespirável provocado pelo Lacerda, que está fazendo de tudo para que o governo federal intervenha, de modo que ele encontre um jeito de sair como vítima. Se o governo federal fizer isso, terá dado a mais errada cartada de sua vida, pois o Corvo não quer outra coisa senão isso. Como o mesmo querem as “classes conservadoras” de Pernambuco, contra o Miguel Arraes. Oposição lá, governo estadual aqui, estão fazendo o possível para que o problema brasileiro passe para a área militar, esperando dar um golpe direitista, como o da Argentina e, de ontem, na Guatemala. Se o anticomunismo já era uma boa bandeira política, agora se torna ainda mais rentável, com os Estados Unidos só abrindo a bolsa a quem alinhar com eles na guerra fria contra Cuba.*²¹⁷

Esta última frase é de uma clareza que escapava a muitos àquela época. A “indústria” do anticomunismo, para além de atender aos interesses das classes

²¹⁶ Idem, Petrópolis, 30/03/1963, p. 267.

²¹⁷ Idem, Rio de Janeiro, 02/04/1963, p. 268.

conservadoras, como já se viu no capítulo terceiro desta tese, gerava uma série de aportes financeiros, não apenas traduzidos sob a forma de empréstimos internacionais aos países aderentes às posições norte-americanas, mas também financiamentos clandestinos a editoras, organizações não-governamentais, meios de comunicação e até parlamentares que eram comuns nos anos de Guerra Fria, como demonstra a jornalista inglesa, Frances Saunders, em seu livro *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura*.²¹⁸ Mais a frente, ao comentar, em julho de 1964, o interesse de Hélio Jaguaribe em abrir um novo instituto para pesquisar os problemas brasileiros, depois do fechamento do ISEB,²¹⁹ Alceu comentaria a desmoralização do IBAD,²²⁰ cuja ação funesta ajudou a desestabilizar o governo Goulart, sem adiantar a origem dos recursos, atribuindo-os como sendo de “ricaços”, sem confirmação à época.

(...) E o nome (IBED) se parece com IBAD, que foi um grupo financeiro-político, no qual o Corção e o Gladstone entraram, passando a publicar a revista Ação Democrática, que fez toda a campanha reacionária contra o Jango e acabou desmoralizada, pois ficou provado que exerceu uma pressão financeira enorme para as últimas eleições e distribuiu dinheiro a rodo dos ricaços.

*De modo que o nome IBAD ficou sendo sinônimo de corrupção por dinheiro, tanto assim que o Fernando Carneiro ficou estremecido com o C. porque lhe escreveu pedindo que retirasse o seu apoio a eles etc.*²²¹

O restante desta carta será motivo de outra análise mais adiante. Por ora, fica clara, segundo Alceu, a participação do IBAD na desestabilização do governo Goulart, bem como a presença de Gustavo Corção e Gladstone Chaves de Mello, ambos do Centro Dom Vital, antigos companheiros, entre seus colaboradores.

Mas o principal alvo das críticas que traçava da realidade brasileira para sua filha, nos meses que antecederam o golpe, era a atuação de Carlos Lacerda. Não que Alceu

²¹⁸ SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta?** A CIA na guerra fria da cultura. Rio de Janeiro: Record, 2008.

²¹⁹ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, foi criado em 1955, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, e se ocupou com o estudo, o ensino e divulgação das ciências sociais no país. O ISEB tinha como objetivo principal a discussão em torno das ideias do desenvolvimentismo. Foi extinto após o golpe de 1964, por ser considerado de esquerda, tendo, então, muitos de seus membros exilados do país.

²²⁰ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD foi uma organização anticomunista fundada em maio de 1959. Sua finalidade inicial era combater o avanço da influência do comunismo no Brasil. O IBAD criou a Ação Democrática Popular - ADEP, cuja função era direcionar capital para financiar os candidatos contrários a João Goulart e anticomunistas em geral, que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados. O Instituto acabou sendo extinto em 20 de dezembro de 1963, por ordem judicial, depois de comprovadas suas ligações com a Central de Inteligência Americana - CIA, e o financiamento ilegal por parte de empresas norte-americanas.

²²¹ LIMA, São Lourenço, 19/07/1964, p. 445.

apoiasse o governo Goulart, como aqui já ficou demonstrado, mas colocava-se contra as manobras, consideradas desleais, do político carioca contra o presidente. Alceu reconhecia, porém, em Goulart a virtude de tentar manter-se em equilíbrio, apesar de toda a pressão que enfrentava. Num tom bastante irado, externava suas opiniões à filha:

A situação política cada vez mais tensa. A situação financeira cada vez mais negra. A oposição ao governo cada vez mais intensa, por parte dos conservadores, dos direitistas, dos esquerdistas e do man in the street acossado pela vida cara. Quem se beneficia de tudo isso? Quem, por seus porta-vozes diretos e indiretos, tudo faz para aumentar a tensão? Quem? Quem? Quem? Já se sabe – o Lacerda, que vai capitalizando todo esse descontentamento e resumindo tudo num slogan dos seus cupinchas: “Só resta uma esperança: Lacerda”. Ele aparece, como o Plínio Salgado em 35, ou como o Jânio em 60: o salvador. Acabará como os dois predecessores, pela renúncia, pelo exílio ou pelo esquecimento. [...]

*Seja qual for o resultado de tudo isso, o que vemos é cada vez mais aquele velho “cepticismo democrático” caminhando a passos largos, à medida que crescem, de todos os lados, os ataques contra um governo medíocre, sem dúvida, mas que pelo menos não caiu até hoje no fanatismo, nem da direita, nem da esquerda. Está apenas no fanatismo da descrença e da malevolência. [...]*²²²

Na próxima carta, Alceu comenta acerca da entrevista que Lacerda havia dado a um jornal norte-americano, onde teceu críticas ácidas contra Goulart e seu governo, classificando-o como em franco descontrole rumo ao comunismo, prevendo para breve a queda do presidente e exortando os Estados Unidos a negar qualquer ajuda financeira ao Brasil.²²³ Suas palavras geraram, como indicava Alceu, forte reação nos ministros militares que exigiram a punição do governador.

[...] Ao lado de tudo isso que é pessoal e mínimo, temos a revolução quase na rua, provocada mais uma vez pelo Lacerda, que deu uma entrevista escandalosa a um jornal americano. Os três ministros militares deram uma nota violenta e o JB vem com um artigo violentíssimo contra o Jango, como que apoiando o Lacerda, embora o jornal declare que não, o que não me admira mais. A nota dos ministros militares também situa o Adhemar, pelas palavras meio “brigadoras” que pronunciou ontem. De modo que tudo indica ou um golpe do próprio governo, imitando o Getúlio de 37, ou um choque realmente de extremas, com um golpe de uma delas.

*De qualquer modo a crise chegou a um estado de tensão absoluta. A cada momento podemos nos encontrar em estado de sítio ou estado de guerra civil, como em 30, 32, 37 etc. e tal. As culpas são recíprocas, e não nego que o governo permite infiltrações esquerdistas e mesmo comunistas disfarçadas, como, por exemplo, no Ministério da Educação. [...]*²²⁴

²²² Idem, Rio de Janeiro, 19/09/1963, p. 284/285.

²²³ Vide <http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?pagina=1&t=758537>, disponível em 30/01/2011, às 19h17.

²²⁴ LIMA, Rio de Janeiro, 1º/10/1963, p. 287.

Observa-se aí, com o termo “infiltração” mais como uma alusão ao avanço da esquerda ou do comunismo nas instâncias de governo, de vez que o Ministro da Educação e Cultura à época da carta era Paulo de Tarso Santos, político ligado à ala esquerda do Partido Democrata Cristão, PDC, que depois do golpe iria trabalhar na área da educação do governo socialista chileno de Salvador Allende.

Para tentar retomar o controle da situação, o presidente encaminharia ao Congresso pedido de decretação do estado de sítio, mais para dar satisfações aos que gostariam que, afinal, respondesse aos ataques lacerdistas. Jango teria, no entanto, que enfrentar a desconfiança até de seus aliados, que viam a suspensão dos direitos constitucionais como uma arma muito perigosa nas mãos de um presidente constantemente acusado de inclinações à esquerda. Até as centrais sindicais, e mesmo Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, negaram-lhe apoio, temerosos que o estado de exceção fosse usado para reprimir greves e a atuação dos sindicatos e dos movimentos sociais. No final, a proposta foi retirada pelo presidente, o que trouxe um descrédito ainda maior ao governo, imobilizado que estava junto ao Congresso.

[...] O “sítio” acabou, com o esvaziamento ainda maior deste mediocríssimo governo, embora com a demonstração, uma vez mais, da existência de um negócio chamado Opinião Pública, que no caso presente reuniu todos os setores numa impressionante unanimidade, o que demonstrou a absoluta falta de sensibilidade objetiva do governo. Obcecado pelo antilacerdismo (como o Lacerda pelo anticomunismo), o que o Lacerda faz pelo fortalecimento do comunismo entre nós, este governo inepto faz pelo fortalecimento do Lacerda. Parece até que organizaram um novo “atentado”, o que me parece forjado pelos lacerdistas, mas com certas aparências de verdade.

Se o Jango quisesse preparar a candidatura Lacerda à Presidência, não agiria com mais habilidade.

[...] Entre um fanático, um inepto e um leviano, eis o Brasil de hoje. O recuo do governo foi um espetáculo lamentável. A melhor explicação a ser dada é que o Jango quis se livrar dos militares que andavam dispostos a dar um golpe. Mas nem sei se isso conseguirá, pois já se diz que não aceita a renúncia dos militares, embora estes saíssem completamente desmoralizados da ridícula aventura de ida e volta, coisa inédita em nossa História, e que esvaziou completamente o Jango, mesmo que aparentemente o tenha favorecido.

Fico irritado porque vejo o lacerdismo crescer de dia para dia, e demonstrar que tem muito mais capacidade de governo do que pensa essa gente que não sabe ser moderado. Isso de ver o fantasma do Lacerda em toda parte é como o Lacerda ver um fantasma de comunismo em cada esquina. Antolhos de lado a lado. Cada um só vê o adversário e avança para ele como o touro para a banderilha. E daí? Daí é que vamos caminhando – devagar e sempre – para o direitismo mais patente e para o início do terrorismo, como na Venezuela, onde a guerra civil agora é crônica. Só nos pode salvar disso a índole pacata do povo brasileiro, que é arruaceiro mas não revolucionário. De modo que está pronto para a baderna, mas não para a conspiração. Ou quando muito para a conspiração mas não para a

*revolução, sobretudo com R grande. E o Lacerda é o único que nos poderá lançar no caminho do sangue. [...]*²²⁵

Também neste trecho, evidencia sua irritação, algo que pouco transparecia em seus textos jornalísticos, muito ponderados e deixando abertas as portas do diálogo. Jango teria conseguido aglutinar diversos setores nacionais contra si, neste episódio, que indicava a Alceu o fortalecimento, a médio prazo, de Lacerda, cuja neutralização era, segundo ele, obsessão do governo, enquanto que a derrubada de Goulart se afigurava como obsessão do governador carioca. Parecia-lhe que um novo atentado, como o da Rua Toneleros, em 1954, que projetou a fase insustentável das críticas contra Getúlio, estava sendo novamente orquestrado. “Se o Jango quisesse preparar a candidatura Lacerda à Presidência, não agiria com mais habilidade.”, ao desacreditar seus ministros militares, afastando-se ainda mais do Congresso e mesmo de seus aliados à esquerda, isolando-se de maneira irreversível. O desalento de Alceu era ver o destino do Brasil “entre um fanático, um inepto e um leviano”, ou seja, entre Carlos Lacerda, João Goulart e o possível retorno de Juscelino Kubitschek, que não trariam nada de novo, nem de justo, à sociedade brasileira. Temia ele que o país fosse empurrado inexoravelmente para uma guerra civil, como a deflagrada na Venezuela e na Guatemala.

Às vésperas do golpe, em meio às agitações e disputas extremadas, Alceu dava conta à sua filha das marchas organizadas por setores tradicionalistas da sociedade paulista, mas também de outras capitais, mostrando sua indignação pela manipulação da religião com propósitos políticos e anticomunistas.

*(...) O marido da dona Alzira Costa Pinto, deputado, chegando em casa apavorado, como as donas que organizam, para terça-feira, uma das tais passeatas de rosário na política, que chamam de “**MARCHA DA FAMÍLIA**, com Deus, pela liberdade” nessa gradação: a **MARCHA DA FAMÍLIA** em negrito e maiúsculas. Deus, com maiúscula inicial e a pobre da liberdade em minúscula... Isto é, primeiro a defesa da Família (subentendendo-se: das propriedades, imóveis e móveis da família, dos seus bens materiais, que a reforma agrária ou a receita dos aluguéis atingem...) e depois Deus e a liberdade como meros instrumentos de ação! Que miséria! Que inversão de valores! Que blasfêmias! E tudo com a bênção e com o comparecimento do cardeal e a aprovação dos marechais (...). São esses doidos, fanáticos do “direitismo” e do “proprietismo” que estão na fonte de movimentos subversivos como esse dos marinheiros, que pode degenerar até num golpe comunista, (...) mas bem sabem que o Brasil não está maduro para uma revolução comunista, ao contrário do que pensam e dizem as malucas e os malucos que estão arrastando o Brasil para o golpe militar, embora não-comunista.*

²²⁵ Idem, Rio de Janeiro, 08/10/1963, p. 289/290.

*O cardeal é o maior culpado, e com ele a grande imprensa, que o Estadão e o Jornal do Brasil ou os Diários Associados, ou o Diário de Notícias, ou O Globo (todos os jornais capitalistas à testa) e as mundanas de Copacabana, Botafogo e Flamengo, da zona sul, contra as mulheres brizolistas da zona norte, que ontem foram levar comida e escovas de dentes aos marinheiros!*²²⁶

“Com o comparecimento do cardeal e a aprovação dos marechais...”. Alceu percebia a aliança da Igreja com os militares e setores conservadores da sociedade brasileira, fosse por medo autêntico da ascensão do comunismo, ou, pelo menos, das ideias de esquerda, junto às classes populares. A franca oposição entre as mundanas da zona sul carioca, estimuladas pela grande imprensa, e as brizolistas da zona norte era a representação concreta dos grupos antagônicos que se enfrentavam na ocasião. Alceu, no entanto, reputava na continuação da carta que, enquanto os marinheiros sublevados pedissem coisas prosaicas como comida, travesseiros e escovas de dente, o país estaria a salvo de uma revolução de esquerda verdadeira. O caráter do povo, para ele, afastaria o perigo de um enfrentamento armado, de uma guerra civil.

Na carta de 31 de março, poucas horas antes da arregimentação das tropas do general Mourão Filho deslocando-se de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, Alceu pressentia o cheiro de pólvora. Acreditava ele, então, que o presidente João Goulart lideraria o golpe, com o Exército ao seu lado, para deter a sublevação na Marinha, apesar de duvidar que Jango tivesse apoio consistente nos quartéis para isso. Em uma carta rápida, externava suas preocupações quanto ao golpe à sua filha, não sabendo se estava o país às vésperas de um golpe do tipo do de Getúlio, em 1930, mais ameno, ou do tipo do Estado Novo, em que se instaurou uma rígida ditadura.

Uma folha apenas, pois daqui a minutos devemos descer [de Petrópolis para o Rio] levando tia Zaira de vez. As notícias políticas são as mais sombrias possíveis. Estou sentindo o cheiro de... pólvora e a semelhança com 1937, quando o Getúlio, mestre do Jango, deu o golpe do Estado Novo. Tenho a impressão de que o Jango pensa, ou mesmo prepara o mesmo, embora suas atitudes recentes de ir e vir, de hesitações, indiquem que não está tão certo de obter o apoio militar de que necessitaria no Exército, para se opor ao movimento hostil da Marinha.

Tudo isso é muito confuso e reflete o momento que vivemos, com os espíritos superarmados uns contra os outros. Os “apelos à concórdia” se perdendo, como risos de criança no meio do barulho de uma festa...

Bom, vamos ao Rio, e almoçar, se Deus quiser, com Dom Helder, que deve dar-me notícias que não serão tranquilizadoras.

²²⁶ Idem, Petrópolis, 27/03/1964, p. 358.

Não quero me demorar mais, e amanhã e depois terei de descer, caso a revolução não estoure. Pois a verdade é que estamos em vésperas de alguma coisa. 1930? 1937? Ou... o “imprevisto de 1965”?

Triste e pobre Brasil.

Brasileiros sem amor, sem juízo, sem consciência, de parte a parte! ²²⁷

Os “apelos à concórdia”, a que Alceu se refere, eram os termos do seu artigo do dia anterior, em que conclamava ao entendimento, mais uma vez. Em vão, desconfiava ele. Dava conta também que teria agendado um almoço com o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, seu amigo no Palácio São Joaquim, de quem não esperava boas notícias. De fato, poucos dias depois de iniciado o movimento militar, Dom Helder seria transferido bruscamente para a diocese de Recife e Olinda, afastado do centro de ressonância da República, a capital carioca.

A carta do dia seguinte, 1º de abril de 1964, é uma das mais longas do livro e onde Alceu analisava passo a passo os acontecimentos das últimas horas e as possibilidades do golpe ser bem sucedido.

Desgraçadamente rompeu-se de novo a continuidade civil do nosso governo e a solução foi transferida para a área militar. E por quem? Pelo nosso amigo Magalhães Pinto, que inicia assim a nova era dos golpes e contragolpes, passando a perna no Carlos Lacerda e desapontando todos aqueles que nele viam um dos esteios da legalidade por meio legais. Pois ele, como acontece com todos os golpistas, proclama que a legalidade gera subversão, quando a legalidade (Jango) ameaça subverter a ordem.

Jogo de palavras bem bolado que já inspirou o golpe do Lott em 1955 (?) quando fez o tal “retorno à legalidade constitucional” (não me lembro bem os termos) através da ilegalidade inconstitucional do golpe de 11 de novembro. (...)

O San Thiago, que está muito bem informado, e esteve no Palácio das Laranjeiras com o Jango até de madrugada, me diz que as forças que estão com o governo legal parece que são fortes: o II Exército. São Paulo está dividido, e as forças aquarteladas no vale do Paraíba são fiéis (?) ao Jango. (...) Portanto é possível que, dentro de poucos dias, esteja tudo clareado. Mas o próprio San Thiago confessa que há muitas probabilidades de triunfo do golpe. E será então um triunfo direitista “que atrasará por 20 anos no progresso do Brasil”, diz-me o San Thiago. E digo eu: “Nos recolocaré no clima de tensão constante entre elite e povo”. (...)

Mais uma vez se confirma o meu prognóstico (desculpe este “eu não dizia?”... mas isto cá entre nós) de que nada temos a temer do comunismo, ao menos por ora, mas sim do militarismo e do golpismo (...).

E estamos em um típico golpe direitista. Com grandes probabilidades de vencer, pois o anticomunismo substancial do povo brasileiro vem sendo muito habilmente explicado pelos políticos e pelos... cardeais golpistas e reacionários... e pelas boas senhoras ultimamente alucinadas e psicopatizadas pelos slogans “Deus, Família, Liberdade”, e apavoradas com as ameaças nos seus prédios e nas suas fazendas.(...)

De tarde, a atmosfera era de pólvora e de véspera de revolução, como em 31 ou 37. Há por perto de nosso apartamento o “dispositivo militar” do Lacerda em plena “campanha”.

²²⁷ Idem, Petrópolis, 31/03/1964, p. 365.

*Soldados da Polícia Militar com metralhadoras, sacos de areia, barricadas, telefones de campanha, um acampamento de guerra!*²²⁸

Como Alceu morava perto do Palácio das Laranjeiras, sede do governo da Guanabara, pôde testemunhar que Carlos Lacerda havia instalado um “dispositivo militar”, para poder defender-se de possíveis reações da esquerda, como aliás temia não apenas Lacerda, mas até as maiores autoridades militares da “revolução”. Ele já tinha sofrido ameaças e retaliações quando do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, quando teve que se exilar por três meses na Europa, por ser responsabilizado por parte da população carioca pela morte do presidente, depois dos virulentos ataques que Lacerda empreendeu. Seguiu Alceu, contando à sua filha o desfecho daquele dia pesado, que aliás o fizera desistir de viajar de volta ao Rio, para não preocupar sua esposa, caso não pudesse retornar e ficasse incomunicável na capital. Ao indicar os responsáveis pelo golpe, Alceu se inclui como o primeiro culpado:

Subimos para Petrópolis sem incidentes e à noite as notícias se agravaram pelo rádio, mas ainda hoje de manhã eu saí para descer ao Rio. Já desisti, porém, com medo de não poder subir logo mais, e deixar mamãe sozinha. Aos 70, já não posso dar-me ao luxo de ir para a chefatura de polícia, como em 1931, ver cair um governo!

Eis aí. Voltamos ao clima de 22 ou 45 ou mesmo 55, por culpa... de mim mesmo. Antes de tudo, pois se tivesse minha voz o mínimo de ressonância, nem a oposição nem o governo, teriam chegado ao ponto que chegaram.

Mas, depois de mim, os grandes culpados foram antes de tudo os grandes jornais, a começar pelo Jornal do Brasil. Recebo ontem uma carta do Celso, com certeza me explicando a atitude violentamente antigovernista do jornal. Ainda não abri. Nem abrirei tão cedo. Depois ainda, a oposição, e acima dela – os ricos, os latifundiários, os privilegiados, que se levantaram contra as reformas pacíficas e realistas (como seriam elas, pois nada se faz contra a realidade) e empunharam a bandeira do anticomunismo para proteger seus interesses pecuniários. Ponha tudo isso numa panela e uma pitada de despeito do MP em face do Lacerda e de sua vontade de “entrar para história” etc., e temos os proclamas deste desastre.

Mas... tudo acabará bem. Aleluia! Se colocarmos tudo nas mãos de Deus.

Alceu se culpava por não ter sido mais insistente, mais eficiente em se fazer ouvir, pois deveria ter sido capaz de sensibilizar governo e oposição para a manutenção do diálogo entre as diversas correntes políticas. É evidente que isto estava muito acima dele, mesmo sendo, talvez, uma das vozes mais respeitadas no país, no peso dos seus mais de 70 anos de idade e quase meio século de vida pública.

²²⁸ Idem, Petrópolis, 1º/04/1964, p. 365/370.

Em realidade, além dos que tradicionalmente apontava como promotores daquela situação, Alceu indicava certo despeito de Magalhães Pinto contra Lacerda, por ter lhe tomado o controle da UDN e uma possível indicação do partido para a disputa da presidência da República nas eleições de 1965. Mas afirmava acreditar, contra toda a esperança, que Deus proveria o melhor ao país, pois não podia saber que não veria o retorno à democracia antes de sua morte.

5.3. As cartas e as reações ao golpe

Após o desfecho do golpe, Alceu seguiu escrevendo à sua filha sobre suas impressões do que se passava no país. Nesta carta, do início de abril, ele comenta que os comunistas, dos quais se dizia estarem prontos para tomarem o poder, afinal não esboçaram nenhuma reação ao golpe. Segundo ele, tudo não havia passado de “exploração da indústria anticomunista”.

(...) Mas, como eu ia dizendo, o comunismo mostrou que não vale nada. Durante os acontecimentos desses dias, não se viu nem o esboço de uma reação “comunista”, nem mesmo comunistizante, como para alguns. “Foram tomados de surpresa”, dirão os lacerdistas. Sim, mas que prova isso senão que não estavam preparados para nada daquilo que vocês, fascistas disfarçados ou confessados, diziam que eles todos estavam já preparados com arsenais de armas e mais não sei o quê. Não se viu nada disso. Tudo mito e tudo palavreado. Tudo exploração da indústria anticomunista. Agora amplamente vitoriosa, para gáudio dos “salões” e dos latifundiários e do capitalismo americano, que já ontem, pela voz do Dean Rusk, secretário de Estado e do próprio Johnson, já se declarou pronto a “ajudar o Brasil em tudo”.

*Não creio que tenha havido dedo americano no movimento (...). Mas que agora os Estados Unidos vão soltar os frangos que não quiseram soltar quando o San Thiago ou o Roberto Campos solicitaram, é certo. E sob este ponto de vista, os vencedores de agora vão ter sua tarefa muito facilitada. Os dólares vão fluir, as dívidas vão ser espaçadas e teremos um desafogo financeiro. Vai ser um grande argumento para os nossos representantes típicos do nosso mais alto capitalismo cristão. (...)*²²⁹

A declaração do secretário de estado e do presidente norte-americano de que ajudariam em tudo ao Brasil era de certa forma esperada e Alceu chega a brincar com uma expressão meio sem sentido hoje em dia (*soltar os frangos*), querendo dizer que todas as dificuldades que existiam em obter empréstimos e rolar a dívida externa brasileira seriam coisa do passado, pois os dólares fluiriam de novo, para alegria dos “representantes do capitalismo cristão” brasileiros, comentário que transparece uma crítica à aliança entre setores da Igreja e da burguesia.

²²⁹ Idem, Petrópolis, 4/04/1964, p. 377/379.

Em maio, publicaria no Jornal do Brasil um artigo anteriormente aqui referido, o *Terrorismo cultural*. Já se comentou sobre algumas reações a ele, como o telefonema de Castello Branco ao jornalista e que a família havia recebido ameaças que muito assustaram a esposa Maria Thereza. Nesta próxima carta, do dia anterior ao do tal telefonema do presidente, cujas palavras deixou registrado em um longo *post scriptum*, ele se referiu à filha sobre algumas repercussões positivas ao texto. Inicia falando da solidão que sentia e do conforto que a palavra de Deus trazia a todos os solitários, depois comenta dois telefonemas de apoio que recebeu.

(...) E entretanto, Deus não permite que nos sintamos, com justiça, tão solitários como nos parece. Veja você, por exemplo, esse meu artigo "Terrorismo cultural", que afinal aparece justamente hoje, na data maior da Ascensão do Senhor. Pode ser que me reserve ainda muitas amarguras, mas ao menos já me trouxe, pelo telefone, em vez das injúrias habituais, na minha atual posição de vencido pelos gorilas..., duas vozes de apoio cheias de fervor. A primeira, a de um romancista que você não conhece – um pouco suspeito, pois já falei bem de um romance seu, tenho outro em mãos sobre o qual ele espera que eu fale e... é amigo do Juscelino, que está sendo caçado pelos novos deuses agaloados [de galões militares]... A outra foi de uma "admiradora", e esperei logo a descompostura, mas não se confirmou. "Há muito sou sua admiradora e esperava pelo seu artigo de hoje. Sou viúva do marechal Fontenelle" e portanto viúva de militar. É nada diante do que pode redundar do fato de dizer a verdade numa hora em que os novos deuses do Olimpo bebem com delícia o sangue dos vencidos. Mas sempre deixa no coração um consolo e uma energia.

(...) De qualquer modo, já levo comigo a certeza de que ao menos dois leitores – um inteiramente isento, e outro... mulher e viúva de militar, o que redobra a importância do testemunho – me trazem o bálsamo profundo da declaração e até da expectativa! Quer dizer, se eu não tivesse escrito isso, a tal a senhora teria uma decepção. Que responsabilidade!²³⁰

É uma das primeiras manifestações de Alceu sobre o papel de liderança civil que assumiria a partir de uma posição firme contra o golpe e seus desdobramentos. Liderança esta manifesta como indesejada por ele, conforme afirmou nesta próxima carta e em correspondências nos meses e anos seguintes. Nunca se furtou, no entanto, à responsabilidade que percebeu da conversa da viúva do general Fontenelle.

(...) Ontem foram cassados afinal o mandato de senador do Juscelino de seus direitos políticos por dez anos! Mais uma iniquidade para impopularizar a revolução e popularizar o JK. E o Adhemar continua no posto, com um passado muito mais corrupto do que o JK. O Sobral ainda mandou um telegrama ao Castello mas os "dedos-duros" ou os "Catões" agiram na sombra. O Sobral diz que "rasgará seu título de eleitor". (...)

Quantas vezes eu te disse que gostaria de ficar à margem de tudo. E no entanto, durante estes dois meses – abril e maio – nunca estive tanto em plena torrente e no meio dos acontecimentos. Veja por exemplo, esse cartão. Convite de um general que é diretor da Biblioteca do Exército. Não me parece muito de acordo com o "terrorismo cultural"... O Hécio me perguntou como se explica que o JB tenha recusado os artigos do

²³⁰ Idem, Rio de Janeiro, 07/05/1964, p. 397.

Antônio Callado (que se transferiu para o Correio da Manhã) e publicado os meus. Respondi-lhe: “Efeito dos meus 70 anos! Já me consideram à margem”... (...) Tudo isso é ridículo, se não fosse trágico. (...) E se eles não cassam o Adhemar, então é que o JK fica mesmo mártir e será recebido, daqui a dez anos, de modo estrondoso, se até lá não tiver vindo, como é provável, uma anistia.²³¹

Segundo o trecho grifado por nós, mesmo evitando colocações que o expusessem mais do que a prudência ou seu temperamento exigiam, Alceu não se eximia de dar sua opinião sobre os acontecimentos. Como explicar que sua tribuna continuasse aberta, quando a de muitos outros já havia se fechado? Atribuía a sua idade, como se o considerassem já à margem depois dos 70 anos. Aproveitou, ainda, para falar da injustiça da cassação de Juscelino, por corrupção, enquanto outros, como Adhemar de Barros, permaneciam soltos e prestigiados pelo governo revolucionário. Entendia que isso transformava JK num mártir, numa posição de forte apelo popular ao final de seu período de inelegibilidade, ou antes, caso fosse adotada uma anistia, que Alceu considerava provável e pela qual esperou ao longo de 1964.

Em junho, registraria à filha algumas posições de apoiadores da ditadura que se instituíra que começavam a se afastar dos círculos militares, como o escritor e empresário Augusto Schmidt, muito seu amigo, mas que havia deixado de procurá-lo por suas posições pela legalidade. O pai mandava à Maria Tereza cópia do artigo em que aquele se mostrava desiludido com a chamada “revolução”. Ao mesmo tempo, Alceu deplorava seu próprio artigo do dia, considerado muito moderado. Isso aconteceria outras vezes, pois Alceu mantinha uma produção de vários artigos, cerca de dez ou mais, que enviados aos jornais, eram selecionados pelos editores, ficando o autor sem saber quando seriam publicados.

(...) A nota desta manhã é a transcrição do artigo do Schmidt “desiludido com a revolução”, como havia me dito por telefone. Vou cortá-lo, pois é uma bonita página, como as que sabe escrever quando não está dominado pela paixão política. Para quem chegou dizendo “o Brasil está salvo”, dizer agora que ninguém pode salvar coisa alguma é uma boa penitência. O meu de hoje, “À brasileira”, me surpreendeu pela moderação: irão dizer as más línguas que já foi efeito do telefonema... Na realidade, foi escrito aí em São Paulo mesmo, logo após o “Terrorismo cultural” e, segundo a minha inclinação de ouvir os dois sinos..., outros voltarão a ser mais “brabos”. Eu até estava temendo que fosse um desses, talvez o de amanhã. Os acontecimentos caminham tão depressa que foi escrito há um mês ou menos já parece de outros tempos. Bem. Está na hora.²³²

²³¹ Idem, Rio de Janeiro, 9/06/1964, p. 413.

²³² Idem, Rio de Janeiro, 11/06/1964, p. 417.

Ele comentou, de passagem, que o tal telefonema do Castello estava repercutindo: "...irão dizer as más línguas que já foi efeito do telefonema...", como se julgassem que Alceu fosse moderar suas críticas, pela deferência do presidente. Em outras cartas ele daria notícias de comentários de pessoas diversas sobre sua ligação com o marechal Castello Branco. Como a do jornalista, que há tempos sem procurá-lo, ligou querendo saber como se sentia sendo líder da contra-revolução. Ironicamente, Alceu afirmava à filha que achava que o jornal *O Globo* também passava a se alinhar com os desiludidos da "revolução", chamando-o *The Globe*.

(...) Agora mesmo, no telefone, um antigo repórter do Globo Miguel (?) Cury, que por muito tempo não me ligava. Começou logo com a frase agora proverbial: "Então é verdade que o senhor recebeu um telefonema do presidente?" etc. "O senhor agora é um homem famoso (sic). É o chefe da contra-revolução (sic) etc. E eu: "Não sou chefe de nada. Nem de revolução, nem de contra-revolução. Sou pela evolução, pelas reformas, dentro do processo democrático e tá, tá, tá e tá, tá, tá".

*Tenho a impressão de que o próprio The Globe (como chamam O Globo por aí) já está também com os desiludidos. Aliás, quem tomou agora, por algum tempo, o cargo de redator-chefe foi o Antonio Olinto, da seção de crítica "Porta de livreria" e que foi nomeado pelo Jango embaixador no Gana, na África, onde passou dois anos. Naquele momento, pediu meu apoio junto ao San Thiago Dantas, que era então chanceler. Hoje está redator-chefe de O Globo, jornal aqui (ou pelo menos foi) arquiantijanguista e pró-revolução. Que gente!*²³³

Observa-se aí uma ambivalência entre o julgamento moral (portanto de cada indivíduo) e o julgamento político (do processo que ia se apresentando como ditatorial e de médio ou longo prazo), o que afetaria a imprensa, o empresariado e outros segmentos da sociedade. Também se nota no interior da linguagem das cartas uma já referida ambivalência do termo "revolução", ora denominando o golpe, ora como designativo de radicalização, extremismo e violência, seja de direita ou de esquerda.

Em 1964, Alceu comentaria com Maria Tereza que alguns setores militares já demonstravam insatisfação com a política moderada de Castello, como foi contado ao seu filho Alceu por um escritor baiano seu conhecido. Não apenas Alceu pai, mas também Dom Helder, entre outros, eram alvo de militares direitistas que não se conformavam que ainda estivessem soltos e ativos. Ele indicava que via a revolução encabeçada por Castello Branco como antitotalitária, o que desagradava os mais radicais. Tal tentativa de se manter ao centro, de certa forma identificada com o que havia perseguido João Goulart, ao buscar equilibrar-se entre esquerda e direita em seu

²³³ Idem, Rio de Janeiro, 12/06/1964, p. 419.

governo, era arriscada e difícil, pois depois de iniciado o processo dito revolucionário, dificilmente se poderia conter os mais exaltados.

(...) O Z. [Zitelmann Oliva, cronista baiano] esteve com um duro da Bahia, provavelmente agalado, não sei, que lhe disse: “O Castello Branco traiu a revolução. Nós é que vamos fazê-la agora, no duro. E os seus amigos, como o Tristão e o Dom Helder, que se precavem etc.”... Como você vê, os gorilas se sentem traídos e querem vingar-se, ou antes, fazer a revolução fascista, ao passo que o grupo Castello fez a revolução liberal, antitotalitária.

(...) De modo que voltamos mais uma vez à situação anterior, quando o Jango procurava equilibrar os dois extremos, dando liberdade a ambos, mas se inclinando gradativamente para a esquerda. Agora, o grupo castellista quer manter-se no centro, combatendo as esquerdas mas não deixando se arrastar pela direita. É de novo uma tentativa de superar os extremismos com gente melhor, mas também tendo contra si os dois extremos, o que torna sua situação ainda mais difícil, depois de haver desencadeado uma revolução, isto é um processo violento. Até abril as feras estavam engaioladas. Agora foram soltas e estão sedentas de sangue.

Será que o espírito brasileiro conseguirá vencê-las, depois de soltas e tendo começado a provar o gosto de sangue?

That's the question! (...) ²³⁴

Alceu dava conta da tensão, tão comentada na bibliografia sobre o período, entre moderados e a “linha-dura”. Segundo ele, de novo numa linguagem bem menos moderada que seus artigos escritos para um público mais amplo, tendo provado o “gosto de sangue”, dificilmente se poderia deter o avanço de novas vagas revolucionárias e chegava a duvidar que mesmo o pacifismo dos brasileiros pudesse deter os mais radicais.

Às vésperas da edição do Ato Institucional nº 2, publicado em 27 de outubro de 1965, pelo presidente Castello Branco, Alceu comentava que o sistema militar tendia a ser reforçado, com a decretação do estado de sítio. O governo teria desistido de tentar submeter Legislativo e Judiciário à vontade do Executivo à adoção de novo conjunto de leis visando restringir ainda mais as liberdades democráticas. Castello não teria conseguido suportar a forte pressão dos mais reacionários e cedido em levar o regime mais à direita, alegando que fazia isso para salvar a democracia. Alceu expressava sua revolta com a ideia de restringir a democracia para salvá-la.

A estas horas, em Brasília, está se decidindo não digo a sorte do Brasil – porque esses pigmeus não têm estatura senão para decidir, e olhe lá, a sorte de si próprios – mas se está decidindo o crepúsculo das nossas liberdades, das que nos restavam ainda, depois que a milicância começou a “salvar a pátria” a partir de 1º. de abril.

Vão decretar amanhã o estado de sítio, isto é: a suspensão de todas as garantias constitucionais. (...) O governo chegou à conclusão de que não conseguiria dobrar nem o Legislativo nem o Judiciário, obrigando-os a votar voluntariamente (o Legislativo) e a aplicar

²³⁴ Idem, Rio de Janeiro, 27/06/1964, p. 425.

voluntariamente (o Judiciário) a nova legislação draconiana que os milicos impuseram ao Castello, que é um moleirão. O Castello então, “para salvar a democracia” (pois hoje em dia todos querem salvar a democracia e os que mais clamam por sua salvação são os que mais a afundam. É o caso de pedir a Deus que acabem com a democracia, para vermos se assim ela se salva...). O Castello, repito, decretou o estado de sítio. (...)

*E o engraçado é que o Lacerda, ainda desta vez, está do outro lado, do nosso lado! Sim, do nosso lado, pois está contra o Castello e portanto contra a legislação que ele (Castello) quer impor ao Congresso (...) Essa nova colocação do Lacerda vai ser das mais pitorescas. O Lacerda do nosso lado... Essa só mesmo o demônio podia prever. E ao lado dos integristas, que também estão contra a legislação draconiana, de modo que estão também do nosso lado. Só vendo...*²³⁵

Carlos Lacerda, um dos personagens-chave do conturbado período, assumia sua oposição a Castello, buscando capitalizar as insatisfações dos radicais. Ao “nosso lado” perfilavam-se integristas, como Alceu chamava os tradicionais membros do Centro Dom Vital, como Sobral Pinto, que percebiam que aquela revolução não se dispunha a devolver o poder aos civis e restabelecer a normalidade no país depois de afastada a ameaça comunista. O pensador, então desnorreado, segue comentando a mudança de posição dos reacionários:

*Acontece que somos lógicos. Sempre consideramos o golpe de 64 como o começo de novos golpes, pela ação da **engrenagem revolucionária**. Ao passo que os reações (lacerdistas e integristas) julgaram empalmar a revolução para si. Como os militares ficaram com ela, pois foram eles de fato que a fizeram, deixaram todos os civis na mão. E eles agora – os civis reacionários que queriam a revolução das direitas, mas feita por eles e não pelos militares – estão no ora veja. A não ser – e nada tem de impossível – que mais uma vez tentem tirar a sardinha com a mão do gato. E como os milicos são uns primários, deixam que eles façam, com o estado de sítio, a segunda revolução, ainda não bem totalzinha, até que eles então façam a terceira, mancomunando-se com os próprios milicos, que não vão saber o que fazer com a segunda, como não souberam o que fazer com a primeira.*

Enquanto isso, o Brasil que se dane e a liberdade que eu terei, idem. Adeus, artigos e croniquetas, a menos que resolvam manter a liberdade de imprensa para americano ver, pois no fundo tudo é questão de dólares, e sem os dólares dos USA nenhuma revolução se aguenta num país de 79 milhões de famintos para 1 milhão de indigestos... (...)

O que Alceu chamava de segunda revolução e depois terceira, na verdade, seria o aprofundamento das medidas repressivas, que viria a acontecer com a edição do Ato Institucional 2 e, principalmente, com o AI 5. O que parece ter acontecido foi uma tomada de consciência de sua parte, que os civis que apoiaram o golpe, como Magalhães Pinto, ainda buscassem uma chance de retomar o controle, pois, por mais que os militares deplorassem as atitudes dos políticos tradicionais, não saberiam o que fazer com a segunda revolução, como tampouco o souberam com a primeira, fora seu

²³⁵ Idem, Rio de Janeiro, 24/10/1965, p. 513.

ímpeto de punição e imposição de disciplina castrense à sociedade brasileira, uma vez os índices econômicos continuavam medíocres, sem falar na grave situação social.

Crendo que o novo ato já estava vigente – como no fim da carta veio lhe confirmar seu amigo, o médico Rui Coutinho – Alceu se perguntava como ficariam as liberdades de imprensa e de opinião dali para frente, sobretudo qual seria seu papel e sua situação política como formador de opinião. Acreditava que nada mudaria muito bruscamente, como até então ocorria, pois como escreveu na carta anterior, havia que se manter um clima de aparente normalidade para que os dólares americanos continuassem a entrar no país, o que poderia mudar, caso o sistema político fosse classificado como uma simples ditadura.

*É possível que a estas horas já estejamos com o novo Estado Novo, isto é, com a ditadura legalizada e portanto com a segunda revolução instalada no Brasil. Todos os direitos estão agora, de novo, nas mãos de um comando revolucionário e com o Ato Institucional nº. 2, que renova os poderes ditatoriais do Ato nº. 1, de 9 de abril de 1964, e coloca os destinos de todos nós nas mãos da Justiça Militar (sic). Para mim é esta a suprema execração. A Justiça Militar sempre foi a chamada justiça de exceção. Agora se transforma essa justiça de exceção em justiça comum, transformando o **Brasil inteiro num campo de concentração**. Pergunto agora: até quando – ou antes, até que ponto – vão respeitar a liberdade de ideias? De momento, acredito que não vão cortar drasticamente, introduzindo nos jornais a censura prévia, proibindo artigos etc., como se fez durante o estado de sítio.*

(...) Estamos em pleno domínio da impostura, da impostura moral, política, econômica, psicológica, tudo. No dia 31 de março, quando San Thiago Dantas me falou pela última vez ao telefone (...) “creio que está tudo perdido. E você já pensou no que vão ser 20 anos de ditadura direitista?” (sic)

Sua profecia começa ou antes continua a realizar-se. Temos apenas um ano e meio de ditadura direitista. Faltam apenas... 18 e meio. Quer dizer que até o fim da minha vida terei de viver sob este regime, sempre em oposição (como aliás tenho vivido toda a vida), mas agora muito mais na fogueira, mesmo que seja apenas a das ideias. E por isso pergunto a mim mesmo: até quando e até que ponto temos o direito de pensar e de exprimir essas ideias? Enquanto durarem esses 18 anos e meio... E como não chegarei lá, em hipótese alguma, até o fim da minha própria vida.

(...) Até quando poderei livremente escrever o que penso? É no que penso neste momento. Egoísmo? Como não sou político, nem o serei jamais, mas não me posso frustrar a tomar posição nesta sombria batalha antidemocrática, só tenho como campo de batalha o das ideias e das palavras. Da liberdade de dizer e escrever. Se vão considerar a minha opinião, mesmo sem ação, como subversiva, já não terei meio algum de lutar e volto às letras ou ao silêncio. Às memórias!!! Se não ao exílio. Tudo isso é muito sombrio. Mas é a realidade. E temos de encará-la de frente.

O Rui Coutinho me telefonou comunicando o consumatum est. Procurei ouvir pelo rádio mas o oficial acabara de dar as notícias do tenebroso Ato Institucional nº. 2 e encerrara a transmissão. E todas as demais estações só tinham música ou silêncio, o que é a fórmula do nosso cesarismo 1965, como o neronismo era pão e circo.²³⁶

A preocupação de Alceu não era apenas de sua própria conveniência, é claro. Teria, decerto, condições de se manter independentemente das remunerações dos

²³⁶ Idem, Rio de Janeiro, 27/10/1965, p. 515/516.

jornais e do Conselho Federal de Educação, mas o cerceamento da livre opinião e pensamento lhe parecia um sinônimo de morte (note-se que ele calculava o tempo que ainda lhe restava) e se recusava a deixar suas ocupações profissionais e o direito de externar sua opinião por si, enquanto não fosse compulsoriamente afastado ou censurado. Por isso questionava-se até quando poderia manter-se livre e ativo, como até então.

(...) O tal segundo ato (...) ainda é pior que o primeiro. Coloca-nos, como disse o Sobral ontem a um repórter, “em plena ditadura militar”. Contra ela só há três caminhos: aceitação, revolução ou oposição. Este último é o meu caminho.

Mas até que ponto será possível fazer oposição, mesmo que seja como é a minha, de ideias e de artigos de jornais e conferências. Ainda não se sabe ao certo os limites dessa “tolerância” oficial pois estamos nesta triste situação: a autoridade é ilimitada e a liberdade é condicionada. E condicionada a ponto de se poder dizer – suprimida.

Ah, quanto eu quisera ter me enganado quanto à engrenagem da revolução de 64! ²³⁷

Este desânimo que expressava sua filha, no entanto, não deixava transparecer no Alceu público. Nem depois da edição do Ato Complementar nº. 3, em novembro de 1965, instituir a delação anônima contra o que as autoridades chamavam de “atos antirrevolucionários”, ação que Alceu considerava como digna do nazismo ou do stalinismo.

(...) Realmente, o Ato Complementar nº. 3, de ontem, permite que “qualquer pessoa do povo” denuncie qualquer pessoa por “atos antirrevolucionários” (sic). Quer dizer, se as damas fanáticas da Camde [Campanha da Mulher pela Democracia] considerarem que os meus artigos são “atos antirrevolucionários” (e ninguém jamais poderá definir o que sejam atos antirrevolucionários, senão aqueles que os revolucionários julgam ser atos antirrevolucionários), estamos fritos. Estamos inteiramente no regime da pura

DELAÇÃO

que julgávamos privilégio do nazismo e do stalinismo. Hoje, está consagrado por uma lei (...) da revolução de 27 de outubro de 1965, data mais funesta para o Brasil do que o 11 de novembro de 1937, que os atuais autores dessa “legislação” draconiana e inumana consideravam como sendo a data mais vergonhosa de nossa História, e por isso formularam o slogan: “Lembrai-vos de 37”. O brigadeiro Eduardo Gomes, à frente dos antropófagos que acabam de comer os seus próprios pais e a si mesmos, no caso dos fundadores da UDN, que nasceu para “democratizar” o Brasil e está hoje enterrando a democracia en ayant l’air de la défendre. ²³⁸

Mas a situação política ainda iria deteriorar mais e mais. Em 1968, último ano em que se tem cartas publicadas, o movimento estudantil se acirraria com manifestações de rua, enquanto a guerrilha urbana já se manifestava, incomodando o governo militar. Em meio a tudo isso, o Congresso, pela ação do Movimento Democrático Brasileiro,

²³⁷ Idem, Rio de Janeiro, 28/10/1965, p. 517.

²³⁸ Idem, Petrópolis, 03/11/1965, p. 519.

MDB, o partido de oposição consentido pelo Ato Institucional nº. 3, começava a esboçar alguma resistência. Foi o caso do deputado e jornalista Márcio Moreira Alves, cujo discurso em protesto pela invasão da Universidade de Brasília, no dia 2 de setembro, no qual conclamava a população a boicotar os festejos da Independência no dia 7 seguinte. Considerado ofensivo à dignidade e aos brios dos militares, o Procurador Geral da República solicitou à Câmara o direito e processar o parlamentar.

Politicamente é hoje um dia negro para o Brasil. Na Câmara, o governo, à custa de manipulações as mais indecentes (substituição de nove deputados governistas (sic) que iriam votar na Comissão de Justiça contra a licença para processar o Marcito, por outros tantos deputados tipo boi manso, que fazem tudo quanto seu mestre mandar), o governo vai dar uma bofetada no poder Legislativo e com isso marcar mais um ponto no processo de autotransformação de um regime mascaradamente constitucional num regime cinicamente totalitário ou policial constitucional. É uma evolução lógica, sem dúvida, mas nem por isso menos lamentável pra quem ainda preza a liberdade, como único regime político capaz de assegurar o mínimo dessa segurança de viver em regimes securitários como o nosso pretendem assegurar e não fazem senão desmentir e realizar precisamente o oposto. (...) Ver a “fé de ofício” desses pobres-diabos é uma desolação. São os deputados mais apagados, mais medíocres, mais malandros, mais omissos, mais sem-caráter que se possa imaginar. E esses é que vão definir a sorte de um deputado como o Marcito – e, mais ainda do que a sorte de um deputado, a sorte da própria dignidade da Câmara. É um espetáculo realmente deprimente. E por isso é que não pude deixar de extravasar, logo de saída, a minha indignação. Fico chateado por não poder logo extravasá-la de público e ver, pelo contrário, aparecerem, como hoje, “bilhetes” sobre Versalhes...²³⁹

Apesar das manobras citadas por Alceu na carta, bem como a autocensura que ele próprio ia se impondo, a Câmara negou a autorização, o que levou Costa e Silva, por pressão dos ministros militares, a assinar o Ato Institucional nº. 5, fechando o Congresso por mais de 10 meses, até outubro de 1969. Alceu manifestava à filha sua indignação. Não sabia, nem podia sabê-lo, que o regime militar engendrava o mais violento Ato Institucional de tantos que foram editados, que levou o *Jornal do Brasil*, por prudência ou autocensura, a suspender a publicação de seus artigos, como já se viu anteriormente.

Poderíamos multiplicar os exemplos do desnorteamento de um pensador não alinhado partidariamente e decepcionado com boa parcela da Igreja Católica, a qual representou por tantas décadas. No entanto, acreditando que a evolução de seu posicionamento frente à conjuntura já está bem representada pelos documentos escolhidos, para encerrar este capítulo sobre as *Cartas do Pai* será interessante conhecer ainda algumas correspondências em que Alceu trata com sua filha de alguns

de seus sentimentos pessoais sobre a conjuntura, como desânimo, solidão, revolta e estranhamento de si. Embora tais aspectos sejam indivisíveis, selecionamos outras cartas em que estes sentimentos ficam mais evidentes. Para isso será preciso retornar aos tempos do início do golpe até 1968.

5.4. Os sentimentos de Alceu frente à “revolução”

Ao longo desta tese viram-se várias facetas de Alceu Amoroso Lima, a partir de seus biógrafos e admiradores, a partir de seus escritos públicos e também por meio das cartas à filha, selecionadas entre as que tocavam diretamente, a nosso ver, à política do período dito “revolucionário”, como que fazendo uma resenha dos acontecimentos. Em todos os artigos e principalmente nas cartas, sempre transpareceu não apenas as opiniões do dr. Alceu, mas também muitos de seus sentimentos a respeito de personagens e situações, do país e do exterior. Mas, separamos algumas cartas que mostram como se sentia o homem Alceu, suas expectativas, seu cansaço frente a mais um momento político pleno de ressentimento, a solidão pelo afastamento dos amigos, as perdas, as respostas pública e privada aos ataques que recebia, a reação aos apelos, a indignação pelo uso privado da Igreja. Mesmo a alegria do reconhecimento, a vaidade de posições que dizia não almejar, mas que o engrandeciam ainda mais, o empenho em missões para a Igreja, o enfado em lidar com “gente importante”, tudo isso fez parte do ocaso de Alceu, que, como disse Anísio Teixeira, estava “terminando a vida numa aurora”.²⁴⁰

Por manter-se tanto tempo ao lado da legalidade, mesmo não acreditando que João Goulart pudesse levar a bom termo seu governo, Alceu acabaria por se afastar de seus companheiros de Igreja e de Academia. Não foram poucas vezes que expressou algumas queixas à filha sobre pessoas que lhe eram próximas, como Sobral Pinto, Hamilton Nogueira, Augusto Schmidt. Evitava responder-lhes aos ataques que recebia pela imprensa, daqueles que esperavam que ele mantivesse a posição conservadora que professou nos longínquos anos 1920 e 1930, mantendo-se à direita, como convinha a um “bom cristão”, como acreditavam. Mas Alceu mudara seu posicionamento ao longo dos anos, ficando cada vez mais liberal e cada vez menos

²³⁹ Idem, Rio de Janeiro, 28/11/1968, p. 617.

²⁴⁰ Idem, Rio de Janeiro, 28/09/1966, p. 564.

paciente com o que chamava de *proprietismo* e com os temores de uma revolução socialista que viesse questionar os privilégios da burguesia brasileira.

Nessa carta, do início de abril de 1964, dizia à filha da solidão que sentia e do risco do pecado da vaidade que corria em manter-se sozinho na oposição sóbria que fazia ao golpe, ou num possível descrédito que votava a si mesmo. Ao final do trecho selecionado, ele diria do “aumento do ódio entre as classes”, referindo-se ao aumento do ressentimento que as massas populares poderiam votar aos dominantes da sociedade brasileira que ficaram claramente ao lado do arbítrio militar e dos desmandos decorrentes da quebra do Estado de Direito.

Pierre Ansart chamaria a atenção, como nosso autor o fazia, de que a democracia era o regime que melhor permitiria o esvaziamento dos ressentimentos e a superação dos ódios.

*A ideologia liberal tem como evidente que o funcionamento da democracia deva ter como efeito moderar os ódios sociais e os ressentimentos pela legalização das oposições. (...) O regime democrático é, na verdade, o regime que, contrariamente aos regimes autoritários ou absolutistas, possui a vocação de ouvir os ecos dos ressentimentos, dar-lhes certo direito de expressão, nos limites das leis, e favorecer a superação dos ódios pela discussão e pelas concessões.*²⁴¹

Em outras cartas, no entanto, Alceu acreditava que o perigo do comunismo estava longe do país, apesar de temer, nos termos do artigo *Terrorismo cultural*, que a liberdade ao ser sufocada gerava mais ressentimento e não conformismo, o que poderia criar o clima para outra revolução.

(...) Tudo isso é apenas um testemunho a mais da solidão em que me encontro. Um a um se afastam de mim os amigos e me obrigam a pensar, cada vez mais madura e seriamente, nas minhas atitudes e nos meus escritos, para não me deixar vencer pela vaidade do famoso “et s'il n'en resteur qu'un, je serait celui-là” [E se restar apenas um, serei eu], de Victor Hugo, nem tampouco pela minha tendência natural a achar mais razões nos outros que em mim mesmo... Bem sei, por exemplo, que o novo clima político, direitista e reacionário, criado no Brasil pela vitória da “revolução democrática” e antijanguista, vai tornar ainda mais difícil e penosa minha posição de isolamento. A menos que seja o contrário... por ter... “passado o perigo comunista”. Não. O direitismo triunfante agora, apesar da declaração em contrário do novo manifesto do MP [Magalhães Pinto], vai ser ainda mais intolerante do que o esquerdismo da era Jango. Vão pulular as perseguições e as vinganças, como a que já se fez em

²⁴¹ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUNICAMP, 2001. p. 27/28.

*Pernambuco contra o Arraes e o Pelópidas Silveira [prefeito de Recife], para gáudio dos usineiros e **aumento do ódio entre classes**. (...) ²⁴²*

Constantemente, porém, Alceu buscava analisar em seus escritos à Maria Tereza se estava correto em seus pensamentos e se suas atitudes mantinham-se coerentes frente à evolução dos acontecimentos. Se ficava triste com o que via acontecer em sua Igreja, cuja maioria dos bispos e cardeais virava as costas ao progresso e à própria doutrina social que já vinha de Leão XIII e aprofundara-se com João XXIII, alegrava-se, no entanto, com a atuação de homens como Dom Armando Lombardi, núncio apostólico no Brasil, seu amigo de tantos anos, como demonstra nesta carta de 9 de abril.

[...] No dia da vitória da revolução o núncio [Dom Armando Lombardi] sabe onde foi? À Embaixada de Cuba (sic) para oferecer asilo na Nunciatura ao embaixador (que parece já tinha viajado para as terras natais de seu cupincha barbudo [acreditamos que se referia a Fidel Castro]) e a todos os da embaixada e suas famílias, se precisassem. Mais. Como a Santa Sé não tem relações diplomáticas com a Polônia, a Hungria, a Checoslováquia, a Iugoslávia etc., pediu-lhe que fizesse o mesmo oferecimento: asilo na Nunciatura, para os que quisessem! Depois, telefonaram logo do Vaticano, cifradamente, e uma hora mais tarde recebia o telegrama do cardeal Cicognani, em nome do papa, “aprovo” ou coisa parecida “seu gesto”! Isso é que lava a alma da gente, nesta hora de tanta mesquinharia. É a igreja, de braços abertos, e não de metralhadora em punho, não fazendo “expurgos”, “limpezas”, mas abrindo as portas para abrigar os fugitivos, os perseguidos, os infelizes! Que beleza! Aleluia!

Encheu-se de júbilo por ver que para além da cúpula da Igreja brasileira, o próprio Vaticano era capaz de gestos como este de oferecer abrigo a perseguidos e a todos os que estivessem em risco, bem ao contrário das senhoras católicas que se manifestavam publicamente a favor do golpe.

A propósito, Dom Armando Lombardi iria encomendar-lhe uma tarefa urgente e sigilosa: escrever um relatório sobre a situação política e religiosa no Brasil depois do golpe. Alceu era a pessoa certa, pois seria capaz de ser isento de paixões, uma pessoa da total confiança do núncio e, com certeza, também da Santa Sé. Alceu comentaria em várias cartas que estava trabalhando no tal documento, que havia prometido brevidade para escrevê-lo e que fosse totalmente sigiloso, a ponto de prometer ao bispo que sua esposa iria, ela mesma, datilografar o material, por mais que tivesse total confiança em seu secretário.

²⁴² LIMA, Petrópolis, 03/04/1964, p. 375.

(...) Comecei ontem à tarde a escrever a tal carta de coração aberto, a pedido do núncio, e quero e preciso acabar hoje sem falta, para que Mamãe comece a passar à máquina logo mais, pois prometi ao núncio que seria ela a passar, de modo a não passar nem mesmo pelas mãos do Carlos, por mais discreto que ele seja – e por isso, vou também abreviar esta carta, embora ainda acrescentando alguma coisa na volta da missa (...)

O trabalho acabou resultando em um documento de 26 páginas, do qual não se tem notícia do conteúdo. Acredita-se que haja um exemplar dele com a madre Maria Tereza, pela afirmação de seu pai que lhe enviaria o original e que por isso não iria comentar com ela nem as ideias gerais. A outra versão, datilografada, deve ter sido enviada pela Nunciatura à Santa Sé.

(...) Ontem, a carta foi também afoitada, pois estava ansioso por terminar de manhã a carta ultrassecreta do núncio. Afinal, só acabei mesmo à tarde. E como à noite Mamãe não pôde passar a limpo, agora é que começou a fazê-lo e são 26 páginas com esta minha letra. Coitada! Espero levar o original para você.

*E você fique muda. Não que haja perigo algum em saber-se que o núncio me pediu esse relatório, e que eu o escrevi como se falasse a você, mas é que o núncio mesmo me pediu que o conservasse absolutamente em segredo, “para o enviar a Roma”. Confesso que isso me dá uma grande alegria interior. Podem os filósofos ou os cardeais, os chefes de empresas ou as grã-finas, me olharem com piedade. Desde que **a igreja esteja comigo, não para me apoiar, mas ao menos para me ouvir, basta**. E no caso é um pouco mais do ouvir apenas...*

Procurei dizer, pão pão, queijo queijo, dizer o que penso da situação política e da situação religiosa e como você, se Deus quiser, vai ler o paper, não vale a pena reproduzir nem mesmo suas ideias gerais. O documento, embora “ultrassecreto, ficará incorporado a este arquivo para que em 2064, se por acaso alguém o divulgar, dizer de duas uma: ou como se enganara esse sujeito, ou como previa bem esse camarada. Até lá, que a poeira dos arquivos recubra esse depoimento, aliás muito menos vibrante e violento do que eu gostaria de ter feito. Mas nem assim consigo fugir ao meu velho hábito, quase obsessão, de procurar ver os dois lados da questão e ouvir a voz dos dois sinos. Embora tendo cá o meu próprio sino... não consigo fazer julgamentos unívocos e simples. Hei de sempre introduzir o pró e o contra, não por preocupação tomista, mas por temperamento. (...) ²⁴³

Como ele mesmo afirma, sentiu que não havia produzido um documento nem tão vibrante ou violento como gostaria, mas que isso se devia a seu próprio temperamento, nunca achando que uma situação fosse totalmente boa, nem totalmente má. É o que chamava de ouvir a *voz dos dois sinos*, mesmo em meio à sua própria confusão.

A elaboração do relatório a pedido do núncio trouxe a Alceu enorme alegria interior. Como grifamos, este fato dava a Alceu a segurança de que continuava no caminho encontrado pelas mãos de Jackson Figueiredo e de Dom Sebastião Leme, e que se ele havia se atualizado no tempo, a Igreja também seguia seu *aggiornamento*.

²⁴³ Idem, Petrópolis, 14 de abril de 1964, p. 387/388.

Mas, em menos de 15 dias depois, Alceu comentaria com sua filha a notícia aflitiva para ele da morte do amigo Dom Lombardi. O sentimento que se nota na correspondência é o de desamparo, quase desespero, por mais esta perda na vida, sentindo que nenhuma ligação próxima com a Igreja lhe restava, à medida que Dom Helder já havia sido transferido para Pernambuco e seu relacionamento com Dom Jaime Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, ia de mal a pior.

Tristíssima a notícia inesperada desta manhã: a morte do nuncio apostólico, Dom Armando Lombardi. Quando você ler estas linhas, se Deus quiser já terá sabido há muito da terrível notícia.

(...) Mais este golpe! Vai-se o nosso último esteio! Depois de Dom Helder, o nuncio! Ainda não consegui realizar [do verbo inglês realize, tomar consciência] bem o golpe. Estou ainda naquele estado de choque, que nos deixa inibidos de pensar. Apenas sentimos uma espécie de paralisia geral, tanto física quanto psíquica, que nos deixa em estado de imobilidade, pensando ou agindo de certo modo por hábito, sem sentir na raiz o que estamos fazendo ou pensando. Como disse e escrevi por várias vezes foi (que tristeza ter que escrever o verbo no passado!) o maior nuncio que o Brasil já teve!

*(...) Estes têm de ser o pensamento e o sentimento centrais desta hora: manter a perfeita equanimidade no coração e na cabeça e mais do que nunca deixar tudo nas mãos de Deus. Em um mês ou dois, quantas surpresas: como quase tudo mudou! Custa um pouco a gente se adaptar às novas circunstâncias, especialmente quando chegam assim de cambulhada. O nuncio, este nuncio, **era meu último amparo** junto às autoridades eclesásticas. Por que será que Deus o levou justamente nesta hora? Pergunta inútil e sem sentido, que me recuso a levar em consideração e que vem apenas da superfície do meu ser, pois sempre me recuso a levar em consideração este tipo de indagação. Quando muito podemos aceitar que a pergunta se faça dentro de nós, por motivos humanos, por um sentimento natural de surpresa e de queixa, que é bem de filho para com o Pai. Por que, Senhor? Por que, justo nesta hora e **sendo ele o último arrimo que me restava junto a Roma**, junto ao Pai comum, cá embaixo? Por que?*

Aquela solidão a que tantas vezes me tenho referido nestas cartas a você vai se apertando em torno de mim. E por isso mesmo, mais do que nunca, preciso não pensar muito nela e, pelo contrário, pensar na companhia que Nosso Senhor nos faz cada manhã, na missa, e a cada momento, na oração. Tenho que pensar é nessa companhia, que impede que sejamos realmente uma ilha e sim uma península, com uma ligação com o Pai. Só nos ilhamos quando realmente cortamos essa ligação. “Homem algum é uma ilha”. [Título do livro de Thomas Merton] (...)

Deus tenha piedade de todos nós!

A consternação, bem como a beleza desta carta evidencia o sentimento de solidão, de desamparo, de estar sem seus pares, o que segundo Hannah Arendt não é a solidão de estar consigo mesmo, mas conforme Benhabib,²⁴⁴ de se sentir deslocado num mundo que não se compreende, nem se é compreendido, na dualidade dos conceitos de “worldlessness” e “homelessness”, ou seja, de que aquele mundo em que nos sentíamos confortáveis, como que em casa, deixou de existir e não encontramos a suave cumplicidade dos nossos semelhantes, dos que nos amparavam. Isto porque o

“totalitarismo” que ele via se instalar no país, criava um novo mundo, onde vida e morte, verdade e falsidade, aparência e realidade se confundiam.²⁴⁵

A carta seguinte, após as exéquias de Dom Armando, Alceu enumerava as perdas de apoio que acumulava ao longo dos anos. Ele dizia aceitá-las, porém, a provação com alegria evangélica, pois sentia que a provação que Deus lhe enviava, mais uma vez, servir-lhe-ia para aprofundar sua fé e afastar qualquer vaidade ou a busca de honrarias.

(...) Que lição de que realmente nada, nada, nada somos e que tudo aquilo que julgamos ter ao menos tentado fazer em 40 anos, é realmente vago e inútil como a nuvem que passa e o rastro do voo dos pássaros no ar! Que lição recebi, olhando para o caixão em que jazia o último homem de Igreja que me deu a ilusão de poder fazer por ela alguma coisa e com isso teria despertado em meu coração muita vaidade adormecida! E lá em cima, no púlpito, aquela mediocridade a resmungar umas raías rançosas que em 1913 faziam a minha geração fugir da Igreja e das igrejas, como sendo o túmulo da inteligência!

Deus está querendo pôr à prova a nossa vaidade e a nossa fé, pois, quando destroça todas as nossas esperanças, leva Dom Leme, padre Franca, Jackson, Pio XI, Pio XII, João XXIII, afasta Dom Helder, chama a si Dom Lombardi, permite a morte do Kennedy (e, entre nós, um Jorge de Lima), leva o Murilo Mendes para longe, esfacela o CDV [Centro Dom Vital], envia o nosso cardeal para o exílio, junto à Nossa Senhora, depois de insultado miseravelmente... [o Cardeal de São Paulo, Carlos Carmelo Motta, afastado para a basílica de Aparecida do Norte, em 18/04/1964] Que avalanche de destruição e de morte de todas as nossas esperanças, de tudo o que, humanamente, me podia subir à cabeça depois de 1928 mas hoje me deixa... alegre, é fato, e perfeitamente em paz!

Essa a lição que ontem reaprendi, ao ouvir aquela voz de além-túmulo, que há trinta anos passados me dava a impressão do bolorento, das teias de aranha, que nós íamos espanar... Ai de nós!!

*(...) E fiquei pensando... **no mal, no terrível mal da entrada da política na religião.** É a pior peste que hoje nos aflige. E nunca foi tão grande nem tão mortífera.*²⁴⁶

Esta dubiedade de sentimentos, tipicamente cristã, de ver a morte e a humilhação como prova do amor de Deus – pois o sofrimento purifica e fortalece aquele que crê – estava presente em Alceu nos anos em que assumiu mais corajosamente, dada a idade que tinha então, a missão de manter uma tribuna aberta contra a ditadura militar e não lhe negar suas críticas e análises, tanto quanto possível desapaixonadas, por amor e não por ressentimento contra a situação.

Quando ele apontava a perversidade que a interrelação entre política e religião trazia ao mundo moderno, ao final da carta, decerto se referia ao aspecto moral e não ao político, propriamente dito, pois que, mesmo de forma não partidarizada, Alceu

²⁴⁴ BENHABIB, Seyla. **The reluctant modernism of Hannah Arendt**. Thousand Oaks, USA: Sage Publications, 1996. p. 49/50.

²⁴⁵ Idem, p. 65.

²⁴⁶ LIMA, Rio de Janeiro, 10/05/1964, p. 405.

exercia sua influência política, por si e como representante da Igreja. O problema maior seria o fanatismo, como tantas vezes se referiu em artigos e cartas, que substituíra a capacidade de pensar, agir e amar (posto que não via estas ações isoladas em si), pelo instinto da paixão, pelo voluntarismo cego. Sua ética de convicção, pelo que expunha em seus textos, o afastava deste tipo de uso da religião e da política.

No mês seguinte, mais aliviado, Alceu enviou uma carta em que relata o encontro inesperado numa rua do centro do Rio de Janeiro, com um desconhecido.

(...) Ia eu saindo do conselho para o almoço, com a alegria de voltar do colégio para casa, quando um desconhecido, bem apessoado, passando por mim, me diz: "Dr. Tristão, tenha pena de nós" (sic). Parei, meio interditado, não sabendo se era... pró ou contra. E o homem continuou: "Leio seus artigos como um breviário (ou coisa parecida). O senhor é o único (...) que está vendo claro em tudo isso. Somos um grupo em Brasília que o acompanha em tudo e segue religiosamente sua orientação. Continue!"

Eu balbuciei algumas coisas e perguntei quem ele era: "Sou deputado federal!" Depois me explicou que era o deputado Armando Lafaiete: nome por mim ignorado, e, mais tarde, soube que era trabalhista [PTB] (vi logo), e de uma zona (Monteiro) onde almoçamos, em 1956, a caminho de Paulo Afonso, na Paraíba. Depois de outras amabilidades entusiásticas no gênero, acrescentou: "O senhor precisa dar um aperto (sic) no Castelo Branco (sic). Já é tempo dele criar um clima mais livre" etc. Lembra a ideia de que sou amigo do Castelo? Aquele telefonema e as referências nos discursos e entrevistas, sobretudo no Norte, o confirmam. (...)

Mas no momento, e para os fins dessa carta, o que me interessa é ver como as crônicas são acompanhadas, lidas, dissecadas, e isto me dá muito mais medo que vaidade, para ser sincero. Não tenho, nem nunca tive, vocação para ser líder de nada. O máximo que tenho feito na vida é dizer o que penso e... os outros que se arrumem menos em coisas políticas. Sei perfeitamente que o meu mal é nunca chegar a ver toda a razão de um lado só, e as culpas do outro. Em tudo. De modo que não consigo nunca contentar a ninguém... Nem a mim mesmo. E como escrevo sempre ao correr da pena, sem a menor preocupação de verificar se estou sendo ou não coerente com o que fui, o resultado é que hoje estou muito longe da maioria dos que outrora me apoiavam de olhos fechados, especialmente as senhoras católicas, os sujeitos de 70 anos (como os próprios companheiros de mocidade, como o Henriquinho, o Moraes, e outros) – e fico com um medo danado de amanhã, ou a cada caso novo, decepcionar os que hoje me pedem que "tenha dó de nós"... E amanhã acharão que estou me bandeando, ou coisa que o valha, porque nunca consigo ser totalmente pró nem totalmente contra nada. Daí, por exemplo, minha antipatia por toda Apologética. A própria Igreja não é infalível (o papa, em determinadas condições, sim). Os cardeais..., os católicos... e eu?

*(...) Tenho horror a esse estilo de gente. Não sei se preferiria os fascistas desmascarados, pois teria (ou terei...) de sofrer mais, mas ao menos por agora ainda me podem dizer, como têm dito: "A prova de que há liberdade é que você está livre". Mas que tenho horror a esses inquisidores, vestidos ou não de púrpura ou galões, lá isso tenho. Cada vez mais. E se não fosse medroso, ou escrupuloso, ou maniaco das proporções e dos "dois sinos", gostaria de escrever como Heitor Cony, que a cada manhã denuncia, com estilo, esses fariseus. Basta por hoje.*²⁴⁷

O trecho grifado por nós dá conta da surpresa de Alceu de como suas crônicas eram assimiladas pelo público, na verdadeira acepção do conceito de formador de

²⁴⁷ Idem, Rio de Janeiro, 04/07/1964, p. 428/429.

opinião. Isso lhe dava uma posição de liderança que o incomodava, principalmente porque não se preocupava com coerência em seus escritos, podendo buscar a verdade em outros lados, evoluindo com as situações, na coerência, isso sim, de suas convicções. Voltaria outras vezes a expressar este sentimento de que não era digno de ser um líder, mas não se furtava a sê-lo. Isso apenas o incomodava, como comentava nessa carta, de março de 1965.

*(...) Tudo isso é tão mesquinho, tão confuso, tão terra-a-terra, que não consigo me interessar por essa mixórdia onde as coisas boas e más se misturam e eu fiquei, por mal ou por bem, identificado com a oposição, quando na realidade continuo a ser o que sempre fui – com perdão da palavra – um marginal, um espectador, um tipo que não tem fórmula alguma salvadora, e por isso sempre teme criticar, a não ser os escândalos nítidos contra a liberdade, como os do início deste ano de “revolução direita”, foi o “Terrorismo cultural.” Mas os moços continuam a olhar para mim, e isso me... chateia.*²⁴⁸

Mas, algumas vezes o desânimo tomava conta de Alceu, ansioso que ficava em se ver livre desta situação que o impelia a sair de sua zona de conforto, mantendo-se à frente da oposição intelectual aos governos militares. Nessas horas pensava no exílio, em aulas em universidades estrangeiras, ou em trabalhar em algum órgão como a Organização dos Estados Americanos (então União Pan-Americana), onde esteve em 1951, como diretor do Departamento de Assuntos Culturais.

*(...) Confesso que nesse dia meu maior desejo seria arranjar um ensino numa universidade estrangeira... A menos que já esteja tranquilamente para lá dessas pequenas preocupações terrenas. Ou então continue a me ajeitar com os ditadores direitistas, como me ajeitei com os esquerdistas, sem me aproximar deles e me limitando a criticá-los de longe. Mas será que com o ferrabrás-farisaico católico [Carlos Lacerda] conseguirei ter a mesma liberdade eu sempre tive com os Getúlios e Jangos? Carpe diem!*²⁴⁹

Dado o grande número de universidades francesas e norte-americanas em que era considerado doutor *honoris causa*, ou que havia atuado como professor convidado, esse desejo não era tão fora de propósito, apesar da idade relativamente avançada. Em outras ocasiões, poucas é verdade, Alceu falava da morte como libertação da vida. Nessa carta, no dia de finados de 1965 ele expunha, como fraqueza, à filha, a inveja que tinha dos mortos, como o amigo San Thiago Dantas, ex-ministro de Relações Exteriores de João Goulart.

Nunca, como nestes dias tumulares, o pensamento da morte foi tão atual. Devo logo confessar uma fraqueza: nunca pensei tanto na morte como libertação da vida, como hoje.

²⁴⁸ Idem, Petrópolis, 31/03/1965, p. 499.

²⁴⁹ Idem, Rio de Janeiro, 05/07/1964, p. 431.

*Cristo veio pregar o amor da vida e o sentido da morte, como plenitude da vida. É um dos grandes paradoxos do cristianismo. De modo que tudo que seja olhar para morte como negação da vida, ou como libertação da vida, não é cristão. É puramente instintivo e portanto pagão, no sentido natural do termo (...). Pois bem, diante do que se está passando no Brasil, o que sinto é a morte como libertadora. Invejo os mortos. San Thiago Dantas, por exemplo. A morte como solução para os problemas da vida não é solução cristã. E no entanto é o que estou sentindo e por isso preciso te dizer.*²⁵⁰

Em outras cartas, quando comentou a morte de Ernesto *Che* Guevara, em 1967, ou do padre colombiano Camilo Torres, morto em 1966 ao participar da guerrilha em seu país, ao lado de seu povo, ou ainda de Martin Luther King, assassinado por extremistas em 1968, Alceu expressava sua admiração por todos aqueles que davam a vida por um ideal, mesmo condenando suas opções pelas armas, como no caso dos dois primeiros. A morte não lhe era algo em que se proibia pensar, havendo mesmo uma situação, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando estava em um pequeno hotel em Paris, que chegou a pensar em suicídio. Era a fase *dândi* de Alceu, de *flanêur*, em sua disponibilidade, anterior a seu encontro com os caminhos da Igreja, pelas mãos de Jackson Figueiredo e de Dom Sebastião Leme. Afastava-se da ideia da morte como libertação, embora esta o seduzisse, por não considerá-la cristã. A morte para o cristão era o resultado de toda uma vida, quando se alcançava a plenitude e não uma solução para uma vida difícil.

Quanto aos ataques que sofria constantemente, Alceu dava notícia de um em especial, que lhe chegou aos ouvidos através de seu amigo Rui Coutinho.

*(...) Ontem soube pelo Rui Coutinho que o Gilberto Freyre escreveu um artigo violento e desabusado contra mim na imprensa minúscula do Recife. Ele virou casaca totalmente depois que o Salazar o converteu ao direitismo e, não tendo coragem de escrever contra Dom Helder – que seria o alvo que procura atingir – então se dirige a mim. Mas considero esses ataques providenciais e espero outros ainda mais violentos. Só peço a Deus que não me permita sair da minha rota. Os cães latem e caravana passa, provérbio árabe que cada vez mais considero como representando a pura sabedoria e no qual me sinto perfeitamente à vontade, por corresponder exatamente à minha invencível atitude. Só receio é de ler esses ataques e ter vontade, como logo me vem, de responder. Preciso fazer força para não os ler (como faço sistematicamente com o C. [Corção]) para não me permitir que a caravana perca sua serenidade e atire pedra nos cães... Mas esses ataques são providenciais pois a cada momento recebo cartas ou palavras no sentido oposto, que me arriscariam a deixar levantar a crista. (...)*²⁵¹

Há outras cartas em que comentava críticas feitas por Sobral Pinto, ou por Nelson Rodrigues, ou por seu mais constante desafeto, Gustavo Corção. Nesta, o que há de

²⁵⁰ Idem, Petrópolis, 02/11/1965, p. 517/518.

²⁵¹ Idem, Rio de Janeiro, 09/07/1964, p. 433.

interessante é que ele considera benéficas estas críticas, pois o ajudariam a temperar a vaidade, contrabalançando as várias cartas e apoios que vinha recebendo. Como sempre, Alceu evitava responder às críticas para não polemizar, atitude a que tinha verdadeira aversão. Em outra carta, Alceu comentaria esta atitude em relação a Corção: “[ele] (...) irá ter um bom pretexto para desfechar de novo uma flechada contra mim, sua obsessão, modéstia à parte. Devo irritá-lo mais com meu silêncio do que se me dispusesse a responder às suas farpas – ou por realmente só me interessar pelas ideias.” O que Alceu pedia a Deus é que o mantivesse longe das polêmicas e para isso evitava ler as críticas que lhe faziam, coisa que, por exemplo, acabava fazendo com as extensas cartas que Sobral Pinto lhe endereçava pelo correio. Mas, sua esposa, Maria Tereza as guardava todas, segundo Alceu.

Seguidamente Alceu se queixava do cansaço de ter que escrever seus três artigos semanais, preferindo ficar livre para escrever para o futuro, livros e não mais artigos esparsos. Quando ainda se acreditava que o país voltaria à normalidade brevemente, ou que os civis voltariam ao poder, no máximo, até a próxima eleição presidencial, marcada para 1965, uma vez que Castello acenava repetidamente com esta possibilidade, ele externava mais uma vez seu temor que Carlos Lacerda conquistasse a presidência, ou se instalasse como ditador, e o que isso poderia trazer-lhe, em termos de liberdade.

(...) Tudo está preparadinho para que triunfe um aventureiro de talento com coragem e sem escrúpulos, como foram todos os candidatos a ditador. E o Lacerda tem tudo para restaurar o getulismo, sem o Getúlio, isto é, sem aquela displicência e tolerância do GG e com a experiência do outro lado, isso é, de saber como se derrubam os ditadores.

Sinto isso no ar, como se pressente a tempestade. Queira Deus que me engane, pois se ele vencer, com o apoio dos dedos-duros, o mínimo que sofrerei é o silêncio forçado, que seria até um favor, pois já ando chateado dessa obrigação de escrever três artigos por semana. E gostaria bem de ser obrigado a me retirar da imprensa e poder então escrever apenas para o futuro, livros e não mais artigos esparsos. Mas o que pode acontecer é que, não podendo escrever artigos semanais, não escreva mais nada. O que seria ainda melhor.

Pois afinal os maiores dos nossos – aos quais não sonho em poder comparar-me – como um Machado de Assis (69 anos) ou um Alencar (48) ou um Gonçalves Dias (41), sem falar nos que morreram aos 20, ou um Jackson aos 37, um Ronald [de Carvalho] aos 41, um A. de A. [Antonio de Alcântara] Machado aos 34, um padre Franca aos 50, um Mário de Andrade aos 51 e assim por diante, quase todos. Raros os que chegaram aos 70, como eu, de modo que, se tive alguma coisa que dizer, já foi dito. E agora, só posso é... estragar a pintura, como acontece com minha posição nos meios católicos, 100% no tempo de Dom Leme, e dez por cento hoje. Não me arrependo de nada, desde que nunca procurei...

*percentagem de apoio... mas estou convicto de que já não tenho nada mais a dizer aos 70 que não tenha dito, e bem que gostaria de poder agora... ler à vontade! (...)*²⁵²

Aqui ele demonstra ansiar, secretamente, a ser forçado a se retirar da imprensa pela ditadura, uma vez que sentia que pouco mais havia a dizer, à medida que os grandes da literatura nacional, aos quais não ousava se comparar, haviam morrido muito mais cedo que a idade que ele alcançava, duvidando que houvesse muito mais a contribuir dali para frente. Mal sabia ele que nos quase 20 anos daquela data em que escrevia, ainda tanto teria que contribuir com o país e a religião. Temia ele, na ocasião, que pudesse vir a decepcionar a muitos, como havia feito em termos de seus companheiros e a tantos católicos que seguiam sua orientação por décadas, como secretário da Ação Católica, presidente da Liga Eleitoral Católica e do Centro Dom Vital, enfim, a maior autoridade leiga da Igreja no Brasil do século XX.

Entretanto, várias personalidades importantes da intelectualidade continuavam a procurar Alceu para as mais diferentes missões, contando com seu endosso para institutos, revistas, publicações, além de inúmeros convites para paraninfo de turmas de graduação diversas, conferências etc. Nesta carta, da qual já analisamos um trecho anteriormente em que comentava sobre a atuação do IBAD, ele falava de um conjunto de documentos que Hélio Jaguaribe havia lhe dado para conhecer.

(...) Li agora os papéis que o Hélio Jaguaribe me deu quando fui para São Lourenço, a fim de adiantar o encontro que iria ter comigo para conversar sobre seu plano, que verifico ser a fundação de um instituto de estudos, com a sigla Ibed (Instituto Brasileiro de Estudos sobre o Desenvolvimento), com todo um plano bem arquitetado, até de manutenção financeira (10 milhões por mês!) (sic) com “20 empresas contribuindo com 500.000 cruzeiros mensais” e todo um plano de cursos, aulas etc. e tal, uma verdadeira universidade em miniatura. E quer, nem mais nem menos, que eu “fique à testa”...

Você já viu tudo. Preferia uma boa morte a me amarrar a um novo Iseb (o HJ estava ligado ao grupo Iseb antes que este passasse às mãos do Álvaro Vieira Pinto – de quase extrema esquerda comunista), quando o Candinho [Candido Mendes] foi diretor. De modo que ficará logo marcado como sendo apenas uma nova fase do Iseb. (...)

*Mas, principalmente o que me fez chair de poule só de pensar na hipótese. Seria deixar-me prender novamente nas teias de uma instituição onde me querem como “figura de proa” (por mais que concorde com muita coisa e ache que sempre se ganha com estudos desse tipo, da realidade brasileira, que foi aliás uma das recomendações que fiz na minha conferência nos dominicanos). De modo que vou logo dizendo “nem pense em contar comigo”. Nunca, como agora, estou disposto a não fazer nada senão sob minha própria, direta e individual responsabilidade. E o máximo que poderei fazer é concorrer, quando houver oportunidade, com algum artigo para a revista e figurar na lista de colaboradores. Mas nada mais.*²⁵³

²⁵² Idem, São Lourenço, 14/07/1964, p. 441.

²⁵³ Idem, São Lourenço, 19/07/1964, p. 445.

Alceu mostrava a dificuldade em assumir novos encargos, por mais que acreditasse em seu valor: “Preferia uma boa morte a me amarrar a um novo lseb...” Só não estava disposto a comprometer-se. Em correspondência mais adiante, ele falaria no retorno à disponibilidade, fruto de seu amadurecimento, em oposição a um texto famoso seu, *Adeus à disponibilidade*, teor de carta que encaminhou ao amigo Sérgio Buarque de Holanda, no final dos anos 1920.

Esta liberdade era-lhe cada vez mais cara, como expressou em 1966.

*(...) Ser livre eis o meu ideal neste fim de vida. Em 1928 descobri a verdade. Em 19... descobri a liberdade. Deixo as reticências em branco, porque antes de 28 eu já descobrira a liberdade, mas em 28 julguei que era preciso subordinar a liberdade à verdade. E hoje vejo que se confundiam: a verdade é a liberdade e a liberdade é a verdade. Sempre que a verdade oprime a liberdade, deixa de ser verdade. Daí minha crença, herética – pois a Igreja não a reconhece – de que Deus suprimirá o inferno, que é a supressão total da liberdade, no dia do Juízo Final. (...)*²⁵⁴

Neste trecho, Alceu fala da verdade que veio a conhecer quando de seu encontro com o Sagrado, que marcaria o restante de seus dias. Liberdade e verdade andavam juntas, pois quando a verdade, pelo fanatismo, tentava subordinar a liberdade, a sufocava, ao mesmo tempo em que a liberdade que negava a verdade também se destruía, se anulava.

Ele seguia sua verdade, a verdade de Deus, mesmo que isso implicasse numa posição crítica à Igreja no Brasil, e por isso lançaria no Natal de 1964 a campanha de 15 anos pela anistia e a reconciliação dos brasileiros, como já se viu nos artigos de jornal, anteriormente analisados. Aqui, nesta carta no dia de Natal, ela falava à filha do programa de TV ao vivo em que participara na noite anterior.

Aleluia! Aleluia! Cristo sempre na frente, e sobretudo... no fundo, na sombra, na contradição, na prisão, na humilhação, na perseguição – que é ainda o clima deste Natal de 64, cá entre nós, no ano da revolução que dividiu em dois o Brasil. Já estávamos divididos no Brasil dos exageradamente ricos e dos exageradamente pobres. E agora temos estes dois novos brasis, o da direita e o... da não-direita, onde há de tudo, desde os comunas até os ricos também do nosso lado...

*Por isso é que a prece de Natal, como ontem procurei formular pela TV Excelsior às 11 da noite, foi a da anistia e da reconciliação: o ano de 65 deverá ser o ano da reconciliação de todos os brasileiros. Foi a minha palavra final na gravação da TV Excelsior, que me escolheu – bobagem à parte – para “O homem do ano”... Ah, ah, ah... Como foi pobre em homens este ano que se está acabando! (...)*²⁵⁵

²⁵⁴ Idem, Rio de Janeiro, 04/10/1966, p. 567.

²⁵⁵ Idem, Rio de Janeiro, Natal de 1964, p. 483.

A maneira jocosa como se referiu ao prêmio da *TV Excelsior*, de *Homem do Ano*, bem como assim se referiria ao troféu *Juca Pato*, recebido em janeiro de 1964, mostram um Alceu encabulado com as homenagens que lhe prestavam constantemente. Considerava-se pouco merecedor destes prêmios, pois, como costumava dizer, mais do que a ele, os méritos eram do Espírito Santo que o iluminava ao falar, ou animava a sua “cinzentinha”, pois pouco pensava no que iria produzir. Não que não se empenhasse na produção de discursos, como os que proferiria para receber novos membros da Academia Brasileira de Letras - ABL, a exemplo deste na posse de Gilberto Amado, em 29 de agosto de 1964. Por várias cartas, Alceu comentava com sua filha a preparação deste discurso e o trabalho que este esmero lhe custava.

(...) Mas voltando ao discurso: fiquei meio desapontado e só espero que a impressão da segunda leitura (ou antes, da leitura depois da escrita) não seja a verdadeira. Tirei, inclusive, uma referência de passagem que eu fazia ao Miguel Arraes (falando do Recife, cidade das contradições) e que seria uma pequena provocação ao escândalo, caso o marechal estivesse presente. Até lá é possível que já se tenha desiludido comigo, ou antes, com a ilusão de me “converter”. Mal sabe ele que sou absolutamente infenso a tomar partido a favor ou contra pessoas e até regimes, não sei ser por conformismo – o meu mal congênito, que também o do GA [Gilberto Amado] (...).

*É a prova de minha congênita aversão à política, pois o político é o homem que lida com homens e não com ideias e eu sou um tipo que só sei lidar com ideias e não com os homens, que me são perfeitamente indiferentes. (...)*²⁵⁶

Ele toca, novamente, na questão do telefonema de Castello, em maio. Aliás, este ato lhe renderia, como se viu, vários desdobramentos. Nesta carta, ele pensava a respeito das razões para o interesse do presidente por seus escritos. Seria o caso de uma tentativa de cooptação de Alceu e de sua liderança na Igreja, para ceder mais crédito à revolução, como havia feito Getúlio com Dom Leme? No ano seguinte, ele retornaria a esta questão.

Agora mesmo estou lendo esse tópico do JB em que mais uma vez vem à baila essa história de que o Castello Branco lê meus artigos. Não sei se é verdade. Alguma coisa de verdade deve haver. Se há, confesso que fico constrangido, pois afinal me tenho mantido numa atitude crítica sistemática que seria motivo para que, de uma vez por todas, o presidente não desse mais atenção a este tipo de crítica, por mais que outrora eu o admirasse ou tivesse a ilusão de o atrair... Mas não fui atraído, e me mantenho, pelo menos, arredo e defendendo teses antigovernistas (embora em um jornal governista) sem, por exemplo, criticar diretamente o próprio Castello por não ter dado nenhum passo no sentido da anistia etc., e estar diretamente ligado ao grupo do antigovernismo sistemático, que é o do Correio da Manhã (Antonio Callado, Marcio Moreira Alves, Hermano Alves etc.). Como explicar esta insistência do Castello? Tentativa paciente de me conquistar para a sua seara? Ou restos da “admiração” de outrora? Ou então, sinceramente, trata-se de um homem leal, que aceita as críticas com elevação de espírito?

²⁵⁶ Idem, São Lourenço, 14/07/1964, p. 442.

Estou inclinado à última hipótese. Gostaria de o dizer publicamente, mas sem perder nada da minha linha de “livre-atirador”, como ele próprio classificou, naquela famosa conversa telefônica, depois da publicação do “Terrorismo cultural”. (...)

Em suma, eu quisera eleições, mas com o Castello concorrendo com o Lacerda. E nesse caso eu votaria no Castello. E comigo muita gente, boa ou má.²⁵⁷

A novidade aqui era que ele acreditava que as eleições presidenciais de 1965 poderiam ser mantidas, apesar de que só as para governo de estados de fato aconteceram. Mas, em janeiro, ainda, acreditava-se que poderia ser mantido o calendário eleitoral. Os candidatos mais fortes, do interior do regime revolucionário, seriam Carlos Lacerda ou Magalhães Pinto pela UDN, caso o grupo lacerdista não tivesse conseguido esvaziar a candidatura do governador mineiro.

Acreditando na boa-fé de Castello, Alceu chegava a preferir o marechal, numa eleição livre e direta, a Lacerda, pouco confiável para ele. Jamais tornaria público essa preferência para não colocar sua credibilidade sob suspeita, o que se contradiz, de certa forma, com sua tão propalada independência. Acontece que seu endosso poderia acabar sendo uma indicação aos que acreditavam em sua palavra. Tal dilema, para o bem ou para o mal, nunca chegou a se colocar de fato.

Isso não afastou a importância de Alceu e de sua palavra para os líderes do regime revolucionário. Alceu transitava em meios de pessoas muito influentes, nas finanças, na política e na cultura. Isto acabaria lhe rendendo alguns convites para encontros e conversas que não procurava, mas que não podia se negar a ter. Membro, por mais de 33 anos, do Conselho Federal de Educação, ele comentaria em agosto de 1966 da consulta de seu xará – como tratava Austregésilo de Athayde, seu colega de Academia Brasileira de Letras, cujo sobrenome tinha a mesma grafia de seu pseudônimo – da possibilidade de receber o marechal Arthur da Costa e Silva, virtual “candidato” à sucessão de Castello para uma conversa.

(...) Bem, o bom-tom das conversas já mostra que Sua Excelência [o Ministro da Educação] se aproxima... e por falar nisso: ontem na academia o Austregésilo de Athayde me disse que o marechal Costa e Silva lhe pedia o seguinte: “O senhor acha que o dr. Alceu consentiria em me receber?... Afinal, eu vou ser presidente da República e gostaria de receber todas as opiniões. Ele que diga onde, quando e como quer me receber” (sic).

O A. de A. propôs: sua casa. E eu lhe disse: “Desde que fique ressaltada minha completa independência, de me manter na oposição, não tenho direito de negar o diálogo a ninguém” (sic).²⁵⁸

²⁵⁷ Idem, Petrópolis, 23/01/1965, p. 488/489.

²⁵⁸ Idem, Rio de Janeiro, 05/08/1966, p. 548.

Esta futura conversa geraria outra antes, de Alceu com Magalhães Pinto, promovida pelo amigo José Olympio, famoso editor do Rio de Janeiro. O relato desta conversa é longo, mas vale a pena pela quantidade de informações que Alceu deixou registrado. De saída, Alceu quase desmarcou o encontro, por uma forte gripe que o acometera, que seu amigo interpretou como sendo uma “gripe política”, ou seja, uma desculpa para não se encontrar com o político mineiro. Alceu foi ao almoço mesmo assim.

(...) O almoço de ontem, no José Olympio, foi digno de uma menção, nesse nosso registro diário... Tentei adia-lo, pois estava mesmo down, com a gripe, mas o Magalhães Pinto não foi localizado e tive que ir assim mesmo, superchateado. (...) a intenção do JO, atendendo ao pedido do MP, era que eu fosse o único convidado, além dele. (...)

O velho JO (...) nos deixou a sós, o MP e eu. E ele foi logo entrando no assunto, depois de repetir (perdoe...) que “eu era o homem que podia orientar melhor o Brasil” – sei lá – e que já estava informado, veja você, do desejo manifestado pelo “seu Arthur” de se entender comigo. Aliás, contou a coisa como se passou: o A. de A., falando ao “seu Arthur”, disse-lhe que era bom que ele se aproximasse dos intelectuais, ao que o futuro respondeu: “Isso é bom para o Castello (sic), que gosta dessas coisas. A mim só interessa ter um encontro com um deles”. Acontece que esse “um deles” era este degas.

(...) Voltando à conversa com o ex-governador de Minas (...). Então me falou uma frase, que não sei reproduzir, mas que queria dizer, inequivocamente, que estava arrependido [com os rumos da revolução]. (...) Confesso que cada vez mais me convenço de que estas nossas cartas têm certo valor, não digo histórico, mas pelo menos documental e marginalmente histórico – la petite histoire, ou história de bastidores – que não sei reproduzir ipsis litteris.

O fato é que o MP atalhou com um “eu também”, quando fiz questão de lhe declarar, logo de saída, que tinha me colocado em trincheiras opostas a ele, no dia 31 de março (...) [e] partiu para um ataque a fundo contra o Castello (...) só faltou dizer que mandou crucificar Nosso Senhor... É evidentemente um despeitado, como o Mourão, o general que desencadeou com ele a revolução.²⁵⁹

Ao contrário de Castello que se considerava um polido oficial do Exército, Costa e Silva tinha outro perfil, não se interessando em se aproximar de intelectuais. Queria, no entanto, encontrar Alceu, talvez por querer conhecer aquele homem que se mantinha decididamente contrário ao regime que se instalara em 1964, buscando evitar ataques violentos em seus artigos contra os militares, como fazia, por exemplo, Carlos Heitor Cony. Alceu se dava conta, então, do valor histórico de suas cartas à sua filha, para, em seguida, ironizar as críticas de Magalhães Pinto a Castello, como resultado de um grande despeito, de alguém que esperava receber o poder, ou chegar a ele depois de afastados alguns obstáculos, mas que vira tal oportunidade se afastar.

*Mas, com tudo isso, me revelou coisas importantes. Por exemplo: ao chegar ao Rio, depois da vitória de 1º. de abril, o **Castello**, chefe do estado-maior e conspirador-mor, **queria que ele MP, “chefe civil da revolução”, assumisse o poder (sic), mas ele não quis (sic).** E*

²⁵⁹ Idem, Rio de Janeiro, 26/08/1966, p. 553.

não quis, alegando que era melhor que um militar o fizesse. E aí que chegaram ao Costa e Silva como o “general mais antigo” e mais o almirante e o brigadeiro que formaram o tal Comando Militar da revolução.

Esta revelação é histórica, esta sim. Outra é que, ainda em BH, no dia 31 de março, o Castello lhe telefonara do Rio, pedindo-lhe que fizesse voltar as tropas aos quartéis (sic) porque considerava, pelas informações que tinha, que o movimento não pegara (sic). Ao que ele, MP, respondera: “Agora não, general. Saímos à rua e assumimos os riscos. Será o que Deus quiser” (mais ou menos isso). Ao que o Castello acedeu. Essa foi a segunda revelação histórica interessante da conversa de ontem.

Depois ainda me fez uma pergunta direta, que foi certamente o motivo de ter solicitado o encontro comigo: “Quero lhe perguntar uma coisa: o senhor acha que o Costa e Silva deve afirmar melhor sua personalidade e suas ideias?” Eu respondi: “Devo lhe dizer que não acredito no Costa e Silva, nem na sua possibilidade de ter ideias” (mais ou menos assim. Se não foi melhor, foi pior). “É que eu acho completamente errado o processo de sucessão. Mas, quanto à sua pergunta, não tenho a menor dúvida: o CS está se comportando como um apêndice do Castello, repetindo tudo o que ele diz e quer, e com isso assumindo a mesma impopularidade do Castello”.

Então ele me disse textualmente (terceira revelação): “O Castello tem horror ao Costa e Silva” (sic). E nisso, digo eu agora, o Castello tem toda razão. (...) Depois, o MP me pediu que o ajudasse (ou coisa parecida) a “formular o que o Costa e Silva devia dizer” (sic). “Isso não, dr. MP. Não me meto nisso absolutamente”. E ele: “Não é isso que lhe peço. Peço-lhe apenas que me permita consultar o senhor, pois eu mesmo vou formular o que acho que o Costa e Silva deve dizer”. Eu: “Nesse caso, às suas ordens, quando quiser”. Ele, ainda: “O senhor trabalha em casa?” Eu: “Pode encontrar-me no Centro Dom Vital à hora que marcarmos”. Ele: “Vou telefonar-lhe”.

E foi assim, mais ou menos assim, a nossa conversa. Deixei bem clara a minha posição de não-compromisso. O almoço foi muito cordial e sem política.

Por que Magalhães Pinto não teria querido assumir a chefia da revolução, se havia deflagrado o movimento ao instigar o general Mourão Filho – que afirmara ser uma “vaca fardada” em matéria de política ²⁶⁰ – a descer com as tropas localizadas em Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro?

Alceu acreditava, pelo que se lê em várias cartas, que Magalhães Pinto havia se sentido ultrapassado por Lacerda no controle da UDN, acreditando que seria preterido em uma candidatura à presidência da República e isso o teria feito precipitar o golpe. Não desejou o controle do golpe, por considerar uma posição provisória demais, uma vez que se pretendia que a transição fosse breve e que se mantivesse o calendário eleitoral de 1965. Ele pretenderia afastar ou dificultar outras candidaturas que considerava fortes, como as do PTB, com Leonel Brizola, a do PSD, na pessoa de Juscelino Kubitschek e, se possível, a do próprio Lacerda. Daí suas críticas a Castello, por não ter conseguido aplainar seu caminho à presidência, contendo a “linha-dura”. A solução seria aliar-se a Costa e Silva, para tentar com ele retomar o controle que havia perdido. Magalhães Pinto acabou ficando à margem do processo político, apesar de

²⁶⁰ MOURÃO FILHO, Olímpio. **Memórias**: a verdade de um revolucionário. Porto Alegre: L&PM, 1978.

manter-se próximo ao núcleo de poder. Mas os militares simplesmente não quiseram devolver o poder aos civis, “empalmando” eles mesmos a revolução que haviam feito.

Mas, retornando à conversa com Costa e Silva, antes do encontro no dia 14 de setembro de 1966, Alceu revelaria o enfado com a situação.

(...) O fato é que daqui a pouco vou ter de enfrentar uma das coisas que mais detesto: jantar com altas personalidades e ter de conversar com um sujeito, lá no alto, que eu desprezo (desprezar não é bem o termo, mas que eu pelo menos considero um “errado”, erradamente escolhido, e que fará um governo errado, logo é triplicemente errado). E conversar com errados importantes é o que há de pior. Mas podia ter dito não quero, não vou, deixando o errado em condições de dizer: “Estão vendo? Ele é que provoca os diálogos mas esse sujeito que vive falando em diálogo é o que o rejeita”.

*Assim sendo, lá vou eu, pela mão do meu xará Athayde, a ter um diálogo com um tipo simpático – pelo que sei – e esperto, mas sendo mesmo assim um supererrado, um revolucionário-chefe por puro acaso, pois em 31 de março estava, cautelosamente, na tocaia, para ver quem vencia, e só foi para o Ministério da Guerra, e agora, por autopromoção, para o Palácio da Alvorada, simplesmente por ser o mais antigo. (...)*²⁶¹

Como se vê, Alceu não nutria muita simpatia por Costa e Silva, a quem dizia não desprezar, talvez por considerar o termo forte para ser usado com alguém da Igreja, mesmo sendo sua filha, mas o considerava a “pessoa errada no lugar errado”. Ele insistiria no fato de que Costa e Silva só estava sendo guindado à presidência pela antiguidade e por puro oportunismo. Depois do encontro, ele não mudaria de opinião sobre o novo marechal no poder.

Por onde começar? That’s the question, quando há tanta matéria e tão pouco tempo (...) O fato novo do dia de ontem foi, sem dúvida, a minha entrevista “secreta” (...) com o “seu Arthur”, já “nomeado” para a Presidência da República. Repito que isso deve ficar estritamente entre nós, mas duvido muito que não saibam, tanto mais quanto havia cinco pessoas no encontro: o Athayde (promotor do mesmo), o marechal e seu ajudante-de-ordens (um capitão que se manteve mudo – mas provavelmente registrou tudo), o dono do apartamento onde se realizou o encontro, senhor Otacílio Braga (...) e a copeira-cozinheira. (...) O marechal é um tipo bonachão, simplório, mas finório, está se vendo, que me falou com a máxima cordialidade, e cheio de rapapés. Fomos logo entrando no assunto da hora, e que mais o preocupa: a mocidade e das agitações universitárias do momento. Posições opostas às nossas, naturalmente, e diálogo sem qualquer resultado. Ele repetindo os slogans dos ministros e do governo (infiltração comunista, slogan nº. 1, e os demais também sabidos, excesso de liberdade etc.) e eu com os meus: a liberdade também como meio etc.

Não chegamos a resultado algum, e ele não forçou nada nem eu escondi nada, pois aliás está muito bem informado de tudo o que eu escrevo ou se informou para a conversa. Não me disse nada que eu não soubesse e vê-se que temos de aguentar um novo Castello, que, à menor suspeita de liberdades exageradas, aplicará todas as “penas da lei” aos seus adversários. A princípio será mais “democrático” mas desde que possa manter os opositores bem no seu cantinho.

O marechal, por um equívoco, já tinha almoçado, de modo que só assistiu ao almoço, sentado à minha frente. Seria um nunca-acabar se fosse reproduzir duas horas de conversa

²⁶¹ LIMA, Rio de Janeiro, 14/09/1966, p. 560.

animada e cordial, em que ele defendeu a revolução, defendeu a ordem (“desordem estabelecida”, segundo eu), mostrou-se preocupado com os estudantes, disse que a propaganda comunista era intensa no meio deles (“por culpa do governo que os impede de ser livres. Se fossem livres, haveria grupos de estudantes comunistas, católicos, liberais, etc. e tudo ficaria claro. Como está formam uma frente-única contra o governo”, respondi). (...) Fora do Rio, ele ouvira agora no Nordeste “que todo o povo estava com o governo” (sic) e me garantiu que “eu estava longe da realidade”. “Os senhores é que só olham as coisas lá de cima e não sabem o que o povo pensa”, disse eu, ao que ele me retrucou: “O Exército tem um serviço de informações completo, sabe tudo, desde o Império”. (...) Disse-me o Braga, que o acompanhou até o elevador, que ele, o marechal, ficara “encantado com a minha conversa”, veja você. Mas não adiantou nada, nem para ele, que ouviu apenas o que já sabia, nem para mim, que ouvi também o que já sabia.”²⁶²

Alceu saíria da conversa consciente que não acrescentara nada nem ao marechal, nem a ele próprio. Tendo sido muito cortês, Costa e Silva limitou-se a repetir chavões e palavras de ordem coincidentes com a maneira como os militares no poder viam a sociedade em geral e os estudantes em particular. Para ele tudo era uma questão de disciplina e os distúrbios eram provocados por infiltração comunista ou por excesso de liberdade.

O futuro presidente, nomeado, acreditava que Alceu, como de resto toda a oposição, desconhecia a realidade brasileira, que era muito mais que apenas o Rio de Janeiro e São Paulo, ou as capitais, o que reflete o pouco caso que faziam dos civis em geral e a crença na superioridade da formação militar sobre o restante da sociedade brasileira. E que leva a pensar que a deferência e a gentileza dele para com Alceu se tratavam de mera condescendência.

Via-se que Alceu seguia desanimado com o quadriênio que se aproximava e com o futuro presidente, que para ele seria igual ou pior que o período de Castello: uma democracia de fachada, que funcionaria assim desde que não se afrontasse a autoridade militar, quando, então, os rigores da lei serviriam para punir os que tentassem desviar-se do caminho traçado pela “revolução”. Ele enviaria uma carta em que revela à filha toda a resistência que tinha não apenas às autoridades civis e militares, mas também às eclesiásticas, e as causas específicas deste afastamento dele que havia no passado se constituído numa espécie de paladino da Igreja no Brasil.

(...) Estou cada vez mais desligado de qualquer autoridade eclesiástica. Não quero atribuir nada a elas, mas a mim mesmo. Não procuro nenhuma delas. Não vou à Nunciatura. Não mando meus livros ao cardeal. Recuso o convite do bispo reitor de Minas. Nem mesmo procurei Dom Helder, quando passou por aqui há dias!

²⁶² Idem, Rio de Janeiro, 15/09/1966, p. 560/561.

Não creio que haja nisso uma intenção sistemática. Mas o que deve haver é realmente uma tendência inata a me afastar de tudo que é oficial. Só Dom Leme, com ajuda do choque de 15 de agosto (conversão) e de 4 de novembro de 1928 (morte de Jackson), é que por alguns anos, até 1941, mudou minha vida nesse sentido.

*Por que em 1941? Porque nesse ano é que houve o tal episódio da eleição do Getúlio para a academia. E o gesto de Dom Leme, me obrigando, por obediência, a votar nele, teve consequências que perduram até hoje. A principal delas, creio eu, foi justamente o fato acima comentado: meu afastamento crescente das autoridades eclesiais que afina com minha idiossincrasia pelas autoridades civis. Reflexo de envelhecimento e egocentrismo?*²⁶³

Sua tendência de se afastar de tudo o que viesse impor obediência contra seus princípios e convicções, acabou por desencantar-lhe a figura paternal que Dom Sebastião Leme representava para Alceu, por tê-lo acolhido de volta à Igreja, principalmente depois da morte de Jackson Figueiredo. Ter que obedecer ao cardeal e votar em Getúlio Vargas, em agosto de 1941, para membro da ABL, a quem Alceu não acreditava ser merecedor desta honraria, acabou por gerar um mal-estar que não teve tempo de se resolver, pois Dom Leme viria a falecer em 17 de outubro de 1942. Vargas não teve uma obra literária sequer apresentada para endossar sua candidatura,²⁶⁴ servindo-se de uma coletânea de discursos, sob o título *A nova política do Brasil*, o que para Alceu era inaceitável.

Este afastamento, que Alceu sentia progressivo, apesar de não diminuir sua fé, sofreria uma reviravolta, quando, em janeiro de 1967, recebeu a notícia que estava sendo indicado para participar de uma das comissões pontifícias destinadas aos leigos da Igreja, a partir das decisões do Concílio Vaticano II.

Você deve ter ficado tão surpresa quanto eu e Mamãe com a nomeação (...) deste seu criado para uma comissão que não sei bem qual seja, pois existem duas, uma de Justiça e Paz e outra um Conselho de Leigos. Normalmente deveria ser desta última. Mas não está claro nem tenho nenhuma informação precisa a respeito. Quero ver se hoje à tarde passo pela Nunciatura para saber alguma coisa mais, mas imagino que tampouco sabem. Essas coisas, na Igreja, caminham muito lentamente e como nunca participei de nenhuma dessas comissões, nada sei. Estou certo que a nossa Cúria Metropolitana ainda sabe menos. E, no entanto, como é natural, os jornais desde ontem começam a telefonar e já agora de manhã continuaram, e mesmo a Última Hora vai passar aqui às 11 horas para tirar fotos na intimidade.

*Tudo isso na hora em que eu mais gostaria de passar totalmente despercebido.*²⁶⁵

A surpresa de Alceu e de seus familiares e amigos era fruto direto do afastamento que ele sentia passar. Em outras cartas ele se questionava a quem deveria a indicação,

²⁶³ Idem, Rio de Janeiro, 05/10/1966, p. 567.

²⁶⁴ Vide <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=583&sid=335>, acessado em 02/02/2011, às 21h.

²⁶⁵ LIMA, Rio de Janeiro, 11/01/1967, p. 571.

chegando a creditar a lembrança de seu nome a Dom Eugênio Salles. Mais adiante chegou a conclusão que sua nomeação teria partido do próprio papa Paulo VI.

Será que a nomeação pelo papa não foi um bálsamo da Providência para aliviar nossas feridas? (...) Não haverá nessa escolha de Paulo VI uma lembrança de monsenhor Montini e de nossa conversa de duas horas e meia no Vaticano (...) e a bênção que me deu na Nunciatura, já cardeal e arcebispo de Milão, com o nosso Dom Armando Lombardi, que talvez lá de cima, tenha também dado um jeito?...²⁶⁶

O Concílio Vaticano II, encerrado em 1965, além de promover uma grande atualização do catolicismo em suas práticas litúrgicas e na participação de leigos, desenvolvendo a concepção de Igreja como um “Corpo Místico” onde a presença dos fiéis era muito mais desejada que nos tempos anteriores ao Concílio, criou as duas comissões para que esta aproximação com os católicos se fizesse de forma mais concreta, conforme Alceu havia citado à sua filha, na carta anterior. Esta maior participação havia trazido um grande arejamento para a Igreja há tempos demandado por fiéis do mundo todo. Deste importante evento da cristandade no século XX, saíam práticas como a utilização do vernáculo nas celebrações litúrgicas, mas também a instalação de comunidades eclesiais de base, a busca pelo despojamento de algumas autoridades clericais – como a aproximação dos bispos do nordeste brasileiro de sua população – e uma politização que decorreria da interpretação mais compromissada com o viés social das Sagradas Escrituras, que seria objeto da Teologia da Libertação. Alceu Amoroso Lima, devido a sua formação mais tradicional, sentia-se mais ligado às práticas antigas, como diria em algumas de suas cartas, mas exultava com essas aproximação da Igreja com seu povo. Ele seria um dos três representantes oficiais do governo brasileiro ao Concílio instalado em 1962 e, posteriormente, assumiria a missão de traduzir várias de suas decisões ao português e divulgar as encíclicas derivadas do evento, como a *Mater et magistra*, de João XXIII, e *Gaudium et spes*, de Paulo VI.

No entanto, dizia à sua filha temer não ser digno de tão grande tarefa, o que sugere novamente seu acabrunhamento frente a honrarias, ao pensar mais nas obrigações que tal posição lhe traria do que nas homenagens que adviriam do cargo. Dava mostras de temer desapontar ao papa e a tantos que confiavam em sua sabedoria, sentindo-se pequeno frente ao tamanho da missão e como sempre apelava ao Espírito Santo para que lhe iluminasse, pedia que sua filha incluísse em suas

²⁶⁶ Idem, Rio de Janeiro, 12/01/1967, p. 571.

orações diárias, como ele próprio fazia, o pedido de ajuda divina para enfrentar o desafio.

(...) me sinto tão vazio, tão incapaz da tarefa que afinal o santo padre teve ontem em mira quando se lembrou do meu nome (e estou realmente convicto de que foi só dele, de mais ninguém – que partiu essa ideia de me nomear para a tal Comissão Justiça e Paz). Já agora incluí nas minhas orações diárias e peço a você que faça o mesmo, o pedido de ajuda urgente de nosso Pai e do seu Espírito, para que eu possa ainda fazer, ou pelo menos não des-fazer, a ilusão do próprio monsenhor Montini quando me chamou para trabalhar nessa comissão!!!

Mas, por falar nisso, um piccolo episódio pitoresco, que me foi ontem contado pelo Danton Jobim, no meio da rua. Ele vinha da Livraria Agir, e no balcão, ao lado dele, estava uma senhora muito “bem”, alta, elegante, de cabelos brancos, conversando com um vendedor. E lhe dizia: “Pois é, o Tristão era todo do lado de lá (sic) embora eu soubesse que ele era católico... Mas agora o papa o nomeia para uma Comissão da própria Santa Sé. Não entendo mais nada” (sic).

Pois bem, minha senhora, agora é que a senhora está ou poderia estar começando a entender que a Igreja não está nem do lado de lá nem do lado de cá. E que este seu criado também não está nem do lado de lá nem do lado de cá. Mas está cada vez mais com o lado que está em cima de todos os lados! Com a Igreja, sempre com ela, mãe e mestra, e à qual todos os lados vão ter. (...) ²⁶⁷

A pequena história que contava ao final da carta, da senhora grã-fina que não entendia como alguém como ele, *do lado de lá*, poderia ser nomeado pelo papa para uma comissão pontifícia é significativa, além de pitoresca, do espírito da época em que a polarização da sociedade brasileira por conta do anticomunismo fanático que chegava aos limites da intolerância. Contra esta, Alceu lembrava a universalidade da Igreja e do amor divino que a animava. Fica patente, também, a alegria com que ele se referia à iniciativa da constituição da Comissão Justiça e Paz, muito além da honraria pela lembrança, mas a ideia de que a Santa Sé pudesse promover a justiça e a paz lhe encantava.

(...) Cada vez mais amo a minha comissão, pelo seu nome. Poderei até nem tomar parte nela, mas ao o fato de ter pertencido a ela, por indicação do Santo Padre, é um fim de vida que me alegra. Embora com certa nostalgia pela liberdade dessa juventude que se lança na AP, com ardor do tudo ou nada, enquanto nós os septuagenários com justiça e paz – ficamos de mãos atadas e inaptos à ação. Estou convicto de que só os belicosos e os injustos são aptos à ação efetiva. Por isso mesmo temos que ser muito indulgentes com esses jovens extremistas da AP que se revoltam contra os integristas, os acomodados, os mornos, os direitistas, e não se intimidam diante dos IPM ou dos DOPS. ²⁶⁸

À alegria, Alceu, no entanto, contrapunha a nostalgia do tempo que lhe passara e do ardor da juventude da Ação Popular, organização de resistência

²⁶⁷ Idem, Rio de Janeiro, 04/02/1967, p. 572.

²⁶⁸ Idem, Rio de Janeiro, 9/02/1967, p. 573.

política e, possivelmente, armada, derivada da Juventude Universitária Católica - JUC, nessa época sob a presidência de Herbert de Souza, o Betinho.²⁶⁹ Embora condenando os gestos violentos, Alceu achava que os jovens deveriam ser encarados com indulgência, pois a revolta deles contra a acomodação da Igreja e da sociedade brasileira frente ao golpe era santa, apesar de mal direcionada.

Mas a excitação de Alceu com a nova missão, no que considerava o crepúsculo da vida, era tanta que gerou várias cartas à Maria Tereza sobre o assunto. A estas poucas aqui analisadas, poderiam se somar as cartas que escreveu quando estava prestes a embarcar no voo da Alitalia para Roma, ou a das primeiras impressões da recepção que lhes foi oferecida pelo Vaticano antes da abertura dos trabalhos, das conversas que travou com membros da comissão e do que havia achado de cada um deles. Haveria, inclusive, uma segunda viagem registrada em 1967, outra em 1968, e a preocupação da demora em se instalar a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, o que só aconteceria, com a participação decisiva de Alceu, em outubro de 1969. Para não alongar ainda mais esta tese, deve se ficar com apenas mais uma, esta em ele que relata seu reencontro com Paulo VI.

A viagem a Roma para instalação da Comissão teve saída do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1967 e, antes da reunião da Comissão com Paulo VI, suas atividades se iniciaram em 18 de abril, com reuniões entre os membros, jantares e recepções. O reencontro como antigo amigo, monsenhor Montini, então papa Paulo VI, foi uma ocasião de muita emoção para Alceu.

Vou logo te contando a entrevista com Paulo VI. (...) O papa levou uns 15 minutos para chegar, só com o cameriere, com a pasta vermelha contendo seu discurso, em que nos comparou ao coq du clocher [galo de campanário], para pregar a doutrina social. Começou saindo do texto e perguntando informalmente quantos eram os membros e se podiam ser acrescentados outros. Ao almoço, monsenhor Pavan, co-autor da Mater et magistra, me disse que já era uma resposta ao meu pedido, na sessão inicial, que houvesse, na comissão, um operário e um camponês de fato. Quando chegou a hora das apresentações pessoais, o papa disse qualquer coisa a cada um. A mim, de saída (tudo durou um minuto) não me reconheceu. Quando monsenhor Gremillion disse meu nome, o papa falou: "Ah, c'est vous?" E voltando-se para o G., segurando minha mão: "En avez-vous jamais entendu parler? C'est un grand orateur". [Você já o ouviu falar? É um grande orador.] Eu me atrapalhei todo e saí logo, sem pedir a bênção para J. [seu filho Jorge Alceu, acidentado no

²⁶⁹ Herbert de Souza, sociólogo conhecido como Betinho, foi importante líder estudantil no final dos anos 1960. Fazia parte da JUC e coordenou um grupo de estudantes que saiu para formar a Ação Popular-AP, entidade que ofereceu resistência armada ao governo militar. Acabou exilado em 1971, retornando ao Brasil depois da Lei de Anistia. Criou a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Irmão do cartunista Henfil, morreu como ele, contaminado pelo vírus da Aids, adquirido em transfusão de sangue, durante tratamento para sua hemofilia.

início do ano], como queria fazer, e tal como pedi a João XXIII para você. Mas pedi de coração. Pedi todos os dias e peço junto aos túmulos, sempre floridos, de Pio XII e sobretudo do nosso Pai João.

*Pela segunda vez o nosso Montini se enganava com o velho Tristão. Não sou bom membro de qualquer grupo. Antes, péssimo. Mas ontem, por azar, ainda me elegeram presidente do Grupo de Trabalho! Por falar nisso: Minha ideia foi apresentada no grupo. A diocese do desenvolvimento e o bispo do desenvolvimento foram considerados utópicos. (...) Mas o resto da ideia foi aceita. (...)*²⁷⁰

Alceu havia levado em sua pasta algumas sugestões de como conduzir os trabalhos da Comissão. Algumas foram prontamente aceitas, como o aumento do número de membros para inclusão de um operário e um camponês, outras consideradas muito avançadas, como a criação de uma diocese universal para o desenvolvimento, ao que se resignara, dizendo que o século XXI viria para receber esse avanço. Alceu pediria a inclusão de um jovem na comissão, mesmo que para isso um velho – ele próprio – tivesse que ceder seu lugar. Ele acabaria, no entanto, presidente de um grupo de trabalho.

Como membro da Comissão, Alceu retornaria outras vezes a Roma, como já foi dito. Participaria de cerimônias históricas promovidas por Paulo VI, como a aproximação da Igreja Romana com o Patriarcado Ortodoxo Grego, e de uma emocionante visita ao túmulo de São Pedro, abaixo do baldaquino de Bernini, na nave central da Basílica vaticana, exposto depois de permanecer pelo menos 410 anos enterrado. Numa dessas visitas, a de 1968, aproveitou a viagem para tomar posse como associado estrangeiro da Academia de Ciências Morais e Políticas, do *Institute de France*, em Paris. Ao fim da última visita de 1968, Alceu se queixaria à filha do caráter burocrático que a Comissão assumia. Isso não o impediu, porém, de trabalhar pela abertura de uma estrutura afim no Brasil, em 1969.²⁷¹

²⁷⁰ LIMA, Roma, 21/04/1967, p. 577.

²⁷¹ “Na reunião de instalação da Comissão, em outubro de 1969, foi proposto que a Comissão “teria como norte a concretização de princípios enunciados na encíclica *Populorum progressio*”. E Alceu Amoroso Lima, um dos seus oito membros, propôs que o trabalho se estruturasse “em três grandes áreas: uma essencialmente de estudos, levantamento de dados e informações a serem transmitidas tanto à Hierarquia nacional quanto à Comissão Pontifícia; outra de linhas gerais de manifestação, pronunciamentos ou publicações e a terceira linha num trabalho de mobilização decorrente de consenso quanto às linhas anteriores e já no âmbito de uma ação conjunta com outros setores das instituições confessionais ou mesmo da Hierarquia”. Mas a decisão de criação da Comissão tinha sido tomada um pouco antes do Ato Institucional nº. 5, com o qual o regime militar brasileiro endureceu sua prática. Em decorrência disso, a nova Comissão foi logo levada a cumprir um papel especial de proteção dos perseguidos pela ditadura.”

Texto retirado de: <http://www.cbjp.org.br/index.php/sobre/historia-da-cbjp>, acessado em 03/02/2011, às 10h30.

Os tempos difíceis iriam piorar ainda mais e, apesar de Alceu contar então com um respaldo político institucional de peso e pela projeção internacional advinda de sua participação em tão importante Comissão, ele se sentia angustiado pelos acontecimentos. Como se pode ver nesta carta, no dia seguinte à edição do Ato Institucional nº. 5, o mais profundamente autoritário documento até então emitido pela ditadura militar a que o país estava submetido.

Estamos sendo bombardeados por todos os lados. Anteontem era a bomba da morte física do nosso grande Merton. Ontem, na sexta-feira 13, a bomba da morte civil da liberdade em nosso país, por tempo indeterminado (sic). Pois os outros Atos Institucionais que precederam este 5, de ontem à noite, que os jornais divulgam esta manhã, ainda, se bem me lembro, marcavam uma data para seu término. O de agora, nem isto. Durará enquanto durar a veleidade ditatorial dos nossos militares, que empalmaram a revolução que fizeram, pela virulência e pela violência vão permanecendo nela, com ela, e para ela. Pois se identificaram com ela. “A Revolução é nossa”, como o petróleo... E com esse petróleo irresponsável e devastador vão tocando fogo no Brasil, sob o pretexto, como sempre fizeram os tiranos, de o salvar. (...) Mas, em compensação, esta manhã, uma bomba em sentido contrário: a homilia de Dom Jaime (sic, sic, sic) em defesa dos padres franceses e da liberdade da palavra da Igreja. Não encontrei nessa homilia, que amanhã vai ser lida em todas as igrejas cariocas, uma só palavra que não pudesse ser subscrita por um Dom Vital, (...) em suma por todos os que tenham defendido a tese do Verbum Dei non est alligatum [a palavra de deus não está acorrentada]. Vou telegrafar-lhe! Nunca imaginei que o pudesse fazer do fundo do coração. Essa homilia, francamente, me fez remorsos, pois afinal vejo em Dom Jaime o homem de Deus, na hora precisa em que seus amigos gerais em companhia tomam o poder absoluto e foram logo a ele, pensando que o intimidavam, pois os padres eram acusados de comunistas. E essa palavra mágica, na mente obtusa do general Sarmiento (que o Lacerda tinha convidado para ser chefe de polícia do seu governo, e não o foi por ter tido um enfarte, que infelizmente não o levou), levou o general a correr logo ao Palácio São Joaquim ou ao Sumaré para levar os furos da revolução dos padres. E o cardeal teve a dignidade de responder: não, quem tem de julgá-los somos nós, a Igreja, e não vocês, estado. Confesso a Deus minha culpa: nunca o julguei capaz dessa atitude. Penitenciei-me e como prova disso logo mais lhe telegrafarei trazendo-lhe minha comovida solidariedade. E não houve uma reticência na homilia.²⁷²

Nessa situação tão desesperadora, agravada com morte de seu amigo muito admirado Thomas Merton, nos Estados Unidos, Alceu conseguia, no entanto, tirar uma boa notícia: a decisão de Dom Jaime Câmara de enfrentar o regime militar para defender membros da Igreja que vinham sendo perseguidos. Finalmente a Igreja, como um bloco, ouvia os reclamos de seus filhos e decidia tomar partido contra a opressão que se abatia no país. Alceu via, constrito, o tanto que julgara mal seu cardeal, pensando-o incapaz de agir contra o regime militar. Mais tarde, na morte de Dom Jaime, em 1971, Alceu lhe dedicaria um belo necrológio, reconhecendo em

²⁷² LIMA, Petrópolis, 14/12/1968, p. 619.

Dom Jaime Câmara um homem de Deus, dedicado e humilde, em artigo do *Jornal do Brasil*.²⁷³

Para encerrar este capítulo sobre os sentimentos de Alceu Amoroso Lima à época da ditadura, seria importante conhecer uma última carta em que ele escreve à sua filha, em setembro de 1966, definindo a si mesmo, à luz de uma frase de Merton que tanto o havia feito refletir.

(...) O Merton é, neste meu fim de vida, o escritor com o qual tenho mais afinidade, muito mais do que Maritain ou Teilhard, este mais do que aquele e ambos menos que Merton. (...) a frase de Merton é esta: "Eu sou, como ele (o tal monge budista), poeta e existencialista". Só.

Poeta não sou, mas existencialista? Será que é isso que sou?!

(...) Mas o fato é que frase de Merton ficou cantando como uma araponga dentro de mim: o que eu sou mesmo é um existencialista. Isto é, um tipo apaixonado pela existência, pela vida, pelos fenômenos, pelas ideias como pelos fatos, pelos seres humanos, pela evolução e pela metamorfose das coisas, pela liberdade acima de tudo, pela originalidade, pelo sentido lúdico das coisas, pelo senso esportivo dos acontecimentos, pelo humor (mas não pelo sarcasmo), pelo otimismo, pela tolerância com as ideias alheias, pela relatividade de todas as filosofias, de todas as ciências, aos outros regimes políticos.

(...) O choque da pequena frase de Merton foi grande e talvez decisivo para marcar esta minha fase final da existência. Mas como conciliar isso com a minha anterior ponderação do existencialismo? Terá sido mesmo uma condenação? Começo a ter minhas dúvidas. Será que tracei uma caricatura do existencialismo de fora para dentro, e agora, ou antes, mesmo quando a traçava, o que eu fazia não era senão... existencialismo?

Essa minha despreocupação pela continuidade, pela coerência, pelo já escrito, e, ao contrário, essa minha posição sempre no presente e para o futuro, desligada de qualquer releitura do que já escrevi ou do que já disse, acusado por uns críticos de ser ventoinha, oportunista, incoerente, superficial – que mais? – tudo isso não será senão realmente minha atração maior pelo vir a ser do que pelo ser, ou antes minha aderência ao dinamismo do ser, muito mais do que a sua permanência? Essa minha obsessão de abertura de espírito, de Igreja aberta, de espírito aberto, de disponibilidade – será que tenho de escrever agora, ao fim de 40 anos, antes mesmo de 1968, a minha

VOLTA À DISPONIBILIDADE?

*Sinto tão fortemente dentro de mim essa volta à disponibilidade – a uma disponibilidade de quem encontrou Deus e portanto está disponível não apenas às coisas mortais mas ao que não morre – que não hesito em prever que um dia, hoje, amanhã, daqui a anos, mas antes de 40 anos (de 28 a 68), escreverei essa sentença no alto de um artigo, ou mesmo na capa de um livro.*²⁷⁴

Ele que tanto havia criticado o movimento existencialista, com o livro *O existencialismo e outros mitos de nosso tempo*, de 1956, via-se então, dez anos depois, confrontado pela reflexão de Merton a se considerar também ele um existencialista, como se vê nos trechos grifados por nós.

²⁷³ LIMA, O Cardeal se foi, In *Jornal do Brasil*, 29/04/1971.

²⁷⁴ LIMA, Rio de Janeiro, 07/09/1966, p. 558/559.

Ele se posicionava aos quase 73 anos de idade, depois de uma vida dedicada à Igreja, seguindo regras, como aqui já se viu, mas amando sua liberdade, sua tolerância às mudanças e às diferenças. Para ele, pelo que demonstrava em seus escritos e em sua ação cotidiana, o outro não era um estranho, mas, na antiga tradição do cristianismo, um irmão ao qual deveria amar, nos mesmos termos que Hannah Arendt havia percebido em Santo Agostinho.

Seguia em sua vida a aplicação da definição de amor da *1ª Carta de São Paulo aos Coríntios*, na epígrafe desta tese, e seus escritos deixaram às nossas gerações a herança de um homem que foi bom e que muito amou ao longo de sua longa vida.

6. CONCLUSÃO

A conjuntura dos anos de 1960 tornava-se mais e mais explosiva em virtude da polarização vivida pela sociedade brasileira, em consonância com o momento político da América Latina, envolvida que estava no conflito da Guerra Fria. O governo de João Goulart esfacelava-se, com os movimentos sociais exigindo reformas e os setores mais conservadores denunciando a “infiltração comunista” e os perigos por que passavam a família, a propriedade e as tradições cristãs do país. A oposição lançava mão de todos os recursos políticos, financeiros e sociais, legítimos ou não, para dificultar a governabilidade de Goulart, buscando retirá-lo do poder e, assim, deter qualquer possível reforma que se destinasse a mexer com os privilégios da diminuta parcela da população que tradicionalmente comandava os destinos do Brasil.

A Igreja Católica, organizada após 1952 em torno da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, exercia um papel relevante na sociedade de então. Sua palavra chegava aos fiéis brasileiros não apenas através de seus sacerdotes, bispos e cardeais, mas também pela atuação de líderes leigos, intelectuais imbuídos na função de formadores de opinião pública, por iniciativa do cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme.

Dentre eles, destacava-se Alceu Amoroso Lima, que, como se viu no decorrer desta tese, teve uma interessante trajetória no cenário político intelectual do Brasil, entre os anos de 1928 e 1983, quando veio a falecer em Petrópolis, na serra do Rio de Janeiro. Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu, já possuía grande destaque como crítico literário e escritor, mas sua reconversão ao catolicismo, no final da década de 1920, veio lhe trazer novos desafios na defesa dos interesses da Igreja, fazendo-o participar de instituições públicas e privadas e assumir um papel de liderança que não procurou para si, mas tampouco deixou de desempenhá-lo com esmero e amor.

Ocupando um respeitável espaço na imprensa carioca e paulista desde o final dos anos 1940, o que se intensificou a partir de 1958, com a publicação de sua coluna duas ou três vezes por semana no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*, Alceu Amoroso Lima acompanhou muito de perto a evolução dos acontecimentos que poderiam levar o país à encruzilhada de um golpe à esquerda ou à direita, e que

acabou se concretizando na “Revolução de 31 de março de 1964”. Ele insistiria no diálogo entre os diferentes lados da política vacilante do Brasil, que se enfrentavam nos anos 60. Atuante como intelectual católico de destaque, Alceu não temia o comunismo. Temia, sim, a situação de desesperança pela qual passava as camadas menos privilegiadas da população brasileira, que, a seu ver, poderia ser a verdadeira causa do clima de instabilidade sociopolítica, que poderia levá-las a apoiar uma revolução à esquerda, em reação ao golpe da direita que se consolidava.

Temia, ainda, o clima de “histeria anticomunista” que se apoderava das elites e da classe média, o qual enfrentava em seus artigos na imprensa, prevendo um tal grau de tensão, que poderia levar a uma situação insustentável para o regime democrático o qual, bem ou mal, subsistia no Brasil desde 1945.

Por outro lado, dada à sua defesa da legalidade, descontentou também os políticos, intelectuais e militares que arquitetaram o golpe. Indispôs-se, assim, tanto com a direita quanto com a esquerda, por não ver em algum destes sistemas uma saída além do respeito às instituições, à Constituição e à vontade das urnas. Poderia se dizer, como já se fez neste trabalho, para usar uma imagem bíblica, que Alceu era um *pregador no deserto*.

Esta tese buscou demonstrar, através dos artigos de jornal de Alceu, seu firme posicionamento frente à degeneração do clima político que levou à derrocada da democracia entre nós e, após o golpe, passado um período breve em que procurou entender o ritmo que os militares imprimiriam ao país, manteve críticas ao sistema autoritário em que vivíamos. Em seus artigos, Alceu buscava a ponderação e o equilíbrio, sem descuidar da crítica aos desmandos, à tortura e às perseguições que assistia. Tentou perceber saídas alternativas que satisfizessem aos diversos grupos sociais que se digladiavam naquele contexto, assumindo a defesa dos mais fracos, mas sempre ao lado do que ele entendia por verdade (revelada por Deus) e da liberdade (o direito à livre opinião).

O contraponto aos artigos públicos está nas cartas que escreveu por décadas à sua filha Maria Tereza, religiosa em um mosteiro de São Paulo. Nelas, Alceu abria sua alma à filha, relatando desde fatos do cotidiano da família aos assuntos mais intrincados da política internacional. Grande parte das cartas versava ou incluía o tema da política nacional e da situação da Igreja Católica frente a ela.

Como já se mencionou, todo o material utilizado para esta tese não é senão uma pequena mostra da produção intelectual de Alceu Amoroso Lima, mesmo dentro do curto período de tempo de que trata o livro *Cartas do Pai*. Muitas outras conclusões poderiam ser retiradas na continuidade da análise das cartas que prosseguiram a ser escritas por ele à filha, mas que ainda não estão disponíveis para consulta ou publicação. A riqueza deste material, ao lado da vastíssima quantidade de artigos e livros deixados por ele, pode vir a ser um dos maiores conjuntos de documentos de que um personagem tão imerso nos acontecimentos do século XX, como ele, tenha deixado para a história recente do Brasil. Para ficar em apenas um exemplo, as análises que Alceu fazia de políticos, estadistas, celebridades e outros nomes do cenário nacional ou internacional seriam o suficiente para outra tese.

No entanto, o que aqui se buscou foi perceber a atuação de Alceu iluminada pelo amor que sentia a seus semelhantes, nos termos do cristianismo que professava, em cuja análise levou-se em consideração os textos de Hannah Arendt, entre outros, no segundo capítulo da tese. O poder que Alceu perseguia era aquele em que o *agir comunicacional* criava um espaço tal que traria vantagens a todos os que também buscassem partilhá-lo, ou seja, mantendo viva a democracia entre nós. Defendendo o diálogo, a compreensão do outro, a inclusão do adversário, sem negar-lhe o valor e o direito, Alceu refutava o fanatismo, o sectarismo, o ressentimento e o medo da liberdade que tomava conta da sociedade brasileira nos anos de 1960. Principalmente junto aos católicos tradicionalistas que, influenciados por um anticomunismo irracional e sem o amor presente nos ensinamentos de Cristo para guiá-los, acreditavam que os fins justificavam os meios e que toda a violência que promoviam contra os que deles divergiam, servia de prevenção ao que os “outros” lhes fariam, se pudessem.

Acreditamos que a conclusão deste trabalho é que, apesar de toda a adversidade e dos sentimentos mais diversos, inclusive o temor do isolamento de seus antigos companheiros e das autoridades da Igreja que amava, o medo de não decepcionar aos que nele confiavam, o cansaço da idade e de tantas revoluções e golpes políticos passados durante sua vida, Alceu perseverou no amor ao próximo e na missão que aceitou de ser a voz dos que não tinham voz, na denúncia, na defesa

da liberdade e do respeito à vida. Mesmo colocando sua própria vida e seus interesses particulares e familiares em risco, nem assim abandonou o caminho que considerava certo e necessário.

Quanto às questões que se colocaram na introdução desta tese, muitas delas acreditamos terem sido respondidas ao longo dos capítulos, como a do por que a censura não se abateu sobre Alceu.

Também seu posicionamento frente à Igreja Católica teve a cobertura de vários artigos e cartas, que o mostravam ao mesmo tempo questionador, com opiniões divergentes, embora aceitando a obediência pela unidade. Um fiel que se isolava dos seus pares, do Centro Dom Vital, mas que chegou a ser homenageado com a participação na importante Comissão Pontifícia Justiça e Paz.

A grande interrogação que ficou para ser respondida por esta conclusão é a que se fez sobre quais os motivos que levaram Alceu Amoroso Lima a assumir uma posição de destaque na resistência civil à ditadura militar brasileira, saindo de uma situação de comodismo derivada de sua idade avançada e da importância já consolidada no cenário intelectual e político do Brasil da década de 1960. Homem conservador, resistente à ideia de revolução, do comunismo ou do socialismo soviético, repetidamente demonstrava nas cartas à filha seu desconforto em atuar como uma liderança política. Por que então acabou se firmando neste papel?

A resposta a que chegamos prende-se a uma série de eventos. Em primeiro lugar, ao próprio isolamento que Alceu foi experimentando por suas posições políticas, que o mantiveram ao lado da legalidade, tendo muitas vezes recebido críticas ácidas de antigos companheiros, como Sobral Pinto, entre outros, por quem nutria grande amizade. Boa parte destes amigos, por alinhamento com o cardeal Jaime Câmara e a setores mais conservadores da CNBB, e pelas posições anticomunistas que professavam, havia aderido a ideia de que *os fins justificavam os meios*, a qual Alceu afirmava não tolerar, pois que não se poderia suprimir a liberdade para salvá-la. Talvez justamente por se sentir sozinho e por não ter se alinhado, tendo sido escolhido tantas vezes para emitir pareceres e julgamentos morais, tenha sido levado a assumir esta posição que acreditava que nenhum outro personagem poderia desempenhar naquele momento. Por mais que quisesse

“afastar aquele cálice”, não se furtaria a assumir a missão de ser a voz dos que não a tinham.

Em segundo lugar, o espaço de que dispunha nos meios de comunicação no país e a reputação que granjeou, mesmo fora do Brasil, nos ambientes acadêmicos e religiosos, dava-lhe condições de pelo menos experimentar posições mais críticas, como a que lançou no início de maio de 1964, com seu artigo paradigmático *Terrorismo Cultural*. As reações que colheu com este texto, tanto as ameaças pelo telefone, quanto os apoios que foi conquistando nas ruas, até por desconhecidos, e junto aos que o procuravam para que intercedesse por parentes e amigos, foi lhe mostrando estar no rumo certo e, mais que isso, no papel especial que a Providência lhe reservava para o ocaso de sua vida. Sua opinião sendo buscada mesmo pelas maiores autoridades daquela República sob comando militar reforçava seu sentido de missão e a necessidade de aprofundar as críticas, seguindo na oposição.

O único poder que dispunha era o da palavra, do convencimento e da persuasão, do alto de um enorme capital intelectual e moral construído ao longo de sua vida. Ele saberia usá-lo, como poucos na história do Brasil recente, para manter-se na linha que escolheu para si, ou que a situação lhe impôs. Decerto também os militares teriam conhecimento de que havia sido escolhido pelo Vaticano como um observador do desenrolar da situação do novo governo que se instalou em 1964. Além disso, não se pode esquecer que ter sido escolhido diretamente pelo papa Paulo VI para integrar uma importante comissão pontifícia potencializava ainda mais sua autoridade, emprestando mais poder e respeitabilidade à sua palavra.

O amor de Alceu obrigou-o ao risco de, aos mais de 70 anos de idade, desafiar o governo militar, muitos de seu meio social e, até mesmo, setores influentes da Igreja, sua fortaleza, para estabelecer uma resistência civil efetiva ao golpe.

Seu amor não era um sentimento piegas que recorresse ao conformismo, mas um sentimento moral, uma virtude, que o levou a ser como um farol brilhante nas brumas dos tempos de ressentimento. Foi a missão que aceitou para honrar a seu Deus e a seus irmãos. Sua morte, em 1983, foi o término de sua aventura na Terra e os textos que deixou são testemunho de um grande amor, vivido em plenitude, até esse fim.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Thereza Cesário (org.). **O golpe de 1964**: a imprensa disse não. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ANDRADE, Djalma Rodrigues. **O paradoxo cristão**. História e transcendência em Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Loyola, 1994.
- ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos. In: **História & Perspectiva**. Uberlândia, (25 e 26): (55-80), Jul/Dez 2001 / Jan/Jun 2002.
- _____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (re)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUNICAMP, 2001. p. 15/36.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **A dignidade humana**. São Paulo e Brasília: Ática e EdUNB, 1988.
- _____. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- _____. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **Compreensão política e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.
- _____. **O conceito de amor em Santo Agostinho**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- _____. **Da revolução**. São Paulo e Brasília: Ática e EdUNB, 1988.
- _____. **Homens em tempos sombrios**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- AZEVEDO, Alberto. **Tristão de Atahyde, Alceu Amoroso Lima**. No dia de Portugal e das comunidades portuguesas. Braga, Portugal: 1993.
- AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978.
- BARBOSA, Francisco de Assis. **Memorando dos 90**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENHABIB, Seyla. **The reluctant modernism of Hannah Arendt**. Thousand Oaks, USA: Sage Publications, 1996.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja no Brasil**. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOBBIO, N. MATTEUCCI e N. PASQUINO, G. **Dicionário de política**. v. 2. 9ª. ed. Brasília: EdUNB, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, EdUNICAMP, 2001.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**, 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

CANTARINO, Geraldo. **1964**: a revolução para inglês ver. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARNEIRO JR., Renato A. **Religião e Política**: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições (1932-1954). Curitiba: UFPR. 2000. Dissertação de Mestrado.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **A renúncia de Jânio**: um depoimento. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares: confissões**: histórias secretas do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COSTA, Marcelo Timotheo da. **Um itinerário no século**. Mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: EdPUC-RJ; São Paulo: Loyola, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do Golpe**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DESCARTES, René. As paixões da alma. In: **Descartes**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 101 a 232.

DUARTE, André, LOPREATO, Christina e BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion. **A banalização da violência**: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O grande irmão**. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho**. Os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

- FREI, Eduardo. **O destino da América Latina**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GALINDO, Florencio. **O fenômeno das seitas fundamentalistas**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17/57.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HABERMAS, Jurgen. O conceito de poder em Hannah Arendt. In: **Habermas**. Ática: São Paulo, 1993. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- KONSTAN, David. História de uma emoção. In: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: EdUnicamp, 2001.
- KRISTEVA, Julia. **O Gênio Feminino**. A vida, a loucura e as palavras. Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- LAFER, Celso. **Hannah Arendt**: pensamento, persuasão e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, Alceu Amoroso. **A experiência reacionária**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. **Cartas do Pai** - São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2003.
- _____. **Em busca da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Pelo humanismo ameaçado**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- _____. **Revolução, Reação ou Reforma?** 2ª ed. Petrópolis: Vozes e EDUCAM, 1999.
- _____. **Revolução suicida**. Testemunhos do tempo presente. Rio de Janeiro: Brasília/Rio, 1977.

- _____. **Pela Ação Católica**. Rio de Janeiro: Biblioteca Anchieta, 1935.
- _____. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- _____. **A questão do trabalho**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes e EDUCAM, 1999.
- _____. **Política**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes e EDUCAM, 1999.
- _____. **Os direitos do homem e o homem sem direitos**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes e EDUCAM, 1999.
- LIRA NETO. **Castelo: a marcha para a ditadura**. São Paulo: Contexto, 2004.
- LINDBERG, Carter. **História do Cristianismo**. Lisboa: Teorema, 2007.
- LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias**. São Paulo: Loyola, 1997. v. IV - A era contemporânea.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os brasileiros**. Anistia ontem e hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MENDES, Candido. **Dr. Alceu: da “persona” à pessoa**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- MENDES, Candido (org.). **Dr. Alceu e o laicato hoje no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / CAALL, 1993.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. **Alceu Amoroso Lima e o homem brasileiro – um projeto inconcluso**. UFCE, acessado em 26/04/2010, às 16h30, em www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/qt10/98qt1022.doc
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Marti a Fidel, a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MOREIRA ALVES, Márcio. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MOURÃO FILHO, Olímpio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- PADILHA, Tarcísio (org.). **Alceu: tudo se transfigura**. São Paulo: Cidade Nova, 1995.

- PARKER, Phyllis. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PESSANHA, José Américo. Vida e Obra. In **Descartes**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- QUEIROGA, Gervásio F. **CNBB comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977.
- REIS, Vera Lúcia dos. **O perfeito escriba**. Política e letras em Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Anna Blume, 1998.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade - 1964-1984**. Londrina: EdUEL, 2001.
- RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**. Imaginário anticomunista no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo, RS: EdUPF, 1998.
- SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- SANTA CRUZ, Luiz. **Tristão de Ataíde e seu itinerário de conversão**. Rio de Janeiro: Stella, 1943.
- SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL DE MAGALHÃES, Marion (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: EdUNB, 2002.
- SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVEIRA, Joel. **Meninos, eu vi**. Rio de Janeiro: Ed. Tribuna da Imprensa, 1967.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUSA, Jorge Pais de. A presença de Santo Agostinho na obra de Hannah Arendt. In: **Estudos**. Lisboa: Centro Acadêmico de Democracia Cristã. nº. 2, 2004.
- SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.
- TANGERINO, Márcio. **A política na Igreja do Brasil**. Campinas: Alínea, 1997.
- TILLICH, Paul. **Amor, poder e justiça**. São Paulo: Fonte Editorial, 2004.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Momento de assombro nas Laranjeiras. In: **Veja**, edição nº. 1823, de 8 de outubro de 2003.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **Alceu Amoroso Lima**. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

_____. **O desafio da liberdade**: a vida de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1893.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Hannah Arendt**. Por amor ao mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SÍTIOS NA INTERNET:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=583&sid=335> ,
acessado em 02/02/2011, às 21h.

<http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?pagina=1&t=758537>, acessado
em 30/01/2011, às 19h17.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm, acessado em 11/12/2010, às
12h.

<http://www.cbjp.org.br/index.php/sobre/historia-da-cbjp>, acessado em 03/02/2011, às
10h30

DOCUMENTOS CONSULTADOS

(na sequência em que foram usados)

Artigos de jornais

(salvo indicação, foram retirados de coletâneas publicadas pelo autor).

1. *A supremacia do amor*, **Jornal do Brasil**, 03/09/1982.
2. *Liberal?*, setembro de 1958, p. 29/30.
3. *Crescimentos*, abril de 1959, p. 45.
4. *Renovação ou morte (II)*, novembro de 1960, p. 71/72.
5. *Rumo certo*, junho de 1959, p. 49/50.
6. *Lobo, lobo*, outubro de 1961, p. 111/113.
7. *Polarizações*, de outubro de 1962, p.154/156.
8. *O único caminho*, maio de 1961, p. 76/77.
9. *A liberdade em perigo*, junho de 1961, p. 87/88.
10. *Maquiavelismos*, dezembro de 1961, p. 117/118.
11. *Ponta de Leste*, fevereiro de 1962, p. 127.
12. *Cartada*, março de 1962, p. 134/135.
13. *A vitória “gaullista”*, janeiro de 1959, p. 34.
14. *A nova década*, janeiro de 1960, p. 55.
15. *Cabeça e coração*, setembro de 1960, p. 65/66.
16. *Direita e esquerda*, outubro de 1960, p. 67/68.
17. *Sombras luminosas*, fevereiro de 1961, p. 73/74.
18. *JQ*, agosto de 1961, p. 90/91.
19. *E agora?* agosto de 1961, p. 95/96.
20. *As novas perspectivas*, setembro de 1961, p. 99.
21. *A encruzilhada*, setembro de 1961, p. 100/101.
22. *O humanismo brasileiro*, setembro de 1962, p. 151/152.
23. *O Letes e o Rubicon (I)*, setembro de 1961, p. 103/104.
24. *O Letes e o Rubicon (II)*, setembro de 1961, p. 105/106.
25. *Dois manifestos*, fevereiro de 1962, p. 129.
26. *Guerras santas*, maio de 1962, p. 139/141.
27. *Promoção do campo*, junho de 1962, p. 142/143.
28. *A batalha do Nordeste*, junho de 1962, p. 145/146.

29. *A liberdade em perigo*, junho de 1961, p. 87/88.
30. *Novas esperanças*, fevereiro de 1963, p. 166/167.
31. *Seráficos*, abril de 1963, p.172/174.
32. *Suicídio e renascimento da burguesia*, maio de 1963, p. 176/177.
33. *O proprietismo*, fevereiro de 1964, p. 279/281.
34. *Homeopatia política*, novembro de 1962, p. 160/161.
35. *Grandes e pequenos partidos*, maio de 1963, p. 179.
36. *Estado de guerra*, abril de 1963, p. 169/170.
37. *Golpismo à vista*, agosto de 1963, p. 187.
38. *Encontro inesperado*, outubro de 1963, p. 205/206.
39. *O que não é democracia*, outubro de 1963, p. 208/209.
40. *Diálogo da Igreja com o mundo moderno*, dezembro de 1963, p. 241.
41. *A cortina da fome*, janeiro de 1964, p. 261.
42. *"Sapientia Cordis"*, janeiro de 1964, p. 271.
43. *Convivência ou morte*, janeiro de 1964, p. 276/277.
44. *Abertura ao Oriente*, fevereiro de 1964, p.288/289.
45. *Os cupins*, janeiro de 1964, p.267/268.
46. *Apelo ao bom senso*, fevereiro de 1964, p.282/283.
47. *Motivos de escândalo*, fevereiro de 1964, p. 294.
48. *Quaresma 64*, fevereiro de 1964, p. 296/297.
49. *O indiferentismo*, março de 1964, p. 300.
50. *O fanatismo*, março de 1964, p. 302/303.
51. *30 de março*, abril de 1964, p. 305/306.
52. *Polarizações (II)*, abril de 1964, p. 308/309.
53. *Métodos de luta*, abril de 1964, p. 311.
54. *A revolução branca*, abril de 1964, p. 311/312.
55. *O mel das pedras*, abril de 1964, p. 316/317.
56. *Deus ao alto*, maio de 1964, p. 324/325.
57. *A voz do alto*, maio de 1964, p. 328/329.
58. *Contrastes*, junho de 1964, p. 333 a 335.
59. *O silêncio do povo*, maio de 1964, p. 330/332.
60. *Terrorismo cultural*, maio de 1964, p. 319/321.
61. *Da esquerda à direita*, junho de 1964, p. 13/14.
62. *Os dois natais*, dezembro de 1964, p. 28/29.

63. 1965, janeiro de 1965, p. 31/33.
64. *O silêncio oficial*, 21/01/1965, p. 36/37.
65. *Demagogia reacionária*, 28/01/1965, p. 41.
66. *"Vita nuova"*, 29/01/1965, p. 42/44.
67. *A sabedoria do perdão*, 26/02/1965, p. 53/54.
68. *Sonho ou antevisão*, 14/01/1966, p. 213/215.
69. *Tuberculose política*, 24/03/1966, p. 235/237.
70. *Revolução das promessas descumpridas*, março de 1966, p. 394/395.
71. *As novas Raquéis*, 02/06/1966, p. 277/279.
72. *Os caminhos noturnos*, 1º/07/1966, p. 295/297.
73. *Hora de oração*, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 27/03/1970.
74. *Novo apelo à anistia*, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 14/08/1970.
75. *Medo da liberdade*, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 29/01/1971.
76. *Pontos críticos*, **Folha de São Paulo**, São Paulo: 17/08/1979.
77. *Entre o Poder e a Piedade filial*, **Folha de São Paulo**, São Paulo: 27/09/1979.
78. *O Cardeal se foi*, **Jornal do Brasil**, 29/04/1971.

Cartas do Pai

(local, data de envio e páginas do livro em que se encontra)

1. Petrópolis, 31/12/1959, p. 124/125.
2. Nova Iorque, 14/09/1958, p. 43/44.
3. Nova Iorque, 21/09/1958, p. 46.
4. Nova Iorque, 24/09/1958, p. 46/47.
5. Nova Iorque, 18/10/1958, p. 54.
6. Nova Iorque, 1º/10/1958, p. 48.
7. Rio de Janeiro, 08/05/1964, p. 398/401.
8. Rio de Janeiro, 17/12/1968, p. 623/625.
9. Petrópolis, 28/06/1966, p. 544/545.
10. Rio de Janeiro, 31/12/1964, p. 625.
11. Rio de Janeiro, 29/11/1960, p. 187/188.
12. Petrópolis, 25/03/1963, p. 266.
13. Rio de Janeiro, 05/01/1964, p. 306/308.
14. Rio de Janeiro, 28/08/1961, p. 211/212.
15. Rio de Janeiro, 04/09/1961, p. 215.

16. Rio de Janeiro, 14/07/1962, p. 239.
17. Petrópolis, 17/01/1963, p. 259.
18. Petrópolis, 30/03/1963, p. 267.
19. Rio de Janeiro, 02/04/1963, p. 268.
20. São Lourenço, 19/07/1964, p. 445.
21. Rio de Janeiro, 19/09/1963, p. 284/285.
22. Rio de Janeiro, 1º/10/1963, p. 287.
23. Rio de Janeiro, 08/10/1963, p. 289/290.
24. Petrópolis, 27/03/1964, p. 358.
25. Petrópolis, 31/03/1964, p. 365.
26. Petrópolis, 1º/04/1964, p. 365/370.
27. Petrópolis, 04/04/1964, p. 377/379.
28. Petrópolis, 14/04/1964, p. 387/388.
29. Rio de Janeiro, 07/05/1964, p. 397.
30. Rio de Janeiro, 09/06/1964, p. 413.
31. Rio de Janeiro, 11/06/1964, p. 417.
32. Rio de Janeiro, 12/06/1964, p. 419.
33. Rio de Janeiro, 27/06/1964, p. 425.
34. Rio de Janeiro, 24/10/1965, p. 513.
35. Rio de Janeiro, 27/10/1965, p. 515/516.
36. Rio de Janeiro, 28/10/1965, p. 517.
37. Petrópolis, 03/11/1965, p. 519.
38. Rio de Janeiro, 28/11/1968, p. 617.
39. Rio de Janeiro, 28/09/1966, p. 564.
40. Petrópolis, 03/04/1964, p. 375.
41. Rio de Janeiro, 10/05/1964, p. 405.
42. Rio de Janeiro, 04/07/1964, p. 428/429.
43. Petrópolis, 31/03/1965, p. 499.
44. Rio de Janeiro, 05/07/1964, p. 431.
45. Petrópolis, 02/11/1965, p. 517-518.
46. Rio de Janeiro, 9/07/1964, p. 433.
47. São Lourenço, 14/07/1964, p. 441.
48. São Lourenço, 19/07/1964, p. 445.
49. Rio de Janeiro, 04/10/1966, p. 567.

50. Rio de Janeiro, Natal de 1964, p. 483.
51. São Lourenço, 14/07/1964, p. 442.
52. Petrópolis, 23/01/1965, p. 488/489.
53. Rio de Janeiro, 05/08/1966, p. 548.
54. Rio de Janeiro, 26/08/1966, p. 553.
55. Rio de Janeiro, 14/09/1966, p. 560.
56. Rio de Janeiro, 15/09/1966, p. 560/561.
57. Rio de Janeiro, 05/10/1966, p. 567.
58. Rio de Janeiro, 11/01/1967, p. 571.
59. Rio de Janeiro, 12/01/1967, p. 571.
60. Rio de Janeiro, 04/02/1967, p. 572.
61. Rio de Janeiro, 09/02/1967, p. 573.
62. Roma, 21/04/1967, p. 577.
63. Petrópolis, 14/12/1968, p. 619.
64. Rio de Janeiro, 07/09/1966, p. 558/559.